UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

PEDRO HENRYQUE PAES LOUREIRO DE BRAGANÇA

VOZES DA RESISTÊNCIA:
Narrativas da Pública sobre os agentes e os conflitos nos projetos hidrelétricos do Tapajós

Belém, PA
2016

PEDRO HENRYQUE PAES LOUREIRO DE BRAGANÇA

VOZES DA RESISTÊNCIA:
Narrativas da Pública sobre os agentes e os conflitos nos projetos hidrelétricos do Tapajós

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU).

Orientadora: Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro.

Belém, PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Bragança, Pedro Henryque Paes Loureiro de Bragança
Vozes da resistência: narrativas da pública sobre os agentes e os conflitos nos projetos hidrelétricos do Tapajós / Pedro Henryque Paes Loureiro de Bragança; Orientadora, Edna Maria Ramos de Castro. – 2016.
216 f. : il. ; 29 cm
Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2016.

1. Narrativas (retórica). 2. Conflitos. 3. Usina Hidrelétricas – Tapajós, região (PA). 3.Tapajós. 4. Amazônia 5. Agência de propaganda. I. Castro, Edna Maria Ramos de, Orientadora. II. Título.

CDD 22 ed. 333.7915098115

PEDRO HENRYQUE PAES LOUREIRO DE BRAGANÇA

VOZES DA RESISTÊNCIA:
Narrativas da Pública sobre os agentes e os conflitos nos projetos hidrelétricos do Tapajós

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU).

Defendido em 03 de maio de 2016

Banca examinadora:

Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Orientadora – NAEA/ UFPA

Prof. Dr. Silvio José Lima Figueiredo
Examinador Interno –NAEA/ UFPA

Profa. Dra. Rosane Maria Albino Steinbrenner
Examinadora Externa – PPGCOM/UFPA

Profa. Dra. Nirvia Ravena
Suplente Interno –NAEA/ UFPA

Prof. Dr. Manuel Sena Dutra
Suplente Externo – PPGCOM/UFPA

Dedicado à Maria de Nazaré Paes Loureiro,
pessoa de inestimável importância na minha vida

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento à minha família, que não constitui um núcleo tradicional, mas é composta por várias células de pessoas que, à sua maneira e da forma que podem, foram fundamentais para minha formação: à minha mãe Flora, em Belém, ao meu pai Fernando, em Niterói, e às três Nazarés do meu dia a dia.

À minha noiva e futura esposa e mãe dos meus filhos, Mariana, que me apresentou a Agência Pública e, com seu amor e dedicação, foi minha companheira até nos momentos mais difíceis da produção deste trabalho. Agradecimento extensivo à minha sogra Laura, minha cunhada Camila e minha concunhada Marcinha.

Aos meus avós, Waldenir e Eliza Bragança; aos meus irmãos de Belém (Luiz Armando e João Gabriel Paes Loureiro) e de Niterói (Henrique, André e Natália Bragança), ao meu sobrinho Guilherme e à minha afilhada Valentina; Aos meus tios e amigos que de alguma forma sempre me apoiaram e compreenderam minhas ausências.

À minha professora Edna Castro pelas orientações, pela amizade e por me fazer enxergar o mundo de forma mais humana a partir de seus ensinamentos e conselhos.

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, aos professores, técnicos e funcionários pela atenção, pelo carinho e por me fornecer condições de expandir minha sensibilidade acerca dos temas regionais.

Aos professores Sílvio Figueiredo e Nírvea Ravena pelos ensinamentos, amizade e convivência.

Aos colegas Larissa Carreira, Jader Gama e Sabrina Mesquita, por terem me ajudado a tirar as "rodinhas da bicicleta" nas minhas primeiras pedaladas acadêmicas no NAEA e ao GETTAM, por ser a ciclovia que irá nos levar a pedaladas mais distantes.

À Faculdade de Comunicação da UFPA pela oportunidade de aprendizado que tiver como professor e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e em da UFPA que me permitiu ampliar o aspecto interdisciplinar dos meus estudos. Em especial aos professores Rosane Steinbrenner, Luciana Miranda, Manuel Dutra, Caroline Venturini.

À Estácio FAP, na pessoa do amigo Ricardo Gluck Paul, do professor Renato Nascimento e da professora Ivana Oliveira, por acreditar no meu potencial de crescimento acadêmico enquanto professor e pesquisador, sempre investindo em mim. Ao professor Fabrício Mattos, que orientou meu anteprojeto, e aos professores Arcângela Sena, Marcus Dickson, Erika Siqueira, Willys Campos, Guto Nunes, Keyla Negão e Vânia Torres.

Aos meus colegas e chefes no Ministério Público do Estado, pelo apoio e compreensão. À minha amiga Amanda Mello, colega da faculdade de jornalismo, que teve fundamental importância na última etapa de confecção deste trabalho.

Ao meu tio João de Jesus Paes Loureiro, uma das minhas principais referencias na vida acadêmica e profissional. Aos professores Mário Camarão e Ana Prado pelos ensinamentos que transcendem à universidade.

À minha amiga Aletheia Vieira que, enquanto cursava o mestrado em comunicação lá de Brasília, foi minha parceira virtual para debater muitas ideias para este trabalho. Nossas conversas foram decisivas para que eu conseguisse superar muitas das minhas dificuldades pessoais.

À Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo, na pessoa da Natália Viana e de todos os jornalistas que orgulham a profissão, pelo acolhimento e por todo apoio à pesquisa, prestando informações e fornecendo materiais.

O jornalismo não é o espelho da realidade, como nos fazem acreditar. O jornalismo ajuda a construir a própria realidade através da narrativa dos fatos, que se dá pela escolha de linguagens, entrevistados, ângulos etc. Tais escolhas são feitas por indivíduos que têm preconceitos, juízos de valor e diversos outros filtros.

(Felipe Pena, 2016)

RESUMO

O ecossistema da mídia brasileira é predominantemente formado por grupos organizados em oligopólios hegemônicos. Estes grupos também atuam como organizações jornalísticas que utilizam suas narrativas para construir percepções de mundo. Todavia a realidade amazônica apresentada é marcada por estereótipos e visões deturpadas sobre os povos da região. Este trabalho analisa os agentes e conflitos relacionados aos projetos hidrelétricos na bacia do rio Tapajós nas reportagem da Pública, agência de jornalismo investigativo, com o objetivo de compreender as diferenças em relação à imprensa tradicional na produção de sentidos sobre a Amazônia. Nas narrativas são identificados e contextualizados os conflitos e os agentes nesta relação de poder, onde a Pública subverte a lógica hegemônica e insere as "vozes de resistência" aos projetos hidrelétricos como protagonistas das reportagens. A própria Pública se coloca também como resistência no campo jornalístico, provocando uma discussão sobre como a regulação da mídia pode atuar para ampliar espaços e democratizar debates.

Palavras-Chave: Narrativas. Agentes. Conflitos, Resistência. Hidrelétricas. Tapajós. Amazônia. Agência Pública

ABSTRACT

The ecosystem of the Brazilian media is predominantly made up of groups organized in hegemonic oligopolies. These groups also act as news organizations that use their narratives to build the world's perceptions. However the Amazon reality presented is marked by stereotypes and visions on misleading the people of the region. This paper analyzes the agents and conflicts related to hydroelectric projects in the Tapajós basin in the report Public, investigative journalism agency, in order to understand the differences in the traditional press in the production of meaning on the Amazon. The narratives are identified and contextualized conflicts and agents in this power relationship, where the Public subverts the hegemonic logic and inserts the "resistance voices" to hydroelectric projects as the protagonists of the stories. The very public also poses as resistance in the journalistic field, leading to a discussion on how media regulation can act to enlarge spaces and democratic debates.

Keywords: Narratives. Agents. Conflict. Resistance. Hydropower. Tapajos. Amazon. Public Agency

LISTA DE FIGURAS ILUSTRAÇÕES

Quadro1 -	Os dez maiores grupos de mídia nacionais ligados às Redes de TV	26
Figura 1 -	Mapa dos Projetos Hidrelétricos do Tapajó	59
Figura 2 -	Grande Território Indígena	66
Figura 3 -	A terra em disputa	67
Figura 4 -	Mapa do Plano Plurianual Territorial Participativo da região do Tapajós	73
Quadro 2-	Matriz de classificação das fontes de notícias	76
Gráfico 1 -	Percentual de agentes por grupo	79
Gráfico 2 -	Posição dos agentes em relação aos projetos hidrelétricos no Tapajós	80
Gráfico 3-	Agentes cujo contexto apresenta indefinição em relação às hidrelétricas no Tapajós	80
Gráfico 4 -	Agentes cujo contexto apresenta indefinição em relação às hidrelétricas no Tapajós	81
Gráfico 5 -	Agentes cujo contexto os apresenta como favoráveis aos projetos hidrelétricos no Tapajós	81
Gráfico 6 -	Posição dos agentes oficiais em relação aos projetos hidrelétricos no Tapajós	82
Gráfico 7 -	Posição dos agentes referenciais em relação aos projetos hidrelétricos no Tapajós	96
Gráfico 8 -	Posicionamento dos agentes individuais em relação aos projetos hidrelétricos no Tapajós	102

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	12
2	**O CAMPO JORNALÍSTICO E AS NARRATIVAS DO REAL**	23
2.1	**A imprensa hegemônica e suas características**	23
2.2	**As mídias alternativas e as novas tendências do jornalismo**	29
2.3	**O campo dos *medias* e o campo jornalístico**	37
2.4	**Narrativa e reportagem**	42
4.5	**Personagens e fontes**	47
3	**OS CONFLITOS ABORDADOS NAS REPORTAGENS**	51
3.1	**Os projetos hidrelétricos na bacia do Tapajós e os aspectos socioambientais**	54
3.2	**Impactos ambientais**.	61
3.4	**Consequências para as populações indígenas**	63
3.5	**Consequências para os ribeirinhos e colonos**	68
3.6	**Consequências para os residentes urbanos**	71
3.7	**Construção política da legitimidade**	74
4	**OS AGENTES DAS NARRATIVAS**	76
4.1	**Agentes oficiais**	82
4.2	**Agentes referenciais**	95
4.3	**Agentes individuais**	101
4.4	**Agentes institucionais**.	110
4.5	**Agentes especialistas**	117
4.6	**Agentes empresariais**.	125
4.7	**O jornalismo de resistência e a construção da narrativa**	128
5	**A REGULAÇÃO DA MÍDIA: UMA DEMANDA PÚBLICA**	131
5.1	**O "coronelismo eletrônico"**	133
5.2	**Regulação x Censura**	135
5.3	**A necessidade de um marco regulatório**	137
5.4	**A luta pelo direito à comunicaçã**o	139
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	141
	REFERÊNCIAS	145
	ANEXOS	150

1 INTRODUÇÃO

Ainda era estudante de Direito na Universidade da Amazônia, quando no final de 2001 fui seduzido por uma ferramenta digital de publicação de conteúdos chamada *blog*. Na época era novidade no Brasil essa espécie de *website* com interface simplificada que permitia a qualquer cidadão munido de um computador com conexão à internet o potencial comunicativo de grandes conglomerados de mídia. Tive vários *blogs*, desde simples "diários virtuais" até espaços mais especializados com análises esportivas e jornalísticas, e o interesse crescente pelas possibilidades de comunicação que este novo recurso me oferecia me fez iniciar uma segunda graduação seis meses depois de me bacharelar em Direito.

Motivado em estudar a democratização da comunicação a partir dos *blogs* e das, ainda incipientes, redes sociais da internet, iniciei os estudos em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, na Universidade da Amazônia, no segundo semestre de 2005. Durante a graduação foquei minha formação nas novas tecnologias de informação e já no segundo semestre do curso fui aprovado no concurso de monitoria da disciplina Informática, onde durante um ano auxiliei os professores da disciplina e ministrei minhas primeiras aulas de reforço na área, para os alunos que encontravam dificuldade na apreensão do conteúdo programático.

Nesta época comecei a enveredar pelos estudos de Cibercultura e, orientado pelo professor Msc. Mário Camarão França Neto, fiz meu trabalho de conclusão de curso, em 2009, abordando os *blogs* jornalísticos paraenses e os conteúdos participativos, onde analisei as interações nos espaços de comentários de publicações em quatro blogs de grande relevância no estado: o Blog do Barata, de Augusto Barata; o Quinta Emenda, de Juvêncio de Arruda; o Perereca da Vizinha, de Ana Célia Pinheiro e o Espaço Aberto, de Paulo Bemerguy, apropriando-me de estudos sobre Cibercultura de Pierre Lèvy e André Lemos; *Blogs*, Redes Sociais na Internet e Interação Mediada por Computador, de Raquel Recuero e Alex Primo, chegando à conclusão destas análises que estes blogs tinham características de Jornalismo Digital de Terceira Geração, numa conceituação de Suzane Barbosa e Luciana Mielniczuc, e que os conteúdos das publicações eram constantemente atualizados não apenas pelos autores, mas também pelos comentaristas, que ampliavam os debates e os mantinham "vivos" enquanto houvesse interação.

Após a graduação, debrucei-me em estudos teóricos e práticos sobre as redes sociais da internet, especialmente *Twitter* e *Facebook*, onde tive oportunidade de ministrar palestras e

pequenos cursos envolvendo cibercultura, mídias sociais e jornalismo digital. Em 2010 fui contratado e iniciei minha carreira docente na Faculdade Estácio FAP, onde sou professor do curso de Comunicação Social em disciplinas de Jornalismo e Publicidade. Em 2013 fui aprovado em processo seletivo simplificado na Faculdade de Comunicação da UFPA como professor substituto da cadeira de Jornalismo Digital e Novas Mídias, onde tive uma experiência riquíssima tanto no âmbito acadêmico quanto no que tange às discussões teóricas acerca do futuro da profissão e das novas exigências do mercado. Um dos momentos marcantes desta experiência foi quando eu e a professora Msc. Brenda Vicente Takeda, também substituta, levamos uma de nossas turmas de Jornalismo Impresso para uma aula ao ar livre em frente à sede do Diário do Pará durante a greve de seus jornalistas, em outubro daquele ano.

Foi um momento de reflexão que nos levou a pensar acerca da ética profissional e da precarização do mercado em modelos de jornalismo que não tratam a comunicação como um serviço público em prol da sociedade e sim como a lógica do capital que visa defender seus próprios interesses políticos e econômicos em detrimento de esperada isenção pregada pelos grandes conglomerados de comunicação. A greve do Diário do Pará, uma evidente demonstração da luta da classe dos jornalistas contra a empresa, não foi noticiada nem mesmo pelo concorrente direto. O silêncio foi o recado, a punição, porém as vozes divergentes não se calaram diante da injustiça e a queda de braço ganhou repercussão nacional quando midiatizada na internet, enquanto ambiente de discussões. Salários foram aumentados e benefícios dados, todavia os integrantes do movimento grevista sofreram retaliações e foram demitidos tempos depois.

É como se um *flashback* me levasse de volta à 2008, quando eu era repórter-editor do Diário do Pará *Online* e publiquei no meu plantão da madrugada uma notícia que falava do ganho de causa de uma tribo indígena contra a Vale. Escrevi a matéria orgulhoso de cumprir meu dever de "jornalista-justiceiro" e dei destaque na página principal. Minutos depois recebi a ligação do meu superior imediato me informando que o texto fora tirado do ar porque tratava de uma pauta negativa acerca do maior anunciante do jornal. Engoli à seco aquele veto como tantas vezes precisei ocultar acontecimentos nocivos à imagem do grupo político que detém o controle acionista daquela rede de comunicações. Desde então o "jornalismo das redações" não fez mais sentido pra mim, que passei a dedicar ainda mais minha atenção às iniciativas de democratização das mídias.

A admiração nutrida pela coragem de Lúcio Flávio Pinto em abandonar uma carreira consolidada nas redações de grandes jornais para se dedicar em seu *quixotesco* confronto com

as oligarquias paraenses em seu Jornal Pessoal guiou o início da minha vida jornalística, mas foi a ousadia dos *blogs* de jornalismo, certamente inspirados nele, e das possibilidades oferecidas pela internet, que orientaram toda a trajetória que me conduziu ao encontro do inovador modelo de negócio da Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo, que fomenta o jornalismo independente, crítico e aprofundado da realidade. De uma sala de poucos metros quadrados situada na Casa de Cultura Digital de São Paulo, através de seu site e com as microbolsas de reportagens oferecidas a jornalistas do Brasil inteiro, um novo momento do jornalismo está sendo escrito e compreender este fenômeno se faz cada vez mais necessário.

O interesse em estudar as narrativas jornalísticas da Agência Pública tem relação direta com a crise de credibilidade dos meios de comunicação tradicionais, mas encontra maior guarida na necessidade em compreender melhor a nossa própria realidade e ouvir as vozes invisibilizadas na dinâmica do campo jornalístico que constantemente legitima seus próprios interesses e oculta ou distorce aquilo que destoa do discurso dominante. Neste sentido é importante compreender este objeto empírico de estudo como uma nova experiência de jornalismo independente.

Considerando que o imaginário coletivo de quem não reside na Amazônia, de acordo com Giacomini Filho e Goulart (2011, p. 17), é povoado por impressões, tanto visões que se aproximam das lendas e folclore, como as que se ajustam à complexidade socioambiental da região na atual sociedade globalizada, e existe a sensação de que os conteúdos dos meios de comunicação contribuem com este imaginário estereotipado. À respeito desta questão Miguel (2001, apud SOARES, 2009, p. 117) complementa que os meios são hoje o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos, sendo que neles se encontram as representações do mundo social, ligadas aos diversos grupos de interesse da sociedade, porém, os meios reproduzem mal a diversidade social.

Pimenta e Silva (2010, p. 2) afirma que uma grande parte do volume de informações, disponíveis pelas principais empresas de comunicação, são “agendadas” para consolidar a “voz” dos conglomerados de rádio, televisão e imprensa escrita. Essa “realidade” construída pela mídia é apenas um dos “sintomas” representados nos últimos sessenta anos, quando da expansão de meios de comunicação. Em “A Natureza da TV” de Manuel Sena Dutra (2005) faz um estudo acerca dos discursos sobre a Amazônia midiatizada e a identifica nos enunciados como lugar estabilizado no tempo, na qual a exuberância dos recursos naturais contrasta com a construção persistente de uma desfocagem do ser humano, onde a noção de significância (dos recursos) e in-significância (humana) são faces da mesma moeda e justifica:

> Para a mídia hegemônica não é apenas difícil dizer coisas novas, mas isso lhe é mesmo impossível enquanto dispositivo emissor que se estrutura dentro de uma sociedade histórica e contemporaneamente marcada pela desigualdade, em que a uns é permitido o poder-fazer o discurso, e a outros é concedido o poder-consumir o discurso, quer chamemos a isso de mercado, concorrência, globalização. (DUTRA, 2005, p. 255).

Em contraposição a este modelo de pensamento, emerge a necessidade do estabelecimento do que os escritores influenciados pelo pensamento de Gramsci chamam de mídias contra-hegemônicas, para contestar as estruturas ideológicas dominantes e suplantá-las com uma visão alternativa, importantes tanto para fomentar o debate público, quanto para evitar qualquer tentativa de radicalização como agência de dominação ao invés de liberdade (DOWNING, 2002, p. 48). Ao propor novas formas de financiamento, produção, publicação e disseminação de seus conteúdos, o objeto deste estudo se enquadra em uma categoria que rompe com as estruturas convencionais do jornalismo e se posiciona neste campo como um espaço narrativo com viés alternativo ao estabelecido pelos grandes conglomerados de comunicação, esquivando-se de interferências políticas ou econômica.

A Pública é uma agência de reportagem, disponibilizada em meio digital e fundada em 15 de março de 2011 pelas jornalistas Marina Amaral, Natália Viana e Tatiana Merlino com a proposta de ser uma agência de jornalismo investigativo, "sem fins lucrativos inspirada em modelos que já existem em alguns países, onde centros independentes se dedicam a fazer reportagens de fôlego, que tem perdido espaço nos veículos tradicionais"[1] (LIMA, 2011, p. 176) visando ao fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos.

De acordo com Viana (2013, p. 32), uma de suas fundadoras, a Agência Pública "encara o desafio de buscar novas formas de fazer jornalismo" e para este fim se apropria "das novas tecnologias e das novas formas de associação que elas permitem – no tempo e no espaço". Diferente da mídia tradicional, dependente de anunciantes, são instituições internacionais como a Fundação Ford, e nacionais, como a Fundação Carlos Chagas, os financiadores da agência. Outra distinção apontada pela jornalista diz respeito ao fato de que a Agência Pública "só produz reportagens investigativas, com longo tempo de apuração e checagem exaustiva dos fatos", isentando-se de publicar notícia de artigos ou opinião.

Entre agosto e setembro de 2013, a Agência Pública apostou no financiamento coletivo através da plataforma de *crowdfunding* Catarse e conseguiu arrecadar R$ 58.935 de

[1] Pública – agência de reportagem e jornalismo investigativo. Disponível em: <http://apublica.org>. Acesso em: 7 fev. 2015.

808 doadores para investir em bolsas de jornalismo no valor de R$ 6 mil. A fundação Omidyar, criada pelos fundadores do *E-Bay*, doou um Real para cada Real arrecadado junto ao público, chegando ao valor total necessário para distribuição de 12 bolsas para repórteres de todo o Brasil que receberam, além do financiamento, a orientação e apoio da Agência durante a apuração[2]. Das 120 pautas que se candidataram às bolsas, 48 foram pré-selecionadas e colocadas em votação no site. O voto online dos apoiadores definiu a dúzia de pautas que receberiam recursos financeiros para publicação no decorrer do ano de 2014.

Como se trata de uma organização sem fins lucrativos cujo principal propósito é a disseminação da informação e funcionar como um agência, seu conteúdo é divulgado sob licença *creative commons*, para que seja apropriado e divulgado numa rede com mais de 60 veículos, tendo com republicadores alguns dos maiores portais de notícias do Brasil. Também se caracteriza por "textos longos, aprofundados, distante da ideia de *drops* e dos textos curtos, voltados para a internet". De acordo com suas fundadoras, a agência não almeja o "furo", mas a consistência na contextualização e "disponibiliza de toda a base documental das reportagens para serem verificadas, reutilizadas e questionadas pelos leitores" (VIANA, 2013, p. 33).

O portal da entidade foi oficialmente ao ar no dia 03 de julho de 2011 (LIMA, 2011, p. 176), todavia não age como um "*site*" que busca atrair visitantes a qualquer custo, "mas como um centro irradiador de informação e conhecimento", com reportagens feitas baseadas na rigorosa apuração dos fatos e tendo como princípio a defesa intransigente dos direitos humanos, que as autoras querem "que sejam espalhados o mais amplamente possível" (VIANA, 2013, p. 33). Entre os parceiros da Pública estão centros independentes de jornalismo da América Latina, dos Estados Unidos e Europa, além de veículos tradicionais e expoentes das novas mídias.

A primeira reportagem foi publicada em 20 de junho de 2011, antes do lançamento do portal, sob o título "ARAGUAIA: o massacre que as Forças Armadas querem apagar"[3] com a intenção de contribuir para o debate acerca do sigilo de documentos do período militar, abordando a repressão à guerrilha do Araguaia. A Pública não apenas produz, como também atua para promover o jornalismo investigativo independente, através de programas de mentorias para jovens jornalistas, bolsas de reportagem e incubação de projetos inovadores de

[2] Disponível em: < http://apublica.org/2013/10/esta-ar-site-reportagem-publica/>. Acesso em: 13 mar. 2015.
[3] Disponível em: <http://apublica.org/2011/06/araguaia-o-massacre-que-as-forcas-armadas-querem-apagar/>. Acesso em: 7 fev. 2015.

jornalismo independente e no decorrer de cinco anos de existência, o resultado deste trabalho já foi reconhecido por uma série de premiações nacionais e internacionais[4].

É importante ressaltar que o modelo de produção da Pública só foi possível graças ao advento da internet e de possibilidades oferecidas pela cibercultura, que mudou não apenas os meios técnicos, mas também permitiu a emergência de novas formas de sociabilidade e cooperação, como o projeto de financiamento coletivo (*crowdfunding*) Reportagem Pública, ocorrida em 2013 e 2015, no qual os leitores do site contribuíram com doações em dinheiro para que fossem viabilizados as chamadas microbolsas de reportagens. Em troca do investimento, os colaboradores tiveram direito à recompensas, acompanhamento do andamento das reportagens e direito de participar do conselho editorial.

Entre julho e outubro de 2012, três equipes de jornalistas percorreram as regiões do rio Tapajós, do rio Madeira e de Carajás, que convivem com os resultados de investimentos feitos tanto pelo governo como por empresas resultando na série de reportagem chamada Amazônia Pública[5], publicada no final de 2012 com uma investigação sobre como os grandes empreendimentos estão mudando a cara da região amazônica e a vida de seus habitantes.

Todas as reportagens exploram a complexidade dos investimentos atuais na Amazônia, incluindo as negociações e articulações políticas. Tentam ouvir todos os atores envolvidos – governos, empresas, sociedade civil – para traçar o contexto em que esses projetos têm sido desenvolvidos. O prisma essencial destas reportagens, assim como de toda a produção da Pública, é sempre o interesse público: como as ações e negociações políticas e econômicas têm tido impacto, na prática, na vida da população.

A série publicada originalmente em versão digital venceu o Prêmio Jornalistas & Cia./HSBC de Imprensa e Sustentabilidade 2013 e foi finalista do 7º Prêmio Allianz Seguros de Jornalismo. Publicados originalmente no site da Pública entre novembro e dezembro de 2012, com edição de Spensy Pimentel, os textos foram novamente organizados e atualizados pelo editor Maurício Moraes em um livro-reportagem homônimo com a seguinte sinopse:

> Megaprojetos defendidos pelo governo e por empresas prometem mudar a cara da Amazônia. A justificativa oficial para esses grandes empreendimentos é promover o desenvolvimento da região e do país. A realidade, no entanto, mostra um cenário muito mais complexo e contraditório. Populações inteiras são desalojadas, cidades e povoados têm de lidar com a chegada de milhares de moradores – e com os problemas dessas migrações – e muito pouco da riqueza produzida fica nas áreas afetadas. Esse debate, ignorado por boa parte da sociedade, é o tema de "Amazônia Pública", primeiro livro-reportagem produzido pela Agência Pública. (AMAZÔNIA PÚBLICA, 2013, p. 9).

[4] Disponível em: < http://apublica.org/quem-somos/>. Acesso em: 7 fev. 2015.
[5] Disponível em: <http://www.apublica.org/amazoniapublica/>. Acesso em: 7 fev. 2015.

E é sobre debates ignorados pela sociedade que esta pesquisa pretende se debruçar ao estudar as "vozes da resistência" incidindo o foco da análise nos personagens que dão existência às narrativas acerca da Amazônia, cuja "maior floresta remanescente do planeta ocupa 60% do território nacional e é lar de 25% dos brasileiros", em sua maioria residentes em comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhos, também conhecidos como beiradeiros no Tapajós), "mas não recebem cobertura sistemática da mídia" e "as notícias publicadas restringem-se a um ou outro crime de maior repercussão – frequentes na área, que vive uma grande disputa por território – ou aos índices de desmatamento sazonais, divulgados por ONGs e institutos oficiais de pesquisa". Por esta razão "poucos brasileiros conhecem a realidade amazônica ou se sentem preparados para opinar sobre os intensos dilemas que envolvem o desenvolvimento econômico da região" (AMAZÔNIA PÚBLICA, 2013, p. 9).

Ponto de partida desta pesquisa, o projeto Amazônia Pública emergiu da constatação de que "investimentos pesados em obras de infraestrutura, defendidos pelo governo brasileiro, trazem consequências para a população local e para o futuro da floresta" fazendo com que empresários, em especial os do setor da mineração, construção e energia elétrica, busquem capitalizar seus recursos naturais. A necessidade de democratizar as discussões sobre este momento intenso de urbanização, exploração de recursos minerais para exportação, desmatamento e conflitos fundiários fez com que os repórteres da Agência Pública acreditassem que trazer essa realidade para debate público seja a contribuição que o jornalismo pode dar ao futuro da região. (AMAZÔNIA PÚBLICA, 2013, p. 9).

Fruto do trabalho das três equipes de reportagem entre julho e novembro de 2012 em três regiões-chave da Amazônia (rio Tapajós, rio Madeira e a Floresta Nacional de Carajás), como recorte do objeto de estudo, definiu-se por analisar as reportagens do projeto Amazônia Pública que envolvam os dilemas acerca das usinas que estão previstas no Complexo Hidrelétrico do Rio Tapajós, no oeste do Pará e seus desdobramentos em matérias veiculadas no site nos anos de 2014 e 2015. As publicações estão disponíveis em links encontrados no *hotsite* ESPACIAL TAPAJÓS[6] que, dentro do universo específico definido para esta pesquisa, reúne as seguintes grandes reportagens fartas em conteúdo, com fotos, ilustrações, *hiperlinks* e conteúdos audiovisuais:

a) Especial Tapajós – Um Rio em Disputa;
b) Batalha pela Fronteira Munduruku;
c) Um aviso à Funai;

[6] Disponível em: <http://apublica.org/especial-tapajos/>. Acesso em: 16 jan. 2016.

d) Lá vem o Progresso;
e) Amazônia Pública
f) Arquitetura da destruição;
g) A discórdia do desenvolvimento;

Este trabalho se propôs identificar nas narrativas da Pública diferenças em relação à imprensa tradicional na produção de sentidos sobre a Amazônia e nos critérios de visibilidade dos agentes e conflitos relacionados aos projetos hidrelétrico na bacia do Tapajós. Partindo do pressuposto que a Pública se define como uma agência de jornalismo independente, atuando como uma alternativa à mídia hegemônica, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

a) O esforço em ser uma agência de jornalismo independente permite uma visão diferente e mais humanizada da Amazônia, por tentar buscar princípios éticos e não se atrelar aos interesses do poder econômico e governamental.

b) O jornalismo investigativo busca ouvir o máximo de fontes e as escolhas dos interlocutores pode definir o direcionamento que será dado à reportagem. Quando mais vozes de resistência em relação aos poderes dominantes, maior o contraste em relação ao jornalismo tradicional.

c) A internet e a cultura da convergência permitem multiplicidade de vozes, todavia a emergência destes novos canais não garante a quebra da hegemonia dos grandes conglomerados, que ainda possuem alcance midiático e poder de influência bem mais abrangentes.

O objetivo geral deste trabalho foi buscar compreender nas narrativas da Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo as diferenças em relação à imprensa tradicional na produção de sentidos sobre a Amazônia e nos critérios de visibilidade dos agentes e conflitos relacionados aos projetos hidrelétrico na bacia do Tapajós, sendo os objetivos específicos

a) Descrever e analisar o panorama da mídia tradicional hegemônica e sua relação com a realidade Amazônica e identificar as possibilidades de produção jornalística que emergem da internet;

b) Definir o posicionamento da Pública no campo jornalístico e analisar as estratégias de comunicação que a diferencia dos demais veículos de comunicação;

c) Analisar as narrativas das grandes reportagens da Pública para identificar os agentes e os conflitos nos projetos hidrelétricos do Tapajós;

O modelo desta pesquisa é híbrido, como proposta pelos professores Machado e Palácios (2006, p. 1), com o uso de pesquisas qualitativa e quantitativa como ações

complementares no processo de compreensão sobre as narrativas da Agência Pública. Esta metodologia incentiva a pesquisa qualitativa, incorpora os estudos de casos como campos de prova para as hipóteses de trabalho e utiliza a pesquisa aplicada como laboratório para a produção conceitual. Nela percorreremos três etapas:

1) Revisão preliminar da bibliografia, acompanhada da análise da Pública, agência de reportagem e jornalismo Investigativo;

2) Delimitação do objeto com formulação das hipóteses de trabalho, bem como estudos de caso com pesquisa de campo, na supra referida agência e;

3) Elaboração de categorias de análise, processamento do material coletado e definição conceitual sobre as particularidades dos objetos pesquisados.

A etapa inicial consiste na pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Stumpf (2012, p. 51), a pesquisa bibliográfica faz parte do planejamento inicial global de qualquer trabalho de pesquisa, que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado com o entendimento das ideias dos autores consultados, assim como as ideias e opiniões do aluno. A pesquisa documental, por sua vez, de acordo com Moreira (2012, p. 271-272), é a identificação, verificação e apreciação de documentos (acervos impressos ou digitais, documentos oficiais, técnicos ou pessoais) para a pesquisa, e costuma ser usada para o resgate da história de meios de comunicação, personagens ou períodos.

Na segunda etapa será utilizada a Análise de Conteúdo, que segundo Fonseca Júnior (2012, p. 280) baseia-se na análise de mensagens, cumprindo com os requisitos de sistematicidade e confiabilidade. Em texto no qual aborda o tema, Herscovitz (2010) ainda afirma que a metodologia

> Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. [...] descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas.” HERSCOVITZ (2010, p.123).

Na terceira etapa será utilizada a análise da narrativa jornalística, que se situa num meio termo entre a análise literária (ficcional) e a análise da narrativa histórica (factual), absorvendo elementos de ambas as vertentes numa síntese narrativa nova e singular que pretende abranger a complexidade semiótica da comunicação jornalística. Motta explica que “no jornalismo não existe ordem clara nem fixa entre a informação nova que entra e as

informações internas que o próprio sujeito ativa no ato" (MOTTA, 2013, p. 100), sendo a construção de representações mentais flexível, todavia com o objetivo de "ser o mais eficaz possível na construção da coerência narrativa" (MOTTA, 2013, p. 100).

Motta (2013, p. 199) explica que provocar efeito do real é a principal estratégia textual do narrador realista, pois induz aos leitores a interpretação de que os fatos narrados são verdadeiros, ou seja, falam por si mesmos. As narrativas jornalísticas, ainda que não sejam a realidade, tem veracidade, ou seja, "recorrem a recurso de linguagem para parecerem factuais, objetivas e verdadeiras" Motta (2013, p. 199).

Embora possa ocorrer disparates, de um modo geral "o que o jornalista quer significar como narrador e a interpretação que o destinatário faz a partir da retórica das noticias coincidem na sua essência" Motta (2013, p. 200). Revelar as estratégias e estratagemas de referenciação do narrador para construir os efeitos do real é uma das tarefas fundamentais para esta análise.

> Estratégia de referenciação é o uso de diversos recursos de linguagem no texto narrativo para ancorar a significação na realidade referente. É, portanto, o uso de recursos construídos pelo próprio discurso narrativo, de acordo com a proposta de sentido (o projeto dramático) de quem fala e espera a aquiescência, no mesmo rumo, de parte de seu interlocutor. (MOTTA, 2013, p. 200-201).

Dentre os exemplos citados por Motta (2013, p. 201) como produtores de efeitos do real, destaca-se para esta pesquisa as citações frequentes, "utilizadas fartamente na narrativa jornalística para dar a impressão de que são pessoas reais que falam, de que o jornalista não está intervindo" Motta (2013, p. 201). Importante ressaltar que "o jornalista pinça da fala da fonte aspectos que pretende ressaltar dando outra dimensão ao discurso, dirigindo a leitura" (MOTTA,2013, p. 201-202), o que acaba por encobrir a subjetividade, haja vista que o leitor pode supor que são reproduções literais do que a fonte disse e quis destacar, trazendo uma proximidade entre a fonte e o leitor.

Também cabe ressaltar a identificação sistemática de lugares e de personagens, a referencialidade temporal e a farta utilização de números e estatísticas para conferir mais precisão ao relato. Dados como idades, quantias, volumes, porções e dimensões, por exemplo, "são estratégias de linguagem cujo objetivo é repassar uma ideia de rigor, veracidade" Motta (2013, p. 202). A base desta análise são as fontes de informação, caracterizados como personagens, quem são representações midiáticas agentes do campo. Para esta análise narrativa foram separados os conteúdos das citações dos personagens, no caso as falas colocadas entre aspas, e os contextos em que esses agentes são mencionados para

posteriormente serem “categorizados de acordo com as características da informação atribuída à fonte, a intensidade e a frequência com que o personagem aparece” (FERREIRA, 2012, p. 40).

2 O CAMPO JORNALÍSTICO E AS NARRATIVAS DO REAL

2.1 A imprensa hegemônica e suas características

Há muito tempo, numa antiguidade muito, muito distante, Marilena Chauí conta, no seu livro "Convite à Filosofia" (2006), que o filósofo Platão imaginou uma caverna separada do mundo externo por um alto muro, e como numa sala de cinema, a fresta de luz que passava entre o muro e o seu chão projetava imagens na parede para um público de seres humanos acorrentados e sem condições de mexer sequer a cabeça para os lados. Essa gente vive gerações e gerações sem nunca ter visto o mundo exterior, nem a luz do Sol e sem jamais ter efetivamente visto uns aos outros nem a si mesmos, mas apenas suas sombras. (CHAUÍ, 2006, p. 11).

Não imaginam que assistem apenas sombras projetadas de uma realidade além do muro, onde pessoas transitam conversando e carregando nos ombros figuras ou imagens de homens, mulheres e animais, como num teatro de fantoches para os prisioneiros que julgam que estas silhuetas das imagens transportadas e o som da fala daqueles que as carregam nos ombros sejam o próprio mundo exterior e que os artefatos projetados são seres vivos que se movem e falam. (CHAUÍ, 2006, p. 11).

Os prisioneiros nomeiam aquilo que julgam ver e imaginam escutar as vozes das próprias sombras, e não dos homens cujas imagens estão projetadas na parede. Creem também que os sons produzidos pelos artefatos carregados por estes homens em seus ombros também são vozes de seres reais. "Tornam sombras por realidade, tanto as sombras das coisas e dos homens exteriores como as sombras dos artefatos fabricados por eles. Essa confusão, porém, não tem causa a natureza dos prisioneiros e sim as condições adversas em que se encontram" (CHAUÍ, 2006, p. 11).

A natureza rudimentar da sociedade apresentada na alegoria da caverna de Platão não estaria tão distante da pergunta que Fredy Mercury faz em Bohemian Rhapsody: "Is this the real life? 23onhe just fantasy?"[7] da mídia contemporânea, especialmente no que tange ao jornalismo, que deveria cumprir um papel social e, todavia, age prioritariamente para defender seus próprios interesses, oferecendo ao consumidor da informação uma realidade moldada de acordo com as conveniências econômicas e políticas da empresa de comunicação que detém os meios de produção jornalísticos.

[7] Tradução livre: "Isso é a vida real? Ou é apenas fantasia?". QUEEN. **Bohemian Rhapsody**. Disponível em: <https://letras.mus.br/queen/64295/traducao.html>. Acesso em: 9 jan. 2016.

Ciro Marcondes Filho, em O Capital da Notícia (1989), justifica este ponto de vista ao afirmar que "criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que tem indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações" (MARCONDES FILHO, 1989, p. 11) e argumenta que o jornalismo atua junto com grandes forças econômicas e sociais com o objetivo de proporcionar "eco às posições pessoais, de classes ou nações através de um complexo industrial-tecnológico, que além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma-se pelo seu poder e soberania, como a 'verdade'" ((MARCONDES FILHO, 1989, p. 11). Um conglomerado jornalístico "é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro da objetividade" ((MARCONDES FILHO, 1989, p. 11).

Dênis de Moraes (2013) ilustra a anatomia do sistema midiático contemporâneo como uma árvore que abriga em seus galhos os setores da informação e do entretenimento, sendo que cada um destes galhos se combina com outros por intermédio de um fio condutor invisível, representado pelas tecnologias avançadas, que entrelaça e lubrifica os demais "em um circuito comum de elaboração, irradiação e comercialização de conteúdos, produtos e serviços" ((MARCONDES FILHO, 1989p. 19).

Esta árvore metafórica é de propriedade de poucas corporações "que se incumbem de fabricar volume convulsivo de dados, sons e imagens, em busca de incessante lucratividade em escala global" (MORAES, 2013, p 19) e conseguem se estabelecer devido "à potencia planetarizada de seus canais, plataformas e suportes de comunicação digitais, que interligam, em tempo real e com velocidade inaudita, povos, sociedades, economias e culturas" (MORAES, 2013, p. 19). Moraes define como "um poder desmaterializado, penetrante, invasivo, livre de resistências físicas e territoriais, expandindo seus tentáculos para muito além da televisão, do rádio, dos meios impressos e do cinema" (MORAES, 2013, p. 19).

Numa tentativa de resumir as principais características deste sistema midiático, Moraes (2013) afirma que em primeiro lugar "evidencia a capacidade de fixar sentidos e ideologias, interferindo na formação da opinião pública e em linhas predominantes do imaginário social" (p. 20); posteriormente "demonstra desembaraço na apropriação de diferentes léxicos, a serviço de suas conveniências particulares" (MORAES, 2013, p. 20); e, finalmente "incute e celebra a vida para o mercado, a supremacia dos apelos consumistas, o individualismo e a competição" (MORAES, 2013, p. 20). O modelo segue uma lógica concentracionária e expansivamente reprodutiva do mercado e da cultura tecnológica, onde os

projetos mercadológicos e as ênfases editoriais “operam, consensualmente para reproduzir a ordem do consumo e conservar hegemonias constituídas” (MORAES, 2013, p. 21).

De acordo com o Moraes (2013, p. 21), “os megagrupos midiáticos detém a propriedade dos meios de produção, a infraestrutura tecnológica e as bases logísticas como parte de um sistema que rege habilmente os processos de produção material e imaterial” Moraes (2013, p. 21). Para explicar a complexidade deste sistema, Moraes esclarece a importância de considerar que a digitalização “atraiu players internacionais para operações em todos os continentes; intensificou transmissões e fluxos em tempo real; instituiu outras formas de expressão, conexão, intercâmbio e sociabilidade por meio da internet (comunidades virtuais, redes sociais)” Moraes (2013, p. 21) bem como “agravou a concentração e a oligopolização de setores complementares” Moraes (2013, p. 21) como a imprensa, o rádio, a televisão e a internet, dentre outros.

O mercado midiático é muito lucrativo e desempenha um duplo papel estratégico no processo de reprodução ampliada do capitalismo. Moraes (2013, p. 46) enumera que o primeiro papel “diz respeito à sua condição peculiar de agente discursivo da globalização e do neoliberalismo” Moraes (2013, p. 46), pois além de legitimar o ideário global, “também o transforma no discurso social hegemônico, propagando valores e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas” Moraes (2013, p. 46). Os conglomerados de mídia também exercem o papel de agentes econômicos, pois “figuram entre as trezentas maiores empresas não financeiras do mundo e dominam os ramos de informação e entretenimento, com participações cruzadas em negócios de telecomunicações, informática e audiovisual” (MORAES, 2013, p. 46-47).

Uma das consequências do mundo globalizado consiste no desalojamento da ideia original de territorialidade e destarte “afeta a noção de identidade associada à partilha de crenças e sentidos comuns” (MORAES, 2013, p. 47), além disso, “as políticas de programação almejam a maximização dos lucros, dentro das conveniências das fontes controladoras de emissão” (MORAES, 2013, p. 47) que muitas das vezes não possuem “filiais ou estruturas físicas em países onde suas mercadorias são comercializadas por sócios ou representantes locais” e vinculam as diferenças socioculturais aos interesses comerciais (MORAES, 2013, p. 48). Sob este aspecto, comenta:

> Ainda que tenha sido ampliado, de modo exponencial, o espectro de produção, difusão e circulação de bens e serviços simbólicos, a mundialização cultural se inscreve mais na órbita das exigências mercadológicas do que propriamente nas variedades qualitativas ou em usufrutos equânimes de conhecimentos e informações (MORAES, 2013, p. 48).

A partir deste contexto de concentração monopólica, faz-se necessária a busca por diversidade, que "pressupõe revitalizar manifestações do contraditório, confrontar pontos de vista e estimular trocas horizontais entre as culturas de povos, cidades e países" (MORAES, 2013, p. 49) , sendo que esta pode ser assegurada com "políticas públicas que valorizem a comunicação como direito humano e contribuam para deter a oligopolização da produção simbólica" (MORAES, 2013, p. 49) que podem ser "mecanismos democráticos de regulação, de universalização de acessos, de proteção do patrimônio cultural intangível, de usos educativos e comunitários das tecnologias" (MORAES, 2013, p. 49).

Dênis de Moraes conclui sua crítica ao sistema midiático esclarecendo que a diversidade não significa aumentar as opções de consumo que por sua vez, "impõem ambições mercantis sobre as aspirações sociais por livre expressão e pluralidade" (MORAES, 2013, p. 49), ela "só se alcança com o fortalecimento de vozes da cidadania, das dinâmicas participativas e múltiplas práticas culturais e interculturais (MORAES, 2013, p. 49).

O Brasil é dominado por grupos familiares e alianças políticas com as elites de poder local e estes grupos detém as propriedades dos principais conglomerados de comunicação do país, como a Rede Globo (família Marinho), SBT (Abravanel) e Bandeirantes (Saad), consolidando-se por intermédio da propriedade cruzada na radiodifusão (rádio e televisão) e/ou na mídia impressa (jornais e revistas). Podemos destacar também as famílias Civita (grupo Abril), Frias (*Folha de São Paulo*) e Mesquita (*O Estado de São Paulo*). A Globo é o único dos grupos a atuar em todos os segmentos (TV, rádio, jornal, revista, internet, filmes, editora, gravadora) e é proprietária de 227 veículos. "Presentes nas 27 unidades federativas, a família Marinho está associada aos mais importantes grupos regionais e lidera o mercado de publicidade" (VELOSO, 2014, p. 46).

No âmbito regional, o principal elemento que impulsiona a influência que os grupos familiares exercem em seus estados é a associação com as redes de TV nacionais. Os Sirotsky Rede Brasil Sul (RBS), do Rio Grande do Sul, representam "a principal expressão do poder midiático regionalizado do país" (VELOSO, 2014, p. 46). No Nordeste há o domínio das famílias Magalhães (Bahia), Alves (Rio Grande do Norte), Sarney (Maranhão), Collor (Alagoas) e Jereissati (Ceará). No Centro-Oeste as famílias Câmara (Goiás, Distrito Federal e Tocantins) e Zahran (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Enquanto no Norte temos a família Daou (Amazonas) e os Maioranas e Barbalhos aqui no Pará (VELOSO, 2014, p. 46-47).

De acordo com dados do Projeto Donos da Mídia[8] do início de 2016, há no Brasil 41 grupos de abrangência nacional e 551 veículos controlados por estes grupos. O projeto define grupos nacionais de mídia como o conjunto de empresas, fundações ou órgãos públicos que controlam mais de um veículo, independentemente de seu suporte, em mais de dois estados. Os 10 principais grupos acumulam 328 veículos, ou seja, quase 60% do total, e são ligados à grupos familiares, políticos, religiosos ou pertencem ao governo federal, como ilustra a tabela abaixo:

Quadro 1 – Os dez maiores grupos de mídia nacionais ligados às Redes de TV

Grupos	Veículos
Abril - ligado à MTV	74
Globo - ligado à Globo	69
Band - ligado à Band	47
Gov. BR - ligado à EBC	46
IURD - ligado à Record	27
Associados - ligado à SBT	19
Sisac - ligado à Novo Tempo FM	14
Renascer - ligado à EBC	11
FJPII - ligado à Canção Nova	10
SBC - ligado à SBT	10

Fonte: Levantamento feito pelo "Projeto Donos da Mídia" (2016).

Dominantes no campo da comunicação de massa no estado do Pará, Brasil, as Organizações Rômulo Maiorana (ORM), pertencentes à família Maiorana, e a Rede Brasil Amazônia (RBA), do ex-governador e atual senador Jader Barbalho (PMDB), detêm "a concessão dos principais canais de televisão do Estado: TV Liberal, retransmissora da TV Globo e líder de audiência; e TV RBA, retransmissora da Bandeirantes" (VELOSO, 2014, p. 46-47) respectivamente. Também são proprietários de dois dos maiores jornais impressos da região Norte: *O Liberal*, dos Maioranas, e o *Diário do Pará*, dos Barbalhos. O grupo RBA controla três emissoras de rádio na capital – Rádio Clube AM, Diário FM e 99 FM – e cinco no interior do estado, ao passo que as ORM possui um segundo jornal impresso diário, o *Amazônia*, uma emissora de TV a cabo, duas emissoras de rádio na capital – Liberal AM e

[8] Disponível em: <http://donosdamidia.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Liberal FM – e quatro no interior, um portal na internet, além de oito emissoras de TV no interior. “Desde 2007 o grupo Liberal firmou contrato com Rádio Globo, unindo em cadeia via satélite com a Liberal AM, e durante alguns anos a rádio Liberal foi parceira da CBN, com produção local para a rede noticiosa das Organizações Globo” (VELOSO, 2014, p. 46).

Veloso (2014, p. 47) afirma que “mantidos por oligarquias empresariais e políticas, os veículos de comunicação regionais sofisticaram-se na forma, mas se mantém conservadores na concepção do conteúdo”, onde “predomina a visão hegemônica, que superficializa os acontecimentos” Veloso (2014, p. 47) e os submete ao chamado “pensamento único”, contrapondo-se “a um mundo cada vez mais complexo e plural” Veloso (2014, p. 47). É notório que a linha editorial desses veículos de comunicação prioriza de forma absoluta os interesses de seus dirigentes, que “estão sempre muito distantes do conceito de comunicação como bem social, ao qual todos podem ter acesso indiscriminadamente” (VELOSO, 2014, p. 47) e vai mais fundo em sua crítica no trecho abaixo:

> Nas páginas dos jornais diários e nos jornalísticos produzidos por emissoras de rádio e TV, esportes, *fait divers*, colunas sociais e vida de celebridades disputam espaço com o material fornecido pelas agências de notícias nacionais e internacionais, cujo valor intrínseco, se não deve ser desmerecido, pouco contribui para a constituição de um senso crítico permanente em face das demandas da cultura, da política e da economia regionais. (VELOSO, 2014, p. 47).

Veloso defende que as limitações são resultantes das “castrações” a que as empresas de comunicação estão submetidas e as atribui em primeiro lugar ao anunciante e, posteriormente, ao governo “que não é só um dos maiores anunciantes, como dono do poder de aprovar ou cassar as concessões para operações dos canais de rádio e TV em todo o País” (VELOSO, 2014, p. 49) e propõe um pensar sobre a história da imprensa do Pará em três fases, começando pela inaugural “onde os jornais foram produzidos artesanalmente e investiram no tom panfletário, ajudando a nutrir os debates em torno das guerras pela independência” (VELOSO, 2014, p. 49), a seguinte, “quando a imprensa pós-republicana começou a se profissionalizar, mas permaneceu dominada pela virulência das paixões políticas, sendo esta sua principal razão de ser” e a contemporânea, “quando os jornais organizaram-se em industrias culturais cuja marca é o monopólio da informação, enquanto permanecem atrelados a grupos políticos” (VELOSO, 2014, p. 49), com a diferença é que agora “este atrelamento acontece de modo quase sempre escamoteado” (VELOSO, 2014, p. 49).

Tradicionalmente se diz sobre notícia como o que foge da normalidade, mas para Ciro Marcondes Filho (1989) se torna notícia aquilo "cuja a anormalidade interessa aos jornais como porta-vozes de correntes políticas" (MARCONDES FILHO, 1989, p. 13). Os jornais rearranjam e a acomodam a anormalidade na sua argumentação diária contra setores ou grupos sociais, fazendo com que o extraordinário só vire notícia "quando pode ser utilizado como arma no combate ideológico" (MARCONDES FILHO, 1989, p. 13). Sendo assim, os jornais seriam "como pontas de *icebergs*, que no nível externo representam a democracia formal, na qual todos são iguais, e, no fundo, escondem o poder político ou econômico que os sustenta" (MARCONDES FILHO, 1989, p. 13).

Pierre Bourdieu (1997) afirma que "os jornalistas têm 'óculos' especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado" (BOURDIEU, 1997, p. 25), sendo o jornalismo uma parte seletiva da realidade e, segundo Nelson Traquina (BOURDIEU, 1997, 2005a, p. 26) dada à sua "autonomia relativa", tem "poder" e consequentemente seus profissionais tem poder, pois "são participantes ativos na definição e na construção das notícias, e, por consequência, na construção da realidade" (TRAQUINA, 2005a, p. 26). Então, como na alegoria de Platão, esta pesquisa tenta quebrar os grilhões que nos limitam à mídia hegemônica e, mesmo com a visão quase cega pela luminosidade da luz exterior, olhar para a realidade de fora da caverna sob uma ótica diferente, na experiência alternativa da narrativa jornalística que a agência Pública experimenta e identificar no que ela se diferencia das imagens projetadas pelas sombras projetadas nas paredes.

2.2 As mídias alternativas e as novas tendências do jornalismo

Para contrapor o modelo hegemônico do sistema midiático, Socorro Veloso aborda o alternativo no jornalismo e faz remissão ao incômodo do pesquisador britânico Downing, (VELOSO, 2014, p. 27), com "a profusão de pesquisas em comunicação voltados aos meios hegemônicos, em detrimento das formas alternativas de expressão".

A autora considera como "alternativos" aqueles "veículos que prezam pelo descomprometimento de sua linha editorial com o poder dominante, operando à revelia de pressões econômicas" que também recebem outras denominações como "*underground*", "radical", "independente", "dissidente", "de resistência" ou "do leitor", no entanto é o rechaço à estrutura vigente o que fundamentalmente constitui o alternativo na comunicação (VELOSO, 2014, p. 28).

Para Downing (2003), os meios alternativos emergiram de um modelo disposto a confrontar as estruturas ideológicas dominantes, em conformidade com as noções de contra-hegemonia e contra-hegemônico, bastante comuns entre os escritores influenciados pelo pensamento de Gramsci, quando este esperava que "os comunicadores intelectuais/ativistas se integrassem organicamente com as classes trabalhadoras para o desenvolvimento de uma ordem social e culturalmente superior" em contraposição aos "intelectuais organicamente integrados com as classes dominantes, cujos esforços comunicativos fortaleceram a hegemonia do capital". (DOWNING, 2003, p. 48).

Ciro Marcondes Filho (1989) coloca como questão central neste debate o "jornalismo conformista de consciências" e produtor de "mentes mal informadas" e citando experiências modestas e isoladas de publicações europeias não alinhadas, surgidas a partir de maio de 1968 e influenciadas pela realidade histórica na qual emergiram (como o italiano *Lotta Continua*, o alemão *Taz* e o francês *Liberátion*, fundado por Jean-Paul Sartre) tenta exemplificar como seria um jornal "não submetido às condições de produção impostas pelo campo hegemônico" (VELOSO, 2014, p. 34).

No Brasil, Veloso (2014, p. 35) explica que "os processos contra-hegemônicos, de resistência à monopolização da palavra impressa pelas elites" registrou um período de intensa reprodução de títulos da chamada "imprensa alternativa" entre os anos 1960 e 1970. Se a história do jornalismo brasileiro só viveu impulso similar no início do século XIX, em meio às lutas contra Portugal, neste novo momento os jornais foram criados com o objetivo de confrontar o regime instaurado em 1964.

Veloso (2014, p. 41) diferencia os modelos de jornalismo contra-hegemônicos praticados nos anos 1960 e 1970 com o da atualidade a partir de seu escopo. Se durante a ditadura militar "o embate se dava contra o autoritarismo do regime, hoje tem como alvo preferencial o discurso unissonante da grande imprensa" e completa:

> Seja na forma impressa ou audiovisual, seja por meio de sites e blogues, esses meios alternativos de jornalismo no Brasil da pós-ditadura têm em comum a proposta de atuar como uma espécie de contrapoder no campo midiático, buscando maneiras de trazer à tona um outro discurso da realidade, cuja marca singular é a recusa ao consenso. Esses veículos expressam um modelo de jornalismo que pode se apresentar como alternativo, dissidente ou de resistência. [...] A discussão fundamental reside no fato de que são experiências contra-hegemônicas, conduzidas de modo a ecoar não só questões historicamente recusadas pela grande imprensa, mas também no sentido de uma outra leitura possível para o modo como os fatos são narrados. (VELOSO, 2014, p. 41).

Neste cenário surgem, especialmente na América Latina, agências alternativas de notícias que rejeitam "os controles ideológicos da mídia convencional, recorrem à ambiência descentralizada e interativa da internet para renovar sistemáticas de produção, difusão e circulação social de informações, em moldes colaborativos e não lucrativos" e fazem uso de ferramentas digitais com intenções contra-hegemônicas ao difundir "conteúdos de contestação às formas de dominação impostas por classes e instituições hegemônicas, ao mesmo tempo em que priorizam temáticas relacionadas aos direitos de cidadania e justiça social" (MORAES, 2013, p. 103).

Nos últimos tempos, mais precisamente no início deste século, Peruzzo (2009, p. 134) observa uma "retomada crescente de iniciativas de comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil, agora incorporando inovadores formatos e canais de difusão possibilitados pelas novas tecnologias de informações e comunicação (NTIC)" que para Lemos (2008, p. 79):

> Permitem a comunicação individualizada, personalizada e bidirecional, em tempo real, resultantes das convergências tecnológicas que transformam as antigas através de revisões, invenções ou junções, onde ao modelo Um-Todos da mídia tradicional opõe-se o modelo Todos-Todos, o que vem causando mudanças estruturais na produção e distribuição da informação.

Exemplo desta mudança está na forma de jornalismo mais recente, o jornalismo digital[9] – definido por Barbosa (2007, p. 127-128) como "aquele feito no âmbito da internet e que pressupõe a coleta, produção, publicação e disseminação de conteúdos através da web e também de outros dispositivos como celulares, t*ablets*, etc" – é a modalidade na qual "as novas tecnologias já não são consideradas apenas como ferramentas, mas, sim, como constitutivas dessa prática jornalística" caracterizada pela interatividade, hipertextualidade, multimidialidade, personalização, atualização contínua em fluxo e a memória (arquivamento).

Enquanto isso Wolton (2003, p. 188) defende que as novas tecnologias de comunicação "constituem, na realidade, uma inovação técnica; todavia, como o estatuto da comunicação em uma sociedade não depende só da técnica, mas também das dimensões culturais e sociais, é em relação a este conjunto de três características que é preciso avaliar". Sobre esta a afirmação Peruzzo (2009, p. 143) exemplifica a temática do direito à comunicação, que "há 30 anos não encontrou ressonância nas sociedades latino-americanas, hoje ela é assumida como algo imprescindível, ainda que no nível dos movimentos de direitos humanos e daqueles ligados à comunicação", além disso defende que:

[9] Suzana Barbosa (2007) optou por utilizar tal terminologia para caracterizar a nova modalidade de jornalismo, também denominada como jornalismo online, webjornalismo, ciberjornalismo, jornalismo contextualizado.

> as novas manifestações alternativas de comunicação, ao incorporar suportes digitais e interativos em tempo real, engendram não só conteúdos diferenciados a partir de novos olhares tendo em vista a desalienação, mas também novos procedimentos de ação na construção e na difusão de mensagens, na socialização de conhecimentos técnicos (e outros), na criação de códigos compartilhados de conduta e na instituição de novas relações sociais de produção que põem em suspensão a hierarquia, a burocracia tradicional e o sentido da propriedade privada. (PERUZZO, 2009, p. 143).

No livro Mutação no Jornalismo, Jorge (2013, p. 152) afirma que "a notícia começou no jornalismo oral, com os primeiros relatos dos homens das cavernas – ou antes, com os desenhos de pedra", posteriormente se disseminou com os pregadores e jograis, "desenvolveu-se no jornal impresso e veio encontrar a Tecnologia da Informação e das Comunicações (TICs)".

As novas tecnologias promoveram diversas reconfigurações nas sociedades industriais pós-modernas, trazendo profundas modificações sobre o trabalho, o emprego, a vida cotidiana. O acesso à internet é um item tão necessário quanto a energia elétrica e nossa percepção dos acontecimentos sofre crescente dependência das interfaces e telas de smartphones, *tablets* e computadores cada vez mais portáteis. Nossas interações estão sendo mediadas por esses *gadgets* e aplicativos que, além de ampliar o potencial de comunicação, permitem a produção de conteúdo mais farta da história. (JORGE, 2013, p. 152).

Em um cenário de abundância de conteúdo é natural que o jornalismo seja afetado e também desenvolva novas possibilidades. Neste contexto, por muito tempo se adaptou o modus operandi do jornalismo tradicional no desenvolvimento do jornalismo na internet, que não alcançou o espaço cibernético pura e simplesmente sem alterações, pois tudo – desde a nota comum até a pirâmide invertida, sofreu e ainda sofre mutação verdadeira, vertical, radical e completa (JORGE, 2013, p. 160).

Natália Viana afirma que transformações estruturais no sistema de comunicações estão abalando os alicerces de produção e fazendo que veículos icônicos da era da produção industrial deixem de ser publicados, enquanto surgem iniciativas que inovam o modo de produção jornalística do século XX e completa: "se o modelo comercial, concentrado e voltado para o lucro, baseado em veículos impressos e na televisão, está em crise, isso não significa que o processo de transformação represente uma crise para o jornalismo", ao invés disso representa novas possibilidades que reaproximam os cidadãos (VIANA, 2013, p. 20).

Sobre a crise do jornalismo, o professor Chaparro (2014, p. 53) a identifica no fato de que este perdeu autonomia, pois ao invés de agendar, é agendado e "seduzido por

acontecimentos que já nascem com recheios elaborados para o relato jornalístico". Defende que o jornalismo não ficou à margem do processo, nem perdeu a importância, mas como condição de sucesso para o espaço e o tempo do jornalismo são necessárias ações e discursos em confronto contra os "poderosos patrões dos *media*" e conclui sua crítica afirmando que "o jornalismo está falhando em relação à crítica com os conflitos da atualidade" Chaparro (2014, p. 54):

> Atordoadas pela avalanche diária de fatos e falas imediatamente noticiáveis, ademais, submetidas aos limites operacionais que as razões do negócio lhes impõem dentro das próprias empresas, as redações perderam o hábito e a vontade de investigar por conta própria. Sem investigação jornalística não há como, numa perspectiva de interesse público, atribuir significados e sentidos intelectualmente honestos ao que acontece e é relatado. (CHAPARRO, 2014, p. 54).

De acordo com Chaparro (2014, p. 17), o jornalismo ainda permanece ligado "ao universo dos valores humanistas universais e a compromissos com o bem comum", todavia precisa conviver com a "contradição que a nova era da comunicação nos coloca: o jornalismo só sobreviverá se também for negócio, fonte de lucro". Esta nova era diz respeito às "facilidades de produzir informações, e de socializá-las instantânea e universalmente" em um cenário que demanda "conceitos plurais – interativamente éticos, técnicos e estéticos – para uma nova compreensão do jornalismo" ao assumir predominantemente a vocação de "ambiente confiável e de linguagem narradora, eficaz para a expressão e a viabilização dos confrontos discursivos das ações humanas, na dinâmica da atualidade (CHAPARRO, 2014, p. 17).

Em 2011 o jornalista Doc Searls cunhou o termo jornalismo pós-industrial para sugerir um jornalismo "sem rotativas" ou que não seja organizado "de acordo com as regras de proximidade do maquinário de produção" e parte do princípio de que instituições perderão receita e participação de mercado caso não explorarem novos métodos de trabalho e processos viabilizados pelas mídias digitais para manter ou aumentar sua relevância (ANDERSON et al., 2013, p. 37-38).

Em 2012, o Tow Center for Digital Journalism da Columbia Journalism School[10], da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, elaborou um relatório de pesquisa traduzido com exclusividade pela revista de Jornalismo da ESPM e dividido em três partes: Jornalistas, Instituições e Ecossistema, "o documento apresenta o atual estágio do jornalismo, em que as

[10] Disponível em: <http://towcenter.org/>. Acesso em: 10 jul. 2015.

condições técnicas, materiais e os métodos empregados na apuração e divulgação das notícias até o fim do século XX já não se aplicam" (ANDERSON, et al., 2013, p. 30).

De acordo com o relatório produzido em 2012 por C.W. Anderson, Emily Bell e Clay Shirky, traduzido no Brasil por Félix (2013, p. 32), o jornalismo era uma indústria mantida em pé por circunstâncias que geralmente mantém um setor em atividade como "a similitude de métodos entre um grupo relativamente pequeno e uniforme de empresas e a incapacidade de alguém de fora desse grupo de criar um produto competitivo".

Naturalmente essas condições eram características de um época de escassez de informação, onde o jornalismo cumpria a função de *gatekeepers*[11] no que tange à seleção do que seria ou não noticiado. Esta lógica foi invertida nos últimos 15 anos, pois a partir de uma explosão de técnicas e ferramentas, todo mundo passou a ter bem mais liberdade, como afirma o relatório:

> Produtores de notícias, anunciantes, novos atores e, sobretudo, a turma anteriormente conhecida como audiência, gozam hoje de liberdade inédita para se comunicar, de forma restrita ou ampla, sem as velhas limitações dos modelos de radiodifusão e da imprensa escrita" (ANDERSON et al., 2013, p. 32).

As novas possibilidades que o jornalismo oferece exige também a adoção de novas formas de organização, quebrando a tendência de veículos de comunicação tradicionais de "preservar seus métodos de trabalho como hierarquia, mesmo com o colapso de velhos modelos negócios e a incompatibilidade de novas oportunidades com velhos padrões." (ANDERSON et al., 2013, p. 32). O dossiê presume que a mera incorporação das novas técnicas não é suficiente para se adaptar ao novo ecossistema. A estrutura organizacional dos veículos de comunicação precisa de alterações radicais para aproveitar o acesso de indivíduos, multidões e máquinas. O estudo parte de cinco convicções: a) O jornalismo é essencial; b) O bom jornalismo sempre foi subsidiado; c) A internet acaba com o subsídio da publicidade; d) A reestruturação se faz, portanto, obrigatória; e) Há muitas oportunidades de fazer um bom trabalho de novas maneiras (ANDERSON et al., 2013, p. 33).

É o caso da Pública – Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo, um modelo diferenciado que rompe com a lógica tradicional desde o financiamento de sua estrutura de trabalho, passando pela seleção das pautas, pelo estilo de texto produzido e, principalmente, pela intencionalidade na disseminação de seus conteúdos. De acordo com a análise é possível

[11] De acordo com Pena (2006, p. 133), o conceito de *gatekeeper* "refere-se à pessoa que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia", o termo denomina uma das teorias do jornalismo em que *gate* significa portão, em inglês, e *keeper* é a pessoa responsável por sua abertura ou não. Quem decide o que é notícia ou não "é uma espécie de porteiro ou selecionador" Pena (2006, p. 133).

identificar a aplicabilidade dessas afirmações inerentes ao pós-industrialismo no jornalismo praticado pela Agência Pública.

Quando se propõe a atuar como uma agência que busca a circulação de conteúdo relevante e que diversifique o debate sobre temas de relevantes para a sociedade, a Pública atende a convicção da essencialidade do jornalismo apresentada no estudo. O entendimento de que o papel do jornalista enquanto porta-voz da verdade, formador de opinião e interprete é insubstituível e não deve ser reduzido é ponto crucial na atuação da agência, pois seus repórteres não são meros narradores de fatos. De certa forma atuam como agentes de transformação, de questionamento. As pautas publicadas no site e nos livros-reportagem não tem um prazo de fechamento curto como nas redações tradicionais, porque não é a proposta atender o mercado diário de jornais e sim elaborar um material que consulte as fontes primárias, ouça todos os lados das relações e, dentro da pluralidade jornalística, produza um material de qualidade em detrimento da velocidade. O ritmo do trabalho é mais lento, todavia seus resultados possuem relevância e longevidade maiores que os do *hard 35onh*, como afirma o relatório de Anderson et al. (2013, p. 33):

> Precisamos, hoje e num futuro próximo, de um exército de profissionais que se dedique em tempo integral a relatar fatos que alguém, em algum lugar, não deseja ver divulgados, e que não se limite apenas a tornar disponível a informação (mercadoria pela qual somos hoje inundados), mas que contextualize a informação de modo que chegue ao público e nele repercuta.

No que tange ao subsídio, a Pública não esconde a necessidade de remunerar seus profissionais e colaboradores, todavia busca alternativas de financiamento que não interfira no teor de suas publicações nem no aspecto estético – não há no site da agência nenhum banner de propaganda seja de empresa ou do poder público –, quanto no conteúdo produzido. Esta é uma das prerrogativas para a independência das investigações promovidas pela Pública. Nem as ONGs e fundações internacionais sem fins lucrativos que contribuem para a execução das reportagens tem qualquer interferência no resultado final do que é publicado.

Neste mesmo aspecto em relação aos subsídios, a internet também permite um engajamento ainda maior dos leitores com a agência. Se por um lado, a arrecadação para grandes projetos tem sido bem sucedida no sistema de financiamento coletivo (*crowdfunding*), no mesmo caminho a oferta de micro-bolsas de reportagem de R$ 6 mil e a escolha das pautas a partir de um conselho editorial formado por colaboradores se mostra de eficiência crescente a cada ano. Todo o processo passa a ter a participação dos leitores-prosumidores (produtores + consumidores) de conteúdo.

Diferente dos veículos tradicionais de jornalismo, a Pública não precisou de reestruturação, pois a novidade no formato já existe desde sua gênese. É uma agência de reportagens criada justamente dentro de uma nova proposta de distribuição da notícia. (MOUILLAND; DAYRELL 2012, p. 407) explicam que "o novo cenário impôs mudanças nas redações que, em grande medida, passam a funcionar como agências de notícias. Tornam-se centros de produção de matérias para diferentes meios", algo que já acontece na Pública, onde também ocorre a mistura de pessoas que trabalham para diferentes mídias – em na maioria das vezes todos trabalham pensando em todas as mídias possíveis.

Pois, de acordo com a última convicção do relatório, há muitas oportunidades de fazer um bom trabalho de novas maneiras e a agência tem demonstrado inventividade para experimentar em todos os aspectos. Hoje o jornalista "tem novas ferramentas para transmitir a informação de forma visual e interativa. Tem muito mais maneiras de fazer seu trabalho chegar ao público – a ubiquidade da busca, a popularização de fontes constantemente atualizadas" (ANDERSON et al., 2013, p. 38) faz com que o público tenha muito mais meios de obter e processar notícias. (ANDERSON et al., 2012, p. 407) identificam que mesmo na internet as regras básicas do bom jornalismo devem ser seguidas, como a "exatidão e precisão dos fatos; identificar as fontes; evitar os conflitos de interesse; publicar histórias em que prevaleça o interesse público; ouvir as diversas partes envolvidas; corrigir erros; ordenar a avalanche de informações, interpretá-las e contextualizá-las", algo que se encontra no cerne do trabalho da Pública.

Além dos já anteriormente citados moldes de financiamento, seleção e produção de notícias, também se observa ousadia também na multiplicidade de formas como as reportagens são apresentadas. Desde o formato de jornalismo online com texto, imagens e vídeos, passando por livro-reportagens, áudio-documentários e até o uso de HQs, como os elaborados para reconstituir a cadeira da prostituição feminina no Nordeste na época da Copa do Mundo de 2014.

Há ainda muita discussão a ser feita no que tange ao jornalismo pós-industrial, especialmente no Brasil, onde o modelo é extremamente hegemônico e centralizador, no qual predominam veículos de comunicação que estão vinculados a interesses econômicos de empresas e oligarquias políticas, que inclusive evitam uma discussão mais profunda acerca da democratização da mídia através de simplificações equivocadas e ainda estão presos a estruturas arcaicas.

De acordo com o dossiê, "o aspecto mais animador e transformador do atual cenário jornalístico é poder explorar novas formas de colaboração, novas ferramentas de análise e

fontes de dados e novas maneiras de comunicar o que é de interesse do público" (ANDERSON et al., 2013, p. 38). Neste sentido, apesar de estar em fase ainda inicial, a Agência Pública é uma das pioneiras no Brasil e apresenta elementos que merecem considerável atenção para estudos posteriores e mais aprofundados no que tange às mudanças no jornalismo e nas possibilidades que a convergência digital permite, o que encontra eco em Chaparro (2014, p. 17-18) quando este afirma que "para o próprio sucesso, o jornalismo terá que se aperfeiçoar como discurso elucidativo independente, até porque só assim poderá ser ético e impor balizamentos éticos à interpretação da realidade que relata", desta forma se valoriza o investimento em confiabilidade para encontrar o ponto de equilíbrio (e também o de tensão criativa) na contradição que opõe empresários da informação e jornalistas.

2.3 O campo dos *medias* e o campo jornalístico

Ao introduzir a sociologia reflexiva, Bourdieu (1989) propõe que o investigador pense relacionalmente e este pensamento está diretamente ligado ao entendimento de "uma dimensão teórica-metodológica que permite interpretar a produção de sentidos a partir de lugares sociais dos agentes nas relações sociais que conformam um dado campo" (CASTRO, 2015, p. 226).

Bourdieu (1989; 1997) campo é uma noção caracterizada pela autonomia de certo domínio de concorrência e disputa interna e o define como espaço social estruturado em um campo de forças onde há dominantes e dominados, com relações constantes e permanentes de desigualdade que são exercidas no interior desse espaço. Também pode ser considerado campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças em que "cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias" Bourdieu (1989, p. 57).

É importante ressaltar que Bourdieu (1989) amplia o sentido de capital da concepção marxista, entendendo que o termo não se restringe ao acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas todo recurso ou poder manifestado através de uma atividade social.

O *capital econômico*, compreendido por renda, salário, imóveis, coexiste e é imprescindível para a compreensão do *capital cultural*, o qual estão os saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas, títulos ou reconhecimento e legitimação por seus pares, e do *capital social*, que são relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação (BOURDIEU, 1989).

O que Bourdieu (1989) define como *capital simbólico* é o que podemos chamar de prestígio ou honra e que faz possível identificar os agentes no espaço social, fazendo a desigualdade não decorrer apenas das diferenças econômicas, mas também por consequência da deficiência de capital cultural no acesso a bens simbólicos. É o capital simbólico que promove a violência simbólica, que consiste na dominação consentida, a partir da naturalização de regras e crenças e da incapacidade crítica de reconhecer as arbitrariedades de tais regras impostas pelas autoridades dominada de um campo (BOURDIEU, 1989).

Rodrigues (1990) afirma que a "esfera da comunicação" na modernidade é constituída como um campo relativamente autônomo, que o autor define como "campo dos media", cuja designação é utilizada para dar conta da

> instituição de mediação que se instaura na modernidade, abarcando, portanto, todos os dispositivos, formal ou informalmente organizados, que têm como função compor os valores legítimos divergentes das instituições que adquiriram nas sociedades modernas o direito a mobilizarem autonomamente o espaço público, em ordem à prossecução dos seus objetivos e ao respeito dos seus interesses (RODRIGUES, 1990, p. 152).

Para Rodrigues (1990, p. 153) essa "é uma noção abstrata com a qual se pretende dar conta de todo um conjunto de funções indispensáveis ao funcionamento da sociedade", todavia é "um campo em que as funções expressivas predominam sobre as funções pragmáticas" e "o dizer prevalece sobre o fazer", fazendo o discurso assumir na modernidade "uma posição central na estruturação do tecido social". (RODRIGUES, 1990, p. 158). Esteves (2007, p. 143) complementa que "embora as funções gerais de mediação estejam presentes em todos os campos sociais, em alguns deles esta função constitui a própria razão de existência" Esteves (2007, p. 143) sendo os mecanismos de mediação tem como função garantir a abertura dos campos sociais ao exterior, para que cada um deles possa se relacionar com os demais, por esta razão é no campo dos *media* que as funções de mediação social tem maior importância.

O campo dos media cumpre nas sociedades mais desenvolvidas a função primordial de mediação simbólica, conferindo-lhe um lugar central na gestão dos conflitos e esta centralidade posiciona o campo dos media como um espaço social de negociação permanente: "dos diferentes campos sociais com o campo dos média (cada um procura conquistar a posição mais favorável de uso da palavra pública) e dos diferentes campos sociais entre si" (ESTEVES, 2007, p. 168-169) e enquanto nos canais oficiais as negociações geralmente são conduzidas em termos formais e explícito, "no campo dos media a negociação assume caráter

latente e implícito" (ESTEVES, 2007, p. 170), não existindo uma continuidade direta, articulando-se sob uma certa tensão, "de acordo com um sistema de compensações mútuas.

Para Rodrigues (1990, p. 155) "ao contrário da natureza própria da legitimidade dos campos sociais pré-modernos, a legitimidade do *campo dos media* é de natureza predominantemente vicária ou delegada" , isso quer dizer que sua legitimidade é resultante "de um processo de autonomização de uma parte das funções de mediação dos outros campos sociais", enquanto que sua natureza específica se assenta "na elaboração, na gestão, na inculcação e na sanção dos valores de representação, de transparência e de legibilidade do mundo da experiência" Rodrigues (1990, p. 155) em uma sociedade cuja característica é a "natureza fragmentada da experiência do mundo" Rodrigues (1990, p. 155).

Neste sentido, Esteves (2007, p. 226) demonstra tal complexidade explicando que as "relações de força e de poder deixam de ser exteriores ao campo dos media, ao mesmo tempo que, a par dos fluxos verticais (que ligam a sociedade civil e o Estado), se estabelecem no interior do campo igualmente fluxos de comunicação horizontais e diagonais", por um lado essa relação "resulta de mutações estruturais profundas nas sociedades modernas, que conferem uma importância extraordinária aos processos simbólicos de mediação social" Esteves (2007, p. 226), por outro "é atravessada por contradições próprias do campo dos media", ou seja, "a opinião pública se torna prisioneira dos conflitos de interesse que se fazem sentir no interior do próprio campo" Esteves (2007, p. 227).

Bourdieu (1997, p. 55) delimita o campo jornalístico explicando que através da descrição do mundo do jornalismo como um microcosmos com leis próprias definido por sua pela posição em que se insere no mundo global e "pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos" Bourdieu (1997, p. 55) e que por ser autônomo e ter sua própria lei, "o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos" (BOURDIEU, 1997, p. 55; 60) "o que conta em um campo são os pesos relativos" e exemplifica dizendo que o jornal pode continuar com o mesmo número de leitores, sem sofrer nenhuma alteração e não mudar em nada, todavia pode ser "profundamente transformado porque seu peso e sua posição relativa no espaço se acham transformados" (BOURDIEU, 1997, p. 60) e a luta por dominação neste campo pode ser medida pelo poder de um veículo de comunicação tem de deformar o espaço à sua volta e pela capacidade de "ditar a lei" ((BOURDIEU, 1997, p. 60). Pela definição de Bourdieu, o campo jornalístico deve sua importância no mundo social ao fato de que

> detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de "espaço público", isto é, à grande difusão. (BOURDIEU, 1997, p. 65).

A despeito de sua "posição inferior, dominada, nos campos de produção cultural" Bourdieu (1997, p. 65), os jornalistas exercem uma forma raríssima de dominação: "têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à notoriedade pública" Bourdieu (1997, p. 65), não havendo "discurso (análise científica, manifesto político), nem ação (manifestação, greve etc.) que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova da seleção jornalística" Bourdieu (1997, p. 67), permitido aos jornalistas uma espécie de "censura" inconsciente ao reter apenas o que é de seu interesse ou capaz de "prender sua atenção" se encaixando em seus critérios pré-definidos para caber em sua grade, relegando "à insignificância ou à indiferença expressões simbólicas que mereceriam atingir o conjunto dos cidadãos" Bourdieu (1997, p. 67) evidenciando uma particularidade do campo jornalístico: "é muito mais dependente das forças externas que todos os outros campos de produção cultural, campo da matemática, campo da literatura, campo jurídico e campo científico etc.", já que sua autonomia é relativizada em função da dependência direta pela demanda, estando sujeito à sansão do mercado, talvez mais ainda que o campo político Bourdieu (1997, p. 76). "O universo do jornalismo é um campo, mas que está sob pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência" Bourdieu (1997, p. 77).

Por outro lado, o campo jornalístico também age sobre outros campos, pois "ele próprio cada vez mais dominado pela lógica comercial impõe cada vez mais suas limitações aos outros universos" Bourdieu (1997, p. 81). Bourdieu exemplifica que em cada um dos campos "há dominantes e dominados, segundo os valores internos do campo" Bourdieu (1997, p. 81), mas a influência do campo jornalístico se evidencia "quando alguém que não é matemático pode intervir para dar sua opinião sobre os matemáticos" ou "quando alguém que não é reconhecido como historiador poder dar sua opinião sobre os historiadores" Bourdieu (1997, p. 81) e ser ouvido e com a "autoridade" conferida pelos meios de comunicação – no caso em questão, a televisão Bourdieu (1997, p. 82), pois quando um produtor de programas jornalísticos convida um pesquisador, ele lhe dá uma forma de reconhecimento Bourdieu (1997, p. 86).

Em seus estudos sobre Teorias do Jornalismo, Traquina (2005a, p. 26-27) também utiliza o conceito de campo jornalístico e sintetiza que a existência de um "campo" presume

que haja diversos "jogadores", ou seja, "agentes sociais que querem mobilizar o jornalismo como recurso para suas estratégias de comunicação" Traquina (2005a, p. 27), também requer a existência de um *enjeu* ou prêmio disputado por estes "jogadores" e de um grupo especializado formado por "profissionais do campo, que reivindicam possuir um monopólio do conhecimento ou saberes especializados, nomeadamente o que é notícia e sua construção" (TRAQUINA, 2005a, p. 27).

Traquina (2005) ilustra a tensão permanente no campo jornalístico imaginando-o como um campo magnético com dois polos, em que o polo positivo é o "ideológico" e o polo negativo é o "econômico". O "polo ideológico" se refere à ideologia profissional que define o jornalismo como "um serviço público que fornece cidadãos com a informação de que precisam para votar e participar da democracia e age como guardião do cidadão dos eventuais abusos do poder" Traquina (2005a, p. 27). O "polo econômico" é o que associa o jornalismo às praticas mercantis da profissão, como o sensacionalismo, cujo principal objetivo é "vender o jornal/telejornal como um produto que agarra os leitores/os ouvintes/à audiência, esquecendo valores associados à ideologia profissional" (TRAQUINA, 2005a, p. 27).

Essa tensão no campo jornalístico é explicitada por Marcondes Filho (1989, p. 12) como o conflito entre "a voz abafada, sufocada, explosiva da esfera pública popular, que não encontra veículos institucionalizados seus para mostrar 'a outra face da realidade' com a mesma ênfase de um grande jornal diário ou uma estação de TV monopolista de audiência" em um extremo, e no outro "a voz tecnológica, sofisticada e falsa da esfera pública do poder, encobrindo, silenciando, negando a outra" (MARCONDES FILHO, 1989, p. 12).

De acordo com Traquina (2005b, p. 20), o campo jornalístico emergiu nas sociedades ocidentais a partir do século XIX com o desenvolvimento do capitalismo e de outros processos dentre os quais se enquadram a industrialização, a urbanização, a educação em massa, o progresso tecnológico e a emergência da imprensa como *mass media*. De acordo com o autor, "as notícias tornaram-se simultaneamente um gênero e um serviço" e o jornalismo virou "negócio e um elo vital na teoria democrática". Foi a gênese do processo de profissionalização dos jornalistas, que procuravam "maior autonomia e estatuto social" e, no entendimento de Traquina, a profissionalização implica a aparição do campo específico e diferenciado de relações competitivas, onde o *enjeu* ou "prêmio" são as notícias (TRAQUINA, 2005b, p. 20).

Embora a ideologia profissional dos jornalistas tenha sido inspirada e desenvolvida em consonância com a teoria democrática, no qual o jornalismo "deve ser um veículo de informação, para equiparar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício de seus direitos

e voz na expressão das suas preocupações" (TRAQUINA, 2005a, p. 129), Marcondes Filho (1989, p. 13) não "parte da posição ingênua de desvincular a notícia dos confrontos de interesses e de poderes de grupos dominantes na sociedade, nem da acepção de que haja qualquer possibilidade de se realizar um jornalismo objetivo" e define notícia como "informação transformada em mercadoria" e, para isso, ela "sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismos". Também é "um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político" e participa jogo de forças da sociedade só sendo compreensível por meio de sua lógica que supõe três dimensões: "*a)* a inserção da notícia como fator de sobrevivência econômica (infra estrutural, portanto) do veículo (como mercadoria); *b)* como veiculador ideológico; e *c)* como estabilizador político" (MARCONDES FILHO, 1989, p. 13).

2.4 Narrativa e reportagem

A Narratologia, ou seja, "a teoria da narrativa e os métodos e procedimentos empregados na análise das narrativas humanas" (MOTTA, 2013, p. 75) "nasce vinculada ao movimento linguístico conhecido como formalismo russo e ao estruturalismo antropológico e literário francês" (MOTTA, 2013, p. 76) e que atualmente "dedica-se ao estudo dos processos de relações humanas que produzem sentidos através de expressões narrativas, sejam elas factuais ou ficcionais" ou seja, "procura entender como os sujeitos sociais constroem intersubjetivamente seus significados pela apreensão, representação e expressão narrativa da realidade" (MOTTA, 2013, p. 79). Neste sentido é possível enumerar seis razões que justificam o estudo das narrativas:

> 1compreender quem somos, como construímos nossas autonarrações; 2) entender como representamos o mundo; 3) compreender porque às vezes tentamos representar fielmente o mundo e em outras imaginativamente; 4) entender como representamos o tempo, tornando-o um tempo humano; 5) verificar como as narrativas estabelecem consensos a partir de dissensos; 6) 42onhec-las, para melhor conta-las (MOTTA, 2013, p. 88).

O direcionamento deste trabalho guia-se pela segunda razão, pois busca de "compreender como os homens criam representações e apresentações de mundo", especialmente a realidade dos povos amazônicos.

A narrativa jornalística atua como mediadora das pessoas com o mundo exterior "através de representações virtuais e discursivas da realidade". De acordo com Motta (2013,

p. 32-33) “estudar as narrativas como representações sociais pode ensinar muito sobre as maneiras pelas quais os homens constroem essas representações do mundo material e social”, pois de acordo com debates em curso nas ciências sociais, as representações da realidade deslocaram seu ponto de discussão da ontologia filosófica para as ciências da linguagem, cognitivas, antropologia, psicologia e ciências da comunicação e começa a predominar a ideia de que “o ambiente físico e social é subjetivamente interpretado e dotado de sentidos construídos pelo homem a fim de tornar o mundo mais coerente para ele” onde ele não apenas o representa, mas o constitui ao nomeá-lo e 43onhece43us-lo, ou seja, conhecer não é somente refletir nem representar as coisas, mas construir ou fabricar o mundo (MOTTA, 2013, p. 32-33).

As narrativas não só representam a realidade como também apresentam e organizam o mundo, ajudando o homem a constituir a realidade humana. Motta concorda com alguns autores que defendem o fato do homem apreender narrativamente a realidade e “que as narrativas imaginárias ou factuais nos ajudam a sondar e testar a realidade, e simultaneamente instituem as identidades, organizações e sociedades”, numa perspectiva em que “as narrativas forjam indivíduos e nações”, não de forma natural ou uníssona, mas “através de contradições, confrontos, enfrentamentos sociais e simbólicos” (MOTTA, 2013, p. 34).

A narratologia abordada neste trabalho não está reduzida às expressões ficcionais, por não ser um ramo da teoria literária, mas “inclui todas as produções do ser humano cuja qualidade essencial é o relato de uma sucessão de estados de transformação e cujo princípio organizador do discurso é o contar” e neste sentido de produtor de sentidos amplia o interesse para outras áreas como historiografia, ciências políticas, antropologia, direito, comunicação e outras ciências, atribuindo às narrações “uma posição de centralidade nas intersubjetivas relações humanas, capaz assim de dar conta da realidade física e cultural do ser humano” (MOTTA, 2013, p. 79).

As narrativas factuais “procuram estabelecer relações lógicas e cronológicas das coisas físicas e das relações humanas reais ou fáticas” e são “atividades miméticas (imitativas) das ações humanas, metáforas da vida, e guardam com o referente empírico uma relação mais ou menos íntima, dependendo da intenção de verdade de cada uma delas”. O jornalismo é um exemplo de narrativa objetiva, pois trabalha com relatos que buscam aproximação com o real “os narradores procuram, por estratégias e artimanhas próprias, manter a objetividade do relato, representar fielmente o real: procuram contar desde uma visão externa dos fatos, para provocar a falsa imagem que os fatos falam por si mesmos” (MOTTA, 2013, p. 89).

Nos tempos atuais, cada vez mais "a humanidade consolida o conhecimento indireto de mundo, através das diversas linguagens (verbal, gestual, sonora, eletrônica, digital) e de novos meios tecnológicos cada vez mais sofisticados" (MOTTA, 2013, p. 88). Isso ampliou a importância da representação e instituição de mundo pela mídia, tornando-a ainda mais fundamental e conferindo à "construção e constituição do mundo na forma narrativa através da mídia, uma relevância ainda mais estratégica" e recrudesceu a demanda por compreensão dos "processos cognitivos e gnosiológicos por meio das criativas e inovadoras formas narrativas que abundam na mídia" (MOTTA, 2013, p. 88).

Motta (2013, p. 91) ressalta "que a forma narrativa está muito mais presente na mídia do que se imagina", os profissionais da área "sabem que os homens e mulheres vivem narrativamente o seu mundo, que eles e elas constroem temporalmente suas experiências" e por esta razão "exploram com astúcia, premeditação e profissionalismo o discurso narrativo, para causar efeito de sentido", tanto quando almejam o desejo do real quanto o efeito desejado é a emoção. Cabe ao analista buscar "na mídia estórias (narrativas) onde aparentemente elas não parecem estar presentes" e na pesquisa poderá se surpreender "ao notar como o discurso narrativo permeia inúmeros tipos de mensagens em todos os meios de comunicação, inclusive nas mensagens curtas e herméticas da internet".

Portanto, narratologia midiática é diferente da literária, pois nesta o foco além de ser direcionado ao processo de sua comunicação narrativa também deve atenção "na atitude e na posição do narrador, em suas intencionalidades e estratégias, seu papel mediador, nos dêíticos e implicaturas, nos efeitos do sentido possíveis e em outros aspectos do processo integral de comunicação narrativa", diferenciando da narratologia literária, cujo foco é na obra e nas suas estruturas imanentes, por não poder se restringir ao produto o autor conclui que

> interessa ao analista da comunicação narrativa não somente a narrativa em si, mas o processo de comunicação e enunciação, as relações de poder entre o narrador e o destinatário, as intencionalidades implícitas ou explícitas. Não somente o conteúdo isolado, ainda que a análise recaia predominantemente sobre o enunciado ou dela parta. (MOTTA, 2013, p. 92 – 93).

Neste sentido é possível afirmar a existência de "um sugestivo e paradoxal jogo cognitivo de co-construção de sentidos na comunicação jornalística, pois as notícias repassam instruções de uso para muito além do relato dos conteúdos literais" (MOTTA, 2013, p. 93). Para Motta (2013, p. 82) "os discursos narrativos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras de discurso) e recorrem a operações e a opções (modos) linguísticos e extralinguísticos táticos para realizar certas intenções e objetivos", no

entanto, “a organização do discurso, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória: realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produz certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados)” fazendo com que as narrativas “não sejam puras representações da realidade, mas formas de organizar nossas ações em funções de estratégias culturais em contexto” e junto com as narrações são “dispositivos discursivos que utilizamos socialmente de acordo com nossas pretensões” e complementa:

> Narrativas e narrações são formas de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação. Os discursos narrativos literários, históricos, jornalísticos, científicos, jurídicos, publicitários e outros participam dos jogos de linguagem e dos jogos de poder. Analisar as narrativas se transforma em observação de ações e performances socioculturais, mais do que relatos isolados. (MOTTA, 2013, p. 82-83).

Portanto “as narrativas são representações, construções discursivas sobre a realidade humana” e quando relatam “uma história verdadeira acontecida no mundo real ou uma reportagem sobre uma ocorrência de nossa cidade” podemos considerar como “uma versão dentre tantas outras possíveis sobre os episódios ou pessoas reais”, onde são sempre construções discursivas, ou seja “o mundo cultural passa a existir na medida em que nós falamos sobre ele, nós o relatamos e construímos” (MOTTA, 2013, p. 83). Motta (2013, p. 87) segue a perspectiva que “argumenta que o corpo de categorias e conceitos mediante os quais os indivíduos apreendem e ordenam significativamente a realidade cultural não é um reflexo subjetivo de uma estrutura social objetiva” e sim “uma esfera social específica dotada uma lógica própria” e “formam uma estrutura relacional independente que se desenvolve e muda conforme processos próprios”.

A partir da perspectiva da narratologia proposta por Motta (2013, p. 109), há de se considerar na análise “a relação entre os interlocutores desse gênero de comunicação em sua totalidade e especificidade”, levando-se em consideração a existência de “pelo menos três narradores (ou vozes) sobrepostas na comunicação jornalística”: o veículo (jornal, revista, telejornal ou jornal *online*), o jornalista (repórteres, editores, ilustradores, apresentadores) e o personagem (vozes que se manifestam nas reportagens, quase sempre em confronto uma com a outra).

Cabe ao analista “considerar a disputa dos narradores entre si na tarefa de mediação, e a dos dois primeiros com suas fontes na configuração da representação dos incidentes”, em que o autor explica:

> Estudar as estratégias dessas fontes para obter visibilidade, a negociação entre os atores sociais em conflito para aparecer favoravelmente na intriga jornalística, o papel do jornalista-narrador como mediador, as determinações da sua cultura profissional, as estratégias comerciais e interesses do narrador-jornal (ou telejornal), a configuração que o narrador-jornalista faz dos episódios, a síntese temática que vai surgindo à medida que, dia a dia, as notícias sobre um determinado assunto compõem os acontecimentos-intriga, os efeitos do retardamento do desfecho, de criação de expectativas e suspenses estrategicamente introduzidos pelo narrador, por exemplo. (MOTTA, 2013, p. 109).

O texto deve ser tomado como ponto de partida para procurar as conexões e sínteses narrativas, sem deixar de analisar o contexto comunicativo, pois devemos entender as narrativas como "formas de relações que se estabelecem por causa da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades e sob os constrangimentos e as condições sociais da hierarquia de poder", por isso a análise deve buscar a compreensão das "estratégias e intenções textuais do narrador, por um lado, e o reconhecimento (ou não) das marcas do texto e as interpretações criativas do receptor, por outro lado" com ênfase no "ato da fala, na dinâmica de reciprocidade, na pragmática comunicativa, não na narrativa em si mesma". (MOTTA, 2010, p. 146).

Sodré e Ferrari (1986, p. 11) definem narrativa como "todo e qualquer discurso capaz de evocar um mundo concebido como real, material e espiritual, situado em um espaço determinado", não sendo exclusividade da arte ficcional, pois até mesmo quando um jornal diário noticia um fato qualquer, o faz em formato narrativo. "O desdobramento das clássicas perguntas a que a notícia pretende responder (quem, o quê, como, quando, onde, por quê) constituirá de pleno direito uma narrativa". Enquanto a narrativa literária de ficção é regida pelo imaginário, a realidade factual do dia-a-dia e os pontos rítmicos do cotidiano discursivamente trabalhados se tornam reportagem. (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 11)

De acordo com Sodré e Ferrari (1986, p. 11) reportagem é uma extensão da notícia e, por excelência, a forma narrativa do veículo impresso, constituindo-se, basicamente, como um dos gêneros jornalísticos. A reportagem não prescinde de atualidade, todavia dispensa o caráter imediato que determina a notícia pois a função do texto é diferente. Enquanto a notícia tem "a função essencial de assinalar os acontecimentos, ou seja, tornar público um fato através de uma informação" (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 17), a reportagem tem a função de oferecer "detalhamento e contextualização àquilo que já foi anunciado, mesmo que seu teor seja predominantemente informativo" (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 18).

Para Lima (2009) a reportagem visa "atender a necessidade de ampliar os fatos" Lima (2009, p. 18) e de "colocar para o receptor a compreensão de maior alcance" Lima (2009, p. 18) expandindo o relato simples e raso para uma dimensão contextual. A maior amplitude é

alcançada na prática da *grande-reportagem*, que "possibilita um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto" Lima (2009, p. 18) permitindo liberdade para o autor "escapar dos grilhões normalmente impostos pela fórmula convencional do tratamento da notícia" (LIMA, 2009, p. 18). Assim como Sodré e Ferrari (1986), Lima (2009) também considera a reportagem como um gênero jornalístico e complementa que este gênero "pressupõe o exame do estilo com que o jornalista articula sua mensagem" Lima (2009, p. 24) e significa também

> um certo grau de extensão e/ou aprofundamento do relato, quando comparado à notícia, e ganha a classificação de grande-reportagem quando o aprofundamento é extensivo e intensivo, na busca do entendimento mais amplo possível da questão em exame. Em particular, ganha esse status quando incorpora à narrativa elementos que possibilitam a compreensão verticalizada do tema no tempo e no espaço (LIMA, 2009, p. 24).

Sodré e Ferrari (1989, p. 15) enumeram quatro principais características de uma reportagem que podem aparecer com maior ou menor destaque de acordo com o assunto ou o objeto em torno do qual gira a reportagem: a) predominância da forma narrativa; b) humanização do relato; c) texto de natureza impressionista; d) objetividade dos fatos narrados", sendo que a narrativa, mesmo que variando sua forma, precisa se fazer presente, ou não será reportagem.

2.5 Personagens e fontes

A intenção deste trabalho é analisar as narrativas independentes acerca da Amazônia, em especial dos conflitos resultantes das dinâmicas envolvendo o complexo hidrelétrico do Tapajós "a partir da identificação e classificação das citações e de personagens" (FERREIRA, 2012, p. 33). De acordo com Motta (2013, p. 174), personagem "é uma figura central da narrativa, é o eixo do conflito em torno do qual gira toda a intriga" e "é o ponto de passagem de todos os acontecimentos". Ferreira (2012, p. 34) completa afirmando que "os personagens são utilizados no texto para humanizar a narrativa e aumentar a proximidade do texto como leitor", sendo considerados os "motores da reportagem, fazendo com que a história apresente conflitos e desenlaces".

Na análise pragmática da narrativa, as personagens devem ser analisadas "como escolhas do projeto dramático de um sujeito narrador que faz opções argumentativas todo o tempo, procurando envolver o destinatário", não sendo vista como "produto das demandas internas da narrativa apenas, mas como criada por vontade de um narrador em função de sua estratégia narrativa". Esta análise se propõe a "identificar as razões estratégicas pelas quais a

personagem possui esta ou aquela qualidade ou defeito, e principalmente porque ela age de uma ou outra maneira" na reportagem, "como resultado da premeditação enunciativa do narrador", buscando "relacionar as artimanhas do narrador com as possíveis interpretações por parte da audiência" (MOTTA, 2013, p. 177).

Citando Motta (2005), Ferreira (2012, p. 34) aponta que personagem é uma "categoria linguística", ou seja, "figuras do discurso" que são meras representações de pessoas reais, não como as pessoas propriamente ditas, mesmo que estas existam em carne e osso como correspondente na realidade. "O personagem assume outras características de acordo com as perspectivas e as seleções impostas pelo autor do texto, no caso, jornalista" Ferreira (2012, p. 34-35). Motta exemplifica nesta citação:

> Na narrativa jornalística há sempre uma relação íntima entre personagens e pessoas físicas porque personagens representam pessoas reais. Na análise da narrativa, entretanto, não interessa o quem é o político ACM, o que fez ou deixou de fazer na vida real. Interessa como a narrativa jornalística construiu certa imagem de ACM e o que a personagem fez no transcorrer de uma narrativa jornalística. (MOTTA, 2005, p. 7).

Motta (2005, p. 7) repele "a análise psicologista ou social da personagem", pois a análise pragmática deve "concentrar as observações de sua representação como figura do discurso jornalístico, observar como o narrador imprime no texto marcas com as quais pretende construir a personagem na mente dos leitores/ouvintes", deixando as questões políticas ou sociais para análise por outras vias, e pontua: "não estamos fazendo uma análise da realidade histórica em si mesma" pois "o objeto é a versão, não a história". Por outro lado, Motta (2005, p. 7) entende que esta é uma questão bastante controversa na análise da personagem jornalística, já que não se trata de "uma entidade puramente ficcional e arbitrária a gosto da criação do autor como ocorre na arte, mas produto de uma narrativa fática", de uma forma que "guarda uma relação estreita com a pessoa, com o ser real objeto da narração", proporcionando "uma complexidade singular" (MOTTA, 2005, p. 7).

Como no jornalismo a personagem representa uma pessoa com existência real, "a pessoa real é sempre irredutível às narrativas que se contam a seu respeito" e "sabemos dessa pessoa apenas a personagem que os mídia nos oferece". Sendo assim, "os receptores do jornalismo conhecem as figuras públicas e do espetáculo através de fragmentos que delas veicula o jornalismo" e "a mídia constrói personagens de acordo com seus critérios jornalísticos e de verossimilhança" (MOTTA, 2005, p. 7-8). Citando o roteirista Flávio de Campos (2007), Motta (2013, p. 187) explica que "a seleção do personagem principal da

narrativa segue a mesma demanda da seleção do principal ponto de vista do seu narrador: estabelecer uma referência a partir da qual a narrativa será composta".

Para Motta (2013, p. 195), "personagem é uma construção estratégica do narrador para provocar certas impressões, sentimentos, identificações ou rejeições no receptor ou audiência a respeito da personagem", ou seja, é a forma com a qual esta humanização do relato se torna mais evidente. Ainda que o jornalista seja testemunha de um fato, sempre haverá a necessidade de buscar informação em algo ou com alguém. A fonte então pode desempenhar o papel de personagem na narrativa jornalística, não apenas pela necessidade de acrescentar informação, mas também para legitimar discursos.

Schmtiz (2011, p. 9) explica que "o mundo moderno obriga o jornalista a produzir notícias que não presencia nem entende" e diante das diversas abordagens e taxonomias desenvolvidas, o autor define as fontes de notícia de acordo com a seguinte concepção:

> Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia. (SCHMTIZ, 2011, p. 9).

Chaparro (2014, p. 58) explica que "é na fonte que o repórter colhe o relato, o testemunho, a opinião, os 'ais e uis' com que compõe a narrativa do quotidiano, sua arte maior". O repórter, o editor e o articulista precisam da fonte assim como a árvore depende da seiva. Suas interações "envolvem conflitos e acordos inevitáveis", pois se trata de interlocução viva e interessada entre as partes. A "perspectiva das fontes influencia, inevitavelmente, a decisão jornalística – e quanto mais competentes elas se tornam, mais capazes são de determinar enfoques, relevâncias e até títulos, na narração jornalística" (CHAPARRO, 2014, p. 59).

Na democracia, o jornalismo precisa desenvolver "a capacidade de interagir com os sujeitos intervenientes do conflito" (CHAPARRO, 2014, p. 76). Embora seja pouco valorizado pela pauta jornalística, "o povo produz acontecimentos, e com eles conflitos, cultura – fatos, falas, artes e saberes que precisam ser captados, compreendidos, narrados" (CHAPARRO, 2014, p. 77). Estes "sujeitos falantes do povo" são pouco valorizados nas redações tradicionais, especialmente no que tange à realidade amazônica. O jornalista precisa, ao invés de repudiar essas fontes, "aumentar-lhe o elenco, a diversidade, a capacidade de produzir e colocar nos circuitos sociais os discursos por meio do quais lutam e interferem no presente", cumprindo uma das mais importantes finalidades da profissão: "a de garantir o

direito de dizer aos grupos sociais sem voz e ainda sem discurso estruturado” (CHAPARRO, 2014, p. 76-78).

3 OS CONFLITOS ABORDADOS NAS REPORTAGENS

No livro "Amazônia: conhecer para desenvolver e conservar", Aragón (2013, p. 53) conclui o debate sobre o conceito polissêmico da *Amazônia* afirmando que o termo "significa diversas coisas, conforme quem o utiliza, e que por isso se presta a diversas interpretações e atuações". Este "processo de constante invenção e reinvenção" ocorre desde os primeiros contatos com os europeus e "mesmo fisicamente não se tem uma delimitação única e clara da Amazônia" que "varia conforme os interesses de intervenção na área" e "converteu-se numa marca gratuita que agrega valor a produtos e serviços que levam seu nome". A partir desta reflexão, o autor afirma defende a necessidade de "reinventar a Amazônia num contexto novo", a começar pelo

> conhecimento de sua realidade no atual contexto internacional, suas transformações ao longo da história e seu papel relevante na geopolítica ambiental e econômica do mundo contemporâneo, sem esquecer as pessoas, as comunidades, a gente que habita a região, com sua cultura, organização social e conhecimento. (ARAGÓN, 2013, p. 53).

O aspecto humano é subjugado pelos relatos da região como um vazio demográfico, está presente como "um dos mitos mais difundidos mundo afora", representa "a visão do conquistador, que vê a região como terra de ninguém e sem ninguém, pronta para ser ocupada e apropriada" e "não se restringe exclusivamente à suposta falta de gente, de habitantes", mas é reforçada pela "negação do homem do local e de sua cultura; o homem torna-se invisível, e, portanto, nada ou pouco vale" (ARAGÓN, 2013, p. 54).

O estudo de Aragón (2013) encontra eco em "A Natureza da TV" de Dutra (2005), que ao estudar os discursos sobre a Amazônia midiatizada, percebe que ela é identificada nos enunciados como lugar estabilizado no tempo, na qual a exuberância dos recursos naturais contrasta com a construção persistente de uma desfocagem do ser humano, onde a noção de significância (dos recursos) e insignificância (humana) são faces da mesma moeda. Dutra (2005, p. 256) em sua pesquisa verificou que estes enunciados são "discursivamente eternizados na mídia, na medida em que a recepção, ou em sentido lato, a sociedade, assim o aceitam". É "a produção e a circulação dos discursos sobre a natureza, que petrificam a Amazônia no tempo, ao f*etichizar* os recursos e produzir um recorrente vazio humano", numa imagem desfocada que se denomina "os povos da floresta" (DUTRA, 2005, p. 256).

Costa (2011, p. 86) demonstrou em sua tese de doutorado que a mídia nacional vê a Amazônia como "outro Brasil" e a partir de amostras que evidenciam a diferença e a

desigualdade regional, buscou uma visão etnocêntrica para identificar como esse "discurso hegemônico atua na produção jornalística criando uma visão nacional dos 'povos da floresta'", considerando que "a Região Norte é pouco mencionada nos telejornais", mas "o que desperta interesse de jornalistas é a expressão Amazônia, associada à floresta" e também "como fronteira a ser desbravada e como patrimônio a ser guardado pelo Brasil e pelo mundo". Todavia "seus moradores são mostrados em sua maioria como desinformados e ignorantes, com algumas exceções, são o retrato do abandono e do esquecimento do lugar". Percebe-se "na prática discursiva dos telejornais [...] inúmeras construções que se assemelham ao discurso colonialista dominante, que ainda vê a região como subalterna".

A pesquisa buscou "entender o lugar dos sujeitos na produção discursiva nacional" e demonstrou que os textos televisivos apontaram "uma indissociação visível entre a floresta, que se tornou uma região, e o homem que vive a sua sombra, porque assim o é para os jornalistas" e complementa:

> Os sujeitos, enquanto habitantes do mundo da TV, não aparecem com suas potencialidades, conhecimentos, percepções, diversidades. São apresentados diariamente em nível nacional como a face obscura da floresta, como pinturas desbotadas de um quadro, como rostos congelados em retratos antigos. A metáfora metrópole/colônia persiste na impossibilidade de trazer ao mundo visível, midiático, as vozes representativas da região como atores principais. São coadjuvantes no processo que os torna fixos, estáveis, precisando ser investigados e necessitando até de conhecimento sobre si mesmo (COSTA, 2011, p. 268-269).

A autora observa que "quanto maior a exclusividade da notícia perseguida pelo jornalista, maiores são os processos invisíveis de fixação da diferença" que ao invés de "democratizar a informação, produzem e reproduzem processos de julgamento e redução" (COSTA, 2011, p. 276) e propõe a reflexão de que "no contexto das sociedades pós-coloniais, como a América Latina, faz-se urgente a problematização de relações de poder e saber, de dominação e exploração que se materializam nos fluxos audiovisuais dos veículos de comunicação", exigindo-se da "Amazônia, como o 'outro' do Brasil, e o jornalismo, como produção do 'outro' necessitam de pesquisas que tragam à discussão o autoritarismo das produções midiáticas." (COSTA, 2011, p. 277).

O professor Manuel Carlos Chaparro defende que a narrativa jornalística deve ser nutrida pelo conflito ao relatar os "confrontos da vida real que organizam ações humanas para afirmar, dividir, conciliar ou defender poderes, princípios, ideias, crenças, espaços, bens, lucros, direitos, emoções, preferências, gostos, ambições ou tendências" (CHAPARRO, 2014, p. 9) e que no regime democrático o jornalismo se tornou espaço público nos "confrontos

discursivos que interessam à cultura e aos processos sociais, na construção do presente" (CHAPARRO, 2014, p. 12). É uma das conclusões de sua obra "Jornalismo – Linguagem dos Conflitos":

> O jornalismo sustenta uma dinâmica de conflitos entre sujeitos interessados, legitimamente organizados, que agem no mundo presente das pessoas. São partidos e líderes políticos, empresas e empresários, governos e governantes, organizações não governamentais, universidades, sindicatos, minorias, clubes, associações, igrejas, artistas, intelectuais e especialistas que agem na realidade e sobre a realidade. São sujeitos que têm o que dizer. Que sabem dizer. E o que dizem interessa ao mundo. (CHAPARRO, 2014, p. 157).

Chaparro (2014, p. 157) complementa que estes atores estão diariamente produzindo ações que "interferem em nossas vidas, opções e expectativas", todavia só conseguem ter atuação significativa a partir do momento em que "seu dizer se difunde socialmente no espaço e no tempo dos meios jornalísticos" Chaparro (2014, p. 157-158). Neste sentido, o escopo da dimensão humana da realidade amazônica deve ser ainda mais valorizado, pois a Amazônia não deve se restringir a apenas um lócus de enorme biodiversidade como é comumente apresentado na mídia.

Esterci (2011, p. 33) define a Amazônia como multicultural e pluriétnica, sendo habitada por mais de 20 milhões de pessoas: "povos indígenas, remanescentes de quilombos, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, ciganos e outros povos e comunidades". Todos estes tem "histórias, modos de vida, tradições culturais, práticas econômicas e religiosas, conhecimentos e identidades coletivas distintas". A luta pelos direitos dos povos indígenas é uma das manifestações mais radicais desta diversidade, pois na região residem "170 povos com uma população aproximada de 180 mil pessoas, o que corresponde a 57,64% da população indígena do país, que ocupa na Amazônia o equivalente a 98,97% das terras indígenas de todo o Brasil" Esterci (2011, p. 34).

Esterci (2011, p. 35), alerta, no entanto, que "para garantir os direitos coletivos desses povos e manter suas terras extensas, são necessárias medidas de fiscalização e políticas compensatórias nas áreas da educação, saúde e produção econômica", pois do contrário esses "espaços continuarão sendo invadidos e seus meios de vida usurpados pelos grandes empreendedores agropecuários e madeireiros, pelas empresas mineradoras e siderúrgicas [...] e pelas grandes obras rodoviárias e as hidrelétricas" Esterci (2011, p. 41).

Estas questões merecem atenção especial porque, de acordo com Castro et al. (2014, p. 5), "o histórico da implantação dos projetos hidrelétricos no Brasil está marcado por conflitos de interesses entre agentes econômicos, políticos, sociais e étnicos" e se configura um novo

campo de disputa de poder entre agentes em processos que sinalizam demandas históricas de políticas públicas realizadas efetivamente por parte da sociedade como.

> Garantia de direitos à terra, à identidade e à reprodução da cultura, além de indenizações e mitigações dos impactos das hidrelétricas sobre os territórios ocupados por grupos sociais com anterioridade aos empreendimentos, e outras contrapartidas compensatórias pelos danos sociais causados pelo represamento dos rios, e processos de desterritorialização. (CASTRO et al., 2014, p. 9).

Aliado ao fato de que "a Amazônia apresenta um quadro especifico e complexo, pois muitos dos modos de vida encontrados na região estão historicamente estabelecidos através de uma relação com o meio" sendo então o meio ambiente um elemento que perpassa às lutas sociais ao mesmo tempo que também é objeto das próprias lutas (CASTRO et al., 2014, p. 20) amplia-se a necessidade de trazer o foco do debate ao ser humano, na forma de agentes que representam a coletividade enquanto recurso na estratégia narrativa.

3.1 Os projetos hidrelétricos na bacia do Tapajós e os aspectos socioambientais

De acordo com Fearnside (2015a, p. 12) "a Amazônia brasileira tem uma grande potencialidade para geração hidrelétrica, graças às quantidades enormes de água que passam pela região e às quedas topográficas significativas nos afluentes do Rio Amazonas" e há projetos para construção de 79 barragens em toda região. Se todas essas represas forem construídas, 10 milhões de hectares serão inundados. Em termos percentuais isto significa colocar debaixo d'água 2% da região da Amazônia Legal e aproximadamente 3% da porção brasileira da floresta amazônica (FEARNSIDE, 2015a, p. 12).

A mais recente e ativa "fronteira hidrelétrica" do Brasil é a bacia do Rio Tapajós, "um afluente do Rio Amazonas com uma bacia de drenagem de 764.183 km2, ou quase do tamanho da Suécia e Noruega juntas" (FEARNSIDE, 2015b, p. 116). Nesta região está prevista a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós e estão planejadas outras duas grandes barragens, além de 40 outras em seus afluentes: quatro no Rio Jamanxim, seis no Teles Pires e 30 no Juruena e seus tributários (FEARNSIDE, 2015b p. 116).

Inundações nestas proporções são capazes de provocar perturbação de florestas em áreas bem maiores que os reservatórios em si, além de alterações dramáticas nos habitats aquáticos e haverá grande impacto sobre os povos indígenas, cuja maior concentração se encontra nas faixas mais propícias ao desenvolvimento hidrelétrico: "ao longo dos trechos medianos e superiores dos afluentes que começam no planalto central brasileiro e seguem ao

norte para encontrar com o rio Amazonas: o Xingu, Tocantins, Araguaia, Tapajós e outros." (FEARNSIDE, 2015a, p. 13).

O Governo Federal planeja um conjunto de obras de infraestrutura na segunda fase do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) com a "implantação de projetos nas áreas de infraestrutura social, urbana, logística e energética com um discurso de desenvolvimento sustentável" (CUNHA, 2015, p. 67-68), dentre eles, o Complexo Hidrelétrico Tapajós, que tem em projeto as UHE São Luiz do Tapajós e UHE Jatobá, além das UHE Cachoeira dos Patos e UHE Jamanxim, na categoria de ação preparatória. As hidrelétricas de São Luiz do Tapajós (6.133 megawatts) e Jatobá (2.338 megawatts), que somam mais de 8 mil megawatts, passaram pela fase de estudos de viabilidade (técnica e econômica, e ambiental) e "o planejamento das usinas definiu a localização dos empreendimentos próximos ao município de Itaituba, Jacareacanga e Trairão" (CUNHA, 2015, p. 70). De acordo com a pesquisa "ambas usinas estão planejadas pelo conceito de usina-plataforma, que é inspirado no funcionamento das plataformas de petróleo em alto-mar, com o intuito de minimizar os impactos ambientais causados pela obra" (CUNHA, 2015, p. 70) e complementa:

> Esse conceito foi lançado pela primeira vez no projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós. A UHE São Luiz do Tapajós, prevê a formação de um lago de 722,25 km2, com uma queda de 35,9m e geração de 25.548.795 MW/ano. Já nos dados do projeto da UHE Jatobá o alagamento de uma área de 646,3 km2, com queda de 16m e geração de 11.264.484 MW/ano (CUNHA, 2015, p. 71).

É justamente em torno das controvérsias acerca da instalação deste complexo hidrelétrico que se pautam as narrativas jornalísticas do Especial Tapajós[12], no site da Agência Pública. Parte desta série de reportagens foi financiada pela fundação Mongabay, especializada em ciências, meio ambiente e conservação. De acordo com o site da organização[13], ela foi fundada em 1999 por Rhett Ayers Butler e se tornou um dos mais importantes canais de informação sobre florestas tropicais do mundo e uma fonte relevante de reportagem ambiental e análise. Visando aumentar a consciência sobre questões sociais e ambientais relativas às florestas e outros ecossistemas, em 2012, o site Mongabay.org foi criado para facilitar o desenvolvimento de novas iniciativas de educação e jornalismo, bem como para alavancar a sua rede existente, tendo a Pública como uma de suas parceiras no Brasil. Embora seja comumente usada como fonte de informações para vários veículos de comunicação, como The Economist, Bloomberg, National Geographic, e da Associated Press,

[12] Disponível em <http://apublica.org/especial-tapajos/>. Acesso em: 20 mar.2016.
[13] Disponível em <http://mongabay.org/about/>. Acesso em: 20 mar. 2016.

a instituição é classificada como de caridade pública pelo governo dos EUA, possui isenção fiscal e é mantida por colaboradores que tem suas contribuições deduzidas do imposto de renda, sendo disponibilizadas todas as informações sobre status, arquivamento e finanças mediante solicitação. A fundação MONGABAY ofereceu bolsas para a realização das reportagens "Batalha pela fronteira Munduruku", "Um aviso à Funai", "Ninguém os ouviu" e "Lá vem o progresso" publicadas em 2014 e 2015.

Também foram escolhidas reportagens envolvendo a região do Rio Tapajós dentro do projeto Amazônia Pública, que buscou entender "como as ações e negociações políticas e econômicas têm tido impacto, na prática, a vida da população" (AMAZÔNIA PÚBLICA)[14]. Esta série, publicada em 2013 e que, posteriormente, virou livro-reportagem gratuito e gerou peças de áudio, foi financiada pela Climate and Land Use Alliance (CLUA)[15], a Aliança pelo Clima e Uso da Terra. A organização informa em seu site que "apoia políticas e práticas que atenuem as alterações climáticas, a beneficiar as pessoas, e proteger o ambiente de uso da terra" e detalha em seu eixo de trabalho no Brasil como tendo por principal objetivo "contribuir para que o governo brasileiro alcance, de maneira consistente, sua meta de reduzir o desmatamento na Amazônia em 80%, de modo que proteja a biodiversidade e os direitos dos povos tradicionais e comunidades rurais."[16] Sobre o a bacia do Tapajós, a série Amazônia Pública é composta por quatro reportagens mas, por delimitação metodológica, este trabalho optou por utilizar apenas as duas que tratam diretamente das consequências dos projetos governamentais de construção de usinas hidrelétricas, no caso "Arquitetura da Destruição" e "A discórdia do desenvolvimento".

O especial começa sob o título de "Um Rio em Disputa" e introduz os principais temas elencados nas reportagens com o seguinte texto de abertura:

> Com 810 km de comprimento, o rio Tapajós se tornou um ponto estratégico para os planos de crescimento do governo federal. Em um dos últimos rios amazônicos com potencial hidrelétrico inexplorado, é esperado para os próximos anos um conjunto de obras de infraestrutura, além de um complexo de sete hidrelétricas. A mais avançada delas é a UHE São Luiz do Tapajós, com capacidade para 8.040 megawatts e custo de R$ 30 bilhões.
> A construção da usina, entretanto, alagaria a terra indígena Sawré Muybu, assentada em solo sagrado para o povo Munduruku. Desde novembro do ano passado, a Agência Pública acompanha a luta dos Munduruku para a demarcação de sua terra, identificada em um relatório que está parado na Fundação Nacional do Índio (Funai) desde o ano passado. Como protesto, os indígenas chegaram a ocupar uma sede da

[14] Disponível em: <http://www.apublica.org/amazoniapublica/?page_id=19>. Acesso em: 24 mar. 2016.
[15] Disponível em: <http://www.climateandlandusealliance.org/iniciativas/?lang=pt-br> . Acesso em: 24 mar. 2016.
[16] Disponível em: <http://www.climateandlandusealliance.org/sobre-nos/?lang=pt-br>. Acesso em: 24 mar. 2016.

> entidade em Itaituba (PA). Em entrevista exclusiva, a ex-presidente da Funai Maria Augusta Assirati revelou a interferência política no órgão.
>
> Além da batalha dos Munduruku, mostramos também que mais de 2500 ribeirinhos que dependem do Tapajós para viver podem ser desalojados pela construção da usina, sem serem consultados pelo governo. E que, enquanto os projetos ganham o rio, a população de Itaituba encontra uma infraestrutura precária na maior cidade da região e teme ficar de fora da bonança do desenvolvimento.

Fearnside (2015a, p. 14) explica que "a construção de represas hidrelétricas na Amazônia brasileira causa impactos sociais e ambientais significativos" cujos impactos e custos financeiros para construção são subestimados no processo de tomada de decisão em detrimento dos superestimados benefícios das represas. Estudos (FEARNSIDE, 2015a, p. 14) apontam para a "disparidade na magnitude dos custos e benefícios" e para a discrepância entre quem paga os custos e quem desfruta dos benefícios, já que "populações locais frequentemente recebem os principais impactos, enquanto as recompensas beneficiam, grande parte, centros urbanos" e até outros países.

O enfoque reside nos conflitos que reproduzem os que já ocorreram na construção de outras barragens, como de Tucuruí, por exemplo, a maior da região, acarretando inúmeros processos dentre os quais

> alterações irreversíveis nos modos de vida das populações que, dada a falta de importância quanto à relação que tem suas atividades com o meio, tiveram que reorganizar suas práticas a partir da desestabilização do ecossistema, consequência direta da construção da barragem. Os locais familiares e de trabalho anteriores ao empreendimento tiveram que ser deixados e o processo de transferência foi carregado de conflitos, com os indivíduos sendo obrigados a traçarem novos perfis de relação social. (CASTRO et al., 2014, p. 22).

De acordo com Castro et al. (2014, p. 5), a literatura acadêmica nacional e internacional tem documentado fartamente os "impactos das usinas hidrelétricas sobre a vida social e o meio ambiente em espaços locais e com repercussões globais" e complementa que as barragens provocam "alteração no equilíbrio local – ambiental, econômico e social – e o aparecimento de novos conflitos com populações urbanas, comunidades rurais, pequenos e médios produtores, pescadores, povos indígenas e organizações ambientalistas" (CASTRO et al., 2014, p. 7).

Complementa que "muitos dos desafios exemplificados pelos planos no Tapajós se aplicam em todo o mundo" Fearnside (2015b, p. 86) e os projetos de desenvolvimento na bacia hidrográfica do Tapajós ilustram bem de que maneira "o processo de tomada de decisões no Brasil e o sistema legal cercando o frenesi de construção de barragens do país são

como cartas marcadas contra o meio ambiente e os habitantes tradicionais da Amazônia" (FEARNSIDE, 2015b, p. 86).

O mais complexo deste cenário é identificar que os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011 em diante), pertencentes a um partido que emergiu dos movimentos sociais e que se identifica em muitos aspectos políticos com ideais progressistas de esquerda reproduzem as mesmas "manifestações de exercício de poder pouco democráticas, expressando dificuldades para adquirir legitimidade" que Bermann (1996, p. 16) atribuiu à militarização da questão energética, surgida com o binômio segurança-desenvolvimento do Estado Novo de Getúlio Vargas, atravessou o período desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, a ditadura militar e todos os governos pós-redemocratização. Esta militarização promove "verdadeiras operações de guerra nos sítios energéticos", como usinas hidrelétricas, sempre que "situações de greve ou de manifestações populares contrárias a determinados empreendimentos se manifestam" (BERMANN, 1996, p. 17), e complementa que

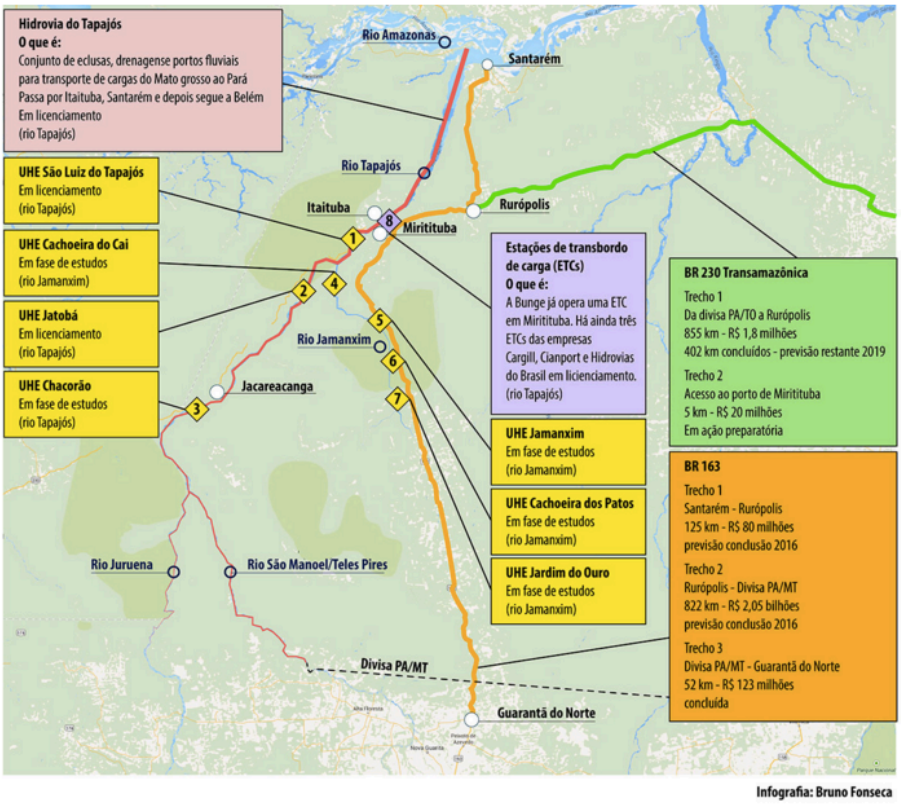
> a emergência de movimentos constituídos por populações "afetadas", "impactadas", ou qualquer outra denominação que a retórica governamental queira atribuir a estes movimentos contrários aos aproveitamentos energéticos para fins elétricos disseminados pelo país, movimentos estes de ordem por vezes ambiental, mas fundamentalmente social, traduzem formas de mobilização e de conscientização de forças sociais com vistas à manutenção e valorização de suas bases materiais e culturais de existência (BERMANN, 1996, p. 17).

Daí o contrassenso do Partido dos Trabalhadores (PT), que outrora se encarregou a dar visibilidade a estes movimentos sociais e demandas populares, hoje se favorece da conivência do capital das empreiteiras e da indústria da mineração, principais beneficiários, que anunciam e direcionam as narrativas construídas na grande mídia que sempre criminalizou e/ou invisibilizou as demandas sociais em detrimento dos interesses das chamadas elites econômicas e industriais.

As narrativas da Pública, através de relatos dos agentes que podemos chamar de "vozes da resistência", esquadrinha o mosaico humano que compõe a região e luta por visibilidade e direitos, tendo o espaço midiático do jornalismo alternativo como um espaço de contraponto às "ferramentas legais empregadas para neutralizar as proteções do ambiente e dos direitos humanos" (FEARNSIDE, 2015b, p. 86) e componente importante no processo de empoderamento das populações diante dos discursos dos agentes dominantes no campo, representados pelo Estado, movido pelos interesses do capital e legitimado pela imprensa hegemônica que reproduz discursos desenvolvimentistas pelo aspecto econômico e homogeneíza a diversidade amazônica.

Desde 2012, a Agência Pública denuncia em suas reportagens a intenção do governo federal em "construir pelo menos duas hidrelétricas no Tapajós até o fim da década, atingindo em cheio um rincão de biodiversidade e beleza" (BARROS, 2012b). De acordo com a reportagem de Carlos Juliano Barros, chamada "Arquitetura da Destruição", os levantamentos concluem que a bacia hidrográfica localizada no Oeste do Pará consegue comportar até sete usinas com capacidade de produzir a mesma quantidade de potência da binacional Itaipú, cerca de 14 mil Megawatts (MW), como é visível no infográfico da matéria "Lá vem o progresso":

Figura 1 – Mapa dos Projetos Hidrelétricos do Tapajós



Fonte: Fonseca e Mota (2015).

O Ministério de Minas e Energia (MME), através da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), produziu o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021 que prevê a entrada em funcionamento de pelo menos duas até o final desta década: São Luiz do Tapajós e Jatobá, cujo processo de licenciamento ambiental já foi iniciado no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recurso Naturais Renováveis (IBAMA) com custo estimado em R$ 23 bilhões, verbas oriundas da segunda edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

As matérias abordam os impactos ambientais e as consequências que a construção das barragens dessas hidrelétricas podem acarretar não apenas ao meio ambiente, guarnecido por dezenas de reservas florestais, como também para 2,3 mil pessoas de 32 comunidades ribeirinhas e mais 16 aldeias da etnia indígena Munduruku, que terão parte dos seus territórios inundada pelos reservatórios formados pelas barragens. Ao mesmo tempo em que explica as pretensões do governo, o texto da Pública também apresenta a resistência do Ministério Público Federal, dos institutos de pesquisa, dos movimentos sociais, das comunidades ribeirinhas e das tribos indígenas, funcionando a narrativa como o que Motta (2013, p. 211) define como "dispositivo discursivo que visa seduzir e envolver os sujeitos interlocutores na criação de uma representação dramática de mundo".

As ações da União são bastante contestáveis e explicitadas de uma maneira que demonstra bastante clareza no posicionamento favorável e intransigente em relação aos projetos, como pode exemplificar o trecho abaixo da reportagem "Arquitetura da Destruição":

> Para acelerar o licenciamento das duas primeiras usinas do complexo, São Luiz do Tapajós e Jatobá, o governo federal precisou recorrer a um verdadeiro malabarismo legal. Em janeiro, a presidente Dilma Roussef editou a Medida Provisória 558, convertida em lei no mês de junho, pela qual reduziu as áreas de cinco Unidades de Conservação (Ucs) ambiental na entorno do rio Tapajós.
>
> Em uma canetada, 75 mil hectares de florestas intocadas – que podem ser inundados com a formação dos lagos artificias das duas barragens – ficaram sem proteção do dia para noite. O governo argumenta que, sem essa medida, seria impossível iniciar o processo de licenciamento ambiental no Ibama
>
> À primeira vista, a área "desafetada", como se diz tecnicamente, parece não ser tão expressiva assim. Tanto é que o governo se defende das críticas argumentando que, para a construção das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, apenas 2% da dimensão total das reservas vão de fato para baixo d'água. (BARROS, 2012b).

A própria narrativa já constrói a discordância com a ação estatal desde os termos utilizados para descrever o "malabarismo legal" que "em uma canetada" pode fazer alagar milhares de hectares de florestas intocadas, "deixando-as sem proteção do dia pra noite" como um argumento para iniciar o licenciamento ambiental, concluindo o terceiro parágrafo com alusão ao ditado popular "tamanho não é documento" e com declaração do pesquisador Juan Doblas, do Instituto Socioambiental (ISA), afirma que "a parte que será afetada nas unidades de conservação é o coração, a parte mais importante das reservas, justamente por conta da proximidade com o rio" (BARROS, 2012b).

Tendo como ponto de partida a contextualização do tema e as ações do Estado, a matéria concede espaço aos que se posicionam de forma contrária aos projetos, como o

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Ministério Público Federal e elucida que um dos grandes problemas da "desafetação" das áreas de proteção é o crescimento dos garimpos irregulares. Na matéria, o narrador denuncia que entre os municípios de Itaituba e Jacareacanga, num trecho de 400 km do rio Tapajós o número de barcaças – as "escariantes" –, que fazem garimpo no leito do rio, aumentou de apenas cinco para 35 em poucos meses após a desafetação (BARROS, 2012b).

3.2 Impactos ambientais

Fearnside (2015b, p. 90) explica que a "sobreposição de reservatórios com áreas protegidas está entre os impactos ambientais das barragens planejadas na bacia do Rio Tapajós" e é outro aspecto relevante da reportagem de Barros (2012b). Num dos trechos o repórter explica que

> A entrada do Parque Nacional (Parna) da Amazônia, primeira unidade de conservação desse tipo criada no país, em 1974, fica a pouco mais de uma hora de carro do centro de Itaituba. Para chegar até lá, é preciso encarar trechos de asfalto e de terra batida da BR 230, mais conhecida como Transamazônica, um dos projetos emblemáticos da ditadura militar. Se a barragem de São Luiz do Tapajós for construída, uma fração de 112 quilômetros da rodovia que corta o parque também será inundada. Até o momento, porém, nenhum representante do governo federal ou da Eletrobras veio a público para explicar como será feita a cirurgia para reconectar as pontas soltas da estrada.
>
> Não é apenas uma parte da BR 230 que será alagada no Parna da Amazônia. Do principal mirante da reserva, aberto à visitação para turistas, é possível observar corredeiras formadas por um aglomerado de rochas encravado no meio do Tapajós. Digno de um cartão postal, esse trecho do rio não é protegido pelos órgãos ambientais apenas pelos seus atributos estéticos. Várias espécies de peixes aproveitam as corredeiras para fazer o épico ritual da piracema – a subida do rio necessária à sua reprodução (BARROS, 2012b).

É uma denúncia dos riscos ambientais providos pela política governamental de realizar "a desafetação de parte de diferentes Unidades de Conservação (UC) antes das barragens serem avaliadas e licenciadas", como é o caso do Parque Nacional (PARNA) da Amazônia, desafetada pela medida provisória que foi convertida em lei "explicitamente para abrir caminhos ao reservatório de São Luiz do Tapajós (FEARNSIDE, 2015b, p. 90). Esta medida, denunciada por fontes especialistas e oficiais nas narrativas, provocam prejuízos irreversíveis ao meio ambiente tanto pelo risco de impedir a reprodução dos peixes da região ao dificultar a piracema, quando por dar fim a pontos turístico.

A reportagem (BARROS, 2012b) apresenta denúncias graves no sentido de que o "complexo hidrelétrico vai reconfigurar a compleição natural do oeste do Pará" e seus impactos ambientais "podem ser mais graves até do que os gerados por Belo Monte", argumento que coaduna com afirmação de Fearnside (2015b, p. 91) de que "o conjunto de impactos das muitas barragens e da hidrovia do Tapajós, incluindo seus ramais é muito maior que os danos que geralmente entram em discussão quando se debate qualquer obra específica" e cita como exemplo a primeira barragem planejada: São Luiz do Tapajós. Fearnside (2015b, p. 91) também explica que a construção de hidrovias são fundamentais para a construção de barragens, pois elas permitem o transporte de *commodities* como a soja, o principal deles. Sobre este aspecto, o texto da Pública é bem elucidativo, ao apontar "uma verdadeira hecatombe ambiental: 90% das 400 espécies de peixes catalogadas no parque podem não resistir" e que os gestores do Parna da Amazônia estão fazendo um "levantamento meticuloso da fauna e da flora que, com a redução da área da reserva, será jogado literalmente na lata do lixo" (BARROS, 2012b, não paginado). A matéria mostra o discurso governamental de que as hidrelétricas tem menos impacto do que outras fontes de energia, mas apresenta o contraponto nas denúncias de que

> o lago artificial a ser formado com a barragem do rio Xingu no município de Altamira terá 510 quilômetros quadrados. Só na barragem de São Luiz do Tapajós, serão alagados 722 quilômetros quadrados – metade da área do município de São Paulo. No Xingu, o trecho do rio a ser barrado terá 200 quilômetros de comprimento. No Tapajós, será duas vezes e meia maior. O Jamanxim, com três usinas, vai se converter numa sucessão de lagoas.
>
> Outra pulga atrás da orelha dos ambientalistas diz respeito à relação entre o barrento rio Amazonas e o esverdeado Tapajós, que se encontram – mas não se misturam – no município de Santarém. A preocupação é com uma possível invasão das águas do Amazonas sobre as do Tapajós, o que significaria a ruína turística do balneário de Alter do Chão, por exemplo (BARROS, 2012b, não paginado).

Apesar de todos estes impactos ambientais fartamente explicados e documentados, "o Brasil é dos poucos países do mundo – ao lado da China, da Índia, da Turquia e do Congo – onde ainda existe espaço para tirar do papel projetos bilionários de hidrelétricas", por isso, mesmo em "tempos de crise econômica global, construir barragens nos rios da Amazônia é a verdadeira galinha dos ovos de ouro para players do capitalismo que atravessam sérias dificuldades para fechar grandes negócios". (BARROS, 2012b, não paginado).

O chamado "cartel barrageiro", que Barros (2012b, não paginado) aponta como um clube onde "figuram as principais empreiteiras brasileiras, que rateiam entre si o bolo das obras de construção civil" também é denunciado na reportagem. Apelidadas de "cinco irmãs"

elas congregam: Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Queiroz Galvão. Também há a participação de corporações estrangeiras "que fornecem equipamentos de alta tecnologia para as usinas, como a alemã Siemens e a japonesa Toshiba". Neste grupo também se encontram "as grandes mineradoras que não apenas consomem – mas também vendem – a energia produzida nos rios amazônicos, como a Vale e norteamericana Alcoa, por exemplo" (BARROS, 2012b, não paginado).

A despeito de todos as consequências que estes projetos hidrelétricos causam na região, a matéria conclui que estes não vão servir para "equalizar a demanda de energia para o Sudeste", tampouco para beneficiar a região Norte. Sua principal função, de acordo com a reportagem e com os inúmeros estudos a respeito, é reduzir os custos das industrias eletrointensivas, que consomem energia em larga escala, especialmente os "quatro grandes projetos de extração e beneficiamento de bauxita no Pará, envolvendo gigantes como as brasileiras Vale e Votorantim, a norteamericana Alcoa e a norueguesa Hydro". A atuação do governo e de suas instituições para atender os interesses do capital podem custar muito caro ao destruir "um rincão de biodiversidade e beleza" (BARROS, 2012b, não paginado).

3.4 Consequências para as populações indígenas

No Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de São Luiz do Tapajós, Fearnside (2015b, p. 118) explica que "o tratamento dos impactos socioeconômicos é uma área-chave, particularmente os impactos sobre povos indígenas e moradores ribeirinhos tradicionais". A situação é particularmente delicada em relação aos povos indígenas porque "incluem o deslocamento de população, o bloqueio da criação de novas áreas indígenas em todo o Brasil, a perda de peixes e outros recursos do rio e a perda de locais sagrados" (FEARNSIDE, 2015b, p. 118).

Sampaio-Silva (1996, p. 178) elucida que "a demarcação das terras indígenas torna concreto, materializa o direito contido na Constituição e assegura aos índios seus ocupantes consistência legal para defesa de seus direitos à territorialidade", porém, Fearnside (2015b, p. 86) denuncia que "projetos de construção de barragens nos trópicos como um todo têm seguido um padrão de violação sistemático dos direitos humanos, incluindo a violência e assassinato, especialmente envolvendo povos indígenas", pois é necessária a "remoção" destes grupos para o enchimento do reservatório da hidrelétrica.

A Pública aborda estes conflitos em uma reportagem feita em 2012, "A discórdia do desenvolvimento" (BARROS, 2012a), e em duas publicadas no ano de 2014: "um aviso à

Funai" (ARANHA; MOTA, 2014b) e "a batalha pela fronteira Munduruku" (ARANHA; MOTA, 2014a). As matérias abordam a falta de reconhecimento dos povos indígenas com a intenção de reduzir os entraves para a construção das barragens.

Sampaio-Silva (1996, p. 178) esclarece que "a demarcação é processada administrativamente, por iniciativa e sob a orientação da FUNAI, que designa um grupo técnico para realizar estudos" interdisciplinares com o objetivo de identificar e delimitar a terra indígena, com a devida participação do grupo indígena envolvido, para, após uma série de procedimentos reconhecer as fronteiras (SAMPAIO-SILVA, 1996, p. 178).

O grande entrave é que, segundo Fearnside (2015b, 117), os grandes projetos de infraestrutura do Brasil são decididos "por um grupo pequeno de autoridades de alto nível antes de existir qualquer estudo sobre os impactos ambientais e sociais, e antes de qualquer informação oriunda das populações locais" e é aí que reside o problema pois o Brasil é signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e de acordo com este dispositivo os povos indígenas e tradicionais afetados tem direito de "consulta", que é bem distinto de audiência pública, pois significa que "as pessoas consultadas têm uma voz na decisão real, ou seja, se deve ou não construir a barragem", permitindo a esses povos "o poder de veto sobre projetos de desenvolvimento", todavia "exige uma vez real nas decisões iniciais" Fearnside (2015b, p. 118).

No caso das barragens de São Luiz do Tapajós, "os Mundurukus não foram consultados sobre os projetos de barragens" Fearnside (2015b, p. 119) como ilustra o trecho abaixo da primeira reportagem:

> Há anos, os Munduruku da aldeia Sawré Muybu lutam para que a área seja demarcada. Em 2007, a Fundação Nacional do Índio (Funai) até criou um grupo de trabalho para iniciar o processo. Porém, a profissional responsável pela produção do relatório antropológico sumiu sem deixar vestígios – segundo a própria Funai. Desde então, o pleito dos indígenas estava esquecido nas gavetas da burocracia federal – até o momento em que eles entraram em rota de colisão com a usina de São Luiz do Tapajós.
>
> Ao longo de 2012, técnicos das empresas que fazem os estudos de viabilidade da hidrelétrica entraram em diversas oportunidades – e sem qualquer tipo de comunicação prévia – na área da aldeia, abrindo picadas e colocando marcos na mata. A postura invasiva revoltou os Munduruku. "Não vamos mais deixar ninguém entrar na nossa casa", avisa Juarez (BARROS, 2012A, não paginado).

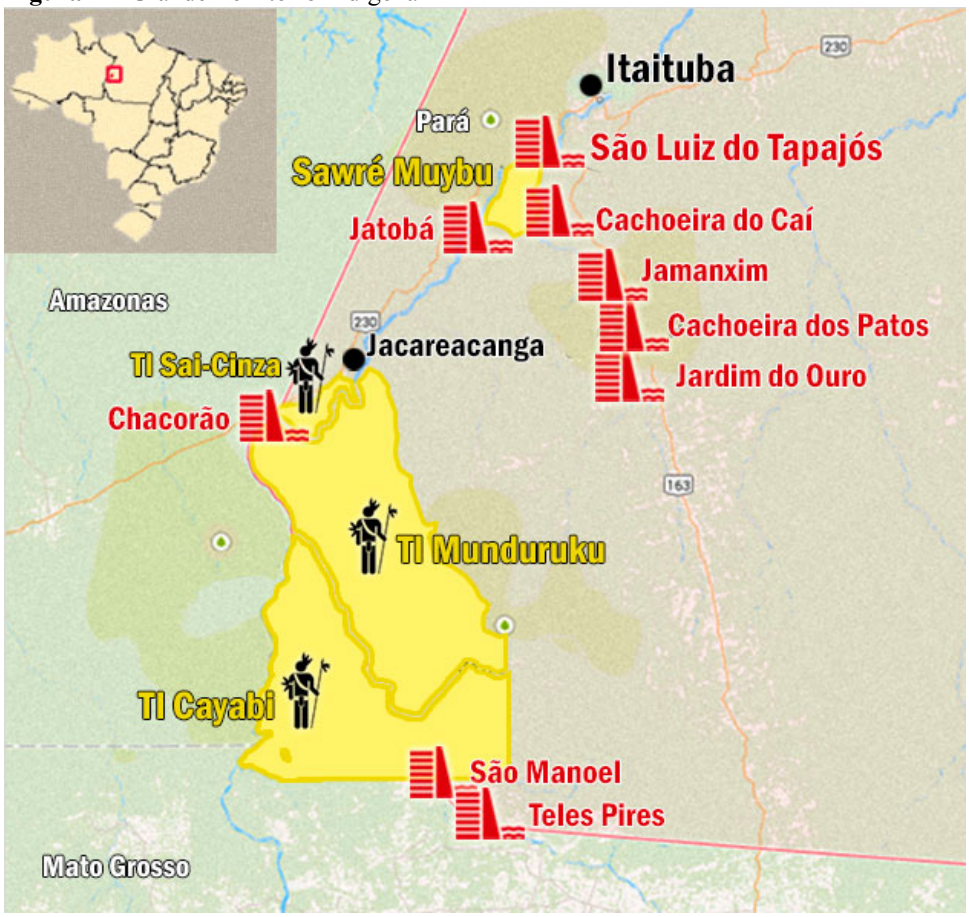
A falta de reconhecimento do território indígena é pertinente ao projeto, todavia "destruir o trecho do Rio Tapajós que flui na frente dessa proposta terra indígena irá remover a fonte de vida dos Mundurukus, que é baseada quase inteiramente no rio. Todas as aldeias estão localizadas na beira do rio." (FEARNSIDE, 2015b, p. 118).

Na reportagem “A batalha pela fronteira Munduruku” (ARANHA; MOTA, 2014a), a Agência Pública atualiza o cenário:

> Os indígenas conclamaram a autodemarcação de sua terra em outubro, depois de sete anos aguardando ação da Fundação Nacional do Índio (Funai). Foi o tempo que o órgão levou para elaborar um documento que reconhece essa área como de ocupação histórica e define os perímetros da demarcação: o “Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sawré Muybu”. Desde que ficou pronto, em setembro de 2013, o documento está parado na presidência da Funai.
>
> A reportagem da Pública teve acesso ao relatório com exclusividade e o publica na íntegra. São 193 páginas de minuciosa demonstração dos vínculos históricos que os Munduruku mantêm com esse pedaço de terra. O documento aponta que as 113 pessoas que vivem lá estão com sua “reprodução física e cultural” ameaçada pelo projeto das hidrelétricas. E conclui que “o reconhecimento da Sawré Muybu por parte do Estado é imprescindível para conferir segurança jurídica aos indígenas e garantir que seus direitos sejam respeitados”.
>
> O relatório é sensível porque a demarcação da Sawré Muybu pode inviabilizar uma hidrelétrica estratégica para o governo federal: a usina de São Luiz do Tapajós, que pretende ser a terceira maior do país com orçamento previsto em 30 bilhões de reais e potência máxima de 8.040 megawatts. O problema é que o projeto prevê o alagamento de partes significativas da terra indígena Sawré Muybu, inviabilizando a vida no local. Como solução, estudos recentes feitos pela usina sugeriram que os Munduruku sejam removidos da área. Em resposta, a Funai apontou que essa sugestão é inconstitucional e recomendou a suspensão do licenciamento da usina, conforme parecer interno de 25 de setembro ao qual a Pública teve acesso (ARANHA; MOTA, 2014A, não paginado).

Sob o ponte de vista dos indígenas, a reportagem mostra como o território desses povos é visto pelo Governo Federal como um entrave para a construção de barragens, conforme o infográfico abaixo

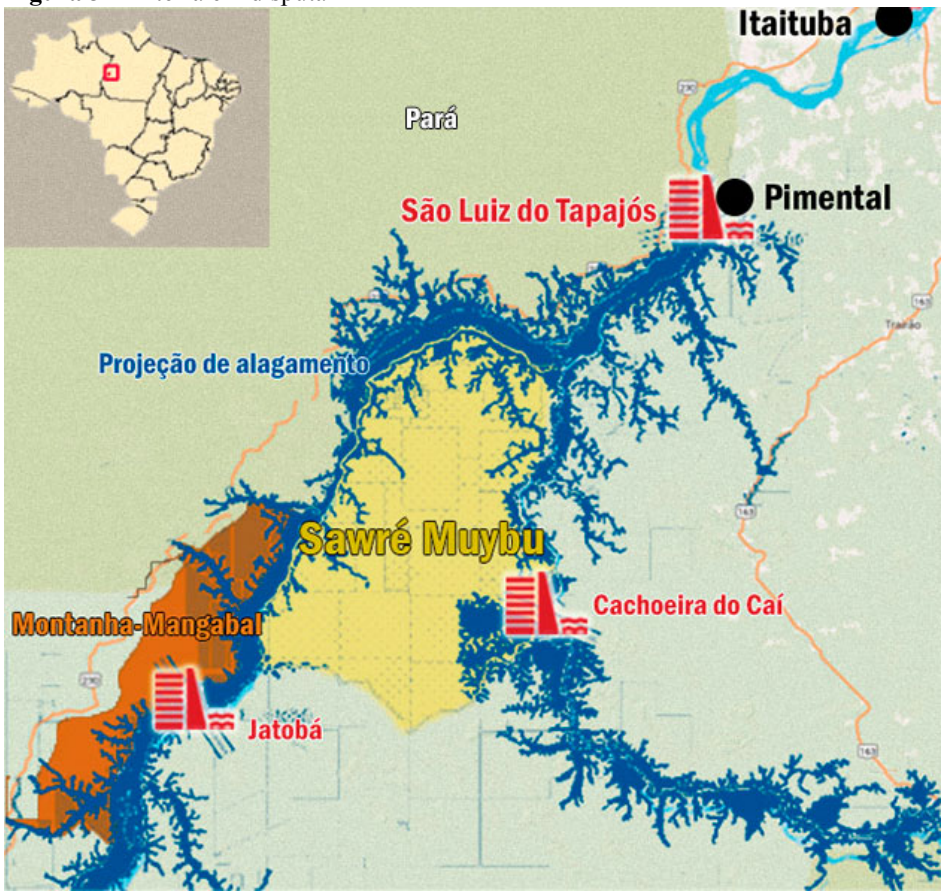
Figura 2 – Grande Território Indígena



Fonte: Aranha e Mota (2014a).

Além do deslocamento populacional e do uso da barragem como motivo para bloquear o reconhecimento das terras indígenas, a literatura sobre os problemas envolvendo hidrelétricas na Amazônia também levanta a perda da pesca e de locais sagrados, bem como aborda áreas indígenas afertadas "indiretamente" as terras em disputa, apresentadas em outro infográfico da mesma reportagem:

Figura 3 – A terra em disputa



Fonte: Aranha e Mota (2014a).

A **Figura 3** ilustra como "São Luiz do Tapajós alagaria partes importantes da Sawré Muybu" e projeta as incalculáveis consequências das outras duas usinas projetadas ao redor dessa região (ARANHA; MOTA, 2014a). Fearnside (2015b, p. 119) explica que sítios arqueológicos comprovam que a "área da proposta terra indígena Sawré Muybu foi habitada pelos Mundurukus há milhares de anos", onde se localizou cerâmica de aproximadamente 1.000 anos de idade com desenhos que correspondem às tatuagens dos Mundurukus de hoje.

Além disso, "O fato que as lendas 67onhece67us apresentam locais sagrados na proposta TI Sawré Muybu também indica a longa data da presença dessa etnia na área" Fearnside (2015b, p. 119). É sabido que estas tribos frequentemente deslocam as suas residências e vivem em mais de um lugar, porém tais movimentos, sejam eles curtos ou em centenas de quilômetros, sempre ocorrem ao logo do Rio Tapajós. Porém, a Sawré Muybu não é ainda reconhecida como "terra indígena" e a falta deste reconhecimento "dificulta o impedimento de invasões da área por madeireiros e garimpeiros, e essas incursões têm sido cada vez mais ousadas" (FEARNSIDE, 2015b, p. 119).

Em consequência do não reconhecimento da área Sawré Muybu, as autoridades não podem ser chamadas para expulsar invasores. As reportagens demonstram a partir dos relatos dos personagens e fontes que "a prioridade que o governo tem colocado em impedir que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criasse a TI Sawré Muybu tem repercussões muito além desta parte do Rio Tapajós" (FEARNSIDE, 2015b, p. 120). A própria autoridade da agência estatal "responsável por proteger os povos indígenas em todo o Brasil" ficou enfraquecida e desprestigiado à FUNAI, pois o "projeto hidrelétrico do São Luiz do Tapajós efetivamente a destruiu (FEARNSIDE, 2015b, p. 120), em razão disso:

> os Mundurkus então decidiram não esperar o governo criar e demarcar sua TI, e em outubro de 2014 começaram um projeto de "autodemarcação", cortando uma trilha ao redor do perímetro da área e colocando placas. A tomada de decisão dos Mundurukus é amplamente democrática, com todos os membros da comunidade (incluindo mulheres e adolescentes) participando de longas discussões, seguidas por um consenso entre os lideres de cada aldeia. Esse costume contrasta com outros grupos indígenas que possuam uma hierarquia centralizadora, tais como o Kayapó. Uma vez que os Mundurukus tomam uma decisão é menos provável de ser revertido do que para outros grupos (FEARNSIDE, 2015b, p. 120).

Essa luta das populações indígenas é registrada nas reportagens "um aviso à Funai" (ARANHA; MOTA, 2014b) e "A batalha pela fronteira Munduruku" (ARANHA; MOTA, 2014a), que mostra a assertividade dos povos indígenas em "confrontar diretamente as autoridades governamentais" que reagiu com a chamada "Expedição Tapajós" operação de guerra que ordenou a presença de "soldados armados da Força Nacional" para acompanhar "todos os pesquisadores que trabalhavam na preparação do EIA, desse modo aumentando a tensão e desconfiança entre indígenas e não-indígenas moradores da área de Tapajós" (FEARNSIDE, 2015b, p. 121).

As reportagens mostram a fala das lideranças indígenas, como Juarez Saw Munduruku, que deixam a seguinte mensagem: "seu povo tem vivido na beira do Tapajós por milhares de anos e têm o direito de continuar tendo a sua terra e seu rio com água limpa, o que lhes dá vida e peixe". Não acreditam nos construtores de barragens pois seria portadores de "falsas promessas que são quebradas posteriormente" (FEARNSIDE, 2015b, p. 125).

3.5 Consequências para os ribeirinhos e colonos

Considerados também como "populações tradicionais", conforme explica Fearnside (2015b, p. 125) os ribeirinhos (ou beiradeiros, como são chamados os que vivem às margens

do rio Tapajós) também tem direito de consulta sob a OIT-169, todavia estes povos também estão com seus direitos ameaçados. É o que conta as reportagens "A discórdia do desenvolvimento" (BARROS, 2012a) e "Ninguém os ouviu" (ARANHA; MOTA, 2015) quando explicam que

> segundo dados preliminares que constam do inventário do potencial hidrelétrico da bacia do Tapajós, exatas 2.352 pessoas de 32 povoados ribeirinhos diferentes serão diretamente atingidas caso as sete hidrelétricas previstas saiam do papel. O estudo foi feito em 2008 pela Eletronorte, subsidiária da estatal Eletrobras, estatal oficialmente responsável pelas obras complexo de usinas. Movimentos sociais e entidades que assessoram essas comunidades acham que o número é subestimado (BARROS, 2012a, não paginado).

As matérias trazem as vozes dos residentes da "maior das vilas ribeirinhas que serão alagadas pelas águas represadas da usina de São Luiz do Tapajós". Fundada há cerca de 120 anos, "Pimental representa a principal frente de resistência ao paredão de 3.483 metros de comprimento por 39 metros de altura da barragem, que vai alagar uma área de quase 75 mil campos de futebol" (BARROS, 2012a, não paginado). Em Aranha e Mota (2015) são bem didáticas ao explicar o estilo de vida da população local:

> seus habitantes vivem da pesca artesanal, como Tatá, ou da ornamental: peixes pequenos e coloridos encontrados nos trechos onde o rio é raso e transparente. Parte da renda local também vem do garimpo artesanal. Se a usina for licenciada, os 700 moradores serão retirados da beira do rio e levados para a beira da estrada federal BR 230, a Transamazônica, em local próximo ao lago da usina (ARANHA; MOTA, 2015, não paginado).

Os textos são entremeados pela história de vida dos moradores e suas relações com as consequências das barragens como o "sumiço" dos peixe em três grandes impactos, onde o próprio biólogo Philip Fearnside é entrevistado para explicar o primeiro deles "que, ao quebrar o fluxo da correnteza, o rio passou a ter bolsões de água sem oxigênio, criando um ambiente inóspito para os peixes", algo que já aconteceu em dezembro de 2008, quando "o IBAMA de Rondônia registrou 11 toneladas de peixes mortos durante a construção da usina de Santo Antônio". O segundo impacto "é a quebra do ciclo reprodutivo. Ao subir o rio para fazer a desova, os peixes serão barrados pelos paredões de concreto", no caso de São Luiz do Tapajós, serão sete quilômetros de comprimento, que mesmo com a solução de construir "escadas", poucas espécies achariam essas passagem. O terceiro grande impacto "será o fim do ciclo natural de cheia e seca do rio, já que a usina vai controlar o fluxo da água", prejudicando as praias de areia branca típicas da região e prejudicando a criação de "habitats fundamentais para a sobrevivência de diversas espécies vegetais e animais, como ariranhas e

certos tipos de peixes, tartarugas e jacarés", além de ser um "obstáculo para a reprodução do boto cor de rosa e do peixe boi, espécies que correm risco de extinção" (ARANHA; MOTA, 2015, não paginado).

Estes impactos ainda ameaçam a própria sobrevivência dos tradicionais moradores da região, muitos deles "frutos da geração de nordestinos que migrou para a Amazônia com a intenção de extrair borracha durante a Segunda Guerra, quando o governo alistou os soldados da borracha", explica o cientista social Maurício Torres, ao complementar que há registro de oito gerações de famílias que moldaram sua vida dominando a tecnologia de manejo do rio e da floresta. As consequências da transformação do rio em lago são trágicas, pois modifica profundamente esse habitat (ARANHA; MOTA, 2015, não paginado).

É natural a resistência da maioria dos moradores da região contra o governo e que encontra guarida na atuação do Ministério Público Federal em relação à construção das barragens, todavia um controverso grupo chamado Diálogo Tapajós, "empresa contratada pelo consórcio que fez os estudos de impacto ambiental, o mesmo que tem interesse em construir a usina" age como um mediador desses conflitos. "Em tese, o Diálogo é responsável por apresentar aos moradores os impactos que eles vão sofrer, preparando-os para a mudança e para a negociação com o empreendimento", mas é criticado por não ter autonomia e em razão disso não cumpre seu papel (ARANHA; MOTA, 2015, não paginado). É o que conclui Cunha (2015, p. 142) em sua dissertação de mestrado que teve como objeto o processo comunicacional do "Diálogo Tapajós".

Para ela "não há democratização do espaço midiático, tampouco diálogo efetivo entre Estado e sociedade", o que há de fato "é um repasse de informações para a sociedade, de acordo com a visão e os interesses das empresas", representadas por imagens sempre positivas dos projetos hidrelétricos e a minimização ou omissão dos impactos ambientais e sociais com a clara intenção de "legitimar a ação empresarial de implantação das usinas no rio Tapajós, através da formação de uma opinião pública convergente ao discurso produzido pelos agentes hegemônicos" com o objetivo de conseguir "apoio da sociedade, através da mídia" (CUNHA, 2015, p. 142). Os efeitos disso ficam evidentes na reportagem:

> Em Pimental, a ação do Diálogo Tapajós tomou um contorno inusitado: o grupo que representa a usina virou "mediador" para aplacar conflitos criado pela própria usina entre membros da comunidade. Sem informações sobre os seus direitos, os moradores da vila se desentenderam sobre qual deveria ser a postura em relação ao empreendimento. O Diálogo Tapajós organizou um conselho para que os ribeirinhos se reunissem com a mediação da empresa.
>
> O discurso da empresa hoje é de que o grande problema de Pimental é a cisão dentro da vila, como se os moradores fossem responsáveis caso as condicionantes não

> forem cumpridas. Givanildo Rodrigues de Paula, coordenador de campo do Diálogo, cita o exemplo da usina de Belo Monte como uma referência. A hidrelétrica está prestes a iniciar a produção de energia, mas está longe de completar o conjunto de ações sociais condicionadas à licença, como a remoção dos moradores. "É comum, nas nossas reuniões, aparecer a fala de que eles [ribeirinhos do Tapajós] foram a Belo Monte e viram que as casas não estão sendo feitas do jeito que prometeram. Ao invés de alvenaria, estão fazendo pré-moldado, que é quente", diz Givanildo. "A gente coloca que o Diálogo não tem condição de garantir que aqui não vai ser dessa forma, mas que é um exemplo muito ruim e que a organização da sociedade civil tem que dar conta de evitar que isso aconteça aqui". (ARANHA; MOTA, 2015, não paginado).

Fearnside (2015b, p. 127) explica que o programa "tem levado parte da população não indígena passar a apoiar o projeto da barragem", o autor também cita "trabalhos temporários, tais como serviços de barqueiros transportando os cientistas que estavam coletando dados para o EIA" como outros fatores de incentivo. Diferente dos povos indígenas e "tradicionais", os colonos tem menos direito, pois "não precisam ser consultados sobre o projeto em si" e alguns acabam aceitando indenizações pecuniárias, que embora seja preferida pelos projetos, podem promover a miséria quando este dinheiro acaba em curto espaço de tempo (FEARNSIDE, 2015b, p. 127).

Das reportagens analisadas, este aspecto é um dos que mais visibiliza e humaniza vozes de resistência, pois além de situar a discussão sob o ponto de vista de moradores, líderes comunitários e movimentos sociais e as contradições que os agentes dominantes promovem na comunidade, como as moradoras que não contraria os grandes projetos porque "não querem entrar numa disputa em que saber que vão perder" e o morador que ainda se sentem inseguros em relação ao seu posicionamento, numa construção narrativa que posiciona o dominado como figura central da trama, num ponto de contestação das ações das autoridades constituídas.

3.6 Consequências para os residentes urbanos

Apesar de nenhuma cidade ser inundada pelos reservatórios, diversos "povoados" e "aldeias" seriam remanejados, o que provocaria "impactos sociais usuais a grandes obras, tais como prostituição, drogas, álcool e crime", elementos que não são discutidos no EIA. As declarações dos personagens das narrativas de rejeição são bem claras, dada a dificuldade de adaptação aos núcleos urbanos (FEARNSIDE, 2015b, p. 127). As reportagens "A discórdia do desenvolvimento" (BARROS, 2012ª) e "Lá vem o progresso" (FONSECA; MOTA, 2015) ilustra o que Castro el al. (2014, p. 18) chama de "conflitos de natureza diversa envolvendo instituições públicas, privadas, a sociedade local e organizada, acerca das questões

ambientais, sociais, culturais e econômicas" no qual "apesar da retórica do desenvolvimento sustentável através da hidroeletricidade, o resultado obtido em termos de desenvolvimento econômico e social da população local" não consegue ser aquele previsto nos relatórios de projeções dos governos" (CASTRO et al., 2014, p. 18). Exemplo disso é o que acontece em Itaituba, na matéria de:

> Itaituba é a maior cidade da região do médio Tapajós, que deve receber nos próximos anos um conjunto de obras estratégicas para a economia nacional. Com a construção de estações de transbordo (que recebem os grãos de soja e milho para enviá-los aos portos em balsas), uma hidrovia e o asfaltamento de rodovias federais, o oeste do Pará se tornou um importante foco de atenção da indústria agropecuária. Ali se forma um dos corredores estratégicos para escoamento de grãos produzidos no Mato Grosso.
>
> [...]
>
> Mas enquanto os projetos avançam, o receio é que os benefícios do desenvolvimento passem à margem da cidade. Se construída, a hidrelétrica de São Luiz será a terceira maior do Brasil em potência. E, com pouca infraestrutura, Itaituba corre o risco de passar pela mesma situação que Altamira, onde está sendo construída a usina hidrelétrica de Belo Monte. Lá, a cidade vive o impacto das obras com o crescimento desordenado que provoca especulação imobiliária, problemas no atendimento à saúde e crescente violência (FONSECA; MOTA, 2015, não paginado).

Altamira fica a 500 km de Itaituba e é um exemplo recorrente para os moradores da cidade que atribuem à chegada do projeto de Belo Monte aliada a uma estrutura precária de políticas públicas, o agravamento da violência na região e o "crescimento da exploração sexual de mulheres, crianças, adolescentes e indígenas desde o início da construção da usina de Belo Monte" (FONSECA; MOTA, 2015, não paginado).

Outro reflexo é a alta no preço dos alugueis, bem explicado na reportagem de Barros (2012a, não paginado):

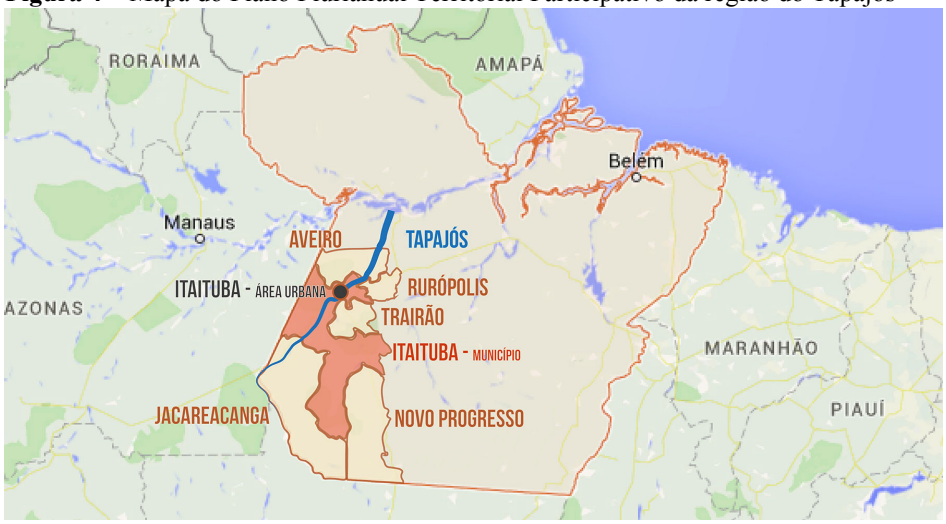
> Atualmente, se quisesse morar perto da orla do rio Tapajós, na parte mais agradável da cidade de Itaituba, a merendeira da escola de Pimental teria de desembolsar pelo menos R$ 1.800 de aluguel mensal num bom imóvel de três quartos. Até dois anos atrás, o custo seria praticamente a metade disso. Agora, se preferisse realizar o sonho da casa própria, comprando um terreno de 250 metros quadrados no loteamento Novo Paraíso II, localizado a 38 quarteirões de distância da avenida à beira-rio, ela teria de desembolsar R$ 16 mil. A título de comparação, as vendas do primeiro loteamento chamado Novo Paraíso foram encerradas em 2010. Cada terreno foi negociado a R$ 3 mil .

Como se não bastasse esses impactos, assombra o município a não aplicação das compensações por parte da Norte Energia, a concessionária de Belo Monte, que não a fez de maneira adequada em Altamira. Itaituba não tem estrutura para o crescimento populacional

motivado pelas obras e isso pode atrair um número de pessoas bem maior do que a obra do Xingu em busca de emprego e negócios no município do Tapajós.

A reportagem de Fonseca e Mota (2015, não paginado) mostra que "em setembro de 2014, o Ministério do Planejamento divulgou o Plano Plurianual Territorial Participativo da região do Tapajós" que foi "elaborado junto ao consórcio de municípios que, além de Itaituba, inclui as cidades de Novo Progresso, Jacareacanga, Rurópolis, Trairão e Aveiro" com previsão de investimentos de R$ 1,9 bilhão em infraestrutura, cultura, turismo, saúde e educação na região, conforme ilustração:

Figura 4 – Mapa do Plano Plurianual Territorial Participativo da região do Tapajós



Fonte: Fonseca e Mota (2015).

Enquanto isso não ocorre "o ouro continua sendo a principal fonte econômica que movimenta Itaituba", sendo que a maior parte do ouro que sai do município é fruto de exploração de garimpo ilegal com "300 trabalhadores inseridos em terras indígenas" não protegidas. De acordo com as reportagens, os bairros tem estrutura precária que atende com muitas dificuldades a própria população local, como a falta de água encanada e o esgoto, despejado no rio que corre por baixo das casas, já que não existe estação de tratamento na cidade.

Calçadas irregulares e dificuldades de telecomunicações são problemas recorrentes, bem como nem sede a prefeitura tem. Apesar das promessas de desenvolvimento, o empresariado local não consegue enxergar benefícios para a região, como é mostrado na declaração do presidente do Fórum de Entidades de Itaituba:

> É uma situação que pra nós não sabemos se vai ser benéfica. Pro sul do Brasil vai. Pro centro-oeste vai. Mas e pra nós que aqui estamos?", questiona Davi Menezes, 44 anos, presidente do Fórum de Entidades de Itaituba, órgão que reúne 22 instituições,

> como OAB, Associação Comercial, o Rotary Club e a Maçonaria. O Fórum surgiu com o objetivo de representar a classe empresarial de Itaituba frente à implantação dos projetos. Até agora a realidade não alcançou as expectativas. "Tem um empresário aqui que comprou quase 200 mil EPIs [Equipamentos de Proteção Individual]. Sabe o que ele vendeu? Nenhuma luva", se indigna Menezes. "Ele preparou-se, com estoque, para vender para construção dos portos e não vendeu nada. Trouxeram tudo de fora". Para ele, os interesses das grandes empresas que chegam à cidade se sobrepõem aos dos empresários locais (FONSECA; MOTA, 2015, não paginado).

Todos esses fatores são apresentados nas narrativas da Pública como um contraposição aos supostos benefícios que as hidrelétricas podem trazer, que as narrativas da mídia tradicional, aliadas aos interesses do Estado e do grande capital financeiro em seus discursos hegemônicos tentam impingir na opinião pública a ideia de "fontes renováveis de energia limpa.

3.7 Construção política da legitimidade

A narrativas da Pública evidenciam os conflitos provocados pela imposição da perspectiva desenvolvimentista, pautada pelo crescimento econômico e evidenciando entendimento de Castro (2015, p. 244) que "o desenvolvimento é antes de tudo uma construção política e ideológica e por isso é um discurso produzido", aplicável a esta pesquisa quando observamos nas reportagens a nítida imposição da força do Estado, aliado ao interesses do grande capital e legitimados por uma mídia hegemônica que constrói narrativas baseadas em premissas mais palatáveis à opinião pública.

No jogo de imagens explicado por Castro (2015, p. 244) "o desenvolvimento precisa de reconhecimento pelo não-desenvolvido e por ser o outro, necessariamente inferior na avaliação deslocada da realidade, se trata de um paradigma do pensamento colonial". Todos os conflitos demonstram a partir da realidade do agente dominado, e do seu contexto, a oposição ou resistência a algum tipo de dominação. As narrativas são construídas através da tessitura de tramas baseadas em situações reais e dramáticas envolvendo os personagens impactados pelos projetos em sua condição de heterogeneidade.

Ao atentar para a função social do jornalismo, a Pública acaba construindo um discurso de confronto ao neocolonialismo, em que através de histórias e relatos subentende "que os benefícios do desenvolvimento devem atender às qualidades humanas para o seu bem-estar, materiais e imateriais" (CASTRO, 2015, p. 244), qualidades como "educação, qualidade de vida traduzida em saúde e longevidade, dignidade e participação politica"

(CASTRO, 2015, p. 244). Todas as reportagens apontam para o viés onde o aspecto econômico do desenvolvimento é imposto e sobrepuja todos os outros.

O aspecto neocolonial característico da globalização é a desterritorialização, "destacada para explicar como são removidas as referências fixas ou locais, pela alteração da relação com o espaço e com as fronteiras, com o tempo e as escalas que vivem, na atualidade, as pessoas, os grupos e as sociedades em geral" (CASTRO, 2015, p. 242) e não se pode impor que as pessoas afetadas pelo alagamento de barragens sejam forçadas a perder suas referencias com o lugar onde vivem, como se fosse uma condição *sine qua non* de desenvolvimento, sem considerar a vontade dessa gente. Certamente o principal aspecto encontrado nessa sucessão de conflitos.

A relação com o local é outro ponto preponderante nas narrativas sobre o campo do desenvolvimento, pois todos os conflitos envolvem necessariamente o deslocamento humano de espaços onde estes diferentes povos já se estabeleceram para uma realidade totalmente diversa não apenas sob a dimensão espacial, como também em relação à alterações extremamente agressivas em seu modo de vida. Neste campo a "negação do lugar tem múltiplas consequências para a teoria do imperialismo até as da resistência ao desenvolvimento hegemônico, inclusive, relacionando à questões ambientais" (CASTRO, 2015, p. 243), sendo esta "reafirmação do lugar é também a visibilidade dos modelos culturalmente diferentes do hegemônico, específicos quanto à relação com a natureza" (CASTRO, 2015, p. 243).

4 OS AGENTES DAS NARRATIVAS

Levando-se em consideração a pluralidade das informações jornalísticas e a variedade de tipos de fontes utilizadas para confirmar ou reforçar a verdade no relato dos fatos, Schmtiz (2011) sugere uma hierarquização das fontes em função, "pois a notícia polifônica converge da diversidade de opiniões, relatos, testemunhos e mídias". Para isso propõe um quadro representativo desta dinâmica, estabelecendo "demarcação e inter-relação entre tipos, grupos e classes de fontes" (SCHMTIZ, 2011, p. 23).

Quadro 2 – Matriz de classificação das fontes de notícias

Categoria	Grupo	Ação	Crédito	Qualificação
Primária Secundária	Oficial Empresarial Institucional Popular Notável Testemunhal Especializada Referencial	Proativa Ativa Passiva Reativa	Identificada Anônima	Confiável Fidedigna Duvidosa

Fonte: Schmtiz (2011, p. 23).

No estudo em tela, classificaremos as fontes de acordo com os grupos das quais fazem parte, ou seja, a partir de sua origem ou contextualização. Schmtiz (2011, p. 24) ressalta que assessorias de imprensa e porta-vozes não devem ser classificadas como fontes. No primeiro caso apenas servem de "ponte", pois intermediam o contato com seus assessorados, enquanto que o segundo se trata apenas de pessoas qualificadas e autorizadas a dar informações que reflitam o pensamento oficial de quem representa.

A mediação também pode ser feita por informante "autorizado" ou "não autorizado", que substitui o porta-voz ou a fonte caso esta não possa – ou não deseje, ou desconheça – transmitir a informação ou a opinião de forma oficial, pessoalmente (SCHMTIZ, 2011, p. 24-25). Então serão usadas as seguintes definições de Schmtiz (2011), com adaptações sugeridas por Ferreira (2012, p. 38):

a) Oficiais: Alguém em função do cargo público, em órgãos mantidos pelo Estado, nos poderes constituídos e organizações agregadas.

b) Referencial: Bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta. Algo que fundamenta os conteúdos jornalísticos e recheia a narrativa, agregando razões e ideias.

c) Individual: Pessoa comum que fala por si mesmo, sem representar organização ou grupo social. Pode aparecer como vítima, cidadão reivindicador ou testemunha. A vítima representa o elo mais fraco: o sofredor ou o injustiçado. O cidadão busca visibilidade na luta por seus direitos. A testemunha, além de relatar um fato, também contextualiza informações da vida cotidiana.

d) Institucional: Representante de organização sem fins lucrativos ou grupo social. Busca a mídia para sensibilizar e mobilizar em prol de sua causa.

e) Especializada: Pessoa de notório saber específico ou organização detentora de um conhecimento reconhecido. Tem a capacidade de analisar as possíveis consequências de determinadas ações ou acontecimentos.

f) Empresarial: Representa corporação empresarial da indústria, comércio ou do agronegócio, com interesse comercial ou institucional.

Nas reportagens analisadas foram identificadas 89 fontes consultadas pelos repórteres da Agência Pública. Estas foram divididas pelos grupos aos quais fazem parte e pela identificação de seu posicionamento a respeito dos projetos hidrelétricos, se contrárias ou favoráveis. Quando a análise não era satisfatória para se concluir para qual dos lados pendia a opinião do agente da narrativa, optou-se, inicialmente por utilizar o termo "neutro", todavia esta opção de denominação se tornou ineficaz porque, de acordo com Fernandes (1977, p. 129), a neutralidade "é incompatível com o raciocínio científico", pois este exige

> preliminarmente, a rejeição consciente de toda e qualquer contaminação que os *idola* posam levar à explicação científica e ao uso racional de suas descobertas. Aí está, em seu sentido mais elementar, o caráter intrinsecamente revolucionário do raciocínio científico e por que a "neutralidade ética" acaba se impondo como uma condição de controle externo da ciência e da tecnologia científica pelos idola consagrados pelo capitalismo e pelo monopólio burguês do poder. (FERNANDES, 1977, p. 129).

Se a fonte não diz e nem o contexto situa claramente a intencionalidade do agente em seu lugar de fala, afirmar que haveria uma neutralidade seria um pré-julgamento do pesquisador baseado em dados não possíveis de se avaliar no estudo, portanto há indefinição do posicionamento. Considerando este elemento, soa mais adequado denominar as fontes que, no universo da análise, não são contrárias, nem favoráveis, como fontes indefinidas, pois

assim me apareceu na leitura desses dados. Os resultados foram consolidados na tabela abaixo:

Tabela 1 – Classificação dos agentes de acordo com seus grupos e posicionamento em relação aos projetos hidrelétricos na bacia do Tapajós

Grupos/Agentes	Contrários aos projetos hidrelétricos	Favoráveis aos projetos hidrelétricos	Indefinidos quanto ao posicionamento	TOTAL
Oficiais	14	9	4	27
Referenciais	8	7	5	20
Individuais	11	3	3	17
Institucionais	13	0	1	14
Especialistas	8	0	0	8
Empresariais	0	3	0	3
TOTAL	54	22	13	89

Fonte: Análise das narrativas.

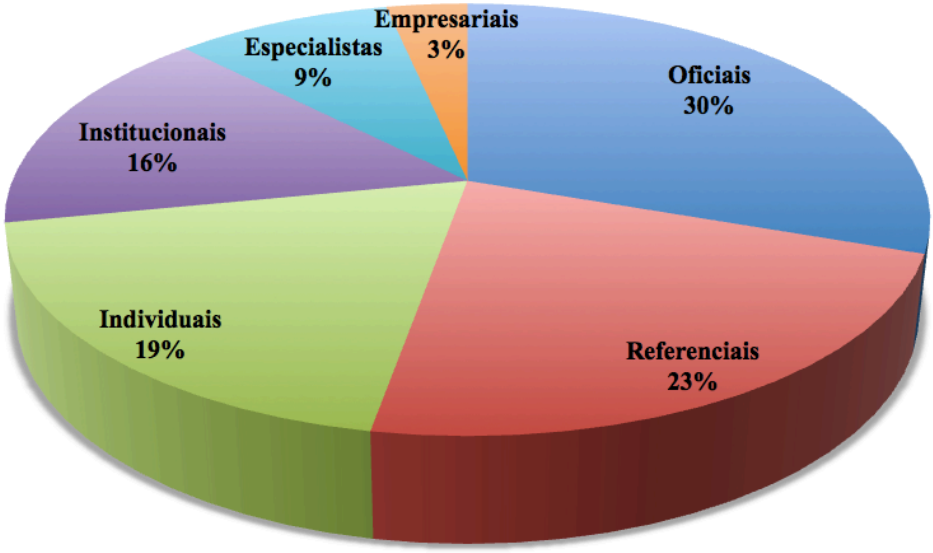
Em uma primeira análise, a tabela demonstra a intenção da Agência Pública em registrar a pluralidade de vozes acerca das questões investigadas. A quantidade de fontes em cada categoria jamais ultrapassa um terço do total, permitindo a polifonia característica das reportagem, também conhecida como jornalismo interpretativo, que, para Miranda (2008, p. 69) é um gênero que promove a convivência de várias vozes no texto com o objetivo de realizar uma interpretação do acontecimento para o leitor.

Tais vozes são estas diversas fontes entrevistadas, bem como as informações obtidas através de pesquisas em fontes referenciais somadas à própria voz do repórter, que alinhava a "massa informativa" transformando-a em texto jornalístico num processo que envolve escolhas e outras vozes informativas como as do redator e do editor:

> Ele (o jornalista) decide o que será aproveitado e o que pode ser deixado de lado, trabalho que obedece a uma técnica de redação, mas que não prescinde de critérios subjetivos –, e também pelo momento da edição, na qual a reportagem recebe o tratamento de outros jornalistas (redator e editor), portanto de outras vozes, que darão o tratamento definitivo à matéria, escolhendo títulos, chamadas de capa e fotos (com suas respectivas legendas). (MIRANDA, 2008, p. 69).

Lima (2009, p. 84) também argumenta que por não estar atrelado ao "ritmo compulsivo de produção das redações" é possível fugir do "restrito círculo das fontes legitimadas e abrir o leque para um coral de vozes variadas". Esta multiplicidade de diferentes vozes pode ser ilustrada no gráfico abaixo, que demonstra a quantidade de agentes por grupo:

Gráfico 1- Percentual de agentes por grupo



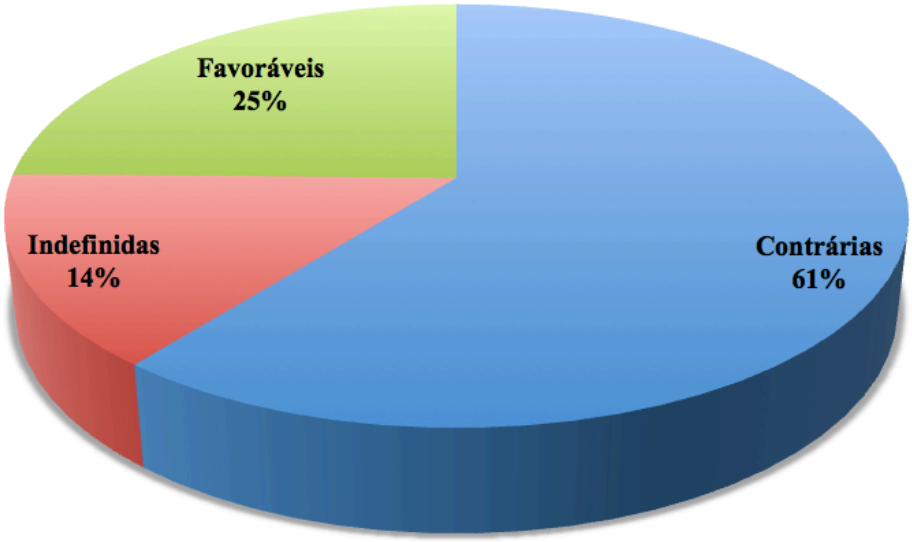
Fonte: Análise das narrativas

Todavia o segundo eixo de análise do gráfico é possível identificar as interferências dos autores na construção narrativa. É o que Motta (2013, p. 211) faz subtender quando diz que o narrador sempre tem algum propósito e "dispõe do *poder de voz* para organizar, encadear, posicionar, hierarquizar, dar ao seu interlocutor as pistas e *instruções de uso* por meio das quais indica como pretende que seu discurso seja interpretado".

O gráfico que ilustra o posicionamento das fontes escolhidas em relação à construção das Usinas Hidrelétricas do Tapajós evidencia um posicionamento crítico em relação aos projetos, oferecendo às vozes consideradas de resistência – ou seja, contrárias aos empreendimentos – um peso bem maior do que todas as demais vozes, sejam elas indefinidas ou favoráveis.

Estes 61% de fontes subverte, no campo jornalístico, as relações de poder envolvendo os atores dominantes e dominados, oferecendo protagonismo aos personagens e opiniões que tendem a ser invisibilizadas pelos interesses políticos e econômicos da mídia tradicional. Se excluirmos da consideração as fontes indefinidas, identificamos apenas um quarto de opiniões coincidentes com as pretensões governistas e empresariais:

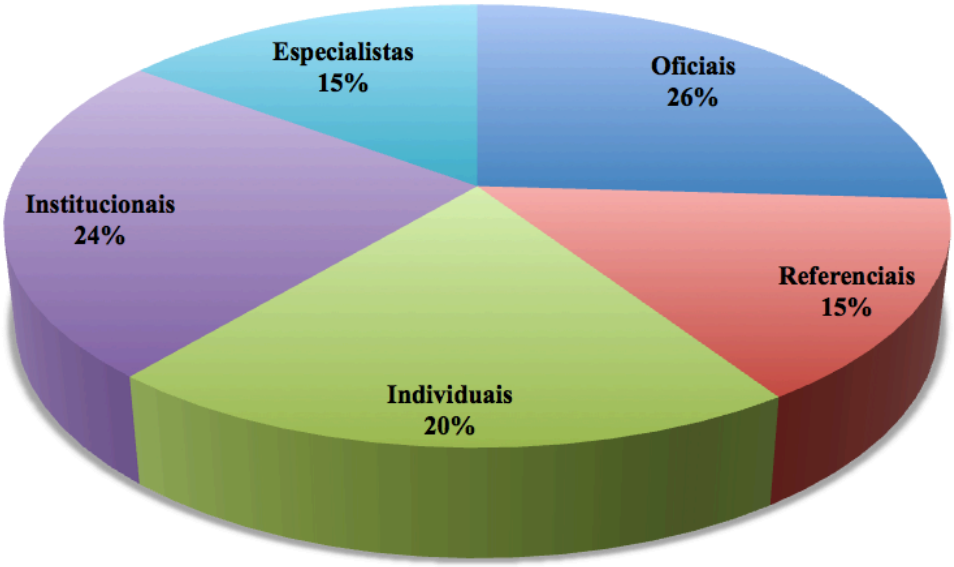
Gráfico 2 - Posição dos agentes em relação aos projetos hidrelétricos no Tapajós



Fonte: Análise das narrativas.

Predominam agentes cujo contexto aponta rejeição às Usinas Hidrelétricas. Ressalta o protagonismo do Ministério Público Federal e dos seus Procuradores em sua prerrogativa de representantes da população, com 26%, assim como o equilíbrio de fontes institucionais, individuais e especialistas representando interesses da sociedade, daqueles que atuam na resistência ao poder instituído. Empresas e Governo não se manifestaram negativamente:

Gráfico 3 - Agentes cujo contexto os apresenta como contrários aos projetos hidrelétricos no Tapajós

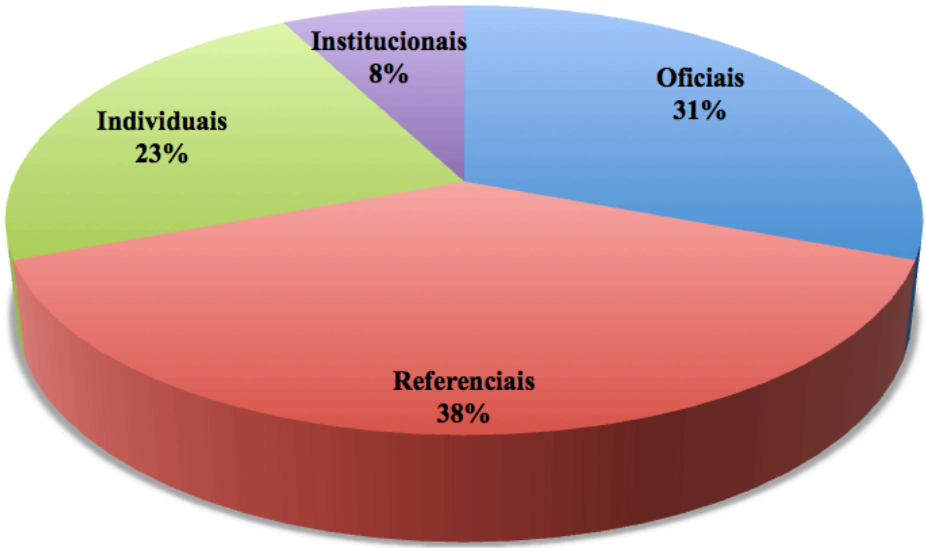


Fonte: Análise das narrativas.

O baixo percentual de fontes com declarações indefinidas em relação às UHE ressalta o caráter estatístico, histórico e meramente informativo das fontes referenciais, situando-as

como principais expoentes no gráfico abaixo. Também se observa as fontes oficiais de órgãos informativos ou judicantes junto de indivíduos ou instituições que não se posicionaram em relação aos projetos e/ou mantém posição indefinida em relação a estes:

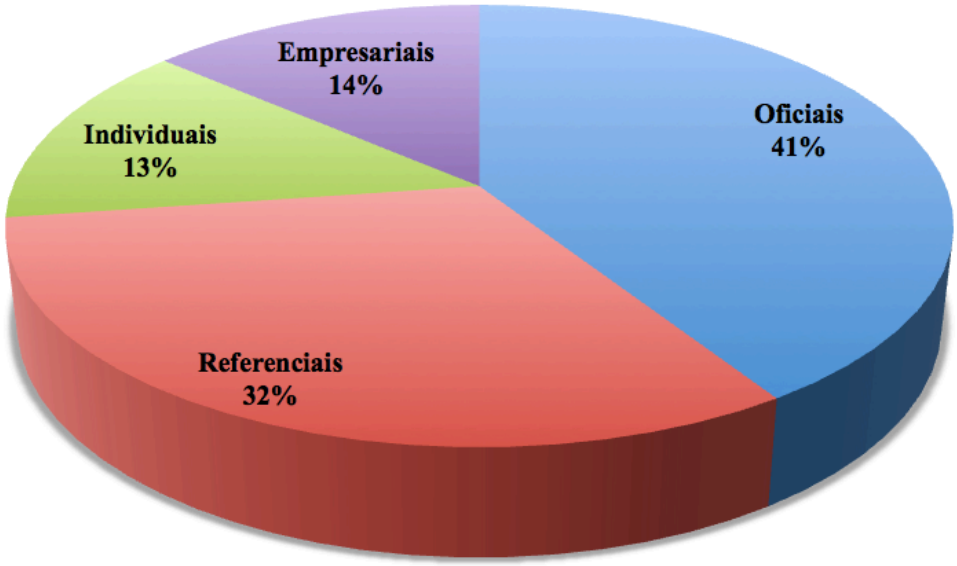
Gráfico 4 - Agentes cujo contexto apresenta indefinição em relação às hidrelétricas no Tapajós



Fonte: Análise das narrativas.

Dentre os agentes favoráveis, destaca-se o Governo Federal com o maior número de citações oficiais e boa parte dos documentos referenciados. E os agentes empresariais, diretamente interessadas no embate simbólico, representadas pelo "Diálogo Tapajós":

Gráfico 5- Agentes cujo contexto os apresenta como favoráveis aos projetos hidrelétricos no Tapajós



Fonte: Análise das narrativas.

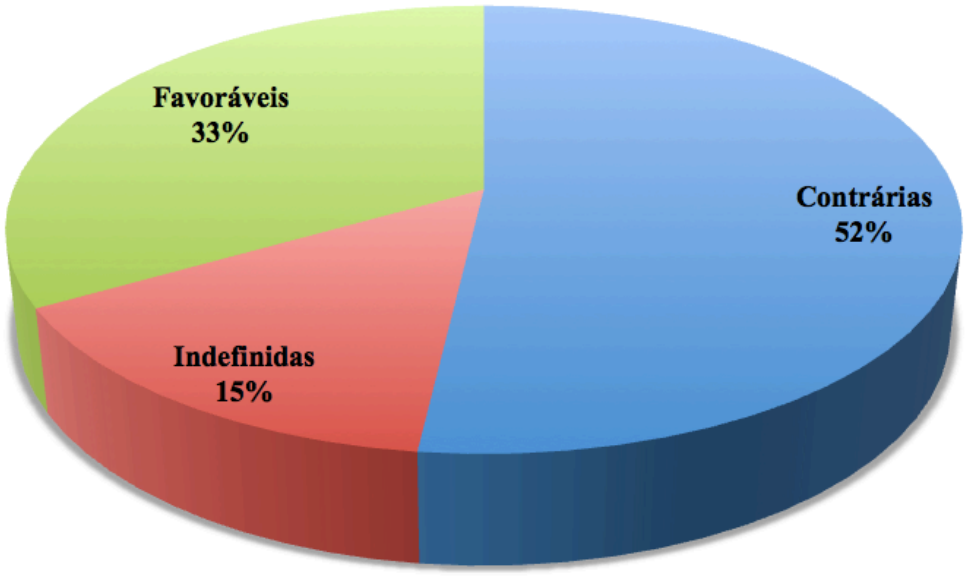
Essa análise inicial pode ser melhor compreendida quando aprofundamos a observação dentro de cada grupo de fontes, na descrição de cada um destas fontes consultadas.

4.1Agentes oficiais

As fontes oficiais foram as mais consultadas nas reportagens analisadas, e contam com 30% do total. Este resultado confirma Schmtiz (2011, p. 25) quando diz que estas são as fontes preferidas da mídia, por emitir informação ao cidadão e tratar essencialmente do interesse público. Todavia o autor ressalva que este tipo de fonte pode "falsear a realidade para preservar seus interesses ou do grupo político".

Esse agentes representam "alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas" (SCHMTIZ, 2011, p. 25). No que concerne à concordância ou não com os projetos hidrelétricos do Tapajós, as fontes oficiais escolhidas se manifestaram predominantemente contrários, com uma quantidade significativa de opiniões favoráveis e pouca indefinição, como é evidente no gráfico abaixo:

Gráfico 6 – Posição dos agentes oficiais em relação aos projetos hidrelétricos no Tapajós



Fonte: Análise das narrativas.

Esta oposição é ilustrada pelo discurso desenvolvimentista e persuasivo do Governo Federal, como principal fonte oficial favorável, com a intenção de convencer a opinião pública da viabilidade do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, em confronto com o Ministério Público Federal e seus Procuradores, fontes contrária mais citadas, exercendo a prerrogativa de atuar como fiscais da lei em causas nas quais a Constituição considera haver interesse federal.

Para detalhamento maior, temos como principais fontes oficiais contrárias os seguintes agentes:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)

Mais citada dentre as fontes oficiais com declarações contrárias ao projeto desenvolvimentista do Governo Federal, o Ministério Público foi instituído pela atual Constituição Federal (1988), no *caput* do artigo 127, como uma "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".

Não fazendo parte de nenhum dos 3 poderes – legislativo, judiciário e executivo -, cabe ao MPF defender os direitos sociais e individuais indisponíveis dos cidadãos perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), os tribunais regionais federais, os juízes federais e juízes eleitorais. Seus membros "podem tanto defender os cidadãos contra eventuais abusos e omissões do Poder Público quanto defender o patrimônio público contra ataques de particulares de má-fé" (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL)[17].

Nas narrativas, o MPF, enquanto instituição, é citado nominalmente como fonte em seis momentos, todos estes envolvendo alguma iniciativa do órgão denunciando irregularidades encontradas nos projetos, como "oito ações para exigir que as obras no Tapajós respeitem os direitos das populações locais", ou pedindo para interromper os trabalhos em virtude de "falhas no processo de licenciamento: a ausência de consulta prévia aos indígenas e ribeirinhos e a ausência da Avaliação Ambiental Integrada, estudo que mede os impactos do conjunto de usinas na região".

Ao marcar a floresta, indígenas e ribeirinhos materializam a fronteira física de uma disputa travada há mais de dois anos na Justiça. Similar à guerra jurídica que marcou o licenciamento da usina de Belo Monte (PA), o Ministério Público Federal já entrou com oito ações para exigir que as obras no Tapajós respeitem os direitos das populações locais.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**
As aldeias do Teles Pires se engajaram ainda mais na resistência às usinas depois de uma trágica operação da Polícia Federal. Em novembro de 2012, Adenilson Kirixi Munduruku foi morto com um tiro na nuca que saiu da arma do delegado Antônio Carlos Moriel Sanches. Segundo denúncia do Ministério Público Federal, os Munduruku discutiam com o delegado para que ele não destruísse uma balsa de garimpo quando um indígena teria empurrado o seu braço. O delegado teria caído no rio e,	

[17] Site do Ministério Público Federal. Funções institucionais. Disponível em: <http://www.prr4.mpf.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=19>. Acesso em :18 jan. 2016.

então, disparado primeiro nas pernas e depois na nuca de Adenilson. O MPF denunciou o delegado por homicídio, mas ele foi absolvido.	
O MPF já havia pedido a interrupção dos trabalhos por duas falhas no processo de licenciamento: a ausência de consulta prévia aos indígenas e ribeirinhos e a ausência da Avaliação Ambiental Integrada, estudo que mede os impactos do conjunto de usinas na região.	
O Ministério Público Federal iniciou uma ação civil pública exigindo que o Ibama suspendesse o licenciamento da usina enquanto as empresas responsáveis pelos estudos ambientais (leia mais no box abaixo) não elaborasse um estudo para avaliar o impacto acumulado das sete usinas na bacia e não realizasse a consulta prévia às comunidades afetadas. A consulta consiste em levar informações sobre o empreendimento aos ribeirinhos e indígenas e ouvir quais são as suas demandas e preocupações. Em tese, o Ibama deveria levar esses argumentos em conta na hora do licenciamento, solicitando adaptações ao projeto de modo a reduzir os impactos negativos. Ou até mesmo vetar o empreendimento. A consulta é obrigatória, segundo a legislação brasileira com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário.	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
O Ministério Público Federal apontou uma omissão grave nesses estudos, que motivou uma ação civil pública contra o Ibama e quase paralisou todo o processo de licenciamento: a análise das usinas foram feitas de forma isolada, sem uma avaliação que medisse o conjunto de impactos das sete usinas na bacia. Além disso, o licenciamento estava chegando ao final sem que a população afetada fosse consultada.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
As obras se somam ao projeto da usina de São Luiz do Tapajós, o mais sensível no momento. Sua construção conflita com a demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, que poderá ser alagada assim como comunidades ribeirinhas da região, como a vila de Pimental. O alagamento de terras indígenas para construção de barragens não é permitido por lei. Até agora, a usina já acumula oito ações movidas pelo Ministério Público Federal, que tenta garantir o cumprimento dos direitos das populações locais.	

Luís de Camões Lima Boaventura – Procurador do Ministério Público Federal.

Foi o que aconteceu no início de novembro, em uma reunião com o procurador federal Luís de Camões Lima Boaventura. O procurador é uma das mais fortes vozes de defesa dos Mundururuku na justiça, já foi até condecorado guerreiro em um ritual. Mas, naquele dia, ele tinha uma notícia difícil para dar.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**
Depois de conseguir uma ordem da justiça federal para que a Funai publicasse o relatório da Sawré Muybu, ele soube que a Advocacia Geral da União havia derrubado essa decisão em Brasília. Ou seja, a Funai seguiria livre para sentar em cima da demarcação.	
A notícia foi transmitida em tom grave pelo procurador,	

enquanto Roseninho e outros líderes ficaram atônitos. Por longos minutos, os Munduruku não esboçaram uma reação. Camões tentou quebrar o clima: "você não vai perder a voz agora, vai?"	
"Como podem antecipar esse passo? Estaria o governo prevendo que o Ibama dará ok ao empreendimento antes de sequer verificar os estudos?", questiona o procurador Boaventura. "Parece que, para o governo, a licença ambiental é só uma etapa a ser vencida".	
O argumento do governo também foi contestado pelo MPF. Em uma manifestação sobre a Ação Civil Pública sobre o caso, o procurador federal Luís de Camões Lima Boaventura critica a interpretação do governo: "beiradeiros, ribeirinhos e agroextrativistas são tão sujeitos de direitos da Convenção 169 quanto os indígenas e devem ter direito a uma consulta apropriada. Afirmar o contrário é mais uma vez incidir num discurso hegemônico, em que os diferentes modos de viver e se relacionar com a floresta são desconsiderados".	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

Fernando Antônio Oliveira Júnior – Procurador do Ministério Público Federal.

É justamente para dirimir essas dúvidas – e separar o que é mera especulação do que é risco de fato – que o Ministério Público Federal acionou a Justiça para cobrar a realização de uma Avaliação Ambiental Integrada (AAI) e de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) dos impactos gerados por todas as usinas previstas no complexo hidrelétrico, e não apenas por São Luiz do Tapajós. "É uma postura preventiva do MPF. Queremos apenas que os marcos legais sejam respeitados", explica o procurador Fernando Antônio Oliveira Júnior.	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
"O pedido de suspensão se baseia em dois motivos. Em primeiro lugar, não foi realizada uma avaliação ambiental integrada. É preciso analisar o impacto conjunto de todas as usinas previstas para a bacia do Tapajós, e não o de apenas uma delas isoladamente", explica Fernando Antônio Oliveira Júnior, procurador do MPF. "Além disso, não foi feita uma consulta prévia às populações indígenas que vão ser afetadas pelos empreendimentos. Essa consulta tem que ser anterior a qualquer tipo de autorização."	
"A Eletrobras e o Ibama tinham conhecimento do ofício da Funai, sabiam que havia terras indígenas na área de influência da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, mas mesmo assim passaram por cima dessa informação", acusa o procurador Fernando Antônio Oliveira Júnior, um dos autores da ação.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Ele faz questão de ressaltar que a consulta prévia não se resume a um mero aviso: é preciso explicar de forma clara e acessível, de modo que os indígenas compreendam plenamente as características do projeto. "A Convenção 169 da OIT é ainda mais cuidadosa e protetiva do que a Constituição de 1988. Ela diz que a consulta prévia tem que ser realizada antes de qualquer tipo de autorização. É um dos primeiro passos para a construção do empreendimento", acrescenta o procurador.	

Felício Pontes – Procurador do Ministério Público Federal.

O procurador do Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA) Felício Pontes revela preocupação com a possibilidade de a aproximação do Diálogo Tapajós ser usada indevidamente como uma forma de consulta prévia às comunidades afetadas pela hidrelétrica. "O problema é utilizar esse tipo de levantamento como uma espécie de concordância dos grupos indígenas e das demais populações tradicionais com o empreendimento", alerta.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
O precedente foi aberto em Belo Monte, conta o procurador. "Entraram nas aldeias indígenas para fazer a comunicação do que seria a usina e como ela afetaria essas populações", explica. "Quando chegou no processo judicial, isso foi apresentando como se fosse a consulta com os povos indígenas e que essa etapa estaria cumprida. E aí foi a hora em que interviemos e dissemos que não era consulta, porque não havia nem mesmo a opinião dos índios nas atas das reuniões."	

Felipe Bogado – Procurador do Ministério Público Federal.

O MPF também está questionando judicialmente a via legal utilizada pelo governo federal para reduzir a área das Ucs na bacia do Tapajós, através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). "O principal aspecto é formal", explica o procurador Felipe Bogado. "A área de uma Unidade de Conservação não pode ser reduzida por meio de uma lei complementar que substitui uma Medida Provisória, como fez o governo", acrescenta.	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

Janaína Andrade – Procuradora Federal do Ministério Público Federal.

Segundo a procuradora federal Janaína Andrade, os policiais foram agressivos ao imobilizar mulheres e idosos, gerando lesões graves. "Um senhor teve até fratura. No final, eles recolheram as cápsulas e levaram 17 indígenas presos, inclusive crianças", afirma a procuradora.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**

Justiça Federal

São Luiz do Tapajós, a maior do complexo, com capacidade para 6.133 MW, é a que está em fase mais adiantada. A obra mexe em um cenário tão delicado que, mesmo antes de ser concluído seu Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), já vem provocando uma verdadeira batalha nos tribunais. No último mês de novembro, a Justiça Federal suspendeu, em primeira instância, o licenciamento da hidrelétrica por conta de uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF) de Santarém (PA).	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Em novembro, a Justiça Federal suspendeu, em primeira instância, o licenciamento da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós atendendo a uma Ação Civil Pública (ACP) movida pelo gabinete	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de**

do Ministério Público Federal (MPF) de Santarém (PA). Um dos principais motivos que embasa o pedido é justamente a não realização de uma consulta prévia com as populações indígenas diretamente afetadas pelo empreendimento, como mandam não só a Constituição Federal de 1988, mas também a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil.	**dezembro de 2012**
Ao receber as evidências de que os Munduruku estavam sofrendo intimidação militar dentro de sua terra, a justiça federal suspendeu o licenciamento da usina. A decisão, publicada em abril de 2013, foi em resposta a uma ação do Ministério Público Federal que tramitava desde setembro de 2012.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**
Depois que a justiça federal exigiu, a Avaliação Ambiental Integrada ficou pronta em menos de três meses.	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

Hilário Vasconcelos Rocha – Engenheiro ambiental e secretário do Meio Ambiente de Itaituba.

De agosto a novembro, os técnicos observaram uma série de lacunas na elaboração do estudo de impacto ambiental, em um parecer preliminar que ainda não foi finalizado. Um dos problemas apontados por Hilário Rocha, engenheiro ambiental e secretário do Meio Ambiente de Itaituba, é o número da população considerada, que se baseia em dados incorretos do IBGE, segundo ele.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
Mesmo com o dado considerado no estudo de impacto ambiental, de aproximadamente 97 mil habitantes, a porcentagem de leitos fica bem abaixo do recomendado pelo Ministério da Saúde: 1,4 leito por mil pessoas. "Todo o estudo do EIA-Rima [Estudo de Impacto Ambiental] da hidrelétrica foi feito em cima de um dado que não existe", contesta Rocha.	
Em outubro de 2014, a CNEC WorleyParsons, empresa responsável pela elaboração do estudo de impacto ambiental, apresentou o trabalho e ouviu as considerações dos representantes municipais. "Eles apenas entenderam que nossa participação é de fundamental importância para que o processo seja feito da maneira correta, mas não deram pra nós nenhum posicionamento", conta Rocha. O ideal, segundo o secretário de Meio Ambiente, é que os estudos fossem refeitos para readequar as projeções de impactos sociais. Assim, o projeto da hidrelétrica poderia propor ações de compensação mais afinadas com a realidade do município.	
Em meio à política de proteção ambiental, Itaituba também faz parte do programa Municípios Verdes, cujo objetivo é combater o desmatamento no Pará. "Como controlar o desmatamento ilegal na região se essa região está sendo visada internacionalmente?", pergunta Hilário Rocha, secretário de Meio Ambiente de Itaituba, ao se referir aos projetos hidrelétricos e de infraestrutura que chegam à cidade. "É muito difícil cobrar do município metas, dados, sendo que o próprio governo federal tem interesse na região", ressalta.	

Eugenio Viana – Secretário de Desenvolvimento Econômico de Itaituba.

Se os impactos já preocupam a administração da cidade e seus moradores, do ponto de vista econômico a chegada dos projetos à região ainda não movimenta a incipiente indústria da cidade. “Indústria forte, de produção, de manufatura, de pegar um produto bruto e transformar, praticamente Itaituba não tem ainda”, revela Eugenio Viana, secretário de Desenvolvimento Econômico.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
As perspectivas são de que os empreendimentos das hidrelétricas, por conta da produção de energia, e das estações de transbordo aqueçam a indústria de derivados da soja na cidade, como a produção de ração para animais. Mas não existe nada concreto sobre os setores industriais que podem se desenvolver. “É difícil você falar que vai ser nesse ou naquele segmento”, diz Viana. “Provavelmente vão abrir os leques, a gente tem expectativa nisso”.	
O ouro continua sendo a principal fonte econômica que movimenta Itaituba. De acordo com Viana, secretário do Desenvolvimento Econômico, 60% da economia gira em torno da exploração mineral. Serviços públicos representam em torno de 20% a 25%. O restante, de 15% a 20%, é representado pelo comércio. O Produto Interno Bruto da cidade é de R$ 650,3 mil.	
Nessa cadeia de produção, o ouro que sai de Itaituba é majoritariamente ilegal. “Para cada quilo legal, 10 saem ilegais”, explica o secretário Viana. Assim como o diamante. Ainda sem certificado internacional (o chamado selo Kimberley, criado para evitar que diamantes ilegais possam financiar conflitos como os ocorridos na África), o diamante é explorado em garimpo ilegal, com 300 trabalhadores inseridos em terra indígena.	

Prefeitura de Itaituba

Com os estudos de impacto entregues, o projeto da usina agora precisa da aprovação do Ibama para se tornar realidade. Enquanto aguarda o resultado, a prefeitura de Itaituba montou uma equipe técnica multidisciplinar para analisar o estudo de impacto ambiental da hidrelétrica e exigir do Ibama as condicionantes necessárias à cidade. É por meio dessa análise que a administração pretende estudar maneiras de mitigar os impactos da usina.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
O fato motivou uma ação judicial da representação de Itaituba contra a União e o IBGE, para pedir a recontagem da população. A prefeitura conseguiu que o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) fosse restituído para os valores correspondentes a uma cidade com mais de 100 mil habitantes. Mas a recontagem estatística pelo IBGE não foi feita. De acordo com o município, a população de Itaituba chega a 120 mil habitantes.	
De acordo com os números fornecidos pela prefeitura, Itaituba conta com 145 leitos entre o Hospital Municipal (45 leitos) e hospitais particulares que tem convênio com o município (100 leitos).	

Maria Augusta Assirati – Ex-presidente interina da FUNAI.

A autodemarcação teve início depois de uma tensa discussão com a ex-presidente interina da Funai, Maria Augusta Assirati. Em reunião filmada pelos indígenas em setembro, Maria Augusta admitiu que as usinas são o principal impedimento para a demarcação da Sawré Muybu. "Eu acho que essa terra indígena já deveria estar demarcada, o relatório já deveria ter sido publicado, mas isso não depende da vontade de um só órgão".	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**
Maria Augusta chorou e garantiu que só permanecia porque acreditava ser possível reverter esse caso. Nove dias depois, ela deixou a presidência da Funai.	

Eliene Nunes – Prefeita eleita (de Itaituba) nas últimas eleições para administrar o município nos próximos quatro anos (2012-2016).

"Itaituba não está preparada para atender nem as pessoas que já vivem aqui", admite Eliene Nunes, prefeita eleita nas últimas eleições para administrar o município nos próximos quatro anos. Não é preciso ser especialista em urbanismo para detectar a calamidade pública em que a cidade já se encontra. Em um rápido passeio pelos bairros da periferia é fácil cruzar com fossas de esgoto a céu aberto que, em épocas de chuva, alagam ruas e casas, causando todo tipo de doença. A rede de eletricidade que abastece as residências também é precária. "Nós não gostaríamos que Itaituba ficasse como Altamira", afirma Eliene. A prefeita eleita diz que até vem tentando estreitar o diálogo com a Eletrobras, mas ainda não obteve nenhuma resposta por parte da estatal.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

Dez dias depois, a liminar foi derrubada e a Expedição Tapajós seguiu seu curso. Para isso, o governo ativou o mecanismo da Suspensão de Segurança, o mesmo que garantiu o avanço de Belo Monte. Atropelando o trâmite normal da justiça, esse mecanismo aciona diretamente o Superior Tribunal de Justiça com o argumento de que a paralisação da usina gera "grave lesão à ordem, saúde, segurança e economia públicas".	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**
Mesmo permitindo a continuidade do licenciamento, o STJ manteve a exigência da consulta prévia. O argumento se baseia na Convenção 169 da OIT (Organização internacional do Trabalho), da qual o Brasil é signatário, e que estabelece o direito das comunidades tradicionais em serem ouvidas. Apesar da obrigatoriedade em ouví-los, não ficou claro o quanto a fala dos Munduruku e ribeirinhos será levada em conta dentro do licenciamento. Em tese, nessa fase o empreendimento deve ser escrutinado e, no caso de impactos mais graves, reelaborado. Em tese, o Ibama pode até decidir pela inviabilidade da obra.	

Instituto Chico Mendes (ICMBio)

De acordo com nota lançada à época pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio), o Parque Nacional da Amazônia foi reduzido em 6,7%. Destes, 2,5% do território protegido foi subtraído por se sobrepor ao lago da usina de São Luiz do Tapajós. As Florestas Nacionais de Itaituba I (2,5% de área excluída) e II (7,9%), a Floresta Nacional do Crepori (0,2%) e a Área de Proteção Ambiental do Tapajós (1,3%), também tiveram seus territórios reduzidos por conta das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá. Somadas, as áreas reduzidas por sobreposição a empreendimentos hidrelétricos totalizam pouco mais que o território da cidade de Salvador.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

INDEFINIDAS:

Flávio Chiarelli Azevedo – Presidente interino da Funai.

Flávio Azevedo, presidente interino da Funai, tarquia, sugeriu que os Munduruku fossem a Brasília para fazer uma reunião e 90onhece-lo, já que ele ocupa o cargo há pouco mais de um mês.	**Um aviso à Funai. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 29 de novembro de 2014**
Depois de sete horas de negociação, tudo o que conseguiram foi uma agenda de reunião com o novo presidente interino da Funai, Flávio Chiarelli Azevedo, para dali a oito dias.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**

Felix Fischer – Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

O ministro Felix Fischer autorizou que o governo seguisse com o licenciamento, mas desde que consultando as populações locais: "o Governo Federal deverá promover a participação de todas as comunidades, sejam elas indígenas ou tribais, a teor do seu art. 1, que podem ser afetadas com a implantação do empreendimento, não podendo ser concedida a licença ambiental antes da sua oitiva". Além dos ribeirinhos, há terras indígenas Munduruku que serão afetadas e até alagadas pela usina.	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

Juliana Araújo – Chefe do serviço de monitoramento territorial do escritório da Funai em Itaituba, que mantém contato direto com a aldeia Sawré Muybu.

Exatamente uma semana após o envio desse ofício, o Ibama autorizou a Eletrobras a abrir picadas na mata e a coletar material da floresta para a realização do estudo impacto ambiental, inclusive na área da Sawré Muybu. E foi aí que começaram os conflitos. "Mais de cem pesquisadores estão circulando pelo Tapajós, sem levar esclarecimento às populações locais. É natural essa reação de resistência", afirma a Juliana Araújo, chefe do serviço de monitoramento territorial do escritório da Funai em Itaituba, que mantém contato direto com a aldeia Sawré Muybu.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Até o momento, o Supremo Tribunal Federal (STF), que analisa o processo, não se pronunciou sobre o caso.	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

FAVORÁVEIS:

Governo Federal

Para acelerar o licenciamento das duas primeiras usinas do complexo, São Luiz do Tapajós e Jatobá, o governo federal precisou recorrer a um verdadeiro malabarismo legal. Em janeiro, a presidente Dilma Roussef editou a Medida Provisória 558, convertida em lei no mês de junho, pela qual reduziu as áreas de cinco Unidades de Conservação (Ucs) ambiental na entorno do rio Tapajós.	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Em uma canetada, 75 mil hectares de florestas intocadas – que podem ser inundados com a formação dos lagos artificias das duas barragens – ficaram sem proteção do dia para noite. O governo argumenta que, sem essa medida, seria impossível iniciar o processo de licenciamento ambiental no Ibama.	
À primeira vista, a área "desafetada", como se diz tecnicamente, parece não ser tão expressiva assim. Tanto é que o governo se defende das críticas argumentando que, para a construção das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, apenas 2% da dimensão total das reservas vão de fato para baixo d'água.	
Segundo nota do Palácio do Planalto, a frota da Força Nacional de Segurança fora enviada para "garantir o apoio logístico e a segurança" dos pesquisadores.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**
Na segunda semana de novembro, enquanto os Munduruku se preparavam para as primeiras reuniões da consulta, levaram um balde de água fria do ministro Gilberto Carvalho, chefe da Secretaria-Geral da Presidência. Em entrevista à BBC, Carvalho declarou que nada do que os indígenas digam vai impedir a construção da usina: "A consulta não é deliberativa. Ela deve ser feita para atender demandas, diminuir impactos. Mas não abriremos mão de construir [a usina do] Tapajós".	
O governo federal começou a executar na região um conjunto de obras que, em nome do desenvolvimento, vai tirar o peixe de pescadores que sabem pescar.	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
Apesar dessa decisão, a Secretaria-Geral da Presidência da República, órgão responsável pela consulta, não está consultando os ribeirinhos.	

Procurada pela reportagem da Pública para explicar porque os ribeirinhos de Pimental e outras comunidades ribeirinhas não estão sendo consultados, a Secretaria-Geral da Presidência enviou a seguinte nota: "O governo federal está discutindo com as comunidades indígenas e ribeirinhas uma proposta de metodologia de consulta a estas comunidades da região da bacia do Tapajós. No último dia 30 de janeiro, a Secretaria-Geral se reuniu com representantes do povo Munduruku e da comunidade Montanha Mangabal, quando apresentaram ao governo uma proposta de consulta. Os documentos estão em análise pelo governo federal".	
Na tentativa de reduzir os impactos do projeto de São Luiz à região, a Secretaria-Geral da Presidência engatinha na discussão do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) para o Tapajós. Essa mesma política está sendo aplicada na região do Xingu, "para prover uma região historicamente caracterizada pela presença frágil do Estado de políticas públicas necessárias para seu desenvolvimento", segundo o texto do site do PDRS Xingu.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
Em 2012, a presidenta Dilma Rousseff alterou as áreas de sete unidades por meio de uma medida provisória, convertida em lei. Todas as alterações estão relacionadas a aproveitamentos hidrelétricos.	

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)

A Aneel também se manifestou por meio de nota emitida pela assessoria de imprensa. A agência defende a construção das usinas no Tapajós, com a justificativa de que a hidroeletricidade tem "muito menos impacto ambiental" que outra fontes térmicas à base de combustíveis fósseis.	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
O documento afirma ainda que "o licenciamento é o principal movimento para a resolução de conflitos socioambientais, tendo em vista que a elaboração do EIA/Rima e a realização de audiências públicas possibilitam o estabelecimento de condicionantes pelos órgãos ambientais".	
A assessoria de imprensa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que fiscaliza a atividade das hidrelétricas no país, também defende a iniciativa. "Essas plataformas representam um boa alternativa, pois seriam instalações provisórias durante a obra e, na fase de funcionamento, haveria acesso apenas para os operacionais, não havendo a criação das tradicionais vilas de operários e, assim, evitando a criação dos núcleos populacionais que impactam as regiões", sustenta a nota da assessoria de comunicação.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

Dudimar Paxiúba – Nascido em São Luiz do Tapajós, foi deputado federal pelo PSDB-PA entre 2011-2014, atualmente está filiado ao PROS e sem mandato legislativo.

Para ganhar tempo, as empresas que fazem os serviços sondagem e perfuração para os estudos de viabilidade da barragem se instalaram nos povoados vizinhos a Pimental, onde a aceitação à hidrelétrica já é bem maior. Em um deles, chamado São Luiz, nasceu o deputado federal Dudimar Paxiúba (PSDB-PA).	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Apesar de pertencer ao principal partido de oposição ao governo federal, o parlamentar defende um discurso pragmático e rejeita o radicalismo contra a obra. "A princípio, eu gostaria que a hidrelétrica não viesse. Mas tenho que pensar de forma racional. Vai prevalecer a vontade do governo, que não vai abrir mão desse projeto", discursa o deputado, encontrado pela reportagem em visita a Pimental.	
Nos últimos meses, o parlamentar virou figurinha carimbada na beira do Tapajós, participando de reuniões nas comunidades para falar justamente das hidrelétricas. Na avaliação dos movimentos sociais, a intervenção direta de Paxiúba vem amainando a resistência dos moradores de São Luiz, que têm fé no ilustre filho da comunidade como mediador do conflito. "Não somos nós que vamos ter o poder de paralisar esse projeto. Se ficar no radicalismo, não teremos sequer como cobrar do governo uma contrapartida", explica o deputado.	

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Em julho deste ano, a Advocacia Geral da União (AGU) publicou a Portaria 303. Na prática, além de dificultar a ampliação das terras indígenas no país, a medida abre brechas para que o governo e a iniciativa privada construam hidrelétricas, rodovias e outros grandes projetos "independentemente de consulta às comunidades indígenas". A portaria despertou críticas ferozes por parte dos movimentos sociais e já teve sua constitucionalidade questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo MPF. Como se vê, a indiferença com os indígenas atingidos pela usina de São Luiz do Tapajós é apenas a ponta do iceberg.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Mas a Advocacia Geral da União recorreu e a disputa foi parar no Superior Tribunal de Justiça quando o governo ativou o mecanismo da Suspensão de Segurança, o mesmo que garantiu o avanço de Belo Monte. Em vez da disputa seguir o trâmite normal da justiça, esse mecanismo aciona diretamente o STJ com o argumento de que a paralisação do licenciamento geraria "grave lesão à ordem, saúde, segurança e economia públicas".	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

Ministério de Minas e Energia

Mas o Ministério de Minas e Energia já sinalizou que a prática é outra. Em setembro desse ano, o órgão anunciou a data para o leilão da usina de São Luiz do Tapajós antes mesmo que a Funai desse seu parecer sobre o Estudo do Componente Indígena – o levantamento dos impactos para essas populações. O parecer do órgão indigenista é parte imprescindível do processo anterior ao leilão.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**
A data do leilão chegou a ser anunciada pelo Ministério de Minas e Energia, que dias depois suspendeu o anúncio.	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES)

Para bancar o prejuízo, o governo tem aberto as torneiras do BNDES. Na última semana de novembro de 2012, o banco anunciou o maior financiamento de toda a sua história para a conclusão das obras da usina: R$ 22,5 bilhões a serem pagos em três décadas. Antes dessa operação, porém, o BNDES já havia feito empréstimos-ponte (de curto prazo) de R$ 2,9 bilhões para o consórcio construtor da hidrelétrica.	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

Marcos Antônio Cordeiro – Entusiasta da mudança de perfil da mineração. Chefe do gabinete do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em Itaituba.

Diferente dos pequenos mineradores, que muitas vezes exploram a superfície e beiras de rio, as empresas visam a implantação de minas de ouro. "O projeto de implantação de uma mina é bem bolado, ela [a empresa] vai pesquisar. É diferente do garimpo, onde a prospecção é feita pelo próprio garimpeiro, que vai cavando e vê se tem ouro", informa o chefe do gabinete do DNPM em Itaituba, Marcos Antônio Cordeiro, entusiasta da mudança de perfil da mineração. "A empresa de pesquisa faz uma inspeção no local, faz um trabalho geofísico e geoquímico, uma estimativa do bem mineral e vai quantificar para ver se vale a pena [explorar o ouro]". Nessa conta, a infraestrutura é de suma importância. Sem estradas boas para transporte ou disponibilidade de energia elétrica para manter a mina funcionando, não existe grande investimento que se sustente. Com a rede de obras previstas na região, esse panorama vai mudar.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

Gilberto Carvalho – Ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência.

Na segunda semana de novembro, enquanto os Munduruku se preparavam para as primeiras reuniões da consulta, levaram um balde de água fria do ministro Gilberto Carvalho, chefe da Secretaria-Geral da Presidência. Em entrevista à BBC, Carvalho declarou que nada do que os indígenas digam vai impedir a construção da usina: "A consulta não é deliberativa. Ela deve ser feita para atender demandas, diminuir impactos. Mas não abriremos mão de construir [a usina do] Tapajós".	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Em setembro de 2014, o Ministério do Planejamento divulgou o Plano Plurianual Territorial Participativo da região do Tapajós. O plano foi elaborado junto ao consórcio de municípios que, além de Itaituba, inclui as cidades de Novo Progresso, Jacareacanga, Rurópolis, Trairão e Aveiro. São previstos investimentos de R$ 1,9 bilhão até 2017 na região, em setores que vão da infraestrutura, cultura e turismo, à saúde e educação.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

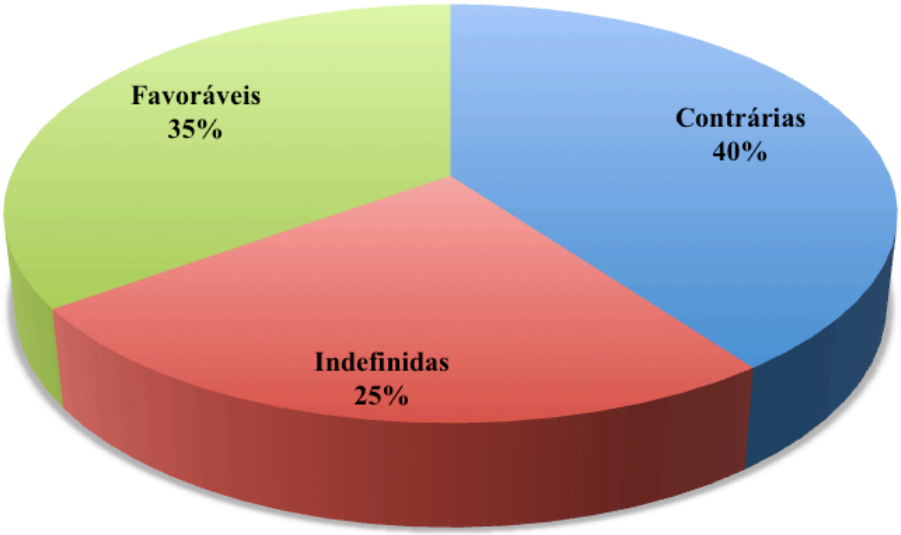
4.2 Agentes referenciais

De acordo com Schmtiz (2011, p. 27) os documentos, mídias ou livros consultados pelo repórter na produção dos conteúdos jornalísticos são classificados como fontes referenciais, pois é a partir destas que o jornalista fundamenta seu texto e "recheia a narrativa, agregando razões e ideias" Schmtiz (2011, p. 27), o autor ainda detalha:

> A bibliografia envolve livros, artigos, teses e outras produções cientificas, tecnológicas e culturais. Os documentos, especialmente os dossiês, devem ser de origem confiável e identificada, pois se constitui em prova em caso de denúncia.
>
> Ainda servem de fonte, as mídias, como jornais, revistas, audiovisuais e a internet (mídias sociais, portais, sites, blogs), que também produzem conteúdos e servem de fontes de consulta, embora passiveis de distorções.

Em relação à concordância, as fontes referenciais se dividem assim:

Gráfico 7 – Posição dos agentes referenciais em relação aos projetos hidrelétricos no Tapajós



Fonte: Análise das narrativas.

CONTRÁRIAS:

Agência Amazônia Real

Além dos impactos, a aplicação das compensações por parte da concessionária de Belo Monte, a Norte Energia, não tem sido feita de maneira adequada. Famílias atingidas pelas obras em Altamira enfrentam atrasos na entrega das casas e indenizações insuficientes. De acordo com a agência Amazônia Real, o caderno de preços das indenizações às perdas das casas desconsidera o aumento no custo de vida em Altamira, reflexo do próprio projeto.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
Em março de 2013, a previsão de trabalhadores no canteiro de obras chegou a 28 mil pessoas – 10 mil a mais do que o número autorizado pelo Ibama, órgão licenciador da usina. Mesmo assim, as ações para reduzir os impactos na região de Altamira e dos outros quatro municípios atingidos não foram readequadas.	

Blog Língua Ferina – Vídeo https://youtu.be/nYbR6ejV0ao

Em reunião gravada pelos Munduruku em setembro, cujo vídeo foi revelado pelo blog Língua Ferina, representantes da Secretaria-Geral dizem a um líder de Montanha e Mangabal que a consulta só se aplica aos indígenas. "Esse processo que estamos fazendo na região se aplica aos indígenas. O que a gente está discutindo é fazer um processo informativo para Montanha e Mangabal, mas que não seria consulta", diz Nilton Tubino, que era coordenador de Movimentos do Campo na gestão de Gilberto Carvalho. "O entendimento do governo federal hoje, para essa fase, é que quem é ouvido lá pela [convenção] 169 são os indígenas e	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

quilombolas. Isso já tem referência. Comunidades tradicionais não se chegou a esse acordo ainda, dentro do governo, de como vai ser consultado e em que estágio".	

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A remoção de indígenas é vedada pelo artigo 231 da Constituição. Em defesa da usina, o governo usa a ausência da demarcação como argumento para alegar que a terra da Sawré Muybu nunca foi oficialmente reconhecida como Munduruku. O que desperta a ira de guerreiros e caciques de toda a bacia do Tapajós.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**

Gestores do Parque Nacional (PARNA) da Amazônia

Nos últimos quatro anos, os gestores do Parna da Amazônia trabalharam continuamente no plano de manejo da unidade de conservação – levantamento meticuloso da fauna e da flora que, com a redução da área da reserva, será jogado literalmente na lata do lixo. Até o presente momento, foram registradas 390 espécies diferentes de aves. Entre os mamíferos catalogados, há animais que correm sério risco de extinção, como a onça-pintada, a onça-vermelha, o tamanduá-bandeira e a jaguatirica.	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

Jornal O Globo

Depois que essa distorção foi denunciado pelo jornal O Globo, o leilão foi suspenso.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**

Pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Feita durante os anos de 2013 e 2014.

A chegada do projeto da usina de Belo Monte somada a uma estrutura precária de políticas públicas contribui para o agravamento de situações de violência em Altamira. A cidade vive uma onda de crescimento de exploração sexual de mulheres, crianças, adolescentes e indígenas desde o início da construção da usina de Belo Monte. A alta nos preços dos alugueis e venda de imóveis chega a afetar instituições que trabalham no combate à exploração sexual na cidade, já que não há recursos disponíveis para arcar com a alta dos custos. As informações foram reveladas por uma pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFPA), feita durante os anos de 2013 e 2014.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sawré Muybu (2013)

O documento aponta que as 113 pessoas que vivem lá estão com sua "reprodução física e cultural" ameaçada pelo projeto das hidrelétricas. E conclui que "o reconhecimento da Sawré Muybu por parte do Estado é imprescindível para conferir segurança jurídica aos indígenas e garantir que seus direitos sejam respeitados".	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**

INDEFINIDAS:

Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM

O problema é que junto à mineração de larga escala, que escava minas em profundidade, estão os impactos ligados à cadeia produtiva da extração de minérios. Além do desmatamento e geração de pilhas de dejetos, a mineração de ouro acarreta um grande consumo de água e energia; os produtos químicos usados podem contaminar os lençóis freáticos do território explorado e as bacias de rios, dependendo da localização da mina. O projeto Tocantinzinho, por exemplo, prevê o uso de explosivos e de reagentes químicos, como cianeto, soda cáustica e ácido clorídrico e fica localizado a 1,5 km do rio que dá nome ao empreendimento.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
Em Itaituba, o número de requerimentos ultrapassa, com folga, o de municípios vizinhos que também são cortados pelo Tapajós. Enquanto a cidade pepita teve 1717 pedidos nos últimos 10 anos – 90% dos requerimentos foram para extração de ouro –, Jacareacanga teve 353 requerimentos registrados no DNPM. Já Trairão teve 262.	

Associação de Mineradores de Ouro do Tapajós – AMOT

A demanda por pesquisa e lavra na região do Tapajós por parte de empresas consolidadas só cresceu nos últimos anos. Apenas no município de Itaituba, foram 255 pedidos em 2014 e 560 em 2013 feitos ao Departamento Nacional de Produção Mineral. De 2010 a 2014, foram 1445 pedidos no município, mais de cinco vezes o total dos requerimentos feitos entre 2005 e 2009. De acordo com a Associação de Mineradores de Ouro do Tapajós (Amot) e com a secretaria de Desenvolvimento Econômico, o crescimento da exploração do ouro na cidade tem mais relação com a aquisição de maquinários do que com a chegada dos grandes projetos de infraestrutura ali. As PCs, espécie de retroescavadeiras usadas na mineração, podem encurtar o processo de um mês para dez dias na retirada do ouro.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

De acordo com os dados do IBGE, a população da cidade passou de 118 mil, em 2007, para 97,4 mil pessoas, no censo de 2010. Isso aconteceu porque, segundo a prefeitura da cidade, a pesquisa não visitou toda a extensão do município, que possui distritos com 30 km de distância e localidades da zona rural e garimpeira onde só se chega de avião.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

FAVORÁVEIS:

Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 – Documento produzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME)

Tampouco está decidido o futuro da eletricidade a ser gerada. Na página 80 do Plano Decenal de Expansão de Energia 2020, é possível ler com todas as letras que ela servirá integralmente para alimentar a demanda das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Porém, não é demais lembrar que o Pará concentra a maior província mineral do planeta. Além do ouro, que hoje é explorado em mais de 2 mil garimpos ao longo do rio Tapajós, as novas usinas devem consolidar o estado como um grande polo de alumínio.	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Atualmente, existem quatro grandes projetos de extração e beneficiamento de bauxita no Pará, envolvendo gigantes como as brasileiras Vale e Votorantim, a norteamericana Alcoa e a norueguesa Hydro. Uma das principais reclamações dessas indústrias – chamadas de eletrointensivas, por consumirem eletricidade em larga escala – é o preço da energia. O complexo hidrelétrico do Tapajós é uma dos caminhos para baratear os custos.	
De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021, documento produzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), ao menos duas delas devem entrar em funcionamento até o final desta década: São Luiz do Tapajós e Jatobá.	

Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Usina de São Luiz

De acordo com o estudo de impacto ambiental da usina de São Luiz, além dos 13 mil trabalhadores, cerca de 12.500 pessoas devem chegar à região do médio Tapajós em busca de emprego e negócios. Mas a exemplo do que ocorreu em Belo Monte, os números podem ser maiores.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
O caso se reflete em impasse porque com o número de habitantes considerado pelo estudo de impacto ambiental, Itaituba é sinônimo de um município modelo. De acordo com o estudo, existem leitos hospitalares de sobra na cidade (4,48 leitos por mil habitantes, enquanto a recomendação do Ministério da Saúde é de 2,5 a 3 leitos por mil habitantes) e 100% das crianças entre 7 e 14 anos atendidas pelo ensino fundamental. São dados diferentes da	

realidade, contesta a administração municipal. Baseado neles, as condicionantes a serem sugeridas para mitigar os impactos da construção da hidrelétrica podem não ser suficientes.	

Fundação Nacional do Índio – FUNAI

Há anos, os Munduruku da aldeia Sawré Muybu lutam para que a área seja demarcada. Em 2007, a Fundação Nacional do Índio (Funai) até criou um grupo de trabalho para iniciar o processo. Porém, a profissional responsável pela produção do relatório antropológico sumiu sem deixar vestígios – segundo a própria Funai. Desde então, o pleito dos indígenas estava esquecido nas gavetas da burocracia federal – até o momento em que eles entraram em rota de colisão com a usina de São Luiz do Tapajós.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
A Funai de Brasília foi escalada pelo governo federal para mediar o conflito e tentar convencer os Munduruku a liberar a entrada dos técnicos. Numa tensa reunião realizada em 17 de outubro, uma representante da Funai ameaçou até convocar a Força Nacional para escoltar os técnicos, caso os Munduruku resistissem. De qualquer maneira, o fato é que a pressão dos indígenas da Sawré Muybu surtiu efeito: no último dia 31 de outubro, o Diário Oficial da União publicou a portaria para a retomada dos trabalhos de identificação e delimitação da área.	
Segundo a Funai, além da Sawré Muybu, existem outras cinco terras indígenas ocupadas pelos Munduruku na área de influência direta da usina de São Luiz do Tapajós. Esse fato chegou a ser comunicado à diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama por meio de um ofício que data de 17 de fevereiro deste ano. No documento, a Funai informava inclusive que, das seis terras indígenas, duas se encontravam em processo de demarcação.	

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Das usinas previstas no complexo hidrelétrico, duas delas – São Luiz do Tapajós e Jatobá, ambas no rio Tapajós – já tiveram seu processo de licenciamento ambiental iniciado no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Aparentemente, o governo federal parece se abrir ao diálogo com os indígenas na zona de influência da usina de São Luiz do Tapajós. Mas nem sempre foi assim. No portal do Ibama na internet, é possível acessar documentos sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos em curso em todo o país. Quando se abre a ficha que resume as informações do processo da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, lê-se o seguinte texto na penúltima das cinco páginas: "Presença de terras indígenas nas área afetadas: sem informação".	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

Programa de Aceleração do Crecimento – PAC 2

Por enquanto, o custo das duas é estimado em R$ 23 bilhões, com verba carimbada pela segunda edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Prevista para entrar em operação em dezembro de 2018, a usina de São Luiz do Tapajós é a que está em fase mais adiantada de licenciamento ambiental. O plano do governo é licitar a construção da obra até o final de 2013. Orçado incialmente em R$ 18 bilhões, o empreendimento tem verba garantida pela segunda edição do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), vitrine do governo da presidente Dilma Rousseff.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

Dados preliminares que constam do inventário do potencial hidrelétrico da bacia do Tapajós

Segundo dados preliminares que constam do inventário do potencial hidrelétrico da bacia do Tapajós, exatas 2.352 pessoas de 32 povoados ribeirinhos diferentes serão diretamente atingidas caso as sete hidrelétricas previstas saiam do papel. O estudo foi feito em 2008 pela Eletronorte, subsidiária da estatal ELETROBRAS, estatal oficialmente responsável pelas obras complexo de usinas.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

4.3 Agentes individuais

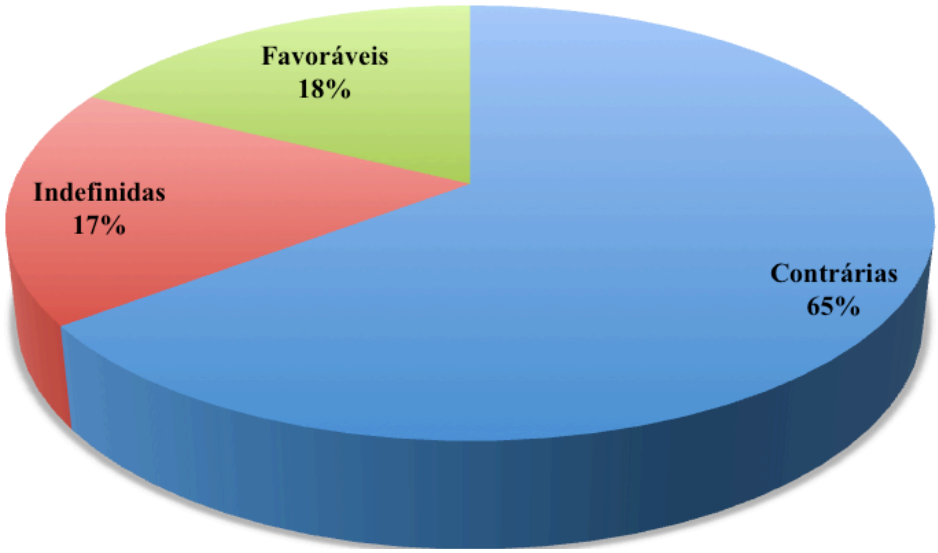
Adaptando as definições propostas por Schmtiz (2011), Ferreira (2012, p. 38) sugere que as fontes individuais podem agrupar três categorias: a notável, a popular e a testemunhal. Todas elas representam uma manifestação própria que não está representando nenhuma organização ou grupo social. Consiste na fala individualizada e se diferencia apenas pela motivação de suas declarações.

As fontes notáveis assim o são consideradas em razão de "seu talento ou fama, geralmente artistas, escritores, esportistas, profissionais liberais, personalidades politicas, que falam de si e de seu ofício" (SCHMTIZ, 2011, p. 26). Schmtiz ressalva que embora os especialistas possam se considerar notáveis, estes representam uma especialidade e tem conhecimento reconhecido, logo, são merecem tipificação em categoria própria.

A fonte popular costuma aparecer na figura da vítima, do cidadão reinvidicador ou da testemunha. Charaudeau (2009) afirma que a vítima é rica em noticiabilidade, já que existe interesse do publico pelo sofredor, injustiçado ou desgraçado pelo destino. O cidadão é quem "busca visibilidade para reivindicar os seus direitos" (SCHMTIZ, 2011, p. 25) e a testemunha além de relatar um fato que presenciou, contextualiza uma informação na vida cotidiana.

Testemunhais representam fontes que viram ou ouviram os acontecimentos, sejam elas partícipes ou observadoras. Ao relatar os ocorridos com plena fidelidade podem atuar como "portadoras da verdade" (SCHMTIZ, 2011p. 26), todavia perde o caráter testemunhal em caso de manipulação dos fatos. Por se tratar de uma fonte independente. Por se tratar de uma fonte independente, não se suspeita que haja ocultação de fatos, embora não relate fielmente o ocorrido. Lage (2001, p. 67) afirma que quanto mais próxima do fato está a fonte, maior sua credibilidade, pois "se apoia na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa" Lage (2001, p. 67). Em relação à concordância, as fontes individuais se dividem assim:

Gráfico 8 – Posicionamento dos agentes individuais em relação aos projetos hidrelétricos no Tapajós



Fonte: Análise das narrativas.

CONTRÁRIAS:

Cacique Juarez Saw Munduruku

Os indígenas da Sawré Muybu estão encurralados. De um lado, a ameaça vem do Chapéu do Sol, um dos maiores garimpos de ouro e diamante da região, que despeja quantidade significativa de mercúrio nas águas do rio. De outro, a preocupação é com o lago de 722 quilômetros quadrados – área de quase 75 mil campos de futebol – que será formado com a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. "Se a usina sair, nossa terra não vai ser totalmente inundada, mas vamos ficar ilhados, sem a caça e sem a pesca", afirma Juarez, cacique da aldeia.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

Ao longo de 2012, técnicos das empresas que fazem os estudos de viabilidade da hidrelétrica entraram em diversas oportunidades – e sem qualquer tipo de comunicação prévia – na área da aldeia, abrindo picadas e colocando marcos na mata. A postura invasiva revoltou os Munduruku. "Não vamos mais deixar ninguém entrar na nossa casa", avisa Juarez.	
"Queremos que Brasília demarque logo nossa terra porque nós sabemos cuidar dela muito melhor que o Ibama ou ICMBio", disse o cacique Juarez Saw Munduruku, ao que foi saudado por cerca de 40 indígenas com os gritos de "Sawe" – o que, na tradição Munduruku, é o equivalente a aplausos.	**Um aviso à Funai. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 29 de novembro de 2014**
"Não adianta nada, a gente já foi lá várias vezes. Se for para ouvir a mesma conversa que depende do ICMBio e de outros, a gente não vai", disse o cacique Juarez Saw Munduruku, da aldeia Sawré Muybu. Juarez já foi para Brasília e fez reuniões com a ex-presidente interina da Funai Maria Augusta Assirati, que havia prometido aos Munduruku publicar o relatório. Mas ela deixou a presidência em setembro desse ano sem cumprir a promessa.	
Menos de um ano depois, os Munduruku tiveram outro encontro traumático com a polícia. Em março de 2013, os indígenas da Sawré Muybu encontraram biólogos fazendo o estudo de impacto ambiental para São Luiz do Tapajós dentro da terra indígena. Como não tinham sido consultados ou sequer informados sobre a entrada da equipe, os Munduruku expulsaram o grupo. A reação do governo foi desproporcional: "A polícia baixou aqui com helicóptero, dois barcos grandes e quarenta motores de popa [barcos menores]", diz o cacique Juarez.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**
A Expedição Tapajós, como o governo batizou a operação policial, durou um mês. Os jovens ainda lembram do barulho do helicóptero sobrevoando a aldeia. Os pais, assustados, trancaram as crianças em casa. As atividades de caça tiveram de ser suspensas. Pescar, só nas margens da aldeia. "Parecia que eles estavam esperando a gente fazer algo errado pra atacar. Lembrava muito o que aconteceu no Teles Pires, resolvemos ficar quietos", lembra o cacique Juarez. "Era como estar preso na aldeia".	

O grupo entrou na Funai e confiscou as chaves das portas e dos carros, exigindo a publicação do relatório de demarcação. “Queremos que Brasília demarque logo nossa terra, nós sabemos cuidar dela melhor que o Ibama ou ICMBio”, disse o cacique Juarez em referência aos encontros com madeireiros e garimpeiros.	
“Para ouvir as mesmas coisas de sempre?”, questionou Juarez. “Não vamos”. O grupo logo percebeu que o governo não estava muito preocupado com a ocupação da Funai de Itaituba e decidiu retornar à aldeia.	
A Expedição Tapajós, como o governo batizou a ação policial, visava “garantir o apoio logístico e a segurança” dos pesquisadores e ficou um mês na região. “Era como estar preso na aldeia”, lembra Juarez Saw Munduruku, cacique da aldeia Sawré Muybu, que fica a poucas horas de Pimental. Sua aldeia virou o símbolo da resistência aos empreendimentos porque pode ter áreas alagadas pela usina, o que é inconstitucional	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

Maria Bibiana da Silva (Gabriela), 105 anos – Moradora mais antiga do Pimental.

“Morrer na lama, debaixo d’água, é que é triste, né? Mas, achando um lugar onde a gente escape para morrer sossegado, quem me acompanha é Deus e meus filhos”. É humanamente impossível deixar de prestar atenção às palavras que pausadamente saem da boca de Maria Bibiana da Silva, apelidada de Gabriela em homenagem ao pai, José Gabriel. Do alto de seus 104 anos, comprovados pelo rosto profundamente enrugado e pelas pernas arqueadas em forma de alicate, a profética anciã responde de bate-pronto quando questionada sobre o que o rio Tapajós representa para ela: “o sossego”.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
No longínquo ano de 1917, Gabriela partiu do Ceará rumo aos seringais do Acre. No meio do caminho, porém, a família resolveu fincar raízes em Pimental, uma vila de pescadores erguida na beira das águas esverdeadas do Tapajós, numa área que hoje pertence ao município de Trairão, no oeste do Pará. E de lá jamais saíram. Desde aquela remota época, os dias no modesto povoado onde atualmente vivem cerca de 800 pessoas nunca foram tão agitados.	
Pimental tem uma inegável atmosfera de Macondo, a mítica aldeia ribeirinha que Gabriel García Márquez construiu na sua obra-prima “Cem anos de Solidão”. Mas, nesse isolado trecho do Pará, a discórdia não é provocada pela chegada de uma companhia bananeira, como no livro do premiado escritor colombiano, e sim pela construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, que pode mandar Pimental inteiro para baixo d’água. “Por mim, não tenho gosto que essa barragem saia, mas uma andorinha só não faz verão”, alerta Gabriela, a matriarca da comunidade.	
A moradora mais antiga de Pimental é Maria Bibiana da Silva, conhecida como Gabriela. Ela tem 105 anos. Em 2012,	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9**

quando a reportagem de Pública visitou a vila de pescadores pela primeira vez, ela era uma das vozes preocupadas com a chegada da usina: "Não tenho gosto que essa barragem saia, mas uma andorinha só não faz verão". Dois anos depois, em novembro de 2014, voltamos a procura-la, mas a família interveio. Gabriela não pode mais nem ouvir falar sobre barragem. Sua pressão sobe, é arriscado para a saúde. Mas a percepção da matriarca continua aguçada e ela percebeu o tema da conversa com seu filho, Bernardino Silva Azevedo, 85 anos. De dentro do quarto, perguntava o motivo de nossa presença. A neta tentou desconversar, mas já era tarde: "é a tentação", a avó repetia, já agitada. Ela só se acalmou quando um neto disse que a reportagem estava lá para falar "das coisas boas" da comunidade.	**de fevereiro de 2015**

Bernardino Silva Azevedo, 85 anos – Filho de Maria Bibiana Silva (Gabriela)

Bernardino cumpre as vezes de contar a história da família, que é uma aula de Amazônia. Gabriela saiu do Ceará em 1917 com o pai rumo ao Acre, mas eles perderam a condução e ficaram no meio do caminho. Bernardino nunca estudou, a vida de trabalho começou aos 12 anos ao lado da mãe. Participou das diversas fases de exploração econômica da Amazônia: a da borracha, na Segunda Guerra Mundial; a da venda de peles de animais, após a decadência da borracha; e a do garimpo. Só parou porque sua saúde não lhe permitiu continuar. "Trabalho pesado é comigo mesmo. Já fiz de tudo. Só não fiz matar gente", ri, em referência a outra atividade ainda lucrativa na região: a pistolagem.	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

Deusiano Saw Munduruku – Professor na escola de Sawré Muybu

Quando o repórter anuncia o fim da entrevista, Deusiano faz um último pedido antes de a câmera ser desligada: cantar o hino de guerra da sua etnia na língua materna 105 undurucu. Enquanto olha fixamente a lente do equipamento do homem branco que captura sua imagem e sua voz, ele parece mandar um recado por meio da letra da canção. Em resumo, ela passa a mensagem de que os Munduruku jamais se intimidarão diante da luta.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Deusiano e seus parentes vivem na aldeia Sawré Muybu, nas margens do Tapajós. Para chegar até lá, é necessário vencer as duas horas de estrada que separam o centro de Itaituba do porto do Buburé, localizado no Parque Nacional da Amazônia, uma das mais antigas unidades de conservação ambiental da Amazônia, criada em 1974 pelo governo militar como compensação aos impactos gerados pela abertura da Transamazônica.	
Embora defendam seu território, eles não gostam do rótulo de violentos. "Os Munduruku são pacíficos. Mas, quando toca na ferida, aí fica bravo", diz Deusiano Saw Munduruku, professor na escola de Sawré Muybu.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**

Eudeir Azevedo – Morador de Pimental.

“Eu não sei porque colocaram o nome ‘diálogo’, porque quando você faz uma pergunta, eles não respondem”, diz Eudeir Azevedo. Ele elenca algumas das questões para as quais nunca teve resposta: “Pra onde nós vamos mudar? Quanto mais ou menos é que se paga por área afetada? Eles nunca sabem responder nada, então a gente pergunta: quem é realmente de fato a pessoa que a gente deve conversar? Mas nem isso eles dizem”.	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
O desentendimento entre moradores de Pimental esquentou em 2010, quando, sem pedir licença, uma empresa de topografia contratada pela Eletrobras furou o chão da comunidade para fixar os primeiros marcos. “Quando um morador foi perguntar qual era o serviço, numa boa, o funcionário disse que não tinha que dar explicação pra ninguém porque tava lá mandado pelo presidente, que na época era o Lula”, lembra Azevedo.	

Eva Bonfim – Maranhense radicada no Pará. Diretora do maior colégio privado da cidade de Itaituba.

A preocupação que ronda a cidade não é infundada. Altamira, distante 500 km, é um exemplo recorrente na fala dos moradores do Tapajós. Para Eva Bonfim, maranhense radicada no Pará, a cidade “se acabou”: “Tenho quatro irmãos em Altamira e fui lá visitar. O inchaço populacional é um absurdo, muita morte, acidente, assalto”. Para ela, Itaituba não será exceção com a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
Em Itaituba, Eva Bonfim é diretora do maior colégio privado da cidade e é uma das pessoas que pode lucrar com a chegada de novas famílias. Ainda assim, ela mantém um olhar crítico sobre o projeto. Por meio de aulas e palestras, tenta alertar seus alunos sobre os impactos que a barragem de São Luiz do Tapajós pode causar. “Acho que falta esclarecimento para a população, do que vai trazer de bom e de ruim. Deveria ser bem explicado”, acredita. “Hoje nossos filhos brincam na frente de casa, saem, vão no mercado. Logo vão perder essa liberdade pelo inchaço populacional que vai chegar no município. O pessoal diz ‘mas não é bom o desenvolvimento?’ Será que é bom? Eu não acho que vai ser bom”.	

Luiz Matos de Lima – dono de um mercado em Pimental

Quem nasceu na beira do rio sabe da importância do ciclo de cheia e seca para a vida, incluindo a humana. Por isso Luiz Matos de Lima, dono de um mercado em Pimental, foi confrontar um representante da Eletrobras em reunião que ocorria em Trairão, sede do município a que pertence a vila. Os ribeirinhos nem eram convidados, mas Luiz e outros moradores de Pimental foram mesmo assim. Lá, foram informados de que a usina será obrigada a indenizar os moradores ou construir uma nova casa para eles. Mas Luiz sabe que nem o dinheiro ou a casa serão capazes de substituir a quebra no ciclo de sobrevivência. Ele pediu a palavra para alertar que a usina vai tirar tudo dos ribeirinhos, já que novas plantações que forem feitas devem demorar a produzir. “Eles responderam que	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

o governo vai doar cesta básica enquanto o povo não produzir. Já pensou? Coisa mais triste um povo acostumado em trabalhar ter que viver de cesta básica. E eu, que vendo mercadoria, vou viver do que?", questiona.	

Regina Nonato dos Santos – ribeirinha

"Isso aqui vai virar um cemitério. Um lugar fantasma", diz a ribeirinha Regina Nonato dos Santos, cercada pelas árvores cheias de fruta do quintal da vizinha. "Pra mim isso é tudo um pesadelo. Se eu pudesse, acordava e não dormia mais".	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

Suzete de Oliveira Nogueira – Professora e ribeirinha.

A saga do beiradeiro que "não era mais" depois de arrancado do seu lugar é sintomática do clima que tomou parte da vila de Pimental após a notícia da remoção. Os sorrisos hospitaleiros rapidamente se desfazem quando perguntamos sobre a usina. A professora Suzete de Oliveira Nogueira fica com a voz embargada ao lembrar das perguntas feitas pelos alunos do 3º ano: "professora, não dava pra cada família fazer uma casa flutuante? Aí a gente podia ficar aqui". Assim como ela, diversos moradores da vila ficam melancólicos ao falar sobre o futuro do lugar onde nasceram e viveram.	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

Teresa Lobo Pereira – Riberinha que tem uma casa com roça em Pimental e outra em Montanha e Mangabal.

É o caso de Teresa Lobo Pereira, que tem uma casa com roça em Pimental e outra em Montanha e Mangabal. "Eu sou veterana", ela diz, batendo no peito estufado. "Como diz o dizer nosso, na nossa língua, eu venho dos tronco velho". Para Teresa, a floresta guarda a farmácia, o supermercado e os caminhos da memória de toda a sua vida. Ela nasceu no "beiradão", como os ribeirinhos chamam o local, filha de cearense com paraense.	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

Aldira Akai Munduruku

Entre todas as incertezas trazidas pelas usinas, o maior medo é o de serem removidos para a cidade. "A gente não sabe viver como vocês" explica Aldira Akai Munduruku. "Sempre a gente viveu no meio do mato, caçando, pescando. Na cidade a gente depende do dinheiro. Se não tiver, a gente não come, não". Grávida de cinco meses e mãe de uma menina de 2 anos, Aldira guarda a lembrança da fome dos anos em que viveu na cidade de Jacareacanga quando criança.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**

INDEFINIDAS:

Rosinaldo Pereira dos Santos, mais conhecido como Tatá – ribeirinho e pescador

O ribeirinho Rosinaldo Pereira dos Santos, mais conhecido como Tatá, está prestes a trilhar o caminho inverso daquele pretendido pela política social dos governos Lula e Dilma. Morador da beira do rio Tapajós, no oeste do Pará, ele sempre viveu em fartura alimentar. A prova está pendurada na sala de sua casa: fotos de bagres maiores que o próprio pescador. Mas, agora, Tatá pode se tornar mais um a engrossar o rol de brasileiros que precisam de ajuda financeira para se alimentar.	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
Hoje a vida de Tatá é assim: basta ele pousar os olhos sobre o rio durante o dia para dar início ao cálculo mental de qual melhor espécie vai dar pesca, onde, a que horas e com qual isca. É esse conhecimento também que lhe guia entre corredeiras, cachoeiras, pedrais e redemoinhos que brotam da correnteza. Com a renda da pesca ele construiu duas casas, onde tem uma roça com mandioca, banana e murici, cria galinhas e cultiva um pomar com dez tipos de frutas amazônicas. O que a família não come, ele vende. Assim sustentou dois filhos, hoje cria dois netos e, aos 52 anos, planejava adotar mais dois.	
Tatá e sua família estão no escuro: nunca ouviram falar de Jaci Paraná e não fazem ideia de quão estratégica é a localização da nova vila de Pimental. Ele e toda a comunidade têm muitas dúvidas sobre o que vai acontecer com a região e como se preparar para as mudanças, mas não há informação ou mediadores independentes para orientá-los nesse processo.	
Depois de entrevistar mais de 30 famílias para tentar entender o discurso do grupo afetado que se declara "a favor" da usina, a reportagem de Pública se surpreendeu ao encontrar definições como a de Tatá, que se define como "contra-mas-a-favor". Ele explica com um riso nervoso: "sou do grupo a favor. Mas, se você me perguntar mesmo, na verdade eu sou contra". Como muitos, Tatá teme sofrer as consequências de enfrentar um empreendimento financiado pelo governo federal.	
Mais do que dividida, a comunidade de Pimental está rendida pelo medo. Tatá cita o caso dos Munduruku, grupo mais organizado na resistência às hidrelétricas na Amazônia e que já sofreu retaliações por sua postura. Depois de expulsarem os pesquisadores da usina de sua terra, em março de 2013, algumas aldeias foram cercadas por barcos e helicópteros da Força Nacional de Segurança.	
Mas Tatá quer distância da batalha travada pelos indígenas. Ele já formou seu veredicto: "Não vou me manifestar por nada, já estou grandinho demais pra estar apanhando, morrendo por aí. Não adianta. Você não pode lutar contra o governo federal. Se o governo federal quer, você tem que aceitar".	

Menino Munduruku não identificado

Ao sair da escola, as crianças correm de um lado ao outro e comem frutas do pé. A única birra que presenciamos foi a respeito do banho: "A mãe só me deixa banhar três vezes por dia!", reclamou um menino que já havia estourado a cota num dia de calor e sol. Minutos depois, ele se jogou na água gelada do igarapé com um sorriso de orelha a orelha.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**

Morador não identificado

Uma rua de terra divide as comunidades Vila Nova e Vila Caçula, sustentadas em cima de palafitas à beira do rio Tapajós, que banha a orla do município de Itaituba, no oeste do Pará. A reportagem da Pública se aproxima de duas casas para entrevistar seus moradores. Do alto das escadarias de madeira, eles negam. "A gente dá entrevista e nossa situação aqui não muda. Não vou falar", diz um senhor de pele morena, cabelos brancos e óculos acompanhado da esposa, que também responde com um sonoro "não".	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

FAVORÁVEIS:

Ângela Maria Batista – Nascida e criada em Pimental. Defensora da usina.

Os defensores da usina se apegam basicamente a três argumentos. O primeiro é exemplarmente resumido na declaração de Ângela Maria Batista, nascida e criada em Pimental: "É melhor a gente se unir com os grandes do que se juntar com os pequenos para perder". Desempregada, mãe de três filhos e viúva, sem nem ter completado 30 anos, ela engatou um namoro recentemente com um técnico de uma empresa que presta serviços para a Eletrobras. E espera que o novo companheiro a leve embora de Pimental.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
O segundo argumento tem a ver com o inevitável – porém, temporário – incremento da economia informal trazido pelos funcionários das firmas que circulam pela vila de pescadores. Algumas famílias reforçam o orçamento lavando uniformes ou fazendo marmitas. Aquelas com a sorte de ter um de seus membros trabalhando nas empresas defendem com unhas e dentes o dinheiro certo no fim do mês. E por isso preferem não levantar a voz contra a barragem.	
Sem dúvidas, o plano de semear a discórdia tem dado resultado. "O que tem de emprego em Pimental é na escola e no posto de saúde. A gente pede a Deus para entrar uma firma aqui porque a situação é feia", afirma Ângela.	

Elba Sales – merendeira da escola de Pimental. Defensora da usina.

O terceiro e último motivo de quem defende a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós diz respeito à possível indenização que a população afetada receberá. "Eu não tenho esse apego todo à comunidade. Se me pagarem um valor bacana, eu saio. Eu até gostaria de ir para a rua", afirma Elba Sales, merendeira da escola de Pimental, referindo-se à cidade de Itaituba.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Quando perguntada se já parou para pensar sobre o valor considerado justo para a indenização, Elba subitamente emudece. Rompido o silêncio, ela admite com um sorriso amarelo que ainda não refletiu sobre o assunto. Elba então conta que pagou R$ 5 mil na casa onde mora em Pimental. "Se lhe dessem R$ 5 mil, a senhora sairia daqui?", pergunta o jornalista. "Não, da minha casa, não. Porque já apareceu quem queira comprar de volta e nem por R$ 10 mil eu não dou."	

Ana Maria Gomes do Nascimento – Empresária e corretora de Imóveis.

Apesar de as obras da hidrelétrica sequer terem sido licitadas, o mercado imobiliário em Itaituba está explodindo. "A minha corretora tem um ano e meio. Nesse período, já abriram mais três. E vão ser criadas outras porque o pessoal está indo para fora estudar e fazer o curso de corretagem", analisa a empresária Ana Maria Gomes do Nascimento.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Ela não tem dúvidas de que a escalada de preços está apenas começando. "Vai aumentar mais, vai ficar como Altamira, vai ficar aquele aglomerado mesmo e, daqui a pouquinho, qualquer quitinete está saindo a R$ 1 mil", avalia Ana Maria, comparando o futuro de Itaituba ao de Altamira, município que abriga a hidrelétrica de Belo Monte e que inchou da noite para o dia com as obras do maior empreendimento em curso no país.	

4.4 Agentes institucionais

Estas fontes são aquelas que representam organizações sem fins lucrativos ou grupos sociais. Acreditam fielmente nas causas que defendem, todavia esta fé coloca sob suspeita as informações que fornece, a despeito de sua espontaneidade e da falta de vínculo com qualquer interesse particular. Tendem a buscar a mídia com a intenção de "sensibilizar e mobilizar o seu grupo social ou a sociedade como um todo e o poder público, para defender uma causa social ou política, tendo os meios de comunicação como parceiros" (SCHMITZ, 2011, p. 25).

Das 14 fontes institucionais consultadas pelos repórteres da Pública houve um predomínio de manifestações contrárias à construção das barragens, sendo apenas uma dela indefinida em relação ao tema especificamente tratado.

CONTRÁRIAS:

José Odair Pereira Matos, conhecido como C.A.K – Presidente da associação de moradores.

Fundada há cerca de 120 anos, Pimental é a maior das vilas ribeirinhas que serão alagadas pelas águas represadas da usina de São Luiz do Tapajós. Além dos roçados, a maior parte das pessoas ali vive mesmo é da pesca artesanal. "Nosso freezer é bem aí", afirma José Odair Pereira Matos, o C.A.K., presidente da associação comunitária, apontando o dedo para o Tapajós. "É o rio que mantém o nosso peixe fresco."	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Não é de hoje que o povo de Pimental ouve falar da barragem que pode inundar a vila por completo. "Aqui já chegou americano, japonês, alemão. No campo de futebol em frente à igreja já sentaram dois helicópteros", conta C.A.K, o presidente da associação comunitária. Técnicos a mando da Eletrobras e da sua subsidiária Eletronorte rondam a vila há quase uma década. De três anos para cá, o movimento se intensificou.	
"Quando a gente perguntava o que ia acontecer, para onde a gente ia, eles nunca respondiam, diziam que não era com eles. Eles queriam fazer primeiro as pesquisas e depois dizer o que ia acontecer com a gente. Até que um dia a gente falou: primeiro vocês falam o que vai acontecer com a gente, quais são os nossos direitos, e depois vocês fazem pesquisa", conta C.A.K.	
"Como não tinham muito apoio, as firmas contrataram algumas pessoas para trabalhar. É uma estratégia para dividir a comunidade", rebate C.A.K.	
Como o governo federal nunca se faz presente na vila, os moradores automaticamente acharam que o funcionário falava do presidente da associação de moradores, José Odair Pereira Matos, conhecido como C.A.K., e foram tomar satisfações com ele. Quando entenderam que o funcionário falava do presidente da república, um grupo se revoltou e destruiu o marco. A partir de então, a associação de moradores passou a proibir que os pesquisadores voltassem a pisar em Pimental.	**Ninguém os ouviu. por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
"Assim como eles têm o direito de dizer que a usina tem que sair, é um direito do ribeirinho defender o que é nosso", diz C.A.K.. "A gente não tá pedindo cesta básica, um novo lugar pra morar, a gente tá defendendo um direito nosso".	

Depois que assumiu uma postura mais combativa, C.A.K. diz que passou a receber intimações para recuar. Primeiro foram as ofertas de dinheiro. "Já recebi ligação do Rio de Janeiro, São Paulo, de meia hora, quarenta minutos. Já veio pessoas também em Pimental. Eles chegam falando em casa, carro e dinheiro no banco". C.A.K. garante que sempre cortou as propostas pela raiz, nunca deixou os interlocutores chegarem a valores concretos nem nunca aceitou os convites para ir conversar em outros estados.	
Depois que recusar as ofertas, C.A.K. relata que começou a receber ligações com ameaças. Um dos seus parceiros levou um soco em uma reunião, a agressão veio de um morador da vila que era contra a postura combativa do grupo. Foi quando C.A.K. decidiu se afastar da associação. "Não é fácil ser liderança nessa região, até nossa família fica marcada". Apesar do afastamento, ele ainda integra o grupo de Pimental que tem a postura mais crítica em relação à usina. O novo líder da associação permite a entrada de pesquisadores na vila. Ele não pôde ser entrevistado pela reportagem pois estava fora, trabalhando no garimpo.	

Roseninho Saw Munduruku – Porta-voz da tribo

Ao ouvi-la ponderar sobre a importância da usina, o porta-voz Roseninho Saw Munduruku pediu sua renúncia: "No meu pensamento, se você não quer trabalhar na Funai, eu entregaria o cargo. Você não tem interesse em defender a nossa causa".	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**
Com uma organização política peculiar, os Munduruku cultivam o debate e nomeiam líderes para representá-los perante os pariwat (não-índios). Roseninho foi escolhido para ser porta-voz da Sawré Muybu e coordenador da associação Pahyhyp, que representa os indígenas do curso médio do Tapajós. Mas ele não pode tomar decisões sozinho. As palavras em português ditas em público são discutidas antes em Munduruku. A cada novidade, ele volta para a aldeia e ouve o grupo durante longas reuniões nas quais todos podem participar, até as crianças. A tradição política antecede a chegada das usinas. Ao menos uma vez ao ano, os Munduruku fazem uma assembleia geral que dura três dias e pode varar a madrugada.	
Roseninho diz que não gosta da responsabilidade de representar o grupo fora da aldeia: é ele quem mais sente os golpes da guerra judicial.	

Mas o porta-voz só conseguiu verbalizar o silêncio: “eu não tenho palavras”.	
No dia seguinte, Roseninho desembarcou abatido no porto de Itaituba, cidade mais próxima à aldeia. Ele falou entre lágrimas, em um raro desabafo: “Como que eu vou levar essa derrota para o meu povo? Como eu vou contar isso para o cacique?”. Cansado da ingrata comunicação entre índios e não-índios, ele conhece bem os limites dessa conversa, e nos deu um alerta: “O que vocês querem perguntar? Vocês querem saber a história Munduruku? Eu posso contar: o cachorro é o homem, a mulher é o peixe. Me diz como vocês vão entender isso? Por isso que eu digo: vocês nunca vão saber.”	
O nome do movimento de resistência às usinas é Ipêreg Ayû, que significa “o povo que sabe se defender”. Roseninho explica: “O governo diz que nós somos ameaçadores. Mas nós é que estamos sendo ameaçados”.	

Davi Menezes, 44 anos – Presidente do Fórum de Entidades de Itaituba, órgão que reúne 22 instituições, como OAB, Associação Comercial, o Rotary Club e a Maçonaria.

“É uma situação que pra nós não sabemos se vai ser benéfica. Pro sul do Brasil vai. Pro centro-oeste vai. Mas e pra nós que aqui estamos?”, questiona Davi Menezes, 44 anos, presidente do Fórum de Entidades de Itaituba, órgão que reúne 22 instituições, como OAB, Associação Comercial, o Rotary Club e a Maçonaria.	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
O Fórum surgiu com o objetivo de representar a classe empresarial de Itaituba frente à implantação dos projetos. Até agora a realidade não alcançou as expectativas. “Tem um empresário aqui que comprou quase 200 mil EPIs [Equipamentos de Proteção Individual]. Sabe o que ele vendeu? Nenhuma luva”, se indigna Menezes.	
“Ele preparou-se, com estoque, para vender para construção dos portos e não vendeu nada. Trouxeram tudo de fora”. Para ele, os interesses das grandes empresas que chegam à cidade se sobrepõem aos dos empresários locais.	

Maria Leusa Cosme Kaba – Representante das mulheres do movimento Munduruku Iperêg Ayû.

"Ali foi o sinal: o governo tá vindo guerrear com os Munduruku", diz Maria Leusa Cosme Kaba Munduruku, representante das mulheres no movimento Iperêg Ayû. Ela ficou assustada com o modo como a polícia reagiu depois dos primeiros disparos.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**
Mas eles temem que essa atividade gere a retaliação dos garimpeiros e madeireiros que já invadiram as fronteiras de seu território. "Se nós entrarmos em conflito com os invasores, o governo vai ter que se responsabilizar", disse Maria Leusa Cosme Kaba, representante das mulheres do movimento Munduruku Iperêg Ayû.	**Um aviso à Funai. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 29 de novembro de 2014**

Arthur Massuda – Membro da Artigo 19. A organização, que trabalha pelo acesso à informação e liberdade de expressão, realiza atividades na região para tentar informar a população sobre os seus direitos no processo com as usinas.

Dentro da vila, a resistência foi vista com receio por alguns. Sem experiência em negociações, parte dos moradores tem medo que a postura os prejudique ainda mais, e preferem aceitar logo as compensações oferecidas. "Os empreendimentos usam as carências locais para impor o projeto, as pessoas acham que só terão acesso aos seus direitos se aceitarem a usina", afirma Arthur Massuda, membro da Artigo 19. A organização, que trabalha pelo acesso à informação e liberdade de expressão, realiza atividades na região para tentar informar a população sobre os seus direitos no processo com as usinas.	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
Foi criticada por ambientalistas por ter sido feita às pressas e por ter se baseado em dados secundários. "O simples fato do estudo ser produzido pelas empresas interessadas deixa a informação viciada e limitada. Vira uma propaganda do empreendimento", afirma Arthur Massuda, da Artigo 19.	

Raione Lima - Agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

"Quem está trabalhando hoje não se dá conta de que isso é temporário. As empresas criam a expectativa de que as pessoas vão se empregar, mas é uma ilusão", analisa Raione Lima, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT). "Infelizmente, estamos vivendo um momento intenso de conflitos na comunidade, ribeirinhos contra ribeirinhos."	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

"O Diálogo Tapajós entrou na comunidade num momento errado e tardio. As informações tinham que ter chegado antes da entrada das empresas para fazer as pesquisas", afirma Raione. "Mas, só a partir do momento em que se criou a resistência é que chegou o Diálogo", acrescenta a agente da CPT.	

Saw Rexatpu – Guerreiro e historiador Munduruku.

"Esse é o portão de entrada do nosso território, viemos proteger a terra para nossos filhos e netos. Para o futuro", diz Saw Rexatpu, guerreiro e historiador Munduruku, ao fim de um dia de trabalho na picada da autodemarcação. "Nossos bisavós morreram lutando aqui e nós vamos pelo mesmo rastro. Se eu morrer aqui, deixo a minha história". Ele viajou três dias para acudir ao chamado de Juarez Saw Munduruku, o cacique da aldeia Sawré Muybu.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**
Mas e se a estratégia der errado e o governo mandar sair? "A gente não sai", responde o cacique, sem abalar o semblante tranquilo. E se a polícia tirar à força? "É o fim do nosso mundo, porque a gente só sai morto".	

Bispo Dom Erwin Kräutler – Está há 50 anos na região do rio Xingu e é presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Sob os olhos do bispo Dom Erwin Kräutler, que está há 50 anos na região do rio Xingu e é presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a cidade se tornou irreconhecível. "Era uma cidade do interior que o pessoal na boca da noite sentava na calçada e trocava umas prosas. Hoje você não pode sentar mais em canto nenhum. Todo mundo está criando trincheira. Barreiras. Se você entra em Altamira agora tem muro em tudo quanto é canto, a gente não enxerga mais as casas".	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

Edmílson Azevedo – Catequista da Igreja Católica.

"Tem uns que são a favor da usina. Principalmente aqueles que conseguem empreguinhos de vigia de máquina, de carregador de barra de ferro, de mateiro para abrir picada na floresta nas empresas que fazem os estudos. Mas aí eu pergunto: e quando essas empresas forem embora?", questiona Edmílson Azevedo, catequista da Igreja Católica.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

Fernando Prioste – Advogado e coordenador da ONG Terra de Direito.

"Não há absolutamente nenhuma justificativa técnica ou jurídica para dizer que essa população ribeirinha não teria esse direito", afirma o advogado Fernando Prioste, coordenador da ONG Terra de Direitos. "Esse entendimento do governo tem a ver apenas com conveniência política".	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

Movimentos Sociais

Movimentos sociais e entidades que assessoram essas comunidades acham que o número é subestimado.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

Mundurukus - Vídeo do YouTube: https://youtu.be/JHxJZ_gBkqc

Em vídeos gravados pelos Munduruku, é possível ver a polícia disparando dentro da aldeia, em local cercado por mulheres e crianças. No dia seguinte, os indígenas também registraram o momento em que a aldeia chora ao encontrar o corpo de Adenilson.	**A batalha pela fronteira Munduruku. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014.**

Padre Edilberto Sena – Representante do Movimento Tapajós Vivo, fórum que reúne diversas organizações de defesa do meio ambiente e dos direitos das populações locais.

"Os governos de Lula e de Dilma Roussef estão decididos a transformar o Brasil na terceira maior economia do mundo à custa da nossa floresta", critica o Padre Edilberto Sena, do Movimento Tapajós Vivo, fórum que reúne diversas organizações de defesa do meio ambiente e dos direitos das populações locais.	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

INDEFINIDAS:

Jubal Cabral Filho – Geólogo e vice-diretor da Associação de Mineradores de Ouro do Tapajós (AMOT).

Para Jubal Cabral Filho, geólogo e vice-diretor da Associação de Mineradores de Ouro do Tapajós (Amot), o alto índice de ilegalidade é reflexo da má gestão do governo federal sobre a região. Ele defende que o pequeno garimpeiro deveria receber assistência para se legalizar. "Se o governo tivesse vindo aqui, como faz no sul do país a ensinar o garimpeiro a cuidar da terra, todos nós teríamos um benefício muito maior. Mas ao invés	**Lá vem o progresso. Por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

de vir primeiro orientar, ele vem primeiro punir e punição nem sempre é efetiva", acredita.	

4.5 Agentes especialistas

Quando a fonte possui "notório saber específico (especialista, perito, intelectual)" ou se trata de uma "organização detentora de um conhecimento reconhecido", Schmtiz (2011, p. 26) classifica como especialistas. Essa fonte relaciona-se diretamente com profissão, especialidade ou área de atuação e possui "capacidade de analisar as possíveis consequências de determinadas ações ou acontecimentos".

Embora o jornalista não seja conhecedor de todas as áreas, faz parte de seu ofício buscar quem entenda e possa explicar, então "recorre ao especialista para estabelecer conexões e analisar a complexidade do tema" Schmtiz (2011, p. 27). Os especialistas trazem "informações secundárias ou complementares, notadamente em situação de risco ou conflito, na cobertura de temas complexos ou confusos e no jornalismo científico. No material analisado, foram consultados os especialistas de diferentes áreas do conhecimento e todos eles demonstraram posição contrária aos projetos hidrelétricos no Tapajós.

Juan Doblas – Geólogo especialista em imagens de satélite. Trabalha com geoprocessamento no Instituto Socioambiental (ISA), uma das principais organizações ambientalistas do país.

Quando decidiu encarar de carro os 3.338 quilômetros que separam o Rio de Janeiro do município de Itaituba, no oeste do Pará, o geólogo Juan Doblas – especialista em imagens de satélite – nem imaginava que daria uma contribuição e tanto à biologia da Amazônia. Enquanto dirigia pelo trecho da BR 163 que atravessa o Parque Nacional do Jamanxim, uma das doze unidades federais de conservação ambiental que protegem essa parte da floresta alimentada pela bacia do rio Tapajós, ele se deparou com uma macaca que, atordoada pelo barulho do automóvel, abandonou em plena estrada o filhote que carregava.	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Depois de deixar o pequeno animal em uma árvore, permitindo que ele fosse resgatado pela mãe, Doblas resolveu filmar e tirar fotos do reencontro. "Quando cheguei a Itaituba, mostrei as imagens para um amigo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) especialista em macacos", conta o geólogo. A	

surpresa de ambos não poderia ser maior.	
Tratava-se de uma espécie em perigo, típica do estado do Amazonas, mas que, supõe-se, havia se deslocado para essa parte do Pará justamente por encontrar na floresta intocada do Tapajós um verdadeiro refúgio. “Foi um fato casual que mostrou dados completamente novos sobre a distribuição de espécies em extinção na Amazônia”, explica Doblas, que trabalha com geoprocessamento no Instituto Socioambiental (ISA), uma das principais organizações ambientalistas do país.	
O geólogo narra esse episódio justamente para ilustrar a incrível – mas, em boa parte, desconhecida – biodiversidade que pode ser duramente golpeada pela construção de um complexo de hidrelétricas nos rios Tapajós e no seu afluente Jamanxim. O potencial levantado para essa bacia hidrográfica localizada no oeste do Pará comporta até sete usinas capazes de produzir no total cerca de 14 mil Megawatts (MW) – potência equivalente à da binacional Itaipu.	
Mas, neste caso, vale o popular ditado de que tamanho não é documento. “A parte que será afetada nas unidades de conservação é o coração, a parte mais importante das reservas, justamente por conta da proximidade com o rio”, explica Juan Doblas, do ISA.	
Não há dúvidas de que o complexo hidrelétrico vai reconfigurar a compleição natural do oeste do Pará. “Foram necessários milhares de anos para a criação de um equilíbrio ecológico entre as espécies, como a tartaruga e o tucunaré, que depende da subida e da descida dos rios”, explica Juan Doblas. “Essas barragens vão alterar completamente os ciclos de cheia e de seca não só dos rios Tapajós e Jamanxim, mas de toda a rede hidrográfica associada.”	
Outra pulga atrás da orelha dos ambientalistas diz respeito à relação entre o barrento rio Amazonas e o esverdeado Tapajós, que se encontram – mas não se misturam – no município de Santarém. A preocupação é com uma possível invasão das águas do Amazonas sobre as do Tapajós, o que significaria a ruína turística do balneário de Alter do Chão, por exemplo. “Se eu falar isso para um engenheiro da Eletrobras, ele vai rir na minha cara”, afirma Doblas. “Mas eu tenho questionado doutores em hidrologia, e eles me disseram que essa possibilidade tem que ser estudada. É preciso fazer um modelo no computador. É provável que isso aconteça? Acho que não. É possível? Sim.”	

Wilson Cabral – Pesquisador e professor do Instituto de Tecnologia de Aeronáutica (ITA).

Por encomenda da ONG Conservação Internacional, Wilson Cabral, pesquisador e professor do Instituto de Tecnologia de Aeronáutica (ITA), está produzindo um estudo que calcula, na ponta do lápis, os reais custos econômicos, sociais e ambientais envolvidos na construção das usinas do Tapajós.	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Em 2010, o professor produziu uma pesquisa semelhante sobre Belo Monte e concluiu que o empreendimento tinha mais de 90% de chance de inviabilidade. Segundo as complexas fórmulas matemáticas utilizadas pelo professor, o valor do prejuízo variava em um intervalo de US$ 7 milhões a US$ 8 bilhões.	
O novo estudo está em fase final e deve ser divulgado no começo de 2013. Por essa razão, ele evita falar de valores. Mas, ao que tudo indica, o Tapajós segue a mesma trilha de Belo Monte. "A análise está apontando inviabilidade para todas as usinas e, consequentemente, para todo o complexo", afirma Cabral. "Não é preciso empreender hidrelétricas no Tapajós para atender a demanda energética brasileira, desde que se invista em outras fontes e também se trabalhe a eficiência do consumo da energia que já é produzida."	
"O custo de produzir hidrelétrica na Amazônia é muito alto e incerto", afirma Wilson Cabral, do ITA. "Todos os projetos geraram aditivos contratuais da ordem de pelo menos 25%", alerta. No caso do Tapajós, a engenharia financeira para viabilizar a obra ainda não está traçada – até porque os R$ 23 bilhões previstos para as usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá no orçamento do PAC 2 não passam de estimativas. Mas, assim como aconteceu nas usinas dos rios Madeira e Xingu, não há dúvidas de que o tripé formado por empresas estatais, fundos de pensão e BNDES deve entrar na jogada.	
"Os grupos que estão por trás, apoiando inclusive financeiramente a construção das usinas, são empresas de exploração de *commodities* minerais. Então, esses empreendimentos não vão equalizar a demanda de energia para o Sudeste. Eles são para empresas que estão se assentando na região Norte", finaliza Cabral.	
Especialistas ouvidos pela Pública duvidam do sucesso dessas plataformas para mitigar os impactos. "Estamos falando de 20 mil pessoas. Não de 20 ou 30 trabalhadores. Inicialmente, quando lançaram a ideia de usina-plataforma, disseram até que os operários seriam transportados por helicóptero, o que é um absurdo. É pirotecnia pura, é jogar uma série de coisas para a sociedade engolir",	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

critica Wilson Cabral, professor e pesquisador do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).	

Arsênio Oswaldo Sevá Filho – Engenheiro e professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Para o engenheiro Arsênio Oswaldo Sevá Filho, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por trás da suposta sustentabilidade apregoada pelo conceito de usina-plataforma, camufla-se um objetivo perverso: a militarização dos canteiros de obras. "Isso já aconteceu nas hidrelétricas do Madeira. Eles cercaram as áreas com milícias privadas das empreiteiras. Em Belo Monte, já estão colocando o exército na área, além da Força Nacional, que chegou lá em 2009 para as audiências públicas e nunca mais saiu", explica.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
"O planejamento de construir diversas hidrelétricas numa região onde todo mundo está atrás de ouro não pode ser analisado como se a atividade-fim fosse apenas a produção de energia elétrica", sugere Sevá. Para o professor, é inevitável que, ao revolver o solo do Tapajós para fazer as fundações das hidrelétricas, as empresas também considerem a viabilidade de extrair o mais valioso dos metais.	
Foram justamente os engenheiros da CNEC que, na década de 1980, mapearam os projetos de construção de usinas no rio Tapajós – e em quase todos os afluentes do rio Amazonas. Era ela quem municiava de informações e pareceres técnicos a Eletronorte, subsidiária da estatal Eletrobras responsável pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico da região norte do país, desde o regime militar. "Naquela época, eu brincava dizendo que a Eletronorte era um escritório da Camargo Corrêa", conta Arsênio Oswaldo Sevá Filho, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e grande conhecedor do sistema elétrico nacional.	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
"Estamos oferecendo à indústria internacional a continuidade dos negócios a longo prazo e a custo baixo", analisa Sevá. "O governo brasileiro libera as licenças, mesmo que se destruam o meio ambiente e a vida das populações locais. Depois, garante o custo baixo da mão-de-obra e, principalmente, do dinheiro necessário às obras, porque coloca as empresas estatais, os fundos de pensão e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para alavancar o negócio."	

Mauricio Torres – Cientista Social.

"Os estudos de impacto ambiental passaram longe de mensurar os impactos na vida dessas pessoas", aponta o cientista social Mauricio Torres, um dos maiores estudiosos do modo de vida dos ribeirinhos da região, onde essa população também é conhecida como "beiradeiros". Com costumes particulares do grupo, os ribeirinhos são intimamente ligados à interação com a floresta e o rio. Grande parte deles raramente vai à cidade ou a um médico.	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
Torres já comprovou o registro de famílias que vivem lá há oito gerações. "Essa é uma história de co-evolução homem e floresta. Eles moldaram a vida de modo que os recursos naturais não acabem e hoje dominam uma tecnologia de manejo do rio e da floresta", explica Torres. "Mas, na hora que você transforma o rio em lago, você transforma profundamente esse habitat. As consequências disso são trágicas".	
Com pouca ou nenhuma assistência do Estado, essa não é a primeira vez que os ribeirinhos do Tapajós têm sua terra e modo de vida ameaçados por projetos vindos de Brasília. Foi assim em 1974, quando parte da população local foi expulsa para a criação do Parque Nacional da Amazônia. Alguns foram morar rio acima, outros se mudaram para Pimental e há os que foram para a cidade de Itaituba. A adaptação foi impossível em alguns casos. Torres registrou a fala de uma viúva que contou como o seu marido jamais se adaptou à mudança: "A vida dele ficou muito ruim. Ele não sabia fazer nada fora de lá. Nem pescar ele não sabia. Ele não sabia pescar em outro lugar. Depois que deixaram a gente rodado aqui pra cidade, ele remava mais de dias pra ir lá no lugarzinho da gente pra pescar. Mas não dava mais. Logo morreu. Ele não era mais". Esse e outros relatos orais fazem parte do artigo O Escriba e o Narrador, de Torres.	
Quarenta anos depois, parte do local de onde os ribeirinhos foram retirados para a criação do parque será, agora, alagada para a construção da usina.	

Nilton Rascon – Analista ambiental do ICMBio.

A Medida Provisória posteriormente convertida em lei provocou uma celeuma no ICMBio, responsável pela gestão das reservas ambientais do Brasil. Em julho, técnicos do órgão federal lotados no escritório de Itaituba, responsáveis	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

por 12 unidades de conservação na bacia do Tapajós, lançaram um manifesto público criticando duramente não só a decisão do governo federal de reduzir a área de proteção ambiental, mas sobretudo a forma atropelada com que ela foi tomada.	
"Os registros feitos até o momento apontam altíssima biodiversidade, com considerável taxa de endemismo e grande representatividade de espécies ameaçadas de extinção", diz o documento. "Do ponto de vista da legalidade, denunciamos a desafetação das unidades realizada primeiramente por medida provisória com objetivo único de dar celeridade ao processo em detrimento da realização de estudos comprometidos com a destinação original dessas áreas: proteção e conservação da biodiversidade."	
Tragédia anunciada, o simples anúncio da redução das áreas de preservação disparou automaticamente o gatilho da degradação dessa parte da Amazônia. "A região aqui é rica em minérios. Com a desafetação das áreas, está ocorrendo um aumento de pressão sobre a floresta, principalmente nessas áreas que não fazem mais parte das unidades de conservação", explica Nilton Rascon, analista ambiental do ICMBio.	
O crescimento da atividade de garimpos irregulares é perceptível a qualquer um que viaje pelo rio. No trecho de 400 quilômetros do Tapajós entre os municípios de Itaituba e Jacareacanga havia, até janeiro, cinco barcaças – chamadas de "escariantes" – fazendo garimpo diretamente no leito do rio. Com a desafetação das unidades de conservação, esse número pulou para impressionantes 35, em poucos meses deste ano. "O ICMBio precisa de mais fiscais na região. Ainda vêm muitos analistas de fora, de outros estados, para ajudar", reconhece Rascon.	

Philip Fearnside Biólogo e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

O biólogo Philip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, acompanhou de perto o impacto do modelo sobre o rio Madeira. Ele aponta que, ao quebrar o fluxo da correnteza, o rio passou a ter bolsões de água sem oxigênio, criando um ambiente inóspito para os peixes. Em dezembro de 2008, o Ibama de Rondônia registrou 11 toneladas de peixes mortos durante a construção da usina de Santo Antônio. No relatório, os técnicos registraram que alguns peixes ainda podiam ser vistos "na superfície, agonizando por falta de oxigênio".	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**

O segundo grande impacto é a quebra do ciclo reprodutivo. Ao subir o rio para fazer a desova, os peixes serão barrados pelos paredões de concreto. Só no caso de São Luiz do Tapajós, a barragem terá sete quilômetros de comprimento. A usina cria "escadas", pequenas passagens para os peixes cruzarem esse paredão. Mas, segundo Fearnside, a experiência das usinas de Rondônia aponta que são poucas as espécies que acham essas passagens. "Um dos problemas é que o instinto dos peixes é seguir a correnteza principal", ele explica. Abaixo da barragem, a correnteza mais forte vem da água que sai das turbinas.	
Depois de monitorar a queda drástica na vida dentro do rio Madeira, Fearnside não vê perspectivas diferentes para o Tapajós. "São muitos obstáculos. Infelizmente, é improvável que uma tentativa de aprimorar as passagens consiga restaurar a migração dos grandes bagres", avalia, referindo-se à espécie que é a principal fonte de renda local, a mesma que figura nos retratos pendurados na sala de Tatá.	
Uma terceira mudança de grande impacto será o fim do ciclo natural de cheia e seca do rio, já que a usina vai controlar o fluxo da água. Além de desenhar as belas praias de areia branca típicas do Tapajós, responsáveis pela alta procura turística por Alter do Chão, esse fenômeno cria habitats fundamentais para a sobrevivência de diversas espécies vegetais e animais, como ariranhas e certos tipos de peixes, tartarugas e jacarés. A barreira física também será um obstáculo para a reprodução do boto cor de rosa e do peixe boi, espécies que correm risco de extinção.	

Brent Milikan - Diretor do programa Amazônia da International Rivers, que monitora o modo como o governo brasileiro conduz o licenciamento das hidrelétricas.

"Tem, no mínimo, uma forte tendência de conflito de interesses", diz Brent Milikan, diretor do programa Amazônia da International Rivers, que monitora o modo como o governo brasileiro conduz o licenciamento das hidrelétricas. "Estamos falando de impactos sobre um patrimônio público e a legislação estabelece que tem de ter medidas de mitigação e compensação. Mas isso, para as empresas, se traduz em gastos".	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
Brent aponta o papel "contraditório" da Eletrobras nesse processo. A empresa de capital aberto que é controlada pelo governo federal lidera o consórcio de empresas interessadas em construir a usina, composto por Camargo Correa, EDF, Copel, Cemig, GDF Suez, Endesa e Neoenergia. Brent aponta que, ao invés de ser o fiel da balança do interesse público nesse processo, a Eletrobras lidera o consórcio "como uma empresa privada, focada em maximizar o lucro". Pior, ela atuaria dentro do governo para pressionar e "intimidar" o órgão licenciador (Ibama) a aprovar os estudos e liberar o licenciamento.	
No caso das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, o consórcio liderado pela Eletrobras contratou os serviços da CNEC Worley Parsons, empresa australiana que comprou a CNEC, consultoria técnica da Camargo Corrêa. A Worley Parsons, mesma que executa as obras de compensação social de Belo Monte, foi a responsável pelo levantamento dos impactos ambientais e sociais das usinas do Tapajós.	

Javan Lopes - Biólogo e servidor do ICMBio.

Com a barragem de São Luiz do Tapajós, as corredeiras vão literalmente sumir do mapa, e a piracema será inviabilizada, trazendo consequências imprevisíveis. "A solução técnica é construir um tipo de escada para ajudar os peixes a subir o rio", explica o biólogo Javan Lopes, servidor do ICMBio. "Porém, o ambiente da corredeira tem muito mais oxigênio. Então, mesmo que se construa a escada, os peixes podem morrer porque o oxigênio disponível na água diminui", completa. Os técnicos do ICMBio não descartam uma verdadeira hecatombe ambiental: 90% das 400 espécies de peixes catalogadas no parque podem não resistir.	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

4.6 Agentes empresariais

Como o próprio nome diz, as fontes empresariais são aquelas que representam corporações empresariais da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio. Schmtiz (2011, p. 25) explica que suas ações comumente "tem interesse comercial ou institucional e estabelecem relações com a mídia visando preservar sua imagem e reputação". O autor também levanta considerações a respeito "do poder que exercem como anunciantes, confundindo-se suas notícias como publicidade".

O jornalismo pode superar esta suspeita desde que a informação prestada pela fonte reúna elementos da noticiabilidade, todavia existem alguns veículos de comunicação que omitem o nome de empresas que não anunciam em suas mídias, bem como tendem a ocultar denúncias que podem macular aqueles que tem parceria comercial ou publicitária com a emissora.

Nas reportagens da Pública, todas as fontes empresariais citadas demonstraram plena concordância com os projetos hidrelétricos, especialmente porque são porta-vozes de empresas que são diretamente interessadas no Complexo Hidrelétrico do Tapajós, seja como uma matriz de desenvolvimento econômico ou em função de se tratar de um instrumento de persuasão, como o "Diálogo Tapajós".

Givanildo Rodrigues de Paula – Representante do "Diálogo Tapajós", uma empresa de São Paulo contratada pelo consórcio que fez os estudos de impacto ambiental, o mesmo que tem interesse em construir a usina.

Num domingo escaldante de outubro, a reportagem da Pública encontrou quatro profissionais do Diálogo Tapajós em um restaurante caseiro de Pimental. Na ocasião, o coordenador do grupo se mostrou disposto a conceder uma entrevista e deixou um encarte distribuído à população local com um número de celular e o e-mail "contato@dialogotapajos.com.br". Toda vez que uma mensagem é enviada para esse correio eletrônico, gera-se de forma automática um aviso de "falha permanente". Em outras palavras, o endereço de e-mail não existe ou enfrenta algum problema técnico.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

Passado o encontro em Pimental, a reportagem da Pública ligou em diversas oportunidades para o representante do Diálogo Tapajós. Em algumas vezes, não obteve resposta. Em outras, ouviu a confirmação de que a entrevista estava de pé, mas que ela deveria ser realizada em outro momento. Até o fechamento desta matéria, apesar da insistência, a conversa não foi realizada.	
A única comunicação entre os ribeirinhos e as empresas que conduzem os estudos é feita por um grupo que se apresenta como "Diálogo Tapajós", uma empresa de São Paulo contratada pelo consórcio que fez os estudos de impacto ambiental, o mesmo que tem interesse em construir a usina (leia mais no box abaixo). Em tese, o Diálogo é responsável por apresentar aos moradores os impactos que eles vão sofrer, preparando-os para a mudança e para a negociação com o empreendimento. Mas o grupo não tem autonomia para isso e acaba por não cumprir o seu papel.	**Ninguém os ouviu. Por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015**
Em Pimental, a ação do Diálogo Tapajós tomou um contorno inusitado: o grupo que representa a usina virou "mediador" para aplacar conflitos criado pela própria usina entre membros da comunidade. Sem informações sobre os seus direitos, os moradores da vila se desentenderam sobre qual deveria ser a postura em relação ao empreendimento. O Diálogo Tapajós organizou um conselho para que os ribeirinhos se reunissem com a mediação da empresa.	
O discurso da empresa hoje é de que o grande problema de Pimental é a cisão dentro da vila, como se os moradores fossem responsáveis caso as condicionantes não forem cumpridas. Givanildo Rodrigues de Paula, coordenador de campo do Diálogo, cita o exemplo da usina de Belo Monte como uma referência. A hidrelétrica está prestes a iniciar a produção de energia, mas está longe de completar o conjunto de ações sociais condicionadas à licença, como a remoção dos moradores. "É comum, nas nossas reuniões, aparecer a fala de que eles [ribeirinhos do Tapajós] foram a Belo Monte e viram que as casas não estão sendo feitas do jeito que prometeram. Ao invés de alvenaria, estão fazendo pré-moldado, que é quente", diz Givanildo. "A gente coloca que o Diálogo não tem condição de garantir que aqui não vai ser dessa forma, mas que é um exemplo muito ruim e que a organização da sociedade civil tem que dar conta de evitar que isso aconteça aqui".	

ELETROBRÁS

Por meio de nota emitida por sua assessoria de imprensa, a Eletrobras – empreendedora das usinas de São Luiz do Tapajós e de Jatobá – sustenta que a avaliação ambiental integrada "não é exigência legal para emissão das licenças ambientais". A nota afirma também que a metodologia da AAI foi construída após a conclusão dos estudos do inventário do potencial hidrelétrico de toda a bacia do Tapajós.	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Em outras palavras, a estatal argumenta que não havia obrigatoriedade de proceder a essa avaliação integrada na época em que fez o inventário das usinas. Por fim, a nota informa que a empresa está contratando uma equipe para fazer a AAI, que fará parte "do conjunto de estudos para a viabilidade de São Luiz do Tapajós e Jatobá, o que demonstra o comprometimento dos mesmos com as melhores práticas ambientais".	
A Eletrobras, porém, precisava entrar de qualquer maneira na vila para fazer os estudos de viabilidade da usina. A fim de tentar uma reaproximação, a estatal contratou, então, um grupo batizado de "Diálogo Tapajós" para cadastrar e prestar esclarecimentos aos moradores dos povoados ribeirinhos que serão diretamente impactados não só pela usina de São Luiz do Tapajós, mas também pela hidrelétrica de Jatobá – a segunda do complexo previsto pelo governo, com previsão para entrar em operação em abril de 2019.	**A discórdia do desenvolvimento. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**
Em entrevistas e pronunciamentos oficiais, os representantes da Eletrobras têm aventado a possibilidade de construir a usina de São Luiz do Tapajós em um sistema de "plataforma", como as utilizadas pela Petrobras na extração de petróleo em alto-mar. Essa seria uma alternativa para minorar o inchamento da cidade, devido à chegada de um grande contingente de trabalhadores. "Trata-se de um conceito ainda em construção", explica nota emitida pela assessoria de imprensa da Eletrobras em resposta a questionamentos feitos pela Pública.	
"As usinas-plataforma serão um vetor de conservação ambiental, pois se pretende que as intervenções em ambientes florestais sejam as menores possíveis e, quando for necessária a intervenção, a premissa é que esses ambientes sejam recompostos (reflorestamento). Também não haverá a construção de vilas de operários no entorno da usina como foi feito nos empreendimentos hidrelétricos do resto do país", prossegue a nota.	

ELETRONORTE

Como nem poderia deixar de ser, a construção desse conjunto de hidrelétricas não vai acarretar problemas apenas ao meio ambiente. Segundo a Eletronorte, subsidiária da estatal Eletrobras responsável pelo inventário das informações acerca das usinas do Tapajós, pelo menos 2,3 mil pessoas de 32 comunidades ribeirinhas serão diretamente afetadas se os sete empreendimentos forem levados a cabo. Outras 16 aldeias indígenas da etnia munduruku também terão parte de seus territórios inundada pelos reservatórios que serão formados pelas barragens.	**Arquitetura da destruição. Por Carlos Juliano Barros | 07 de dezembro de 2012**

4.7 O jornalismo de resistência e a construção da narrativa

A Pública já se define como agência de jornalismo investigativo e esta modalidade "busca a informação primária" (PENA, 2006, p. 201) e tem como objetivo "promover questionamentos e debates sobre as consequências das matérias produzidas e, assim, contribuir para o aperfeiçoamento da democracia" (PENA, 2006, p. 201). Por esta razão "é uma das formas mais eficazes que a imprensa tem para se aproximar da cidadania" (PENA, 2006, p. 204). Todavia o autor também explica que a agência se identifica com a ideia de "jornalismo de resistência" (PENA, 2006, p. 167) que aplica na prática preceitos relacionados à função social da profissão, resistindo à sua concepção mercadológica. Consiste na aplicação de princípios como o autoquestionamento da interpretação dos fatos, conceitos preconcebidos, estereótipos e limitações (PENA, 2006).

Pena (2006, p. 169) condensa "uma lista de procedimentos que os jornalistas devem saber e o público, exigir":

> A primeira obrigação do jornalista é com a verdade; sua primeira lealdade é com os cidadãos; sua essência é a disciplina da checagem; seus praticantes devem manter independência de quem estão cobrindo; deve funcionar como um monitor independente do poder; deve apresentar um fórum para crítica pública e o compromisso; deve lutar para transformar o fato significante em interessante e relevante; deve manter as noticias compreensíveis e equilibradas; seus praticantes devem ter liberdade para exercer a consciência pessoal.

Castro (2010, p. 14) explica que ao enunciar a Amazônia, "a grande mídia nacional e global cola temas como biodiversidade, meio ambiente, desenvolvimento sustentável" com o objetivo de reproduzir o que Dutra (2005) define como "uma visão estereotipada e repleta de clichês salvacionistas e baseada na invisibilidade de índios, caboclos, negros e povos da floresta em geral." (CASTRO et al., 2010, p. 14) em que desfoca a face humana e exalta o

vazio demográfico da floresta, considerada intocada e repleta de recursos (DUTRA, 2005). Castro (2010) afirma que essa visão impregnada no imaginário coletivo gera "uma idealização que não colabora com o debate e o enfrentamento dos mal-estares que emperram o desenvolvimento da região (CASTRO, 2010, p. 14). A comunicação hegemônica atua como instrumento de imposição e legitimação da dominação, como explica Bourdieu (1989, p. 11):

> É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os "sistemas simbólicos" cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a "domesticação dos dominados"

Quando rompe com esse olhar de estranhamento provocado pela massificação de uma imagem equivocada sobre a região, a Pública atua com uma função de empoderamento dos agentes histórico e socialmente fragilizados, nestas reportagens em específico, no confronto com as elites nacionais dominantes no campo do desenvolvimento hidrelétrico, que concebem a Amazônia brasileira "como uma fronteira de recursos, na qual o capital poderia refazer seu ciclo de acumulação com base nos novos estoques disponíveis" (CASTRO, 2010, p. 14).

A despeito do silêncio imposto pela mídia tradicional nos discursos hegemônicos, o lugar de fala dos agentes em conflitos é demonstrado na Pública como o mosaico humano da região e apresentado de forma detalhada, individualizando a diversidade de povos e, mesmo dentro dos mesmos grupos, a pluralidade de vozes dentro da mesma categoria social, rompendo, em primeiro lugar, com a ideia de vazio populacional, e posteriormente, a partir da dimensão humana e de suas tramas particulares, influenciados diretamente pelos efeitos de um projeto que pode mudar de forma definitiva a relação desses povos com o ambiente em que residem, gerando consequências devastadoras. Circunstância que provoca uma reflexão acerca do

> caminho meramente objetivo da proposição de planos, planejamentos e políticas nacionais ou multilaterais com um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia, mesmo imprescindível, será insuficiente se não considerar a dimensão subjetiva, ao pensar os sujeitos em ação, com suas histórias, e elementos culturais próprios e interrelacionados (CASTRO, 2010, p. 15).

O pensamento levantado por Castro (2010, p. 15) "está ligado a uma perspectiva metodológica que entenda quais seriam os atores sociais que agem no território, qual a relação entre a dinâmica cultural deles e a questão ambiental" sem deixar de considerar "a crescente expansão das fronteiras econômicas que pressionam a floresta, em especial a desordenada e

acelerada urbanização" Castro (2010, p. 15). Por este ponto de vista, a contribuição das narrativas da Pública se mostra relevante na luta simbólica para refutar as imagens cristalizadas da população amazônica, apresentando-as como matrizes de resistência em relação à dominação no jogo em que prevalece os interesses do grande capital.

Quando opta por essas escolhas narrativas, a própria Pública influencia na relação de forças entre os agentes do campo do desenvolvimento, que em nosso recorte é representado pelos projetos hidrelétricos do Tapajós, como também influencia em sua própria posição no campo jornalístico, onde identifica suas práticas num polo oposto àquele praticado pelos grandes conglomerados de comunicação. É importante ressaltar que a agência é considerada independente em função do modelo de financiamento diferenciado, sem necessidade de anunciantes e métricas de audiência, e alternativa ou contra-hegemônica, por situar seus discursos no enfrentamento do *status quo*.

5 A REGULAÇÃO DA MÍDIA: UMA DEMANDA PÚBLICA

Uma das primeiras metodologias elaboradas para tentar compreender porque as notícias são como são é a chamada Teoria do Espelho, que Pena (2006, p. 125) explica ter como base a "ideia de que o jornalismo reflete a realidade" e "as notícias são do jeito que as conhecemos porque a realidade assim as determina". Surgida na segunda metade do século XIX e atrelada às mudanças na imprensa americana Pena (2006, p. 126), a teoria situa o jornalista como "mediador desinteressado, cuja missão é observar a realidade e emitir o relato equilibrado e honesto sobre suas observações, com o cuidado de não apresentar opiniões pessoais" Pena (2006, p. 125). O dever jornalístico é informar, buscando a verdade acima de qualquer coisa e entregando-se à objetividade, "cujo princípio básico é a separação entre fatos e opiniões" Pena (2006, p. 125).

De acordo com Pena (2006, p. 126), a comunidade jornalística defende a teoria do espelho até hoje "com base na crença de que as notícias refletem a realidade", pois ela dá "legitimidade e credibilidade aos jornalistas, tratando-os como imparciais, limitados por procedimentos profissionais e dotados de um saber de narração baseado em método cientifico que garante o relato objetivo dos fatos", todavia esta teoria encontra bastante fragilidade em um primeiro aspecto porque "a linguagem neutra é impossível", haja vista que "não há como transmitir o significado direto (sem mediação) dos acontecimentos" Pena (2006, p. 128), além disso

> as notícias ajudam a construir a própria realidade, o que inviabiliza a existência de um simples reflexo do real. Na verdade, os próprios jornalistas estruturam representações do que supõem ser a realidade no interior de suas rotinas produtivas e dos limites dos próprios veículos de comunicação .

Partindo deste pressuposto, é preciso ter em mente que atualmente as empresas de comunicação atualmente são "megaconglomerados de mídia, em que o jornalismo é apenas uma de suas atividades" (PENA, 2006, p. 96). Vejamos como exemplo a TV, que é o veículo de comunicação com maior alcance nacional. Surgida logo após a Segunda Guerra Mundial, seu modo de formação seguiu duas linhas distintas: a britânica e a americana. "A primeira sob o controle político e editorial do Estado, enquanto a segunda cresceu às custas dos investimentos privados e partiu de uma lógica liberal" (PENA, 2006, p. 97), sendo a TV britânica sustentada pelos impostos enquanto a americana pela publicidade. A principal diferença entre ambos os modelos era a preocupação com a audiência, desnecessária na Grã-Bretanha, em razão do financiamento público, e obrigatória nos EUA, por questões de

mensuração de preço e espaço publicitário, diretamente relacionados com a arrecadação da emissora.

O Felipe Pena também explica que ambos os paradigmas podem sofrer algum tipo de censura, posto que, "embora, à primeira vista, o britânico pareça mais democrático e qualitativo [...] e o controle editorial esteja nas mãos de instâncias representativas, a censura governamental pode ser facilitada" (PENA, 2006, p. 98), enquanto que "o modelo americano pode acabar censurado pelas grandes corporações, que são seus anunciantes, já que prega a desregulamentação" (PENA, 2006, p. 98). Indo mais adiante no raciocínio, fica evidente que os noticiários de a emissora que recebe verbas publicitárias de uma empresa tende a não apresentar em seus noticiários pautas negativas acerca do produto anunciado em seus intervalos comerciais, por exemplo, ficando evidente a demanda das corporações pela manutenção de seus interesses em relação à mídia neste modelo que acabou sendo adotado pela maior parte dos países do ocidente, na quase totalidade das mídias (PENA, 2006, p. 98).

Aprofundando a reflexão iniciada no primeiro capítulo deste trabalho, "a própria mídia tornou-se uma grande corporação, ou melhor, grandes corporações com tentáculos em todo o mundo" (PENA, 2006, p. 98). Felipe Pena explica que com a hegemonia do pensamento neoliberal, a desregulamentação das mídias e a junção de capital com informação, passa-se por cima dos regionalismos e culturas locais (PENA, 2006, p. 98-99). A globalização estabeleceu o conceito de "glocal" em que "apesar das matrizes fixarem os conteúdos e as linguagens, há alianças estratégicas com as empresas locais, valendo-se de suas malhas de distribuição e de seu conhecimento regional para escolar a produção global" (PENA, 2006, p. 99) e cita como exemplo a CNN em espanhol e a Paris Match em russo. Todavia esta condição é muito criticada por se tratar apenas de um regionalismo aparente, que não chega a ser nem simbiótico e sim uma espécie de colonialismo cultural, modelando gostos e padrões de comportamentos. "Em outras palavras, mesmo que o McDonald's do Rio de Janeiro sirva um sanduíche de picanha, a cultura ainda é a do *fast food*" (PENA, 2006, p. 100).

Neste sentido Silva (2000, p. 100) cunhou o termo "miséria do jornalismo brasileiro", que deu título a um de seus livros, o qual explica que esta "deriva do fato que os veículos ditos nacionais são, na verdade, regionais e voltados em grande parte ao interesse dos estados ou cidades aos quais pertencem". As principais notícias dos veículos de circulação nacional são concentradas no Rio e em São Paulo, ampliando as diferenças regionais entre os centros mais e menos desenvolvidos economicamente, desta maneira

> o local tornou-se nacional por prestígio e imposição, mas somente o local-central. Rio de Janeiro e São Paulo não precisam conspirar contra a periferia nem praticar algum tipo de neoimperialismo cultural. Basta-lhes cumprir a lógica das próprias

> ilusões: o que publicam é o mais importante para todos porque eles o publicam. Em plena globalização, catapultada pela comunicação em rede, o eixo Rio-São Paulo continua a fazer a lei no Brasil da informação, da cultura e da economia. (SILVA, 2000, p. 101).

Pena (2006, p. 98) pondera que mesmo o famoso liberalismo americano exige regulamentação para as emissoras de TV aberta, sendo estabelecido um limite de audiência global fixado em 30 pontos, no qual o líder tende a oscilar na casa dos 10 pontos percentuais. "A medida foi tomada ainda no governo Kennedy, na década de 1960, pois o presidente percebeu que se houvesse uma emissora com o monopólio da audiência, seu governo estaria nas mãos dela, como acontece no Brasil e na Itália." Pena (2006, p. 98).

5.1 O "coronelismo eletrônico"

Na introdução ao debate Estado e Comunicação em livro homônimo, César Bolaños (2008) admite que uma das acepções da Comunicação é sua utilização como instrumento de poder. Deste ponto de vista ela se apresenta no paradigma capitalista sob dupla forma: "propaganda, ligada aos interesses de legitimação do capital em geral, ou do Estado, e publicidade, vinculada às necessidades de acumulação do capital dos capitais individuais em concorrência" César Bolaños (2008, p. 17). Neste debate o autor relembra que a partir da chegada da televisão, na década de 1950, "os mercados culturais e de comunicação se organizaram sob a forma de oligopólio concentrado" César Bolaños (2008p. 18) que dotou as empresas líderes de audiência de "um extraordinário poder e liberdade de ação, a ponto de ameaçar efetivamente, não o poder do Estado, mas a estabilidade dos governos." César Bolaños, (2008p. 18). Isso ocorre porque a "hegemonia cultural, controle da informação e poder de censura passam da mão do Estado para um grupo extremamente reduzido de empresas, responsáveis agora pela organização do debate público" César Bolaños (2008, p. 19), algo considerado prejudicial para a democracia dependendo "do grau em que o próprio Estado nacional se submete aos interesses particulares da oligarquia que controla os grandes meios de comunicação" César Bolaños (2008, p. 19). No Brasil este cenário reflete o que Lima (2012, p. 224) denomina como "coronelismo eletrônico".

Embora a Constituição Federal de 1988 (CF/88) preconize "a busca do equilíbrio entre os sistemas como forma de democratizar as comunicações", Lima (2012, p. 25) explica que no Brasil o sistema de radiodifusão é predominantemente privado por opções feitas na distante década de 1930 e segue com poucas mudanças em função de um obsoleto Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). Foi instituído pela lei 4.117, de 27 de agosto de 1962,

marcando também a fundação da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), que representa os interesses dos empresários de radiodifusão, cuja maioria "apoiou o golpe de Estado que, apenas um ano e meio depois da aprovação do CBT, destituiu do poder o presidente João Goulart" (LIMA, 2012, p. 25).

O presidente deposto havia feito 52 vetos à lei e todos foram derrubados no Congresso Nacional, no que (LIMA, 2012, p. 25) considera "uma inédita demonstração de força da radiodifusão privada no país" . A revogação dos vetos determinaram prazos de 15 anos para as concessões de televisão e 10 anos de rádio e o deferimento tácito das suas prorrogações caso o órgão competente não se pronunciasse em 120 dias. As omissões mais graves dizem respeito "aos limites da propriedade e à propriedade cruzada dos meios". Tais omissões contribuíram decisivamente para a "concentração da propriedade de mídia" no país (LIMA, 2006, p. 25).

A única limitação à propriedade dos meios de comunicação foi introduzida em modificação feita pelo artigo 12 do Decreto 236/1967 e virou letra morta, em contrapartida não há qualquer restrição à propriedade cruzada dos meios, ou seja, "à possibilidade do mesmo grupo empresarial controlar, num mesmo mercado, emissoras de rádio (AM e/ou FM) e televisão (aberta ou paga)" (LIMA, 2006, p. 26). Também não existe nenhuma restrição clara àqueles em gozo de imunidade parlamentar para ser concessionários, apenas que "o parlamentar não pode exercer a função de diretor ou gerente de empresa concessionária". A CF/88 também proíbe deputados e senadores de manter contratos ou exercer cargo, função ou emprego remunerado em empresas concessionárias de serviço público, mas é evidente o "vínculo de oligarquias políticas regionais e locais com a radiodifusão no Brasil" (LIMA, 2006, p. 26) já mostradas no primeiro capítulo desta pesquisa.

Lima (2012, p. 26) afirma que tudo isso resultou na "formação e consolidação histórica de um sistema de mídia que tem, desde as suas origens, a propriedade cruzada e o vínculo político como uma das suas principais características" e cita os dois maiores conglomerados de comunicações já formados no Brasil: "os Diários Associados, dominantes durante boa parte do século passado, e as Organizações Globo, hegemônicos dos anos 70 até os nossos dias". O crescimento e a consolidação destes grupos ocorreram "através da propriedade cruzada e de afiliações regionais com oligarquias políticas, em diferentes estados da federação". Com mais de 50 anos de existência da CBT, o autor defende a "necessidade inadiável de um marco regulatório para as comunicações no Brasil que substitua esse superado diploma legal" e defende que esta regulação "deve assegurar a pluralidade, a

diversidade e o localismo nas comunicações e ter como horizonte o interesse público" (LIMA, 2012, p. 27).

5.2 Regulação x Censura

Conforme entendimento de Lima (2012, p. 322) "um marco regulatório se refere à regulação do mercado de mídia e à garantia de direitos humanos fundamentais", além disso ela contribui para "impedir a propriedade cruzada e a concentração do controle nas mãos de umas poucas famílias e oligarquias políticas; garantir competição, pluralidade e diversidade". Um novo dispositivo legal pode coibir a perpetuação do "coronelismo eletrônico", além de "garantir o direito de resposta, inclusive o direito difuso, e o direito de antena".

De acordo com Maringoni (2013, p. 29) os defensores das mudanças argumentam que "o setor é monopolizado e um novo pacto legal teria por base a defesa do pluralismo de opiniões", no entanto "as empresas de mídia alegam estar diante de ameaças de censura e cerceamento à livre circulação do pensamento" e esta suposta ameaça estaria na "regulação dos meios de comunicação".

Maringoni (2013, p. 39) cita governos progressistas da América do Sul, como Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela, países que propuseram reformas em suas leis de comunicação, como epicentros do que a mídia considera uma "pretensa ameaça autoritária", no entanto, Lima (2012, p. 322) questiona por que a mesma mídia não considera que a "liberdade de imprensa viva sob permanente ameaça" em democracias como os EUA, a Inglaterra, a França, a Alemanha, Portugal e Espanha, países onde há décadas existe marco regulatório para o campo das comunicações, ou seja, regulação da mídia Lima (2012, p. 323).

Para Bolaños (2008, p. 19) "é ilusão pensar que os avanços da tecnologia, ao ampliar inclusive o número de canais e de possibilidades de comunicação horizontal" podem sobrepujar, por si só, os supramencionados desafios da liberdade de expressão, pois acredita que "apenas a organização dos atores sociais não hegemônicos, conscientes da necessidade de uma comunicação liberada, poderá romper este círculo vicioso de poder e manipulação" (BOLAÑOS, 2008, p. 19).

Em outras palavras, Bolaños (2008) acredita que as aludidas "inovações tecnológicas no campo da informação e da comunicação poderão servir ao propósito da democratização da comunicação" Bolaños (2008, p. 20), como é o caso da Pública e de várias outras agências independentes de jornalismo investigativo e demais veículos pluralistas de informação que se proliferam na internet, ainda assim "a luta passa pelo Estado, enquanto lócus de disputa pela

hegemonia e garantidor dos compromissos institucionalizados a que se chega a cada momento histórico particular" Bolaños (2008, p. 20), pois considera que "a transição democrática no Brasil não se completará enquanto não houver uma verdadeira transformação do sistema de comunicações herdado do regime militar" Bolaños (2008, p. 21). Diferentemente do que aconteceu em países como a Espanha, "o sistema brasileiro é dominado pelos mesmos atores hegemônicos durante o período autoritário" (BOLAÑOS, 2008, p. 20-21).

Considerando que "todas as tentativas de controle democrático via regulamentação, no país, desde a Constituinte de 1986, se mostraram inócuas frente ao poder dessas empresas", esperava-se que "a ascensão ao poder de um governo de origem nos movimentos populares" colocasse em pauta "o problema do controle da informação e da esfera pública por um restrito grupo de empresas oligopólicas", porém, os intentos dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (desde 2011) neste caminho redundaram, de acordo com o autor, em fracasso inapelável (BOLAÑOS, 2008, p. 21).

Este patronato da comunicação social brasileira tem atuação dúbia em relação ao Estado, conforme explica Ramos (2008, p. 27), quando utiliza a censura à liberdade de imprensa como escudo "cada vez que alguma iniciativa toma corpo na sociedade em favor da afirmação pelo Estado de direitos dos cidadãos no campo da comunicação social", porém não se intimida "para exercer todo o poder de pressão que dispõe para assegurar privilégios", especialmente no que concerne a obter do mesmo Estado "tratamento diferenciado para suas demandas econômicas, financeiras, tributárias, regulamentares e regulatórias" (RAMOS, 2008, p. 27).

Exemplo desta relação bipolar é ilustrado pela jornalista Eliane Brum em artigo intitulado "O que Belo Monte delata sobre todos os lados"[18] publicado em 11 de abril de 2016 na sua coluna na versão brasileira do portal El País, quando afirma já no subtítulo que "quando a narrativa da propina se impõe sobre a da violação de direitos humanos, as contradições em jogo neste momento histórico são denunciadas".

O artigo conta que a "hidrelétrica só se torna objeto de denúncia quando a ela é relacionado um esquema de propinas que ainda precisa ser comprovado" e a dubiedade da relação da imprensa com o governo se relaciona ao fato de que esta sempre considerou Belo Monte "como se fosse a parte boa do governo Dilma" ou uma "magistral obra de engenharia" e só agora "passam a denunciar a usina na expectativa de que, desta vez, a presidente seja alcançada" enquanto que violações de direitos humanos e destruição ambiental produzidas

[18] Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/11/opinion/1460390361_909016.html>. Acesso em: 16 abr. 2016.

pela hidrelétricas, fartamente documentadas, foram silenciadas durante todo o processo de construção, bem como também houve silêncio "quando a licença de operação foi dada à hidrelétrica sem que a empresa tivesse cumprido a totalidade das condicionantes que, como o nome diz, eram as condições para que pudesse funcionar" (BRUM, 2016, não paginado).

O caso da de Belo Monte é um exemplo das relações que envolvem o poder econômico (representado pelas empreiteiras), o poder político (desempenhado pelo Estado) e o poder comunicacional (dos representantes da mídia hegemônica) em um primeiro momento, quando estão em conluio; e num segundo momento, quando estão em conflito por seus próprios interesses, como a autora complementa:

> A maior denúncia é justamente o fato de que Belo Monte só vira denúncia quando aparece um esquema de propinas que, se comprovado, pode atingir a última campanha presidencial. É aí que se revela o que tem valor. E o quanto a indignação é seletiva e depende dos fins. Se compactuarmos que este é o valor no que se refere à Belo Monte, em nome do qual tantos tiveram suas vidas aniquiladas para que as engrenagens seguissem se movendo, não seremos diferentes daqueles que acusamos. Se não houver mudança no que tem valor, não haverá mudança nenhuma (BRUM, 2016, não paginado).

A conta do insucesso e da falta de regulação da mídia brasileira vem sendo cobrada nas campanhas de intimidação midiáticas promovida pelos principais meios de comunicação, aliada ao capital, em relação ao governo federal, partidos e vertentes políticas que representam, culminando com a campanha pelo "impeachment", em abril de 2016, não sendo possível prever até onde vai essa cruzada. Borges (2013) critica a ausência de convicção política do Governo Federal sobre o caráter estratégico da mídia, acabando por se acovardar diante do tema, por consequência "aumenta a responsabilidade dos movimentos sociais e dos ativistas digitais na luta pela conquista da verdadeira liberdade de expressão no Brasil" Borges (2013, p. 38).

5.3 A necessidade de um marco regulatório

O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social[19] lançou em outubro de 2015 uma e-book de 64 páginas chamado "Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil - como combater as ilegalidades no rádio e na TV". A publicação explica que "apesar da centralidade que os meios de comunicação adquiriram na vida contemporânea, eles ainda são tratados majoritariamente como espaços pertencentes a poucos grupos" e complementa

[19] Disponível em: <http://intervozes.org.br/>. Acesso em: 17 abr. 2016.

afirmando que “a exclusão das maiorias sociais da mídia e o controle da informação serviram historicamente para garantir privilégios e manter a desigualdade no acesso ao poder”.

É muito conveniente para os chamados “donos da mídia” que a sociedade fique alheia aos meios de comunicação enquanto bens de interesse público e seu direito a acessar uma diversidade de informações e opiniões, bem como “não possua espaços para fazer denúncias e cobrar reparação diante de notícias falsas, distorções, preconceitos ou do silêncio imposto aos movimentos sociais”, limitando assim os debates, a participação social e potenciais conquistas, pois “uma sociedade que não conhece seus direitos não pode reinvindicá-los” (INTERVOZES, 2015, p. 7). A cartilha do Intervozes tem o objetivo de

> compartilhar dados sobre o direito à comunicação no Brasil, apontar as violações mais frequentes praticadas pelos concessionários do serviço na área da radiodifusão, bem como apresentar formas de coibir tais práticas, inclusive os instrumentos normativos que podem ser usados para isso (INTERVOZES, 2015, p. 9).

Ela também faz uma importante diferenciação entre “regulação” e “regulamentação”: enquanto que o primeiro consiste em “procedimentos ou regras definidas em leis e outros instrumentos normativos feitos pelo Estado para orientar a atividade econômica pública e privada e proteger o interesse público”, o segundo diz respeito a atos complementares, exclusivos da Presidência da República, “que objetivam detalhar e tornar as leis gerais operativas”. Cabe ao chefe do executivo nacional “a atribuição de sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para a execução delas”.

Como já dito neste capítulo, a despeito da maioria dos países democráticos já terem marcos regulatórios, é conveniente para os veículos de comunicação brasileiros confundir intencionalmente regulação com censura, para impedir qualquer discussão, pois “as regras do setor são lembradas pela mídia quando podem ser utilizadas em benefício próprio”, todavia, “na maioria dos casos em que poderiam proteger o interesse público, são completamente ignoradas”. Por esta razão, “movimentos sociais e organizações da sociedade civil defendem a reorganização do sistema de comunicação com a aprovação de um novo marco regulatório para o setor”. As propostas foram elaboradas a partir de iniciativa popular com debates e manifestações com assinaturas de apoio colhidas no Brasil inteiro (INTERVOZES, 2015, p. 8). Dentre as propostas que constam no “Projeto de Lei de Mídia Democrática” estão:

> Reservar 33% dos canais ao sistema público, garantindo espaço para os veículos comunitários; Criar o Fundo Nacional de Comunicação Pública para apoiar o Sistema Público; Proibir que igrejas e políticos eleitos (ou parentes próximos) tenham canais de rádio e TV; Limitar a propriedade cruzada; Garantir espaço para produção regional cultural, artística e jornalística na grade das emissoras (30% entre

> 7h e 0h, sendo pelo menos 7 horas semanais em horário nobre); Destinar 1 hora por semestre para cada um de 15 grupos sociais relevantes (associações, sindicatos, movimentos sociais) (INTERVOZES, 2015, p. 9).

A Pública, como tantos outros exemplos de agências independentes, é um agente que no campo jornalístico procura dar sua contribuição oferecendo espaço às vozes que tradicionalmente não tem suas pautas contempladas com a devida importância na mídia hegemônica. Ao permitir o protagonismo das vozes de resistência, como verificado neste trabalho, as agências independentes tentam se posicionar em confronto com os "coronéis da mídia", todavia o alcance ainda é limitado à internet e aos que de alguma forma possuem acesso. O grande palco da comunicação de massa ainda está nas TVs e rádios, que são concessões públicas que precisam ser regulamentadas.

5.4A luta pelo direito à comunicação

Enquanto isso não acontece, a cartilha do Coletivo Intervozes (2015) sugere algumas atitudes que podem ser usadas como bandeiras de luta contra as violações ao direito à comunicação. A primeira delas é "ver a mídia criticamente", questionando este sistema midiático no Brasil e "buscar conhecimento dos fatos a partir de fontes diversas, analisar as reportagens, checar as informações e construir seu próprio entendimento sobre o que é noticiado são ações fundamentais para a vivência do direito à comunicação" (INTERVOZES, 2015, p. 57). Além disso, a cartilha sugere que se produza comunicação, sempre atentando para "não reproduzir a pauta e a estética dos veículos da grande mídia" (INTERVOZES, 2015, p. 57). Também é uma forma de contribuir para ampliação da diversidade e da pluralidade dos meios, fazer "uma reflexão sobre o que ocorre ao seu redor e mereceria ser conhecido" (INTERVOZES, 2015, p. 57).

O Intervozes (2015) também sugere a denúncia de violações do direito à comunicação junto aos órgãos reguladores, à justiça para pedir direito de resposta quando se tratar de conteúdos impróprios (racistas, homofóbicos, agressivos, preconceituosos e outros) e aos conselhos de direitos, como o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), que mantém a "Comissão sobre Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão, que tem a atribuição de atuar na promoção desses direitos, bem como receber e processar denúncias" (INTERVOZES, 2015, p. 59) e complementa que

> Em alguns estados e cidades, existem conselhos de direitos humanos, cultura e de grupos específicos, como a população LGBT, que podem abordar o tema da

> comunicação, embora muitos não tenham caráter deliberativo. Na Bahia, está ativo o Conselho de Comunicação Social, que tem entre suas atribuições "atuar na defesa dos direitos difusos e coletivos da sociedade baiana no que tange à comunicação social" e "receber e reencaminhar denúncias sobre abusos e violações de direitos humanos nos veículos de comunicação no Estado da Bahia" (INTERVOZES, 2015, p. 60).

Esta é uma luta que deve ser reforçada com atuação coletiva e "existem diversos coletivos, grupos de estudantes, ativistas, organizações e movimentos sociais que lutam pela democratização e pelo direito à comunicação" (INTERVOZES, 2015, p. 61). Compreender que sem mídia democrática não há democracia é fundamental. Lima (2012) concluir que "regular a mídia é ampliar a liberdade de expressão, a liberdade da imprensa, a pluralidade e a diversidade" Lima (2012, p. 326), o que assegura a garantia de mais democracia, compreendendo que o direito à comunicação é um direito fundamental de cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lembro nitidamente de quando Mariana Almeida, minha noiva, me ligou e disse que tinha uma sugestão de tema para o mestrado: porque não estudar a Pública, agência de reportagem e jornalismo investigativo? Aquela semente de ideia não demorou muito para prosperar e como a experiência do grãozinho de feijão no algodão molhado gerou seu primeiro broto ainda no anteprojeto, que analisaria todas as matérias que abordavam a Amazônia no site, preparado para submeter ao PPGCOM, da UFPA, e ao POSCOM, da UFBA.

Também lembro o dia exato em que fui falar com a professora Rosane Steinbrenner na sala da coordenação da FACOM/UFPA e encontrei Jader Gama e Larissa Carreira, foi exatamente no dia em que soube que haveria um conflito de datas nas duas seleções em que eu tentaria, obrigando-me a escolher apenas uma. Eles me falaram do NAEA, das qualidades do Programa de Pós-Graduação interdisciplinar e identificaram que meu broto de feijão, ainda no algodão, tinha muito potencial para ser plantado aqui. Minha dupla formação acadêmica (Direito e Comunicação Social/Jornalismo) me fez desistir dos outros processos seletivos, pois eu estava determinado a vir pra cá, onde fui muito bem acolhido pela professora orientadora Edna Castro.

Não foi fácil definir que aspecto da Pública seria analisado. Num primeiro momento pensei em abordar os aspectos relacionados ao web jornalismo, minha área de especialidade na área da comunicação. Depois busquei o enfoque da contra-hegemonia como ponto de partida, todavia este caminho não de mostrou correto dada a natureza de agência que não necessariamente confronta a mídia hegemônica, sendo muitas vezes até apropriada por ela quando publicam suas matérias. O corpus também sofreu muitas alterações, desde a intenção inicial de exaurir o tema Amazônia, num universo gigantesco de reportagens, até a definição que perdurou até a qualificação, de estudar toda a série Amazônia Pública.

A identificação com a dissertação de Larissa Cunha (2015) e a aproximação com as pesquisas da professora Edna Castro ajudou a delinear o corpus da pesquisa para as reportagens que envolviam projetos hidrelétricos na região da bacia do Tapajós. Foi uma escolha complexa, porque o momento exigia maior atenção ao que ocorria no Xingu, com a construção de Belo Monte, todavia preferi escolher um processo que está em fase inicial em detrimento deste cujos efeitos irremediáveis já foram consumados. Além disso há material farto sobre as hidrelétricas do Tapajós na Pública, primeiro na série Amazônia Pública, de 2012, e, posteriormente, em matérias publicadas no site nos anos de 2014 e 2015.

A leitura destas seis reportagens já evidenciam numerosas diferenças em relação a abordagem da mídia tradicional sobre esses temas, mas era necessário um estudo científico para identificar essas diferenças. A partir da perspectiva relacional dos campos sociais, conceituada por Pierre Bourdieu (1989) e utilizando da análise da narrativa apresentada por Luiz Gonzaga Motta (2013), a pesquisa analisou os agentes e os conflitos relacionados aos projetos hidrelétricos na bacia do Tapajós, sempre partindo do pressuposto que a própria Pública se define como Agência de Jornalismo independente e que atua como uma alternativa à mídia hegemônica.

Para situar a Pública no contexto midiático nacional, foi preciso fazer, no Capítulo I, um panorama generalizado para compreender acerca dos grupos de comunicação nacionais e internacionais e entender o papel das mídias alternativas e das novas tendências do jornalismo. Dentro deste cenário é apresentado conceito de Campo Social de Bourdieu (1989), Campo dos Médias, de Adriano Rodrigues (1990) e João Pissarra Esteves (2007) e de Campo Jornalístico, também de Bourdieu (1997). Neste capítulo é possível perceber que o ecossistema midiático brasileiro é formado por oligopólios midiáticos dominados por políticos ou por elites regionais ou nacionais identificadas com grupos políticos. Também são apresentados os conceitos de narrativa, reportagem, personagens e fontes.

O capítulo II já contextualiza os conflitos abordados nas reportagens, a partir das questões socioambientais, identificadas como os impactos ambientais e as consequências para as populações indígenas, ribeirinhos, colonos e residentes urbanos, onde predominam questões envolvendo o deslocamento territorial, numa abordagem sob o ponto de vista do neocolonialismo e da ideia hegemônica de desenvolvimento baseado apenas no aspecto econômico, numa legitimidade construída pela mídia tradicional, tendo a Pública como um contraponto neste aspecto.

Os agentes das narrativas são analisados detalhadamente no capítulo III, onde são identificadas 89 fontes consultadas em seis reportagens, sendo estas menções ou citações classificadas como favoráveis ou contrárias aos projetos hidrelétricos no Tapajós de acordo com o grupo às quais pertencem: oficiais, referenciais, individuais, institucionais, especialistas e empresariais. Nesta análise é possível concluir que a Pública de fato oferece o protagonismo às "vozes da resistência" e procura construir uma contra-narrativa em relação ao discurso hegemônico. A heterogeneidade e pluralidade dos chamados povos da floresta também são evidenciados, a partir das histórias de vida e dos contextos sociais onde cada fonte jornalística (agentes) é apresentada. O jornalismo de resistência da Pública constrói as narrativas com a intenção de sensibilizar o leitor para os dilemas socioambientais, todavia

quebra-se o mito da imparcialidade, ao demonstrar, na escolha das fontes consultadas, um direcionamento bem claro das reportagens em favor dos dominados nas relações de poder.

Considerando todas as limitações da Pública e do jornalismo alternativo, o capítulo IV aborda o direito à comunicação como bandeira para democratização da mídia. Levanta a questão da regulamentação, que já existe em diversos países desenvolvidos da Europa e no próprio EUA, mas na América Latina é vista como ameaça aos privilégios daqueles que tem concessões de radiodifusão, num modelo oligopólico que também pode ser entendido como "coronelismo eletrônico". É feita importante distinção entre regulação da mídia e censura, ou controle de conteúdo, que os donos da mídia tendem a fazer, bem como explicitada a necessidade de um marco regulatório, finalizando com diretrizes que contribuem com a luta pelo direito à comunicação.

O estudo confirmou as hipóteses elencadas no início, no que tange à visão diferenciada e mais humanizada da Amazônia, ao buscar princípios éticos e não se atrelar aos interesses do poder econômico e governamental, ainda que para isso deixe de lado o mito da imparcialidade jornalística. Também se confirmou a abundância de fontes, bem como a escolha dos interlocutores definiu que o direcionamento das reportagens buscava confrontar os grandes projetos hidrelétricos do Tapajós. E por último se verificou que mesmo uma série aprofundada de entrevista, com pluralidade de vozes e um aspecto contestador, ainda não é possível romper com a hegemonia dos grandes conglomerados, pois o alcance da pública é bastante reduzido em relação às mídias de massa com seu poder de influência exponencial.

Após este tempo de maturação acadêmica, percebo que aquela sementinha plantada no algodão acabou se adaptando bem ao chão do NAEA e hoje deu lugar a um pé de feijão sem limites para crescer a partir de novas pesquisas que podem surgir decorrente desta. Creio que o debate sobre a democratização da mídia, a partir de sua regulação, um tema especialmente necessário, ainda mais considerando a produção de sentidos baseadas no neocolonialismo regional que acabam influenciando os hábitos da região, especialmente a partir das concessões de rádio e TV limitadas a grupos econômicos, políticos e religiosos. A própria Pública divulgou em 2016 uma grande reportagem destinada a esquadrinhar essa questão. Também é possível ampliar o estudo das narrativas sobre a região não apenas na Pública, mas em outros veículos de comunicação alternativos para compreender as diferentes apropriações e construções de sentidos. É possível confrontar as diferentes abordagens e buscar análises comparativas com veículos tradicionais.

Ainda há muito o que estudar no que tange às "vozes de resistência", em especial aos mediadores que dão espaço para quem precisa se manifestar. O modelo hegemônico e neocolonial não fornece espaço para vozes divergentes quando se trata de questões de seu interesse. É preciso fazer o jornalismo voltar a cumprir sua função social e não limitar a construção de sentidos às relações de poder que reforcem estereótipos de dominação, ainda que para isso seja necessário assumir que a imparcialidade é realmente um mito.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo. Disponível em: <http://apublica.org>. Acesso em: 7 de fev. 2015.

ANDERSON, C.W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay; FÉLIX, Ada (tradução). Jornalismo Pós-Industrial: adaptação aos novos tempos. PENTEADO, J. Roberto Whitaker. **Revista de Jornalismo da ESPM**, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 30-89, abr./maio/jun. 2013.

ARAGÓN, L. **Amazônia**: conhecer para desenvolver e conservar - cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013.

ARANHA, A; MOTA, J. **A batalha pela fronteira Munduruku**. Agência Pública (site), 11 de dez. 2014a. Disponível em: <http://apublica.org/2014/12/batalha-pela-fronteira-munduruku/>. Acesso em 13 de abr. 16.

_____. **Um aviso à Funai**. Agência Pública (site), 29 nov. 2014b. Disponível em: <http://apublica.org/2014/11/um-aviso-a-funai/>. Acesso em: 13 de abr. 16.

_____. **Ninguém os ouviu**. Agência Pública (site), 9 fev. 2015. Disponível em: <http://apublica.org/2015/02/ninguem-os-ouviu/>. Acesso em: 13 abr. 2016.

BARBOSA, S. Sistematizando conceitos e características sobre o jornalismo digital em base de dados. In: BARBOSA, Suzana (Org.). **Jornalismo digital de terceira geração**. Covilhã: Labcom: Universidade da Beira Interior, 2007.

BARROS, C. J. **A discórdia do desenvolvimento**. Agência Pública (site), 7 dez. 2012a. Disponível em: <http://www.apublica.org/amazoniapublica/tapajos/a-discordia-do-desenvolvimento/>. Acesso em 13 de abr. 16.

_____. **Arquitetura da destruição**. Agência Pública (site), 7 de dez. 2012b. Disponível em: <http://www.apublica.org/amazoniapublica/tapajos/arquitetura-da-destruicao/>. Acesso em 13 de abr. 16.

BERMANN, C. Privatização da produção de energia na Amazônia: cenários prováveis, conflitos possíveis, tramas irreversíveis. MAGALHÃES, S. B.; BRITTO, R. C.; CASTRO, E. R. (Org.). **Energia na Amazônia**, v. 1, p. 15-25. Belém: MPEG; UFPA; UNAMA, 1996.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Questões de sociologia.** Lisboa: Les editions de minuit, 1984.

_____. **Sobre a Televisão.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

BOLAÑOS, C. Uma introdução ao debate da Estado e Comunicação. In: RAMOS, M. C.; DEL BIANCO, N. R. (Org.). **Estado e comunicação**. Brasília, DF: Casa das Musas, 2008. p. 17-21.

BORGES, A. A mídia e a disputa pela hegemonia. **Margem esquerda**: ensaios marxistas, São Paulo: Boitempo Editorial, n. 20, p. 35-38, mar. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRUM, E. **O que Belo Monte delata sobre todos os lados**. El País Brasil, 11 abr. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/11/opinion/1460390361_909016.html>. Acesso em: 16 abr. 2016.

CASTRO, E. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, A. C.; LACERDA, N.; PONTUAL, V. **Desenvolvimento, planejamento e governança**: o debate contemporâneo. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015. p. 225-246.

CASTRO, E. M. R. et al. Ações do Estado e estratégias empresariais: o setor mineral e a construção de novas usinas hidrelétricas na Amazônia. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS; ENCUENTRO LATINOAMERICANO CIENCIAS SOCIALES Y REPRESAS, 3., 2010, Belém. **Anais...** Belém: NAEA; UFPA, 2010.

_____. Hidrelétricas na Amazônia e grandes dilemas postos à sociedade no século XXI. **Paper,** n. 343, Belém: NAEA; UFPA, 2014.

CHAPARRO, M. C. **Jornalismo**: linguagem dos conflitos. 1. ed. São Paulo: Ed. do Autor, 2014.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2006.

COSTA, V. M. T. **"A Sombra da Floresta" Os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo**. 2011. 295 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2011.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009

CUNHA, L. C. **As relações de poder na política energética brasileira**: análise do processo comunicacional do planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós. 2015. 173f. Dissertação (Mestrado)– Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

DOWNING, J. **Mídia radical**. São Paulo: SENAC, SP, 2002.

DUTRA, M. S. **A natureza da TV**: uma leitura dos discurso da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta. Belém: NAEA, 2005.

ESTERCI, N. Amazônia: povos tradicionais e luta por direitos. In: BOTELHO, A.; SCHARCZ, L. M. **Agenda brasileira**: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ESTEVES, J. P. **A ética da comunicação e os *media* modernos**: legitimidade e poder nas sociedades complexas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2007.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: INPA, 2015a. v. 1.

_____. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre Grandes Obras. Manaus: INPA, 2015b. v. 2.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**; contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERREIRA, L. C. Personagens de uma trajetória narrativa de Veja. In: CUNHA, M. J.; MOTA, C. L.; MOTTA, L. G. (Org.). **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012.

FONSECA JUNIOR, W. C. Análise de conteúdo. In: Duarte, J.; Barros, A (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FONSECA, B.; MOTA, J. **Lá vem o progresso**. Agência Pública (site), 9 fev. 2015. Disponível em: <http://apublica.org/2015/02/la-vem-o-progresso/>. Acesso em: 13 abr. 16.

GIACOMINI FILHO, G.; GOULART, E. Amazônia: comunicação no contexto da websfera. In: MALCHER, M. A.; SEIXAS, N. S. dos A.; LIMA, R. L. A. de: AMARAL FILHO, O. **Comunicação midiatizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C. e BENETTI, M. (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil**: como combater as ilegalidades no rádio e na TV. São Paulo, 2015.

JORGE, T. M. **Mutação no jornalismo**: como a notícia chega à internet. Brasília, BR: Unb, 2013.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, E. P. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

LIMA, S. Posfácio: Insuficiências teóricas e desafios. In: CHRISTOFOLETTI, R.; KARAN, F. J. **Jornalismo Investigativo e Pesquisa Científica**. Florianópolis: Insular, 2011.

LIMA, V. A. de. **Política de comunicações**: um balaço dos governos Lula [2003-2010]. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

MACHADO, E.; PALACIOS, M. Um modelo hibrido de pesquisa: a metodologia aplicada pelo GJOL. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. São Paulo: Paulus: Petrópolis: Vozes, 2007. v. p. 199-222.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Conselho Editorial, 1989.
MARINGONI, G. A disputa pela regulação das comunicações na América Latina. **IMargem Esquerda – ensaios marxistas**, São Paulo: Boitempo Editorial, n. 20, p. 39-44, mar. 2013. 2013.

MIRANDA, F. A. Jornalismo e polifonia: a reportagem como trama de vozes na construção da identidade de Felipe Klein. **Mediação**, Belo Horizonte, n. 7, p. 61-77, semestral, 2008.

MORAES, D. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: MORAES, D. (Org.). RAMONET, I.; SERRANO, P. Mídia, **Poder e contrapoder**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

MORAIS, M.; PIMENTEL, S. (Org.). **Amazônia Pública**. São Paulo: Agência Pública, 2013.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: Duarte, J.; Barros, A (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília. UNB, 2013.

_____. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Análise Pragmática da Narrativa**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 (Coleção Fazer Jornalismo)

MOUILLARD, M.; PORTO, S. D. **O Jornal – da forma ao sentido.** Brasília, DF: Unb, 2012.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. In: Revista Galáxia, no. 17. São Paulo, 2009, p. 131-146.

RAMOS, M. C. Estado e comunicação no Brasil. In: RAMOS, M. C.; DEL BIANCO, N. R. (Org.). **Estado e Comunicação**, Brasília, DF: Casa das Musas, 2008.

RODRIGUES, A. D. **Estratégias da comunicação. Questão comunicacional e formas de sociabilidade**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

SAMPAIO-SILVA, O. Demarcação de terras indígenas e a perícia antropológica judicial como um dos instrumentos. MAGALHÃES, S. B.; BRITTO, R. C.; CASTRO, E. R. (Org.). **Energia na Amazônia**, Belém: MPEG; UFPA, UNAMA, v. I, p. 178-185. 1996.

SILVA, J. M. **A miséria do jornalismo brasileiro**: as (in)certezas da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, M. P. A contracultura e a imprensa alternativa: revolução social através da informação. **Contemporâneos: revista de artes e humanidades**, n. 6, maio/out. 2010.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias**: ações e estratégicas das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SILVA, M. P. **A contracultura e a imprensa alternativa: revolução social através da informação**. In: Contemporâneos: revista de artes e humanidades, n. 6, maio-outubro, 2010.

SOARES, M. C. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. **Técnica de reportagem**: notas sobre a Narrativa Jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: Duarte, J.; Barros, A (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005. v.1 **(**Porque as notícias são como são).

_____. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005. v.2 (A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional)

VELOSO, M. S. F. **Imprensa e contra-hegemonia**: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007). Belém: Paka-Tatu, 2014.

VIANA, N. **A crise do jornalismo industrial e os novos modelos de produção**. **Margem Esquerda – ensaios marxistas**, São Paulo: Boitempo Editorial, n. 20, , p. 29-34,mar. 2013.

WOLTON, D. **Internet, e depois?** Porto alegre: Sulina, 2003.

ANEXOS

Anexo A- Especial Tapajós – Um rio em disputa[20]

AGÊNCIA DE REPORTAGEM E JORNALISMO INVESTIGATIVO

Pública

reportagens especiais truco no congresso da redação videos quem somos english

home/

Especial Tapajós

"O Tapajós, no Pará, realmente é um rio mágico. Cheio de nuances, contrastes, luzes e cores. À primeira vista, águas calmas que correm sempre em frente; depois de 25 dias de imersão se sobrepõem as corredeiras, cachoeiras, banzeiros, redemunhos, espocos e rebojos. (...)"

Com 810 km de comprimento, o rio Tapajós se tornou um ponto estratégico para os planos de crescimento do governo federal. Em um dos últimos rios amazônicos com potencial hidrelétrico inexplorado, é esperado para os próximos anos um conjunto de obras de infraestrutura, além de um complexo de sete hidrelétricas. A mais avançada delas é a UHE São Luiz do Tapajós, com capacidade para 8.040 megawatts e custo de R$ 30 bilhões.

A construção da usina, entretanto, alagaria a terra indígena Sawré Muybu, assentada em solo sagrado para o povo Munduruku. Desde novembro do ano passado, a **Agência Pública** acompanha a luta dos Munduruku para a demarcação de sua terra, identificada em um relatório que está parado na Fundação Nacional do Índio (Funai) desde o ano passado. Como protesto, os indígenas chegaram a ocupar uma sede da entidade em Itaituba (PA). Em entrevista exclusiva, a ex-presidente da Funai Maria Augusta Assirati revelou a interferência política no órgão. **(clique nas imagens para ler mais)**

Além da batalha dos Munduruku, mostramos também que mais de 2500 ribeirinhos que dependem do Tapajós para viver podem ser desalojados pela construção da usina, sem serem consultados pelo governo. E que, enquanto os projetos ganham o rio, a população de Itaituba encontra uma infraestrutura precária na maior cidade da região e teme ficar de fora da bonança do desenvolvimento.

*** – A realização dessas reportagens só foi possível graças a uma bolsa da organização Mongabay.**

[20] Disponível em: <http://apublica.org/especial-tapajos/>. Acesso em: 12 jan. 2016.

A1: Batalha pela fronteira Munduruku

Indígenas proclamaram a autodemarcação da terra que pode parar a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, a nova menina dos olhos do governo federal. Assentada em solo sagrado, a área seria alagada pela usina. "A gente não sai", diz cacique. *Assista à videorreportagem ao lado.*

Mais: leia a reportagem na íntegra

Mais: confira a **linha do tempo** com o histórico de lutas no Tapajós

Mais: relatório parado na Funai há mais de um ano determina que terra é dos Munduruku

(Foto: Marcio Isensee e Sá)

"Preocupados com os impactos no seu território como um todo, indígenas Munduruku de diferentes partes da bacia se uniram e elegeram a Sawré Muybu como um marco fundamental a ser defendido. Além das famílias que vivem lá, essa terra abriga o solo sagrado Daje Kapap' Eipi, entendido como o local onde nasceram os primeiros Munduruku, os animais e o rio Tapajós. Dada sua importância espiritual e o contexto de conflito político, o local se aproxima do que seria uma Jerusalém Munduruku.

'Esse é o portão de entrada do nosso território, viemos proteger a terra para nossos filhos e netos. Para o futuro', diz Saw Rexatpu, guerreiro e historiador Munduruku, ao fim de um dia de trabalho na picada da autodemarcação. 'Nossos bisavós morreram lutando aqui e nós vamos pelo mesmo rastro. Se eu morrer aqui, deixo a minha história'. Ele viajou três dias para acudir ao chamado de Juarez Saw Munduruku, o cacique da aldeia Sawré Muybu.

Mas e se a estratégia der errado e o governo mandar sair? 'A gente não sai', responde o cacique, sem abalar o semblante tranquilo. E se a polícia tirar à força? 'É o fim do nosso mundo, porque a gente só sai morto.'"

A2: Um aviso à Funai

De Itaituba (PA), a reportagem da **Agência Pública** acompanhou a ocupação dos Munduruku à sede da Funai. Eles exigiam a demarcação das suas terras, ameaçadas pela UHE São Luiz do Tapajós. *Leia mais e confira a galeria com fotos da ocupação*

> "A Funai está sendo desvalorizada e sua autonomia totalmente desconsiderada"
>
> **—Maria Augusta Assirati, ex-presidente interina da Funai**

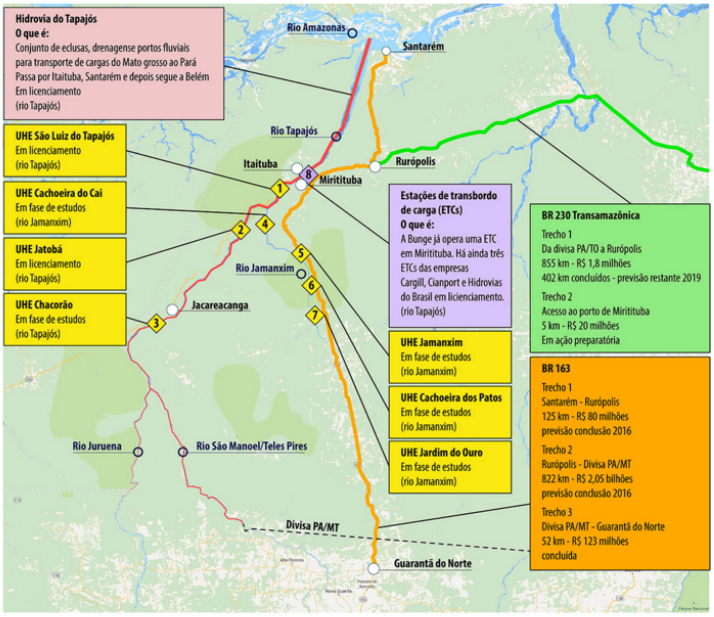
Na primeira entrevista desde que deixou o cargo, ex-presidente fala sobre a interferência política na Funai, liderada pela Casa Civil e pelo Ministério da Justiça. E revela a manobra do governo para licenciar a usina de São Luiz do Tapajós. *Leia na íntegra*

A3: Ninguém os ouviu

As usinas hidrelétricas do rio Tapajós devem desalojar mais de 2500 ribeirinhos e matar os peixes dos quais sobrevivem, mas o governo se recusa a consultá-los. Saiba mais

A4: Lá vem o progresso

No oeste do Pará, a cidade de Itaituba concentra obras estratégicas para o governo federal, mas, diante da infraestrutura precária, seus moradores temem ficar fora da bonança do desenvolvimento. *Confira*



Infografia: Bruno Fonseca

A5: Amazônia Pública

Entre julho e outubro de 2012, três equipes de repórteres da **Agência Pública** percorreram diferentes regiões amazônicas. Entre elas, a bacia do rio Tapajós, onde a movimentação do governo federal para construir usinas hidrelétricas nos próximos anos já começava a impulsionar a mineração, ameaçando um mosaico de áreas protegidas.

Relembre as reportagens e confira as fotos do projeto:

Arquitetura da destruição

O governo prevê construir pelo menos duas hidrelétricas até o fim da década no Tapajós, atingindo em cheio um rincão de biodiversidade e beleza

A discórdia do desenvolvimento

Nas comunidades a serem afetadas pelas usinas no rio Tapajós, entre angústia e anseios, a desinformação impera, enquanto avançam os planos para as obras

Juruti: um pacto possível?

A negociação entre a multinacional Alcoa e ribeirinhos do oeste do Pará gerou um inédito acordo por "perdas e danos", mas ainda há dúvidas sobre a viabilidade do modelo

Rio de ouro e soja

Muito além da discussão sobre as hidrelétricas, o Tapajós vive problemas relativos ao garimpo – clandestino ou oficial – e a expansão do agronegócio

Anexo B: A batalha pela fronteira Munduruku[21]

AGÊNCIA DE REPORTAGEM E JORNALISMO INVESTIGATIVO

Pública

reportagens especiais truco no congresso da redação vídeos quem somos english

home/ Reportagens

Amazônia

A batalha pela fronteira Munduruku

por Ana Aranha, Jessica Mota | 11 de dezembro de 2014

Indígenas proclamam a autodemarcação da terra que pode parar a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, a nova menina dos olhos do governo federal. Assentada em solo sagrado, a área seria alagada pela usina. "A gente não sai", diz cacique

Guerreiros Munduruku de diferentes parte do rio se unem para preparar o campo de batalha. Foto: Marcio Isensee e Sá

À beira do rio Tapajós, no oeste do Pará, a floresta estala sob os passos dos guerreiros Munduruku. São cerca de 20 homens fortes, com braços pintados com traços iguais aos da casca do jabuti. Eles trabalham em silêncio, as poucas palavras são ditas na língua materna, o Munduruku. Avançam com atenção sobre um perigoso manto que cobre o chão: cipós, galhos forrados de espinhos e troncos em decomposição. As pisadas são lentas e firmes. Sem pressa, os guerreiros abrem a mata para o campo de batalha.

[21] Disponível em <http://apublica.org/2014/12/batalha-pela-fronteira-munduruku/>. Acesso em 12 jan. 2016.

Os Munduruku experimentam uma estratégia nova, inédita para esse povo cujo histórico de guerra antecede o primeiro registro de contato com portugueses, em 1768. Munidos de foices e facões, eles abrem uma picada de quatro metros de largura e sete quilômetros de extensão. Trata-se da autodemarcação da terra indígena Sawré Muybu. Ceifada em meio à floresta alta, a abertura representa uma trincheira de defesa contra o avanço das usinas hidrelétricas planejadas para a bacia do Tapajós. Apoiada por ambientalistas e membros do judiciário, a fronteira Munduruku é o maior entrave que já cruzou a rota do governo Dilma Rousseff no projeto para a exploração da bacia do Tapajós.

Os indígenas conclamaram a autodemarcação de sua terra em outubro, depois de sete anos aguardando ação da Fundação Nacional do Índio (Funai). Foi o tempo que o órgão levou para elaborar um documento que reconhece essa área como de ocupação histórica e define os perímetros da demarcação: o "Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sawré Muybu". Desde que ficou pronto, em setembro de 2013, o documento está parado na presidência da Funai.

Sobre Isso, Leia Também

A reportagem da **Pública** teve acesso ao relatório com exclusividade e o publica na íntegra. São 193 páginas de minuciosa demonstração dos vínculos históricos que os Munduruku mantêm com esse pedaço de terra. O documento aponta que as 113 pessoas que vivem lá estão com sua "reprodução física e cultural" ameaçada pelo projeto das hidrelétricas. E conclui que "o reconhecimento da Sawré Muybu por parte do Estado é imprescindível para conferir segurança jurídica aos indígenas e garantir que seus direitos sejam respeitados".

Saiba mais e leia o documento na íntegra.

O relatório é sensível porque a demarcação da Sawré Muybu pode inviabilizar uma hidrelétrica estratégica para o governo federal: a usina de São Luiz do Tapajós, que pretende ser a terceira maior do país com orçamento previsto em 30 bilhões de reais e potência máxima de 8.040 megawatts. O problema é que o projeto prevê o alagamento de partes significativas da terra indígena Sawré Muybu, inviabilizando a vida no local. Como solução, estudos recentes feitos pela usina sugeriram que os Munduruku sejam removidos da área. Em resposta, a Funai apontou que essa sugestão é inconstitucional e recomendou a suspensão do licenciamento da usina, **conforme parecer interno de 25 de setembro ao qual a Pública teve acesso.**

A remoção de indígenas é vedada pelo artigo 231 da Constituição. Em defesa da usina, o governo usa a ausência da demarcação como argumento para alegar que a terra da Sawré Muybu nunca foi oficialmente reconhecida como Munduruku. O que desperta a ira de guerreiros e caciques de toda a bacia do Tapajós.

O portão de entrada do mundo

Um dos mais numerosos grupos étnicos do Brasil, o povo Munduruku é composto por mais de 13 mil homens, mulheres e crianças que vivem às margens dos 850 quilômetros do rio Tapajós e afluentes. A maior parte das aldeias deve sentir os impactos do projeto para a região. São previstas sete hidrelétricas na bacia, além de outras duas já em construção no rio Teles Pires, afluente do Tapajós na divisa com o Mato Grosso. Uma das mudanças previstas é a queda no número do peixe e da caça – itens essenciais para a sobrevivência desse povo. Por isso, em toda a extensão do rio há caciques e guerreiros mobilizados contra as usinas. Também há grupos a favor, formados por uma minoria que vive nas cidades.

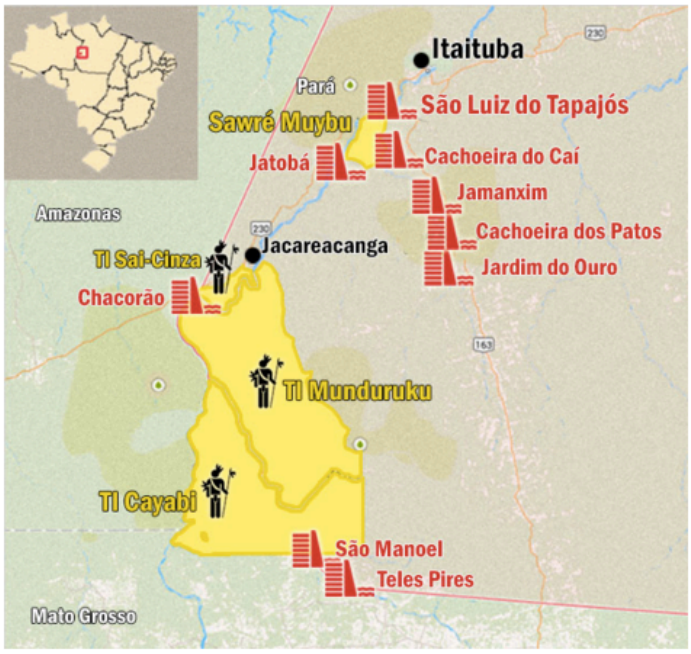
Preocupados com os impactos no seu território como um todo, indígenas Munduruku de diferentes partes da bacia se uniram e elegeram a Sawré Muybu como um marco fundamental a ser defendido. Além das famílias que vivem lá, essa terra abriga o solo sagrado Daje Kapap' Eipi, entendido como o local onde nasceram os primeiros Munduruku, os animais e o rio Tapajós. Dada sua importância espiritual e o contexto de conflito político, o local se aproxima do que seria uma Jerusalém Munduruku.

"Esse é o portão de entrada do nosso território, viemos proteger a terra para nossos filhos e netos. Para o futuro", diz Saw Rexatpu, guerreiro e historiador Munduruku, ao fim de um dia de trabalho na picada da autodemarcação. "Nossos bisavós morreram lutando aqui e nós vamos pelo mesmo rastro. Se eu morrer aqui, deixo a minha história". Ele viajou três dias para acudir ao chamado de Juarez Saw Munduruku, o cacique da aldeia Sawré Muybu.

Mas e se a estratégia der errado e o governo mandar sair? "A gente não sai", responde o cacique, sem abalar o semblante tranquilo. E se a polícia tirar à força? "É o fim do nosso mundo, porque a gente só sai morto".

Veja também a linha do tempo: Décadas de Luta pelo Tapajos

Grande território indígena | **A terra em disputa**



O governo quer construir nove usinas na bacia do Tapajós e Teles Pires. Os impactos devem afetar as terras Munduruku como um todo.

Grande território indígena | **A terra em disputa**

São Luiz do Tapajós alagaria partes importantes da Sawré Muybu. Além dela, mais duas usinas foram projetadas ao redor dessa terra indígena.

Se a Funai não demarca, nós demarcamos

O projeto das usinas uniu os Munduruku aos ribeirinhos, que também vão sofrer impactos. Na picada, a aliança foi selada com a fundamental ajuda de Francisco Firmino Silva, o Chico Catitu, um sábio mateiro da comunidade Montanha e Mangabal. O primeiro a se embrenhar no mato, ele deixava marcas para que os Munduruku soubessem onde abrir a picada. Sua técnica de mateiro era aliada às orientações do cientista social Mauricio Torres e do historiador Felipe Garcia, voluntários que manuseavam o aparelho GPS. Como referência para a picada, o grupo segue as coordenadas exatas do mapa para demarcação feito pela Funai e parado em Brasília.

Fora o caráter oficial, são poucas as diferenças entre o trabalho dessa equipe e uma demarcação oficial. O que mais difere as atividades é a ausência de condições mínimas de segurança. Sem a chancela do governo, são muitos os riscos na rota da equipe da autodemarcação.

A reportagem de **Pública** viu uma árvore com cerca de cinco metros de diâmetro e mais de trinta metros de altura caída no meio da floresta. Ao lado da base serrada, um pequeno ramal indicava a rota do madeireiro. Uma semana antes, em outro ponto da picada, os Munduruku foram cercados pelas motos e caminhões de um grupo de madeireiros. Dias depois, eles abordaram um grupo de 300 garimpeiros que extraiam diamante dentro da terra indígena. Avisados sobre a autodemarcação, os garimpeiros disseram que só saem de lá se a demarcação for oficial.

Os Munduruku já resistiram a muitos ciclos de pressão sobre o seu território e modo de vida. No início do século 20, foram as agências missionárias. Sem sucesso, tentaram interromper a transmissão de sua língua materna e tradições. Entre as décadas de 40 e 60, o antigo Serviço de Proteção ao Índio instalou um posto de extração de borracha em terras Munduruku, em uma tentativa também mal sucedida de transforma-los em soldados da borracha. Mais recentemente, a preocupação vinha da invasão dos madeireiros e garimpeiros. Agora, a usina se soma a eles.

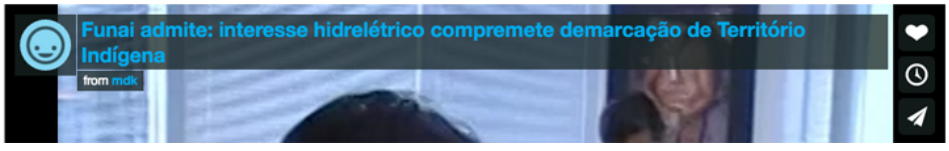
O ribeirinho Chico Catitu se aliou aos Munduruku para a abertura da picada. Foto: Marcio Isensee e Sá

Ao marcar a floresta, indígenas e ribeirinhos materializam a fronteira física de uma disputa travada há mais de dois anos na Justiça. Similar à guerra jurídica que marcou o licenciamento da usina de Belo Monte (PA), o Ministério Público Federal já entrou com oito ações para exigir que as obras no Tapajós respeitem os direitos das populações locais.

A diferença nesse caso pode ser justamente o aprendizado no rio Xingu. Depois de ajudar a ocupar o canteiro de obras de Belo Monte em maio de 2013, os Munduruku passaram a acompanhar como os indígenas de lá negociaram com a usina: trocando a pesca, a caça e o roçado por cestas básicas, picapes e outros bens oferecidos como compensação. O atual estado de **dependência financeira das aldeias próximas a Belo Monte** é uma lição que assusta os indígenas do Tapajós.

A vida na aldeia Sawré Muybu hoje tem dois turnos. Entre as atividades da autodemarcação e as reuniões, cacique e guerreiros correm para plantar mandioca e abóbora. Eles precisam conciliar a rotina da aldeia com o monitoramento dos movimentos do governo e da justiça. Sentem o baque das derrotas jurídicas, comemoram as vitórias, mas não param de articular as suas próprias frentes de defesa.

A autodemarcação teve início depois de uma tensa discussão com a ex-presidente interina da Funai, Maria Augusta Assirati. Em reunião filmada pelos indígenas em setembro, Maria Augusta admitiu que as usinas são o principal impedimento para a demarcação da Sawré Muybu. “Eu acho que essa terra indígena já deveria estar demarcada, o relatório já deveria ter sido publicado, mas isso não depende da vontade de um só órgão”. Ao ouvi-la ponderar sobre a importância da usina, o porta-voz Roseninho Saw Munduruku pediu sua renúncia: “No meu pensamento, se você não quer trabalhar na Funai, eu entregaria o cargo. Você não tem interesse em defender a nossa causa”. Maria Augusta chorou e garantiu que só permanecia porque acreditava ser possível reverter esse caso. Nove dias depois, ela deixou a presidência da Funai.



Funai admite: interesse hidrelétrico compromete demarcação de Território Indígena from mdk on Vimeo.

"Vocês nunca vão saber"

Com uma organização política peculiar, os Munduruku cultivam o debate e nomeiam líderes para representá-los perante os *pariwat* (não-índios). Roseninho foi escolhido para ser porta-voz da Sawré Muybu e coordenador da associação Pahyhyp, que representa os indígenas do curso médio do Tapajós. Mas ele não pode tomar decisões sozinho. As palavras em português ditas em público são discutidas antes em Munduruku. A cada novidade, ele volta para a aldeia e ouve o grupo durante longas reuniões nas quais todos podem participar, até as crianças. A tradição política antecede a chegada das usinas. Ao menos uma vez ao ano, os Munduruku fazem uma assembleia geral que dura três dias e pode varar a madrugada.

Cacique Juarez, o voluntário Felipe Garcia e Maria Leusa, representante do movimento Iperêg Ayú, revisam os pontos no mapa a serem demarcados. Foto: Marcio Isensee e Sá

Roseninho diz que não gosta da responsabilidade de representar o grupo fora da aldeia: é ele quem mais sente os golpes da guerra judicial. Foi o que aconteceu no início de novembro, em uma reunião com o procurador federal Luís de Camões Lima Boaventura. O procurador é uma das mais fortes vozes de defesa dos Mundururuku na justiça, já foi até condecorado guerreiro em um ritual. Mas, naquele dia, ele tinha uma notícia difícil para dar.

Depois de conseguir uma ordem da justiça federal para que a Funai publicasse o relatório da Sawré Muybu, ele soube que a Advocacia Geral da União havia derrubado essa decisão em Brasília. Ou seja, a Funai seguiria livre para sentar em cima da demarcação.

A notícia foi transmitida em tom grave pelo procurador, enquanto Roseninho e outros líderes ficaram atônitos. Por longos minutos, os Munduruku não esboçaram uma reação. Camões tentou quebrar o clima: "você não vai perder a voz agora, vai?" Mas o porta-voz só conseguiu verbalizar o silêncio: "eu não tenho palavras".

No dia seguinte, Roseninho desembarcou abatido no porto de Itaituba, cidade mais próxima à aldeia. Ele falou entre lágrimas, em um raro desabafo: "Como que eu vou levar essa derrota para o meu povo? Como eu vou contar isso para o cacique?". Cansado da ingrata comunicação entre índios e não-índios, ele conhece bem os limites dessa conversa, e nos deu um alerta: "O que vocês querem perguntar? Vocês querem saber a história Munduruku? Eu posso contar: o cachorro é o homem, a mulher é o peixe. Me diz como vocês vão entender isso? Por isso que eu digo: vocês nunca vão saber."

Para evocar a inteligência e a estratégia de defesa desse bicho, os homens pintam a pele com traços iguais aos da casca do jabuti. Foto: Marcio Isensee e Sá

O povo jabuti

Apesar do agito na aldeia com as discussões sobre a usina, os Munduruku da Sawré Muybu mantêm a rotina de ligação íntima com a terra. De manhã, mulheres varrem suas casas, que têm chão de barro, paredes de madeira cheias de frestas e teto de folhas de babaçu. Galinhas e cachorros rapidamente comem o que foi varrido para fora. Quase não há lixo não-orgânico. Os adultos cuidam do roçado, pescam e caçam. A água é tirada de um igarapé cristalino que banha a aldeia. Ao sair da escola, as

crianças correm de um lado ao outro e comem frutas do pé. A única birra que presenciamos foi a respeito do banho: “A mãe só me deixa banhar três vezes por dia!”, reclamou um menino que já havia estourado a cota num dia de calor e sol. Minutos depois, ele se jogou na água gelada do igarapé com um sorriso de orelha a orelha.

O cardápio é sempre uma surpresa. Só se descobre quando os pescadores e caçadores voltam. As adolescentes limpam a carne e separam uma porção por família. Para cada dia que a reportagem passou na aldeia, houve uma carne diferente: tatu, jabuti, veado e os saborosos porcos do mato, conhecidos como caititu e porcão. A variedade de peixes foi tanta que perdemos a conta.

É difícil imaginar como será a sobrevivência dessa população em um ambiente com pouca oferta de caça e peixe.

Entre todas as incertezas trazidas pelas usinas, o maior medo é o de serem removidos para a cidade. “A gente não sabe viver como vocês” explica Aldira Akai Munduruku. “Sempre a gente viveu no meio do mato, caçando, pescando. Na cidade a gente depende do dinheiro. Se não tiver, a gente não come, não”. Grávida de cinco meses e mãe de uma menina de 2 anos, Aldira guarda a lembrança da fome dos anos em que viveu na cidade de Jacareacanga quando criança.

A fonte de alimentação dos Munduruku é o peixe e a caça, que devem diminuir drasticamente com a barragem. Foto: Marcio Isensee e Sá

Nas histórias contadas pelos mais velhos, narrativas que misturam homens e bichos na mesma entidade, o jabuti é o herói mais presente. Graças à sua inteligência e estratégia, ele sempre vence a força e a prepotência dos inimigos: a anta, a sucuri e a onça. É para evocar essas habilidades que os guerreiros se pintam com traços iguais aos da sua casca.

As histórias do passado de guerras também são presentes. Na segunda metade do século 18, foram tantos os ataques a acampamentos portugueses, que por sua vez despertaram a reação dos agentes coloniais, que um dos afluentes do Tapajós ganhou o nome de rio das Tropas. Dessa época, eles levam a fama de “caçadores de cabeça”. Como o nome sugere, eles cortavam o pescoço do inimigo abatido e, após um processo de mumificação, enfiavam sua cabeça em uma lança, que era fincada nas fronteiras do território. A prática foi abandonada há mais de um século, mas os Munduruku evocam seu poder simbólico ao pintar essa imagem nas placas da autodemarcação.

As histórias do passado de guerras também são presentes. Na segunda metade do século 18, foram tantos os ataques a acampamentos portugueses, que por sua vez despertaram a reação dos agentes coloniais, que um dos afluentes do Tapajós ganhou o nome de rio das Tropas. Dessa época, eles levam a fama de "caçadores de cabeça". Como o nome sugere, eles cortavam o pescoço do inimigo abatido e, após um processo de mumificação, enfiavam sua cabeça em uma lança, que era fincada nas fronteiras do território. A prática foi abandonada há mais de um século, mas os Munduruku evocam seu poder simbólico ao pintar essa imagem nas placas da autodemarcação.

Embora defendam seu território, eles não gostam do rótulo de violentos. "Os Munduruku são pacíficos. Mas, quando toca na ferida, aí fica bravo", diz Deusiano Saw Munduruku, professor na escola de Sawré Muybu. O nome do movimento de resistência às usinas é Ipêreg Ayû, que significa "o povo que sabe se defender". Roseninho explica: "O governo diz que nós somos ameaçadores. Mas nós é que estamos sendo ameaçados".

Pintada na aldeia, a placa da autodemarcação evoca o passado guerreiro desse povo. Foto: Marcio Isensee e Sá

Operações policiais levam a uma morte

Na história recente de tensões entre guerreiros Munduruku e forças armadas do estado brasileiro, os eventos mais violentos partiram não dos indígenas, mas do estado.

As aldeias do Teles Pires se engajaram ainda mais na resistência às usinas depois de uma trágica operação da Polícia Federal. Em novembro de 2012, Adenilson Kirixi Munduruku foi morto com um tiro na nuca que saiu da arma do delegado Antonio Carlos Moriel Sanches. Segundo denúncia do Ministério Público Federal, os Munduruku discutiam com o delegado para que ele não destruísse uma balsa de garimpo quando um indígena teria empurrado o seu braço. O delegado teria caído no rio e, então, disparado primeiro nas pernas e depois na nuca de Adenilson. O MPF denunciou o delegado por homicídio, mas ele foi absolvido.

"Ali foi o sinal: o governo tá vindo guerrear com os Munduruku", diz Maria Leusa Cosme Kaba Munduruku, representante das mulheres no movimento Iperêg Ayû. Ela ficou assustada com o modo

como a polícia reagiu depois dos primeiros disparos. Segundo a procuradora federal Janaína Andrade, os policiais foram agressivos ao imobilizar mulheres e idosos, gerando lesões graves. “Um senhor teve até fratura. No final, eles recolheram as cápsulas e levaram 17 indígenas presos, inclusive crianças”, afirma a procuradora. Em vídeos gravados pelos Munduruku, é possível ver a polícia disparando dentro da aldeia, em local cercado por mulheres e crianças. No dia seguinte, os indígenas também registraram o momento em que a aldeia chora ao encontrar o corpo de Adenilson.

Menos de um ano depois, os Munduruku tiveram outro encontro traumático com a polícia. Em março de 2013, os indígenas da Sawré Muybu encontraram biólogos fazendo o estudo de impacto ambiental para São Luiz do Tapajós dentro da terra indígena. Como não tinham sido consultados ou sequer informados sobre a entrada da equipe, os Munduruku expulsaram o grupo. A reação do governo foi desproporcional: “A polícia baixou aqui com helicóptero, dois barcos grandes e quarenta motores de popa [barcos menores]”, diz o cacique Juarez. Segundo nota do Palácio do Planalto, a frota da Força Nacional de Segurança fora enviada para “garantir o apoio logístico e a segurança” dos pesquisadores.

A Expedição Tapajós, como o governo batizou a operação policial, durou um mês. Os jovens ainda lembram do barulho do helicóptero sobrevoando a aldeia. Os pais, assustados, trancaram as crianças em casa. As atividades de caça tiveram de ser suspensas. Pescar, só nas margens da aldeia. “Parecia que eles estavam esperando a gente fazer algo errado pra atacar. Lembrava muito o que aconteceu no Teles Pires, resolvemos ficar quietos”, lembra o cacique Juarez. “Era como estar preso na aldeia”.

No fim da aula, crianças da aldeia brincam até anoitecer. Vida pacata na aldeia foi conturbada pelo cerco da Força Nacional. Foto: Marcio Isensee e Sá

Ao receber as evidências de que os Munduruku estavam sofrendo intimidação militar dentro de sua terra, a justiça federal suspendeu o licenciamento da usina. A decisão, publicada em abril de 2013, foi em resposta a uma ação do Ministério Público Federal que tramitava desde setembro de 2012. O MPF já havia pedido a interrupção dos trabalhos por duas falhas no processo de licenciamento: a ausência de consulta prévia aos indígenas e ribeirinhos e a ausência da Avaliação Ambiental Integrada, estudo que mede os impactos do conjunto de usinas na região.

Dez dias depois, a liminar foi derrubada e a Expedição Tapajós seguiu seu curso. Para isso, o governo ativou o mecanismo da Suspensão de Segurança, o mesmo que garantiu o avanço de Belo Monte. Atropelando o trâmite normal da justiça, esse mecanismo aciona diretamente o Superior Tribunal de Justiça com o argumento de que a paralisação da usina gera "grave lesão à ordem, saúde, segurança e economia públicas".

Para governo, licença ambiental é só etapa a ser vencida, diz procurador

Mesmo permitindo a continuidade do licenciamento, o STJ manteve a exigência da consulta prévia. O argumento se baseia na Convenção 169 da OIT (Organização internacional do Trabalho), da qual o Brasil é signatário, e que estabelece o direito das comunidades tradicionais em serem ouvidas. Apesar da obrigatoriedade em ouví-los, não ficou claro o quanto a fala dos Munduruku e ribeirinhos será levada em conta dentro do licenciamento. Em tese, nessa fase o empreendimento deve ser escrutinado e, no caso de impactos mais graves, reelaborado. Em tese, o Ibama pode até decidir pela inviabilidade da obra.

Mas o Ministério de Minas e Energia já sinalizou que a prática é outra. Em setembro desse ano, o órgão anunciou a data para o leilão da usina de São Luiz do Tapajós antes mesmo que a Funai desse seu parecer sobre o Estudo do Componente Indígena – o levantamento dos impactos para essas populações. O parecer do órgão indigenista é parte imprescindível do processo anterior ao leilão.

"Como podem antecipar esse passo? Estaria o governo prevendo que o Ibama dará ok ao empreendimento antes de sequer verificar os estudos?", questiona o procurador Boaventura. "Parece que, para o governo, a licença ambiental é só uma etapa a ser vencida". Depois que essa distorção foi **denunciado pelo jornal O Globo**, o leilão foi suspenso.

Por dez dias a reportagem de **Pública** tentou contato com os órgãos ligados ao governo e usina. O Ibama, a Aneel e o Grupo de Estudos disseram que não falam sobre licenciamentos em andamento. A Funai e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) alegaram falta de agenda. A Secretaria-Geral da Presidência não atendeu as solicitações da reportagem.

Jovens e crianças ficam ansiosos para participar dos rituais de canto e dança. Eles só falam em Munduruku entre si. Foto: Marcio Isensee e Sá

"Não abriremos mão de construir Tapajós"

Na segunda semana de novembro, enquanto os Munduruku se preparavam para as primeiras reuniões da consulta, levaram um balde de água fria do ministro Gilberto Carvalho, chefe da Secretaria-Geral da Presidência. Em **entrevista à BBC**, Carvalho declarou que nada do que os indígenas digam vai impedir a construção da usina: "A consulta não é deliberativa. Ela deve ser feita para atender demandas, diminuir impactos. Mas não abriremos mão de construir [a usina do] Tapajós".

A entrevista foi traduzida para o Munduruku durante reunião na aldeia Sawré Muybu, aquela que a usina vai alagar. Foi um dos poucos momentos em que conseguimos entender o que era dito, já que as palavras "ministro" e "diabo" aparentemente não têm tradução para o Munduruku.

Uma semana depois, quarenta homens e mulheres Munduruku marchavam em silêncio rumo à Funai de Itaituba. A três quarteirões do escritório, um guerreiro fez um sinal com o braço, ao que todos tiraram a camisa. Os traços do jabuti tinham sido reforçados, e agora davam a volta completa ao redor dos troncos e braços.

O grupo entrou na Funai e confiscou as chaves das portas e dos carros, exigindo a publicação do relatório de demarcação. "Queremos que Brasília demarque logo nossa terra, nós sabemos cuidar dela melhor que o Ibama ou ICMBio", disse o cacique Juarez em referência aos encontros com madeireiros e garimpeiros. Depois de sete horas de negociação, tudo o que conseguiram foi uma agenda de reunião com o novo presidente interino da Funai, Flávio Chiarelli Azevedo, para dali a oito dias. "Para ouvir as mesmas coisas de sempre?", questionou Juarez. "Não vamos". O grupo logo percebeu que o governo não estava muito preocupado com a ocupação da Funai de Itaituba e decidiu retornar à aldeia.

Apesar dos riscos de confronto, eles voltaram à autodemarcação. A etapa final será expulsar os madeireiros e garimpeiros, o que já foi feito por aldeias do rio das Tropas. Sem as respostas que precisam do estado, os Munduruku concluem que resta a eles defender seu território. Seja qual for o invasor.

O cacique Juarez Saw Munduruku, da TI Sawré Muybu: 'só saio daqui morto'. Foto: Marcio Isensee e Sá

> A realização dessa reportagem só foi possível graças a uma bolsa da organização Mongabay.

Tags: Funai, hidrelétricas, Munduruku, Sawré Muybu, Tapajós, vídeo

Anexo C: Um aviso à Funai[22]

Um aviso à Funai

por Ana Aranha, Jessica Mota | 29 de novembro de 2014

De Itaituba (PA) acompanhamos a ocupação dos Munduruku à sede da Funai. Eles exigem a demarcação das suas terras, ameaçadas pela UHE São Luiz do Tapajós

Nesta sexta-feira, indígenas Munduruku ocuparam durante sete horas o prédio da Funai na cidade de Itaituba, no oeste do Pará, impedindo a saída de funcionários, para exigir a demarcação da terra Sawré Muybu. A área é de ocupação centenária e já foi indicada para demarcação por técnicos da Funai, mas o processo está parado em Brasília. O relatório que identifica e reconhece a área como território tradicional está pronto há mais de um ano, mas nunca foi publicado pelo órgão federal.

Na área existem três aldeias que serão alagadas pela usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, cujos estudos de impacto ambiental estão em análise. Como a Constituição veda a remoção de indígenas, a demarcação da área inviabiliza a construção da usina. Os Munduruku pedem a publicação do Relatório Circunstanciado que identifica e recomenda a imediata demarcação da área.

Indígena Munduruku em frente à Funai em Itaituba. Foto: Marcio Isensee e Sá

Na ausência de manifestação da Funai, em outubro os Munduruku decidiram iniciar a demarcação de seu território por conta própria. Quatro quilômetros já foram abertos na mata. A ocupação do prédio da Funai foi feita depois que os indígenas acharam mais de 300 garimpeiros explorando as fronteiras de seu território em um local considerado sagrado para eles. Os garimpeiros disseram que só vão sair depois que a área for demarcada.

[22] Disponível em <http://apublica.org/2014/11/um-aviso-a-funai/>. Acesso em 12 jan. 2016.

"Queremos que Brasília demarque logo nossa terra porque nós sabemos cuidar dela muito melhor que o Ibama ou ICMBio", disse o cacique Juarez Saw Munduruku, ao que foi saudado por cerca de 40 indígenas com os gritos de "Sawe" – o que, na tradição Munduruku, é o equivalente a aplausos.

Sobre Isso, Leia Também

Flávio Azevedo, presidente interino da Funai, tarquia, sugeriu que os Munduruku fossem a Brasília para fazer uma reunião e conhecê-lo, já que ele ocupa o cargo há pouco mais de um mês.

"Não adianta nada, a gente já foi lá várias vezes. Se for para ouvir a mesma conversa que depende do ICMBio e de outros, a gente não vai", disse o cacique Juarez Saw Munduruku, da aldeia Sawré Muybu. Juarez já foi para Brasília e fez reuniões com a ex-presidente interina da Funai Maria Augusta Assirati, que havia prometido aos Munduruku publicar o relatório. Mas ela deixou a presidência em setembro desse ano sem cumprir a promessa.

Sem um indicativo de que o governo daria uma resposta, os Munduruku decidiram no fim da tarde deixar o prédio ocupado para voltar à autodemarcação.

Mas eles temem que essa atividade gere a retaliação dos garimpeiros e madeireiros que já invadiram as fronteiras de seu território. "Se nós entrarmos em conflito com os invasores, o governo vai ter que se responsabilizar", disse Maria Leusa Cosme Kaba, representante das mulheres do movimento Munduruku Iperêg Ayû.

A Agência Pública está no Tapajós acompanhando a disputa por uma das últimas fronteiras hidrelétricas da Amazônia. Em breve, mais uma reportagem investigativa. Aguardem!

Fotos: Marcio Isensee e Sá

1/1

Anexo D: Ninguém os ouviu[23]

Ninguém os ouviu

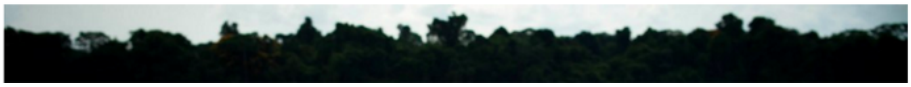
por Ana Aranha, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015

As usinas hidrelétricas do rio Tapajós devem desalojar mais de 2500 ribeirinhos e matar os peixes dos quais sobrevivem, mas o governo se recusa a consultá-los

O ribeirinho Rosinaldo Pereira dos Santos, mais conhecido como Tatá, está prestes a trilhar o caminho inverso daquele pretendido pela política social dos governos Lula e Dilma. Morador da beira do rio Tapajós, no oeste do Pará, ele sempre viveu em fartura alimentar. A prova está pendurada na sala de sua casa: fotos de bagres maiores que o próprio pescador. Mas, agora, Tatá pode se tornar mais um a engrossar o rol de brasileiros que precisam de ajuda financeira para se alimentar. O governo federal começou a executar na região um conjunto de obras que, em nome do desenvolvimento, vai tirar o peixe de pescadores que sabem pescar.

Hoje a vida de Tatá é assim: basta ele pousar os olhos sobre o rio durante o dia para dar início ao cálculo mental de qual melhor espécie vai dar pesca, onde, a que horas e com qual isca. É esse conhecimento também que lhe guia entre corredeiras, cachoeiras, pedrais e redemoinhos que brotam da correnteza. Com a renda da pesca ele construiu duas casas, onde tem uma roça com mandioca, banana e murici, cria galinhas e cultiva um pomar com dez tipos de frutas amazônicas. O que a família não come, ele vende. Assim sustentou dois filhos, hoje cria dois netos e, aos 52 anos, planejava adotar mais dois.

Mas os planos estão suspensos desde que chegaram notícias sobre as sete usinas hidrelétricas que o governo planeja erguer na bacia do Tapajós. A maior delas, São Luiz do Tapajós, foi traçada bem no local onde ele mora e pesca: a centenária Pimental, bucólica vila de pescadores cercada por corredeiras e floresta amazônica preservada. Seus habitantes vivem da pesca artesanal, como Tatá, ou da ornamental: peixes pequenos e coloridos encontrados nos trechos onde o rio é raso e transparente. Parte da renda local também vem do garimpo artesanal. Se a usina for licenciada, os 700 moradores serão retirados da beira do rio e levados para a beira da estrada federal BR 230, a Transamazônica, em local próximo ao lago da usina. Como eles, mais de 2.500 ribeirinhos terão suas casas e comunidades alagadas na região do Tapajós, segundo estimativa da Avaliação Ambiental Integrada das sete usinas. Os estudos ambientais não calculam, porém, os outros milhares de pescadores que perderão sua fonte de renda devido as mudanças que as barragens provocam nos rios.



[23] Disponível em < http://apublica.org/2015/02/ninguem-os-ouviu/>. Acesso em 12 jan. 2016.

Ribeirinhos de Pimental vivem em integração com o Tapajós: hábito de lavar a louça no rio ajuda a atrair os peixes.

Leia também: Lá vem o progresso

Leia também: Exclusivo: Relatório da Funai determina que terra é dos Munduruku

Leia também: A batalha pela fronteira Munduruku

O peixe vai sumir

O primeiro impacto é o "sumiço" dos peixes, eufemismo local para a morte dos animais. O fenômeno já foi observado nas duas grandes usinas do rio Madeira, em Rondônia, construídas seguindo o mesmo modelo das do Tapajós: a usina fio d'água. Para diminuir o impacto ambiental, esse modelo usa reservatórios menores do que hidrelétricas como Itaipu. Mas, ainda assim, trabalha com o represamento. A diferença é que, no lugar de concentrar a represa em um grande lago logo acima da barragem, as usinas fio d'água sobem gradativamente o nível da água, distribuindo o alagamento por uma longa extensão. Ao barrar o fluxo da água, a correnteza perde força, alagando as margens e transformando um trecho do rio em lago. Para formar o reservatório, as usinas do Tapajós vão alagar 3.022 quilômetros quadrados, o equivalente a duas vezes a área da cidade de São Paulo.

O biólogo Philip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, acompanhou de perto o impacto do modelo sobre o rio Madeira. Ele aponta que, ao quebrar o fluxo da correnteza, o rio passou a ter bolsões de água sem oxigênio, criando um ambiente inóspito para os peixes. Em dezembro de 2008, o Ibama de Rondônia registrou 11 toneladas de peixes mortos durante a construção da usina de Santo Antônio. No relatório, os técnicos registraram que alguns peixes ainda podiam ser vistos "na superfície, agonizando por falta de oxigênio".

O segundo grande impacto é a quebra do ciclo reprodutivo. Ao subir o rio para fazer a desova, os peixes serão barrados pelos paredões de concreto. Só no caso de São Luiz do Tapajós, a barragem terá sete quilômetros de comprimento. A usina cria "escadas", pequenas passagens para os peixes cruzarem esse paredão. Mas, segundo Fearnside, a experiência das usinas de Rondônia aponta que são poucas as espécies que acham essas passagens. "Um dos problemas é que o instinto dos peixes é seguir a

correnteza principal", ele explica. Abaixo da barragem, a correnteza mais forte vem da água que sai das turbinas.

Depois de monitorar a queda drástica na vida dentro do rio Madeira, Fearnside não vê perspectivas diferentes para o Tapajós. "São muitos obstáculos. Infelizmente, é improvável que uma tentativa de aprimorar as passagens consiga restaurar a migração dos grandes bagres", avalia, referindo-se à espécie que é a principal fonte de renda local, a mesma que figura nos retratos pendurados na sala de Tatá.

Uma terceira mudança de grande impacto será o fim do ciclo natural de cheia e seca do rio, já que a usina vai controlar o fluxo da água. Além de desenhar as belas praias de areia branca típicas do Tapajós, responsáveis pela alta procura turística por Alter do Chão, esse fenômeno cria habitats fundamentais para a sobrevivência de diversas espécies vegetais e animais, como ariranhas e certos tipos de peixes, tartarugas e jacarés. A barreira física também será um obstáculo para a reprodução do boto cor de rosa e do peixe boi, espécies que correm risco de extinção.

O neto do pescador Tatá aprende desde cedo a sabedoria que poderia garantir seu sustento. Mas o conhecimento do avô pouco valerá depois dos impactos da usina.

A voz dos beiradeiros

Quem nasceu na beira do rio sabe da importância do ciclo de cheia e seca para a vida, incluindo a humana. Por isso Luiz Matos de Lima, dono de um mercado em Pimental, foi confrontar um representante da Eletrobras em reunião que ocorria em Trairão, sede do município a que pertence a vila. Os ribeirinhos nem eram convidados, mas Luiz e outros moradores de Pimental foram mesmo assim. Lá, foram informados de que a usina será obrigada a indenizar os moradores ou construir uma nova casa para eles. Mas Luiz sabe que nem o dinheiro ou a casa serão capazes de substituir a quebra no ciclo de sobrevivência. Ele pediu a palavra para alertar que a usina vai tirar tudo dos ribeirinhos, já que novas plantações que forem feitas devem demorar a produzir. "Eles responderam que o governo vai doar cesta básica enquanto o povo não produzir. Já pensou? Coisa mais triste um povo acostumado em trabalhar ter que viver de cesta básica. E eu, que vendo mercadoria, vou viver do que?", questiona.

"Os estudos de impacto ambiental passaram longe de mensurar os impactos na vida dessas pessoas",

aponta o cientista social Mauricio Torres, um dos maiores estudiosos do modo de vida dos ribeirinhos da região, onde essa população também é conhecida como "beiradeiros". Com costumes particulares do grupo, os ribeirinhos são intimamente ligados à interação com a floresta e o rio. Grande parte deles raramente vai à cidade ou a um médico. É o caso de Teresa Lobo Pereira, que tem uma casa com roça em Pimental e outra em Montanha e Mangabal. "Eu sou veterana", ela diz, batendo no peito estufado. "Como diz o dizer nosso, na nossa língua, eu venho dos tronco velho". Para Teresa, a floresta guarda a farmácia, o supermercado e os caminhos da memória de toda a sua vida. Ela nasceu no "beiradão", como os ribeirinhos chamam o local, filha de cearense com paraense.

Os ribeirinhos do Tapajós são, em parte, fruto da geração de nordestinos que migrou para a Amazônia para extrair borracha no fim do século 19. O movimento de migração foi fortalecido durante a Segunda Guerra, quando o governo alistou os soldados da borracha. Depois que a produção de látex cessou, eles foram abandonados na região e, para sobreviver, adaptaram-se à interação com o meio. Torres já comprovou o registro de famílias que vivem lá há oito gerações. "Essa é uma história de co-evolução homem e floresta. Eles moldaram a vida de modo que os recursos naturais não acabem e hoje dominam uma tecnologia de manejo do rio e da floresta", explica Torres. "Mas, na hora que você transforma o rio em lago, você transforma profundamente esse habitat. As consequências disso são trágicas".

Sobrevivência ameaçada

Com pouca ou nenhuma assistência do Estado, essa não é a primeira vez que os ribeirinhos do Tapajós têm sua terra e modo de vida ameaçados por projetos vindos de Brasília. Foi assim em 1974, quando parte da população local foi expulsa para a criação do Parque Nacional da Amazônia. Alguns foram morar rio acima, outros se mudaram para Pimental e há os que foram para a cidade de Itaituba. A adaptação foi impossível em alguns casos. Torres registrou a fala de uma viúva que contou como o seu marido jamais se adaptou à mudança: "A vida dele ficou muito ruim. Ele não sabia fazer nada fora de lá. Nem pescar ele não sabia. Ele não sabia pescar em outro lugar. Depois que deixaram a gente rodado aqui pra cidade, ele remava mais de dias pra ir lá no lugarzinho da gente pra pescar. Mas não dava mais. Logo morreu. Ele não era mais". Esse e outros relatos orais fazem parte do artigo *O Escriba e o Narrador*, de Torres.

Quarenta anos depois, parte do local de onde os ribeirinhos foram retirados para a criação do parque será, agora, alagada para a construção da usina.

A saga do beiradeiro que "não era mais" depois de arrancado do seu lugar é sintomática do clima que tomou parte da vila de Pimental após a notícia da remoção. Os sorrisos hospitaleiros rapidamente se desfazem quando perguntamos sobre a usina. A professora Suzete de Oliveira Nogueira fica com a voz embargada ao lembrar das perguntas feitas pelos alunos do 3º ano: "professora, não dava pra cada família fazer uma casa flutuante? Aí a gente podia ficar aqui". Assim como ela, diversos moradores da vila ficam melancólicos ao falar sobre o futuro do lugar onde nasceram e viveram. "Isso aqui vai virar um cemitério. Um lugar fantasma", diz a ribeirinha Regina Nonato dos Santos, cercada pelas árvores cheias de fruta do quintal da vizinha. "Pra mim isso é tudo um pesadelo. Se eu pudesse, acordava e não dormia mais".

Além da relação com uma natureza

Além da relação com uma natureza de riqueza luxuriante, os moradores temem perder a

Comunidade é tranquila e farta de belezas naturais. É exatamente nesse local que o governo federal pretende erguer a usina de São Luiz do Tapajós..

tranquilidade da vila. Assustam-se em antecipação com a grande quantidade de pessoas que vão chegar. Segundo os estudos da usina serão 13,5 mil trabalhadores, número que vai no mínimo dobrar com todos os outros que seguem o fluxo para prestar serviços. Hoje, as portas de Pimental dormem destrancadas. Não há registro de roubos ou furtos. A única cena de violência que a reportagem presenciou foi uma mãe batendo no filho que tentava se esgueirar pelas árvores do quintal. O menino foi acudido por um papagaio. O bicho disparou uma rajada de gritos agudos, como se ele mesmo estivesse sob tortura, até a mulher largar o chinelo.

O lugar onde a nova vila será construída ainda não foi definido, mas é possível que ela se torne um dos núcleos urbanos mais próximos do canteiro de obras. Se isso acontecer, Pimental pode ter a mesma sina de Jaci Paraná, vila de pescadores a 20 quilômetros da usina de Jirau, em Rondônia, que viu sua população quadruplicar com o início da obra. A violência em Jaci é tanta que os comerciantes fazem vaquinha para pagar uma empresa de segurança particular. Em 2012, um grupo matou o comandante da Polícia Militar e rendeu oito policiais para assaltar a pequena agência bancária instalada na vila.

Leia mais sobre os impactos de Jirau sobre a vila.

Tatá e sua família estão no escuro: nunca ouviram falar de Jaci Paraná e não fazem ideia de quão estratégica é a localização da nova vila de Pimental. Ele e toda a comunidade têm muitas dúvidas sobre o que vai acontecer com a região e como se preparar para as mudanças, mas não há informação ou mediadores independentes para orientá-los nesse processo.

Bernardino, 85 anos, filho de Pimental

A moradora mais antiga de Pimental é Maria Bibiana da Silva, conhecida como Gabriela. Ela tem 105 anos. Em 2012, quando a reportagem de Pública visitou a vila de pescadores pela primeira vez, ela era uma das vozes preocupadas com a chegada da usina: “Não tenho gosto que essa barragem saia, mas uma andorinha só não faz verão”. Dois anos depois, em novembro de 2014, voltamos a procura-la, mas a família interveio. Gabriela não pode mais nem ouvir falar sobre barragem. Sua pressão sobe, é arriscado para a saúde. Mas a percepção da matriarca

continua aguçada e ela percebeu o tema da conversa com seu filho, Bernardino Silva Azevedo, 85 anos. De dentro do quarto, perguntava o motivo de nossa presença. A neta tentou desconversar, mas já era tarde: “é a tentação”, a avó repetia, já agitada. Ela só se acalmou quando um neto disse que a reportagem estava lá para falar “das coisas boas” da comunidade.

Bernardino cumpre as vezes de contar a história da família, que é uma aula de Amazônia. Gabriela saiu do Ceará em 1917 com o pai rumo ao Acre, mas eles perderam a condução e ficaram no meio do caminho. Bernardino nunca estudou, a vida de trabalho começou aos 12 anos ao lado da mãe. Participou das diversas fases de exploração econômica da Amazônia: a da borracha, na Segunda Guerra Mundial; a da venda de peles de animais, após a decadência da borracha; e a do garimpo. Só parou porque sua saúde não lhe permitiu continuar. “Trabalho pesado é comigo mesmo. Já fiz de tudo. Só não fiz matar gente”, ri, em referência a outra atividade ainda lucrativa na região: a pistolagem.

Agora, vive para ver mais uma era da economia de exploração da Amazônia, com a chegada das barragens. Como futuro, ele se vê morando com a mãe na cidade. Período ao qual espera sobreviver, nas suas palavras, de “beneficiozinho”.

Bernardino Silva Azevedo, 85 anos, viveu todos os ciclos econômicos da Amazônia no último século. Ele vai ser retirado da vila onde nasceu para viver na cidade.

Governo se recusa a ouvir os ribeirinhos

O Ministério Público Federal iniciou uma ação civil pública exigindo que o Ibama suspendesse o licenciamento da usina enquanto as empresas responsáveis pelos estudos ambientais (**leia mais no box abaixo**) não elaborasse um estudo para avaliar o impacto acumulado das sete usinas na bacia e não realizasse a consulta prévia às comunidades afetadas. A consulta consiste em levar informações sobre o empreendimento aos ribeirinhos e indígenas e ouvir quais são as suas demandas e

preocupações. Em tese, o Ibama deveria levar esses argumentos em conta na hora do licenciamento, solicitando adaptações ao projeto de modo a reduzir os impactos negativos. Ou até mesmo vetar o empreendimento. A consulta é obrigatória, segundo a legislação brasileira com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário.

Mas a Advocacia Geral da União recorreu e a disputa foi parar no Superior Tribunal de Justiça quando o governo ativou o mecanismo da Suspensão de Segurança, o mesmo que garantiu o avanço de Belo Monte. Em vez da disputa seguir o trâmite normal da justiça, esse mecanismo aciona diretamente o STJ com o argumento de que a paralisação do licenciamento geraria "grave lesão à ordem, saúde, segurança e economia públicas". O ministro Felix Fischer autorizou que o governo seguisse com o licenciamento, mas desde que consultando as populações locais: "o Governo Federal deverá promover a participação de todas as comunidades, sejam elas indígenas ou tribais, a teor do seu art. 1, que podem ser afetadas com a implantação do empreendimento, não podendo ser concedida a licença ambiental antes da sua oitiva". Além dos ribeirinhos, há terras indígenas Munduruku que serão afetadas e até alagadas pela usina.

Apesar dessa decisão, a Secretaria-Geral da Presidência da República, órgão responsável pela consulta, não está consultando os ribeirinhos. Em reunião gravada pelos Munduruku em setembro, cujo vídeo foi revelado pelo blog Língua Ferina , representantes da Secretaria-Geral dizem a um líder de Montanha e Mangabal que a consulta só se aplica aos indígenas. "Esse processo que estamos fazendo na região se aplica aos indígenas. O que a gente está discutindo é fazer um processo informativo para Montanha e Mangabal, mas que não seria consulta", diz Nilton Tubino, que era coordenador de Movimentos do Campo na gestão de Gilberto Carvalho. "O entendimento do governo federal hoje, para essa fase, é que quem é ouvido lá pela [convenção] 169 são os indígenas e quilombolas. Isso já tem referência. Comunidades tradicionais não se chegou a esse acordo ainda, dentro do governo, de como vai ser consultado e em que estágio".

"Não há absolutamente nenhuma justificativa técnica ou jurídica para dizer que essa população ribeirinha não teria esse direito", afirma o advogado Fernando Prioste, coordenador da ONG Terra de

Direitos. “Esse entendimento do governo tem a ver apenas com conveniência política”.

O argumento do governo também foi contestado pelo MPF. Em uma manifestação sobre a Ação Civil Pública sobre o caso, o procurador federal Luís de Camões Lima Boaventura critica a interpretação do governo: “beiradeiros, ribeirinhos e agroextrativistas são tão sujeitos de direitos da Convenção 169 quanto os indígenas e devem ter direito a uma consulta apropriada. Afirmar o contrário é mais uma vez incidir num discurso hegemônico, em que os diferentes modos de viver e se relacionar com a floresta são desconsiderados”.

Procurada pela reportagem da **Pública** para explicar porque os ribeirinhos de Pimental e outras comunidades ribeirinhas não estão sendo consultados, a Secretaria-Geral da Presidência enviou a seguinte nota: “O governo federal está discutindo com as comunidades indígenas e ribeirinhas uma proposta de metodologia de consulta a estas comunidades da região da bacia do Tapajós. No último dia 30 de janeiro, a Secretaria-Geral se reuniu com representantes do povo Munduruku e da comunidade Montanha Mangabal, quando apresentaram ao governo uma proposta de consulta. Os documentos estão em análise pelo governo federal”.

Apesar da falta de apoio do governo, a comunidade Montanha e Mangabal se organizou para montar o protocolo de consulta e aproveitaram a reunião entre a Secretaria e o povo Munduruku para entregar o seu documento. As outras comunidades a serem afetadas pela usina, porém, estão excluídas do processo. Como é o caso de Pimental, que reúne a maior concentração de ribeirinhos a serem removidos pela usina e nunca foi inserida no processo de consulta.

Falta de informação gera conflitos

A única comunicação entre os ribeirinhos e as empresas que conduzem os estudos é feita por um grupo que se apresenta como “Diálogo Tapajós”, uma empresa de São Paulo contratada pelo consórcio que fez os estudos de impacto ambiental, o mesmo que tem interesse em construir a usina (**leia mais no box abaixo**). Em tese, o Diálogo é responsável por apresentar aos moradores os impactos que eles vão sofrer, preparando-os para a mudança e para a negociação com o empreendimento. Mas o grupo não tem autonomia para isso e acaba por não cumprir o seu papel.

“Eu não sei porque colocaram o nome ‘diálogo’, porque quando você faz uma pergunta, eles não respondem”, diz Eudeir Azevedo. Ele elenca algumas das questões para as quais nunca teve resposta: “Pra onde nós vamos mudar? Quanto mais ou menos é que se paga por área afetada? Eles nunca sabem responder nada, então a gente pergunta: quem é realmente de fato a pessoa que a gente deve conversar? Mas nem isso eles dizem”.

Em Pimental, a ação do Diálogo Tapajós tomou um contorno inusitado: o grupo que representa a usina virou “mediador” para aplacar conflitos criado pela própria usina entre membros da comunidade. Sem informações sobre os seus direitos, os moradores da vila se desentenderam sobre qual deveria ser a postura em relação ao empreendimento. O Diálogo Tapajós organizou um conselho para que os ribeirinhos se reunissem com a mediação da empresa.

O discurso da empresa hoje é de que o grande problema de Pimental é a cisão dentro da vila, como se os moradores fossem responsáveis caso as condicionantes não forem cumpridas. Givanildo Rodrigues de Paula, coordenador de campo do Diálogo, cita o exemplo da usina de Belo Monte como uma referência. A hidrelétrica está prestes a iniciar a produção de energia, mas está longe de completar o conjunto de ações sociais

Sobre Isso, Leia Também

“A Funai está sendo desvalorizada e sua autonomia totalmente desconsiderada”, diz ex-presidente

Lá vem o progresso

condicionadas à licença, como a remoção dos moradores. “É comum, nas nossas reuniões, aparecer a fala de que eles [ribeirinhos do Tapajós] foram a Belo Monte e viram que as casas não estão sendo feitas do jeito que prometeram. Ao invés de alvenaria, estão fazendo pré-moldado, que é quente”, diz Givanildo. “A gente coloca que o Diálogo não tem condição de garantir que aqui não vai ser dessa forma, mas que é um exemplo muito ruim e que a organização da sociedade civil tem que dar conta de evitar que isso aconteça aqui”.

O desentendimento entre moradores de Pimental esquentou em 2010, quando, sem pedir licença, uma empresa de topografia contratada pela Eletrobras furou o chão da comunidade para fixar os primeiros marcos. “Quando um morador foi perguntar qual era o serviço, numa boa, o funcionário disse que não tinha que dar explicação pra ninguém porque tava lá mandado pelo presidente, que na época era o Lula”, lembra Azevedo. Como o governo federal nunca se faz presente na vila, os moradores automaticamente acharam que o funcionário falava do presidente da associação de moradores, José Odair Pereira Matos, conhecido como C.A.K., e foram tomar satisfações com ele. Quando entenderam que o funcionário falava do presidente da república, um grupo se revoltou e destruiu o marco. A partir de então, a associação de moradores passou a proibir que os pesquisadores voltassem a pisar em Pimental. “Assim como eles têm o direito de dizer que a usina tem que sair, é um direito do ribeirinho defender o que é nosso”, diz C.A.K.. “A gente não tá pedindo cesta básica, um novo lugar pra morar, a gente tá defendendo um direito nosso”.

Ameaças e tentativas de suborno

Depois que assumiu uma postura mais combativa, C.A.K. diz que passou a receber intimações para recuar. Primeiro foram as ofertas de

O antigo líder da associação de moradores de Pimental, conhecido como C.A.K

dinheiro. “Já recebi ligação do Rio de Janeiro, São Paulo, de meia hora, quarenta minutos. Já veio pessoas também em Pimental. Eles chegam falando em casa, carro e dinheiro no banco”. C.A.K. garante que sempre cortou as propostas pela raiz, nunca deixou os interlocutores chegarem a valores concretos nem nunca aceitou os convites para ir conversar em outros estados.

Depois que recusar as ofertas, C.A.K. relata que começou a receber ligações com ameaças. Um dos seus parceiros levou um soco em uma reunião, a agressão veio de um morador da vila que era contra a postura combativa do grupo. Foi quando C.A.K. decidiu se afastar da associação. “Não é fácil ser liderança nessa região, até nossa família fica marcada”. Apesar do afastamento, ele ainda integra o grupo de Pimental que tem a postura mais crítica em relação à usina. O novo líder da associação permite a entrada de pesquisadores na vila. Ele não pôde ser entrevistado pela reportagem pois estava fora, trabalhando no garimpo.

Dentro da vila, a resistência foi vista com receio por alguns. Sem experiência em negociações, parte dos moradores tem medo que a postura os prejudique ainda mais, e preferem aceitar logo as compensações oferecidas. “Os empreendimentos usam as carências locais para impor o projeto, as pessoas acham que só terão acesso aos seus direitos se aceitarem a usina”, afirma Arthur Massuda, membro da Artigo 19. A

organização, que trabalha pelo acesso à informação e liberdade de expressão, realiza atividades na região para tentar informar a população sobre os seus direitos no processo com as usinas.

Depois de entrevistar mais de 30 famílias para tentar entender o discurso do grupo afetado que se declara "a favor" da usina, a reportagem de **Pública** se surpreendeu ao encontrar definições como a de Tatá, que se define como "contra-mas-a-favor". Ele explica com um riso nervoso: "sou do grupo a favor. Mas, se você me perguntar mesmo, na verdade eu sou contra". Como muitos, Tatá teme sofrer as consequências de enfrentar um empreendimento financiado pelo governo federal.

O pescador Tatá em uma das duas casas que construiu com a renda da pesca. A vida em fartura pode ser substituída pela vida de cesta básica.

Mais do que dividida, a comunidade de Pimental está rendida pelo medo. Tatá cita o caso dos Munduruku, grupo mais organizado na resistência às hidrelétricas na Amazônia e que já sofreu retaliações por sua postura. Depois de expulsarem os pesquisadores da usina de sua terra, em março de 2013, algumas aldeias foram cercadas por barcos e helicópteros da Força Nacional de Segurança. A Expedição Tapajós, como o governo batizou a ação policial, visava "garantir o apoio logístico e a segurança" dos pesquisadores e ficou um mês na região. "Era como estar preso na aldeia", lembra Juarez Saw Munduruku, cacique da aldeia Sawré Muybu, que fica a poucas horas de Pimental. Sua aldeia virou o símbolo da resistência aos empreendimentos porque pode ter áreas alagadas pela usina, o que é inconstitucional (leia a reportagem A batalha pela fronteira Munduruku).

Mas Tatá quer distância da batalha travada pelos indígenas. Ele já formou seu veredicto: "Não vou me manifestar por nada, já estou grandinho demais pra estar apanhando, morrendo por aí. Não adianta. Você não pode lutar contra o governo federal. Se o governo federal quer, você tem que aceitar".

Leia também: Lá vem o progresso

Leia também: Exclusivo: Relatório da Funai determina que terra é dos Munduruku

Leia também: A batalha pela fronteira Munduruku

Mesmas empresas interessadas na usina são responsáveis pelos estudos de impacto

A relação de pouca confiança entre as empresas que conduzem os estudos de impacto e a população afetada se explica por um vício de origem no processo de licenciamento. As mesmas empresas interessadas em fazer as obras são as responsáveis pelos estudos de impacto ambiental e social e pela comunicação com a população afetada.

"Tem, no mínimo, uma forte tendência de conflito de interesses", diz Brent Milikan, diretor do programa Amazônia da International Rivers, que monitora o modo como o governo brasileiro conduz o licenciamento das hidrelétricas. "Estamos falando de impactos sobre um patrimônio público e a legislação estabelece que tem de ter medidas de mitigação e compensação. Mas isso, para as empresas, se traduz em gastos".

Brent aponta o papel "contraditório" da Eletrobras nesse processo. A empresa de capital aberto que é controlada pelo governo federal lidera o consórcio de empresas interessadas em construir a usina, composto por Camargo Correa, EDF, Copel, Cemig, GDF Suez, Endesa e Neoenergia. Brent aponta que, ao invés de ser o fiel da balança do interesse público nesse processo, a Eletrobras lidera o consórcio "como uma empresa privada, focada em maximizar o lucro". Pior, ela atuaria dentro do governo para pressionar e "intimidar" o órgão licenciador (Ibama) a aprovar os estudos e liberar o licenciamento.

No caso das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, o consórcio liderado pela Eletrobras contratou os serviços da CNEC Worley Parsons, empresa australiana que comprou a CNEC, consultoria técnica da Camargo Corrêa. A Worley Parsons, mesma que executa as obras de compensação social de Belo Monte, foi a responsável pelo levantamento dos impactos ambientais e sociais das usinas do Tapajós.

O Ministério Público Federal apontou uma omissão grave nesses estudos, que motivou uma ação civil pública contra o Ibama e quase paralisou todo o processo de licenciamento: a análise das usinas foram feitas de forma isolada, sem uma avaliação que medisse o conjunto de impactos das sete usinas na bacia. Além disso, o licenciamento estava chegando ao final sem que a população afetada fosse consultada. A data do leilão chegou a ser anunciada pelo Ministério de Minas e Energia, que dias depois suspendeu o anúncio.

Depois que a justiça federal exigiu, a Avaliação Ambiental Integrada ficou pronta em menos de três meses. Foi criticada por ambientalistas por ter sido feita às pressas e por ter se baseado em dados secundários. "O simples fato do estudo ser produzido pelas empresas interessadas deixa a informação viciada e limitada. Vira uma propaganda do empreendimento", afirma Arthur Massuda, da Artigo 19.

A população de Pimental nunca foi consultada sobre a usina que pode ser construída sobre o solo onde a vila está há pelo menos 120 anos.

realização dessa reportagem só foi possível graças a uma bolsa da organização Mongabay.

Tags: Amazônia, água, Dilma Rousseff, hidrelétricas, meio ambiente, remoções forçadas, Tapajós

Anexo E: Lá vem o progresso[24]

Lá vem o progresso

por Bruno Fonseca, Jessica Mota | 9 de fevereiro de 2015

No oeste do Pará, a cidade de Itaituba concentra obras estratégicas para o governo federal, mas, diante da infraestrutura precária, seus moradores temem ficar fora da bonança do desenvolvimento

Uma rua de terra divide as comunidades Vila Nova e Vila Caçula, sustentadas em cima de palafitas à beira do rio Tapajós, que banha a orla do município de Itaituba, no oeste do Pará. A reportagem da **Pública** se aproxima de duas casas para entrevistar seus moradores. Do alto das escadarias de madeira, eles negam. "A gente dá entrevista e nossa situação aqui não muda. Não vou falar", diz um senhor de pele morena, cabelos brancos e óculos acompanhado da esposa, que também responde com um sonoro "não".

O bairro de estrutura precária não tem água encanada e o esgoto, despejado no rio, corre por baixo das casas. Mas a situação não é exclusiva de Vila Nova e Vila Caçula. Não existe rede de tratamento de esgoto na cidade. Nas ruas do centro, as calçadas desreguladas fazem com que seja mais fácil caminhar pela rua. Ali, são raras as vezes em que se consegue completar uma ligação de celular. Em busca do prédio da prefeitura, a equipe de reportagem passou por quatro edifícios até descobrir que o órgão não possui uma sede.

Itaituba é a maior cidade da região do médio Tapajós, que deve receber nos próximos anos um conjunto de obras estratégicas para a economia nacional. Com a construção de estações de transbordo (que recebem os grãos de soja e milho para enviá-los aos portos em balsas), uma hidrovia e o asfaltamento de rodovias federais, o oeste do Pará se tornou um importante foco de atenção da indústria agropecuária. Ali se forma um dos corredores estratégicos para escoamento de grãos produzidos no Mato Grosso.

Itaituba é o principal pólo urbano do médio Tapajós, região que concentra projetos estratégicos para o agronegócio. Foto: Marcio Isensee e Sá

A essas obras soma-se o projeto de um complexo de sete hidrelétricas na região. Três no rio Tapajós, duas delas ligadas diretamente a Itaituba, e quatro no seu afluente Jamanxim. A mais avançada delas é São Luiz do Tapajós, com capacidade de 8.040 megawatts, prevista para ser construída a 65 km de Itaituba. Se os estudos de impacto da hidrelétrica forem aprovados pelo Ibama, órgão licenciador do projeto, o leilão da usina deve ocorrer ainda este ano. A previsão é que São Luiz custe R$ 30 bilhões. A segunda usina prevista para o Tapajós, a de Jatobá, também está em processo de licenciamento ambiental.

[24] Disponível em < http://apublica.org/2015/02/la-vem-o-progresso/>. Acesso em 12 jan. 2016.

Mas enquanto os projetos avançam, o receio é que os benefícios do desenvolvimento passem à margem da cidade. Se construída, a hidrelétrica de São Luiz será a terceira maior do Brasil em potência. E, com pouca infraestrutura, Itaituba corre o risco de passar pela mesma situação que Altamira, onde está sendo construída a usina hidrelétrica de Belo Monte. Lá, a cidade vive o impacto das obras com o crescimento desordenado que provoca especulação imobiliária, problemas no atendimento à saúde e crescente violência.

Sobre Isso, Leia Também

"A Funai está sendo desvalorizada e sua autonomia totalmente desconsiderada", diz ex-presidente

"É uma situação que pra nós não sabemos se vai ser benéfica. Pro sul do Brasil vai. Pro centro-oeste vai. Mas e pra nós que aqui estamos?", questiona Davi Menezes, 44 anos, presidente do Fórum de Entidades de Itaituba, órgão que reúne 22 instituições, como OAB, Associação Comercial, o Rotary Club e a Maçonaria. O Fórum surgiu com o objetivo de representar a classe empresarial de Itaituba frente à implantação dos projetos. Até agora a realidade não alcançou as expectativas. "Tem um empresário aqui que comprou quase 200 mil EPIs [Equipamentos de Proteção Individual]. Sabe o que ele vendeu? Nenhuma luva", se indigna Menezes. "Ele preparou-se, com estoque, para vender para construção dos portos e não vendeu nada. Trouxeram tudo de fora". Para ele, os interesses das grandes empresas que chegam à cidade se sobrepõem aos dos empresários locais.

Leia também: Ninguém os Ouviu

Leia também: Exclusivo: Relatório da Funai determina que terra é dos Munduruku

Leia também: A batalha pela fronteira Munduruku

Belo Monte mora ao lado

A preocupação que ronda a cidade não é infundada. Altamira, distante 500 km, é um exemplo recorrente na fala dos moradores do Tapajós. Para Eva Bonfim, maranhense radicada no Pará, a cidade "se acabou": "Tenho quatro irmãos em Altamira e fui lá visitar. O inchaço populacional é um absurdo, muita morte, acidente, assalto". Para ela, Itaituba não será exceção com a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

A chegada do projeto da usina de Belo Monte somada a uma estrutura precária de políticas públicas contribui para o agravamento de situações de violência em Altamira. A cidade vive uma onda de crescimento de exploração sexual de mulheres, crianças, adolescentes e indígenas desde o início da construção da usina de Belo Monte. A alta nos preços dos alugueis e venda de imóveis chega a afetar instituições que trabalham no combate à exploração sexual na cidade, já que não há recursos disponíveis para arcar com a alta dos custos. As informações foram reveladas por uma pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFPA), feita durante os anos de 2013 e 2014. (Leia a pesquisa aqui e aqui)

> **"É uma situação que pra nós não sabemos se vai ser benéfica. Pro sul do Brasil vai. Pro centro-oeste vai. Mas e pra nós que aqui estamos?**

Além dos impactos, a aplicação das compensações por parte da concessionária de Belo Monte, a Norte Energia, não tem sido feita de maneira adequada. Famílias atingidas pelas obras em Altamira enfrentam atrasos na entrega das casas e indenizações insuficientes. De acordo com a agência Amazônia Real, o caderno de preços das indenizações às perdas das casas desconsidera o aumento no custo de vida em Altamira, reflexo do próprio projeto.

Em março de 2013, a previsão de trabalhadores no canteiro de obras chegou a 28 mil pessoas – 10 mil a mais do que o número autorizado pelo Ibama, órgão licenciador da usina. Mesmo assim, as ações para reduzir os impactos na região de Altamira e dos outros quatro municípios atingidos não foram readequadas.

Sob os olhos do bispo Dom Erwin Kräutler, que está há 50 anos na região do rio Xingu e é presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a cidade se tornou irreconhecível. "Era uma cidade do interior que o pessoal na boca da noite sentava na calçada e trocava umas prosas. Hoje você não pode sentar mais em canto nenhum. Todo mundo está criando trincheira. Barreiras. Se você entra em Altamira agora tem muro em tudo quanto é canto, a gente não enxerga mais as casas".

De acordo com o estudo de impacto ambiental da usina de São Luiz, além dos 13 mil trabalhadores, cerca de 12.500 pessoas devem chegar à região do médio Tapajós em busca de emprego e negócios. Mas a exemplo do que ocorreu em Belo Monte, os números podem ser maiores.

Eva Bonfim, diretora do maior colégio particular de Itaituba, teme pelos impactos do projeto hidrelétrico de São Luiz do Tapajós. Foto: Marcio Isensee e Sá

Em Itaituba, Eva Bonfim é diretora do maior colégio privado da cidade e é uma das pessoas que pode lucrar com a chegada de novas famílias. Ainda assim, ela mantém um olhar crítico sobre o projeto. Por meio de aulas e palestras, tenta alertar seus alunos sobre os impactos que a barragem de São Luiz do Tapajós pode causar. "Acho que falta esclarecimento para a população, do que vai trazer de bom e de ruim. Deveria ser bem explicado", acredita. "Hoje nossos filhos brincam na frente de casa, saem, vão no mercado. Logo vão perder essa liberdade pelo inchaço populacional que vai chegar no município. O pessoal diz 'mas não é bom o desenvolvimento?' Será que é bom? Eu não acho que vai ser bom".

Abrindo caminho

Na rasteira dos empreendimentos que chegam ao médio Tapajós, o governo federal e as prefeituras traçam planos para buscar orientar o crescimento da região.

Em setembro de 2014, o Ministério do Planejamento divulgou o Plano Plurianual Territorial Participativo da região do Tapajós. O plano foi elaborado junto ao consórcio de municípios que, além de Itaituba, inclui as cidades de Novo Progresso, Jacareacanga, Rurópolis, Trairão e Aveiro. São previstos investimentos de R$ 1,9 bilhão até 2017 na região, em setores que vão da infraestrutura, cultura e turismo, à saúde e educação.

Enquanto o plano ainda está no papel, na orla oposta a Itaituba, no distrito de Miritituba, a estação de transbordo da multinacional Bunge opera desde abril do ano passado para escoar a produção de soja vinda do Mato Grosso até o porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA). Além dessa, outras três estações das empresas Cargill, Cianport e Hidrovias do Brasil já estão em processo de licenciamento ambiental. A rota é estratégica para o setor agropecuário porque hoje representa uma redução de 34% no custo do transporte dos grãos para a safra de 2015/2016, em relação à safra de 2013/2014, então destinada aos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR).

As obras se somam ao projeto da usina de São Luiz do Tapajós, o mais sensível no momento. Sua construção conflita com a demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, que poderá ser alagada assim como comunidades ribeirinhas da região, como a vila de Pimental. O alagamento de terras indígenas para construção de barragens não é permitido por lei. Até agora, a usina já acumula oito ações movidas pelo Ministério Público Federal, que tenta garantir o cumprimento dos direitos das populações locais. (Leia mais aqui e aqui)

Na tentativa de reduzir os impactos do projeto de São Luiz à região, a Secretaria-Geral da Presidência engatinha na discussão do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) para o Tapajós. Essa mesma política está sendo aplicada na região do Xingu, "para prover uma região historicamente caracterizada pela presença frágil do Estado de políticas públicas necessárias para seu desenvolvimento", segundo o texto do site do PDRS Xingu.

Com os estudos de impacto entregues, o projeto da usina agora precisa da aprovação do Ibama para se tornar realidade. Enquanto aguarda o resultado, a prefeitura de Itaituba montou uma equipe técnica multidisciplinar para analisar o estudo de impacto ambiental da hidrelétrica e exigir do Ibama as condicionantes necessárias à cidade. É por meio dessa análise que a administração pretende estudar maneiras de mitigar os impactos da usina.

De agosto a novembro, os técnicos observaram uma série de lacunas na elaboração do estudo de impacto ambiental, em um parecer preliminar que ainda não foi finalizado. Um dos problemas apontados por Hilário Rocha, engenheiro ambiental e secretário do Meio Ambiente de Itaituba, é o número da população considerada, que se baseia em dados incorretos do IBGE, segundo ele. De acordo com os dados do IBGE, a população da cidade passou de 118 mil, em 2007, para 97,4 mil pessoas, no censo de 2010. Isso aconteceu porque, segundo a prefeitura da cidade, a pesquisa não visitou toda a extensão do município, que possui distritos com 30 km de distância e localidades da zona rural e garimpeira onde só se chega de avião.

O fato motivou uma ação judicial da representação de Itaituba contra a União e o IBGE, para pedir a recontagem da população. A prefeitura conseguiu que o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) fosse restituído para os valores correspondentes a uma cidade com mais de 100 mil habitantes. Mas a recontagem estatística pelo IBGE não foi feita. De acordo com o município, a população de Itaituba chega a 120 mil habitantes.

Na orla de Itaituba, moradores vivem em palafitas para evitar a inundação de enchentes; sem asfalto, água encanada ou tratamento de esgoto, a situação das famílias é de alta vulnerabilidade. Foto: Marcio Isensee e Sá

O caso se reflete em impasse porque com o número de habitantes considerado pelo estudo de impacto ambiental, Itaituba é sinônimo de um município modelo. De acordo com o estudo, existem leitos hospitalares de sobra na cidade (4,48 leitos por mil habitantes, enquanto a recomendação do Ministério da Saúde é de 2,5 a 3 leitos por mil habitantes) e 100% das crianças entre 7 e 14 anos atendidas pelo ensino fundamental. São dados diferentes da realidade, contesta a administração municipal. Baseado neles, as condicionantes a serem sugeridas para mitigar os impactos da construção da hidrelétrica podem não ser suficientes.

De acordo com os números fornecidos pela prefeitura, Itaituba conta com 145 leitos entre o Hospital Municipal (45 leitos) e hospitais particulares que tem convênio com o município (100 leitos). Mesmo com o dado considerado no estudo de impacto ambiental, de aproximadamente 97 mil habitantes, a porcentagem de leitos fica bem abaixo do recomendado pelo Ministério da Saúde: 1,4 leito por mil pessoas. "Todo o estudo do EIA-Rima [Estudo de Impacto Ambiental] da hidrelétrica foi feito em cima de um dado que não existe", contesta Rocha.

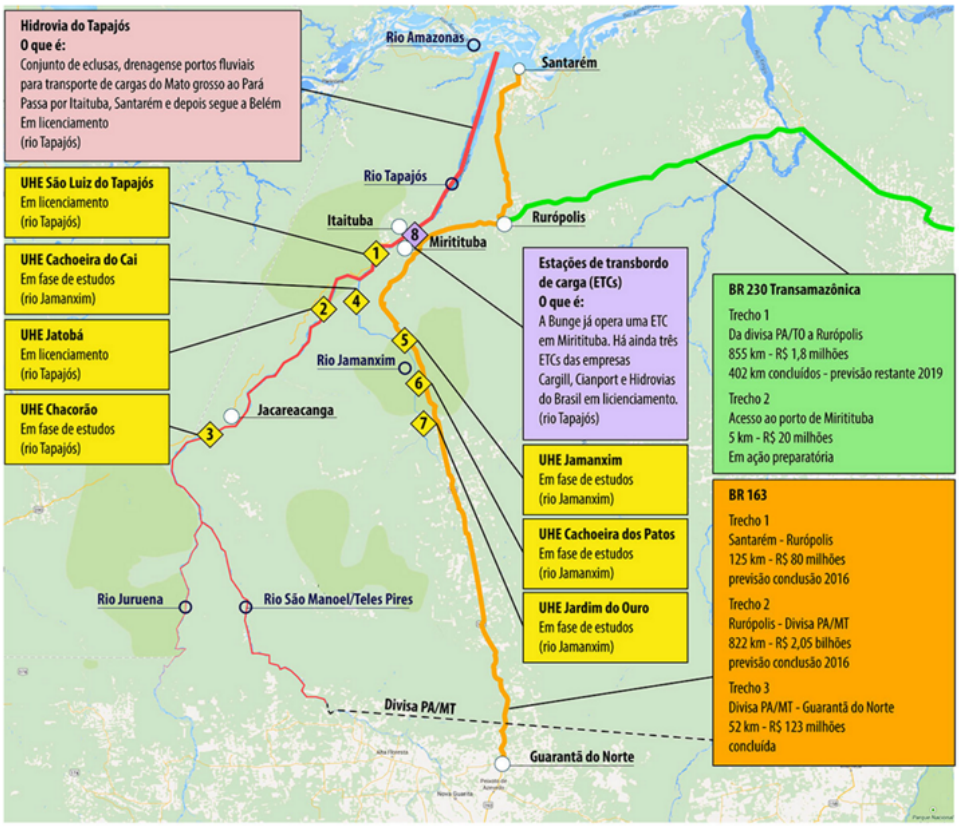
Em outubro de 2014, a CNEC WorleyParsons, empresa responsável pela elaboração do estudo de impacto ambiental, apresentou o trabalho e ouviu as considerações dos representantes municipais. "Eles apenas entenderam que nossa participação é de fundamental importância para que o processo seja feito da maneira correta, mas não deram pra nós nenhum posicionamento", conta Rocha. O ideal, segundo o secretário de Meio Ambiente, é que os estudos fossem refeitos para readequar as projeções de impactos sociais. Assim, o projeto da hidrelétrica poderia propor ações de compensação mais afinadas com a realidade do município.

"De acordo com o estudo de impacto ambiental, existem leitos hospitalares de sobra na cidade e 100% das crianças entre 7 e 14 anos atendidas pelo ensino fundamental. São dados diferentes da realidade, contesta

Se os impactos já preocupam a administração da cidade e seus moradores, do ponto de vista econômico a chegada dos projetos à região ainda não movimenta a incipiente indústria da cidade. "Indústria forte, de produção, de manufatura, de pegar um produto bruto e transformar, praticamente Itaituba não tem ainda", revela Eugenio Viana, secretário de Desenvolvimento Econômico.

a administração municipal

As perspectivas são de que os empreendimentos das hidrelétricas, por conta da produção de energia, e das estações de transbordo aqueçam a indústria de derivados da soja na cidade, como a produção de ração para animais. Mas não existe nada concreto sobre os setores industriais que podem se desenvolver. "É difícil você falar que vai ser nesse ou naquele segmento", diz Viana. "Provavelmente vão abrir os leques, a gente tem expectativa nisso".



Infografia: Bruno Fonseca

Cidade pepita

O ouro continua sendo a principal fonte econômica que movimenta Itaituba. De acordo com Viana, secretário do Desenvolvimento Econômico, 60% da economia gira em torno da exploração mineral. Serviços públicos representam em torno de 20% a 25%. O restante, de 15% a 20%, é representado pelo comércio. O Produto Interno Bruto da cidade é de R$ 650,3 mil.

Nessa cadeia de produção, o ouro que sai de Itaituba é majoritariamente ilegal. "Para cada quilo legal, 10 saem ilegais", explica o secretário Viana. Assim como o diamante. Ainda sem certificado internacional (o chamado selo Kimberley, criado para evitar que diamantes ilegais possam financiar conflitos como os ocorridos na África), o diamante é explorado em garimpo ilegal, com 300 trabalhadores inseridos em terra indígena.

Para Jubal Cabral Filho, geólogo e vice-diretor da Associação de Mineradores de Ouro do Tapajós (Amot), o alto índice de ilegalidade é reflexo da má gestão do governo federal sobre a região. Ele defende

que o pequeno garimpeiro deveria receber assistência para se legalizar. “Se o governo tivesse vindo aqui, como faz no sul do país a ensinar o garimpeiro a cuidar da terra, todos nós teríamos um benefício muito maior. Mas ao invés de vir primeiro orientar, ele vem primeiro punir e punição nem sempre é efetiva”, acredita.

Entre os reflexos da ilegalidade está o sério risco à conservação ambiental da região. A mudança na coloração de cursos do Tapajós nos últimos anos motivou uma petição pública que pede a realização de uma pesquisa para investigar a qualidade da água do rio. A suspeita é que as dragas que revolvem o leito do Tapajós em busca de ouro também estejam despejando mercúrio e cianeto em suas águas, comprometendo a saúde de moradores.

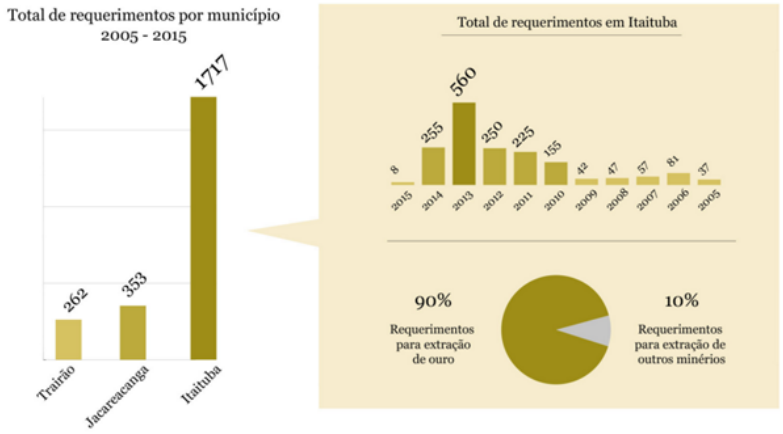
Além dos garimpeiros manuais, maioria na região, o ouro de Itaituba atrai mineradoras de médio porte de capital estrangeiro. Entre as que requisitaram autorização de pesquisa junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) estão a inglesa Serabi Gold, as canadenses Eldorado Corp, Magellan Minerals e Mineração Regent, e a americana Brazilian Resources. A Eldorado Corp é responsável pelo empreendimento de exploração aurífera Tocantinzinho, a 200 km de Itaituba, que já teve licença prévia emitida em 2012 e aguarda revisão de estudos econômicos. Até agora, ainda não foi solicitada a Licença de Instalação. O projeto consiste em uma mina de ouro a céu aberto, com reservas estimadas em 60 toneladas de ouro e vida útil de 11 anos. Os investimentos alcançam US$ 12 milhões.

A principal atividade econômica que movimenta a cidade de Itaituba é a mineração do ouro. Foto: Marcio Isensee e Sá

Diferente dos pequenos mineradores, que muitas vezes exploram a superfície e beiras de rio, as empresas visam a implantação de minas de ouro. “O projeto de implantação de uma mina é bem bolado, ela [a empresa] vai pesquisar. É diferente do garimpo, onde a prospecção é feita pelo próprio garimpeiro, que vai cavando e vê se tem ouro”, informa o chefe do gabinete do DNPM em Itaituba, Marcos Antônio Cordeiro, entusiasta da mudança de perfil da mineração. “A empresa de pesquisa faz uma inspeção no local, faz um trabalho geofísico e geoquímico, uma estimativa do bem mineral e vai quantificar para ver se vale a pena [explorar o ouro]”. Nessa conta, a infraestrutura é de suma importância. Sem estradas boas para transporte ou disponibilidade de energia elétrica para manter a mina funcionando, não existe grande investimento que se sustente. Com a rede de obras previstas na região, esse panorama vai mudar.

O problema é que junto à mineração de larga escala, que escava minas em profundidade, estão os

últimos anos. Apenas no município de Itaituba, foram 255 pedidos em 2014 e 560 em 2013 feitos ao Departamento Nacional de Produção Mineral. De 2010 a 2014, foram 1445 pedidos no município, mais de cinco vezes o total dos requerimentos feitos entre 2005 e 2009. De acordo com a Associação de Mineradores de Ouro do Tapajós (Amot) e com a secretaria de Desenvolvimento Econômico, o crescimento da exploração do ouro na cidade tem mais relação com a aquisição de maquinários do que com a chegada dos grandes projetos de infraestrutura ali. As PCs, espécie de retroescavadeiras usadas na mineração, podem encurtar o processo de um mês para dez dias na retirada do ouro.



Em Itaituba, o número de requerimentos ultrapassa, com folga, o de municípios vizinhos que também são cortados pelo Tapajós. Enquanto a cidade pepita teve 1717 pedidos nos últimos 10 anos – 90% dos requerimentos foram para extração de ouro –, Jacareacanga teve 353 requerimentos registrados no DNPM. Já Trairão teve 262.

Lá fora, a floresta

Com extensão territorial de aproximadamente 62 mil km² (duas vezes o tamanho da Bélgica), o município de Itaituba é formado em grande parte por um conjunto de áreas de proteção ambiental. Na periferia da cidade, duas terras indígenas onde vivem os Munduruku, a Praia do Índio e a Praia do Mangue, estão esmagadas em meio aos bairros residenciais. Para além do núcleo urbano, diversas áreas de preservação entram em conflito com os interesses econômicos na região.

Em 2012, a presidenta Dilma Rousseff alterou as áreas de sete unidades por meio de uma medida provisória, convertida em lei. Todas as alterações estão relacionadas a aproveitamentos hidrelétricos.

De acordo com nota lançada à época pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio), o Parque Nacional da Amazônia foi reduzido em 6,7%. Destes, 2,5% do território protegido foi subtraído por se sobrepor ao lago da usina de São Luiz do Tapajós. As Florestas Nacionais de Itaituba I (2,5% de área excluída) e II (7,9%), a Floresta Nacional do Crepori (0,2%) e a Área de Proteção Ambiental do Tapajós (1,3%), também tiveram seus territórios reduzidos por conta das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá. Somadas, as áreas reduzidas por sobreposição a empreendimentos hidrelétricos totalizam pouco mais que o território da cidade de Salvador.

Em meio à política de proteção ambiental, Itaituba também faz parte do programa Municípios Verdes, cujo objetivo é combater o desmatamento no Pará. “Como controlar o desmatamento ilegal na região se essa região está sendo visada internacionalmente?”, pergunta Hilário Rocha, secretário de Meio

Ambiente de Itaituba, ao se referir aos projetos hidrelétricos e de infraestrutura que chegam à cidade. “É muito difícil cobrar do município metas, dados, sendo que o próprio governo federal tem interesse na região”, ressalta.

A equação dessa soma de interesses não tem solução fácil. Enquanto a cidade corre contra o relógio para lidar com as mudanças que se aproximam, os moradores continuam se alimentando das promessas de progresso.

Leia também: Ninguém os Ouviu

Leia também: Exclusivo: Relatório da Funai determina que terra é dos Munduruku

Leia também: A batalha pela fronteira Munduruku

A realização dessa reportagem só foi possível graças a uma bolsa da organização Mongabay.

Tags: hidrelétricas, mineração, Tapajós

Anexo F: Amazônia Pública[25]

F1: Arquitetura da Destruição[26]

O governo prevê construir pelo menos duas hidrelétricas até o fim da década no Tapajós, atingindo em cheio um rincão de biodiversidade e beleza.

Por Carlos Juliano Barros

Quando decidiu encarar de carro os 3.338 quilômetros que separam o Rio de Janeiro do município de Itaituba, no oeste do Pará, o geólogo Juan Doblas – especialista em imagens de satélite – nem imaginava que daria uma contribuição e tanto à biologia da Amazônia. Enquanto dirigia pelo trecho da BR 163 que atravessa o Parque Nacional do Jamanxim, uma das doze unidades federais de conservação ambiental que protegem essa parte da floresta alimentada pela bacia do rio Tapajós, ele se deparou com uma macaca que, atordoada pelo barulho do automóvel, abandonou em plena estrada o filhote que carregava.

Depois de deixar o pequeno animal em uma árvore, permitindo que ele fosse resgatado pela mãe, Doblas resolveu filmar e tirar fotos do reencontro. “Quando cheguei a Itaituba, mostrei as imagens para um amigo do Instituto Chico Mendes de Conservação da

[25] Disponível em: < http://www.apublica.org/amazoniapublica/tapajos/>. Acesso em: 12 jan. 2016.
[26] Disponível em < http://www.apublica.org/amazoniapublica/tapajos/arquitetura-da-destruicao/>. Acesso em: 12 jan. 2016.

Biodiversidade (ICMBio) especialista em macacos", conta o geólogo. A surpresa de ambos não poderia ser maior.

Fotografia 1- Corredeiras do rio Tapajós que serão alagadas na construção da barragem da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós no Parque Nacional da Amazônia

Fonte: Fernanda Ligabue

Tratava-se de uma espécie em perigo, típica do estado do Amazonas, mas que, supõe-se, havia se deslocado para essa parte do Pará justamente por encontrar na floresta intocada do Tapajós um verdadeiro refúgio. "Foi um fato casual que mostrou dados completamente novos sobre a distribuição de espécies em extinção na Amazônia", explica Doblas, que trabalha com geoprocessamento no Instituto Socioambiental (ISA), uma das principais organizações ambientalistas do país.

O geólogo narra esse episódio justamente para ilustrar a incrível – mas, em boa parte, desconhecida – biodiversidade que pode ser duramente golpeada pela construção de um complexo de hidrelétricas nos rios Tapajós e no seu afluente Jamanxim. O potencial levantado para essa bacia hidrográfica localizada no oeste do Pará comporta até sete usinas capazes de produzir no total cerca de 14 mil Megawatts (MW) – potência equivalente à da binacional Itaipu.

De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021, documento produzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), ao menos duas delas devem entrar em funcionamento até o final desta década: São Luiz do Tapajós e Jatobá.

Se efetivamente sair do papel, o complexo hidrelétrico pode trazer impactos ambientais inimagináveis para os 850 quilômetros de águas de tons azuis e verdes do Tapajós, guarnecido por dezenas de reservas florestais e terras indígenas. Sem sombra de dúvida, trata-

se de uma das mais belas partes da Amazônia. Tanto é assim que um dos destinos turísticos mais conhecidos da floresta, as paradisíacas praias de Alter do Chão, ficam no município de Santarém, na foz do rio.

Como nem poderia deixar de ser, a construção desse conjunto de hidrelétricas não vai acarretar problemas apenas ao meio ambiente. Segundo a Eletronorte, subsidiária da estatal Eletrobras responsável pelo inventário das informações acerca das usinas do Tapajós, pelo menos 2,3 mil pessoas de 32 comunidades ribeirinhas serão diretamente afetadas se os sete empreendimentos forem levados a cabo. Outras 16 aldeias indígenas da etnia munduruku também terão parte de seus territórios inundada pelos reservatórios que serão formados pelas barragens.

Das usinas previstas no complexo hidrelétrico, duas delas – São Luiz do Tapajós e Jatobá, ambas no rio Tapajós – já tiveram seu processo de licenciamento ambiental iniciado no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Por enquanto, o custo das duas é estimado em R$ 23 bilhões, com verba carimbada pela segunda edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

São Luiz do Tapajós, a maior do complexo, com capacidade para 6.133 MW, é a que está em fase mais adiantada. A obra mexe em um cenário tão delicado que, mesmo antes de ser concluído seu Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), já vem provocando uma verdadeira batalha nos tribunais. No último mês de novembro, a Justiça Federal suspendeu, em primeira instância, o licenciamento da hidrelétrica por conta de uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF) de Santarém (PA).

"O pedido de suspensão se baseia em dois motivos. Em primeiro lugar, não foi realizada uma avaliação ambiental integrada. É preciso analisar o impacto conjunto de todas as usinas previstas para a bacia do Tapajós, e não o de apenas uma delas isoladamente", explica Fernando Antônio Oliveira Júnior, procurador do MPF. "Além disso, não foi feita uma consulta prévia às populações indígenas que vão ser afetadas pelos empreendimentos. Essa consulta tem que ser anterior a qualquer tipo de autorização."

O Tapajós é considerado a última grande fronteira energética da Amazônia. Por enquanto, é o único dos quatro grandes afluentes da margem direita do Amazonas que não foi represado para a produção de eletricidade em larga escala. Na década de 1970, os militares barraram o rio Tocantins para fazer a usina de Tucuruí, aquela que hoje é segunda maior hidrelétrica do Brasil em funcionamento, atrás apenas de Itaipu. Com a chegada do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto e a criação do PAC, foram erguidas Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, além de Belo Monte, no Xingu.

"Os governos de Lula e de Dilma Roussef estão decididos a transformar o Brasil na terceira maior economia do mundo à custa da nossa floresta", critica o Padre Edilberto Sena, do Movimento Tapajós Vivo, fórum que reúne diversas organizações de defesa do meio ambiente e dos direitos das populações locais.

Por encomenda da ONG Conservação Internacional, Wilson Cabral, pesquisador e professor do Instituto de Tecnologia de Aeronáutica (ITA), está produzindo um estudo que calcula, na ponta do lápis, os reais custos econômicos, sociais e ambientais envolvidos na construção das usinas do Tapajós.

Em 2010, o professor produziu uma pesquisa semelhante sobre Belo Monte e concluiu que o empreendimento tinha mais de 90% de chance de inviabilidade. Segundo as complexas fórmulas matemáticas utilizadas pelo professor, o valor do prejuízo variava em um intervalo de US$ 7 milhões a US$ 8 bilhões.

O novo estudo está em fase final e deve ser divulgado no começo de 2013. Por essa razão, ele evita falar de valores. Mas, ao que tudo indica, o Tapajós segue a mesma trilha de Belo Monte. "A análise está apontando inviabilidade para todas as usinas e, consequentemente, para todo o complexo", afirma Cabral. "Não é preciso empreender hidrelétricas no Tapajós para atender a demanda energética brasileira, desde que se invista em outras fontes e também se trabalhe a eficiência do consumo da energia que já é produzida."

Arquitetura da destruição

Para acelerar o licenciamento das duas primeiras usinas do complexo, São Luiz do Tapajós e Jatobá, o governo federal precisou recorrer a um verdadeiro malabarismo legal. Em janeiro, a presidente Dilma Roussef editou a Medida Provisória 558, convertida em lei no mês de junho, pela qual reduziu as áreas de cinco Unidades de Conservação (UCs) ambiental na entorno do rio Tapajós.

Em uma canetada, 75 mil hectares de florestas intocadas – que podem ser inundados com a formação dos lagos artificias das duas barragens – ficaram sem proteção do dia para noite. O governo argumenta que, sem essa medida, seria impossível iniciar o processo de licenciamento ambiental no IBAMA.

Fotografia 2- Vista da Floresta Nacional Itaituba 1, na beira do rio Tapajós

Fonte: Fernanda Ligabue

À primeira vista, a área "desafetada", como se diz tecnicamente, parece não ser tão expressiva assim. Tanto é que o governo se defende das críticas argumentando que, para a construção das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, apenas 2% da dimensão total das reservas vão de fato para baixo d'água. Mas, neste caso, vale o popular ditado de que tamanho não é documento. "A parte que será afetada nas unidades de conservação é o coração, a parte mais importante das reservas, justamente por conta da proximidade com o rio", explica Juan Doblas, do ISA.

A Medida Provisória posteriormente convertida em lei provocou uma celeuma no ICMBio, responsável pela gestão das reservas ambientais do Brasil. Em julho, técnicos do órgão federal lotados no escritório de Itaituba, responsáveis por 12 unidades de conservação na bacia do Tapajós, lançaram um manifesto público criticando duramente não só a decisão do governo federal de reduzir a área de proteção ambiental, mas sobretudo a forma atropelada com que ela foi tomada.

"Os registros feitos até o momento apontam altíssima biodiversidade, com considerável taxa de endemismo e grande representatividade de espécies ameaçadas de extinção", diz o documento. "Do ponto de vista da legalidade, denunciamos a desafetação das unidades realizada primeiramente por medida provisória com objetivo único de dar celeridade ao processo em detrimento da realização de estudos comprometidos com a destinação original dessas áreas: proteção e conservação da biodiversidade."

O MPF também está questionando judicialmente a via legal utilizada pelo governo federal para reduzir a área das UCs na bacia do Tapajós, através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). "O principal aspecto é formal", explica o procurador Felipe Bogado. "A área de uma Unidade de Conservação não pode ser reduzida por meio de uma lei

complementar que substitui uma Medida Provisória, como fez o governo", acrescenta. Até o momento, o Supremo Tribunal Federal (STF), que analisa o processo, não se pronunciou sobre o caso.

Tragédia anunciada, o simples anúncio da redução das áreas de preservação disparou automaticamente o gatilho da degradação dessa parte da Amazônia. "A região aqui é rica em minérios. Com a desafetação das áreas, está ocorrendo um aumento de pressão sobre a floresta, principalmente nessas áreas que não fazem mais parte das unidades de conservação", explica Nilton Rascon, analista ambiental do ICMBio.

O crescimento da atividade de garimpos irregulares é perceptível a qualquer um que viaje pelo rio. No trecho de 400 quilômetros do Tapajós entre os municípios de Itaituba e Jacareacanga havia, até janeiro, cinco barcaças – chamadas de "escariantes" – fazendo garimpo diretamente no leito do rio. Com a desafetação das unidades de conservação, esse número pulou para impressionantes 35, em poucos meses deste ano. "O ICMBio precisa de mais fiscais na região. Ainda vêm muitos analistas de fora, de outros estados, para ajudar", reconhece Rascon.

Impactos ambientais

A entrada do Parque Nacional (PARNA) da Amazônia, primeira unidade de conservação desse tipo criada no país, em 1974, fica a pouco mais de uma hora de carro do centro de Itaituba. Para chegar até lá, é preciso encarar trechos de asfalto e de terra batida da BR 230, mais conhecida como Transamazônica, um dos projetos emblemáticos da ditadura militar. Se a barragem de São Luiz do Tapajós for construída, uma fração de 112 quilômetros da rodovia que corta o parque também será inundada. Até o momento, porém, nenhum representante do governo federal ou da ELETROBRAS veio a público para explicar como será feita a cirurgia para reconectar as pontas soltas da estrada.

Fotografia 3- Entrada do Parque Nacional da Amazônia, cortado pela rodovia Transamazônica

Fonte: Fernanda Ligabue

E não é apenas uma parte da BR 230 que será alagada no PARNA da Amazônia. Do principal mirante da reserva, aberto à visitação para turistas, é possível observar corredeiras formadas por um aglomerado de rochas encravado no meio do Tapajós. Digno de um cartão postal, esse trecho do rio não é protegido pelos órgãos ambientais apenas pelos seus atributos estéticos. Várias espécies de peixes aproveitam as corredeiras para fazer o épico ritual da piracema – a subida do rio necessária à sua reprodução.

Com a barragem de São Luiz do Tapajós, as corredeiras vão literalmente sumir do mapa, e a piracema será inviabilizada, trazendo consequências imprevisíveis. "A solução técnica é construir um tipo de escada para ajudar os peixes a subir o rio", explica o biólogo Javan Lopes, servidor do ICMBio. "Porém, o ambiente da corredeira tem muito mais oxigênio. Então, mesmo que se construa a escada, os peixes podem morrer porque o oxigênio disponível na água diminui", completa. Os técnicos do ICMBio não descartam uma verdadeira hecatombe ambiental: 90% das 400 espécies de peixes catalogadas no parque podem não resistir.

Nos últimos quatro anos, os gestores do Parna da Amazônia trabalharam continuamente no plano de manejo da unidade de conservação – levantamento meticuloso da fauna e da flora que, com a redução da área da reserva, será jogado literalmente na lata do lixo. Até o presente momento, foram registradas 390 espécies diferentes de aves. Entre os mamíferos catalogados, há animais que correm sério risco de extinção, como a onça-pintada, a onça-vermelha, o tamanduá-bandeira e a jaguatirica.

O destino de tamanha diversidade natural é objeto do EIA/Rima da usina de São Luiz do Tapajós, ainda em andamento. A estimativa inicial era que o estudo ficasse pronto até o final deste ano, já que o governo tinha planos de licitar a construção da hidrelétrica em 2013.

Quando for finalizado, o documento vai possibilitar análises científicas mais refinadas sobre os impactos ambientais que podem de fato ocorrer. Mas o cronograma dificilmente será cumprido – ainda mais com a decisão judicial de novembro que suspendeu o licenciamento até que se realize uma avaliação integrada dos impactos gerados por todas as sete usinas previstas para os rios Tapajós e Jamanxim.

Não há dúvidas de que o complexo hidrelétrico vai reconfigurar a compleição natural do oeste do Pará. "Foram necessários milhares de anos para a criação de um equilíbrio ecológico entre as espécies, como a tartaruga e o tucunaré, que depende da subida e da descida dos rios", explica Juan Doblas. "Essas barragens vão alterar completamente os ciclos de cheia e de seca não só dos rios Tapajós e Jamanxim, mas de toda a rede hidrográfica associada."

Para entender como o fluxo do Tapajós se altera ao longo do ano, por exemplo, basta ir a Itaituba em duas épocas diferentes. A orla da cidade chega a alagar no período de cheia, que coincide com as chuvas do primeiro trimestre. Porém, na época da seca, intensificada a partir do segundo semestre, aparecem muitas praias nas margens do rio.

Os impactos ambientais provocados pelas usinas do Tapajós podem ser mais graves até do que os gerados por Belo Monte – isso, claro, se o Estado brasileiro mantiver sua palavra e não construir novas usinas no Xingu. Uma breve comparação fornece pistas do que está por vir: o lago artificial a ser formado com a barragem do rio Xingu no município de Altamira terá 510 quilômetros quadrados. Só na barragem de São Luiz do Tapajós, serão alagados 722 quilômetros quadrados – metade da área do município de São Paulo. No Xingu, o trecho do rio a ser barrado terá 200 quilômetros de comprimento. No Tapajós, será duas vezes e meia maior. O Jamanxim, com três usinas, vai se converter numa sucessão de lagoas.

Outra pulga atrás da orelha dos ambientalistas diz respeito à relação entre o barrento rio Amazonas e o esverdeado Tapajós, que se encontram – mas não se misturam – no município de Santarém. A preocupação é com uma possível invasão das águas do Amazonas sobre as do Tapajós, o que significaria a ruína turística do balneário de Alter do Chão, por exemplo. "Se eu falar isso para um engenheiro da Eletrobras, ele vai rir na minha cara", afirma Doblas. "Mas eu tenho questionado doutores em hidrologia, e eles me disseram que essa possibilidade tem que ser estudada. É preciso fazer um modelo no computador. É provável que isso aconteça? Acho que não. É possível? Sim."

É justamente para dirimir essas dúvidas – e separar o que é mera especulação do que é risco de fato – que o Ministério Público Federal acionou a Justiça para cobrar a realização de uma Avaliação Ambiental Integrada (AAI) e de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

dos impactos gerados por todas as usinas previstas no complexo hidrelétrico, e não apenas por São Luiz do Tapajós. "É uma postura preventiva do MPF. Queremos apenas que os marcos legais sejam respeitados", explica o procurador Fernando Antônio Oliveira Júnior.

Por meio de nota emitida por sua assessoria de imprensa, a ELETROBRAS – empreendedora das usinas de São Luiz do Tapajós e de Jatobá – sustenta que a avaliação ambiental integrada "não é exigência legal para emissão das licenças ambientais". A nota afirma também que a metodologia da AAI foi construída após a conclusão dos estudos do inventário do potencial hidrelétrico de toda a bacia do Tapajós.

Em outras palavras, a estatal argumenta que não havia obrigatoriedade de proceder a essa avaliação integrada na época em que fez o inventário das usinas. Por fim, a nota informa que a empresa está contratando uma equipe para fazer a AAI, que fará parte "do conjunto de estudos para a viabilidade de São Luiz do Tapajós e Jatobá, o que demonstra o comprometimento dos mesmos com as melhores práticas ambientais".

A Aneel também se manifestou por meio de nota emitida pela assessoria de imprensa. A agência defende a construção das usinas no Tapajós, com a justificativa de que a hidroeletricidade tem "muito menos impacto ambiental" que outra fontes térmicas à base de combustíveis fósseis.

O documento afirma ainda que "o licenciamento é o principal movimento para a resolução de conflitos socioambientais, tendo em vista que a elaboração do EIA/Rima e a realização de audiências públicas possibilitam o estabelecimento de condicionantes pelos órgãos ambientais".

Energia para quem

Nos hotéis e restaurantes do centro de Itaituba ou nos trechos mais recônditos da floresta do entorno do Tapajós, é possível dar de cara com caminhonetes e técnicos de camisa polo azul a serviço da CNEC Engenharia. A empresa é a responsável pela realização dos estudos de viabilidade e do projeto técnico da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, mas também operou nas usinas de Belo Monte, no rio Xingu, e de Estreito, no rio Tocantins, além de diversos outros empreendimentos de porte na Amazônia.

Até janeiro de 2010, a CNEC – fundada em 1959 por engenheiros da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) – constituía o braço intelectual, por assim dizer, de uma das maiores empreiteiras do país: a Camargo Corrêa, responsável por algumas das obras de envergadura do PAC, como a hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira. Quase três

anos atrás, porém, a empresa foi vendida por R$ 170 milhões para o grupo australiano WorleyParsons, uma das mais conhecidas consultorias de energia em todo o mundo.

Foram justamente os engenheiros da CNEC que, na década de 1980, mapearam os projetos de construção de usinas no rio Tapajós – e em quase todos os afluentes do rio Amazonas. Era ela quem municiava de informações e pareceres técnicos a Eletronorte, subsidiária da estatal Eletrobras responsável pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico da região norte do país, desde o regime militar. "Naquela época, eu brincava dizendo que a Eletronorte era um escritório da Camargo Corrêa", conta Arsênio Oswaldo Sevá Filho, professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e grande conhecedor do sistema elétrico nacional.

A CNEC é o elo técnico do "cartel barrageiro" que, segundo o professor Sevá, se instalou no Brasil na época da ditadura e, desde então, não mais arredou pé do país, pressionando os governos brasileiros ao longo do tempo para a construção de grandes hidrelétricas. Nesse clube restritíssimo, figuram as principais empreiteiras brasileiras, que rateiam entre si o bolo das obras de construção civil – elas são apelidadas de "cinco irmãs" e congregam Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Queiroz Galvão.

Fotografia 4- Máquina movimenta minério de bauxita na mina da Alcoa localizada em Juruti (PA)

Fonte: Fernanda Ligabue

Também participam do grupo as corporações internacionais que fornecem equipamentos de alta tecnologia para as usinas, como a alemã Siemens e a japonesa Toshiba. Fecham a sociedade as grandes mineradoras que não apenas consomem – mas também vendem – a energia produzida nos rios amazônicos, como a Vale e norteamericana Alcoa, por exemplo.

A verdade é que o Brasil é dos poucos países do mundo – ao lado da China, da Índia, da Turquia e do Congo – onde ainda existe espaço para tirar do papel projetos bilionários de hidrelétricas. Em tempos de crise econômica global, construir barragens nos rios da Amazônia é a verdadeira galinha dos ovos de ouro para players do capitalismo que atravessam sérias dificuldades para fechar grandes negócios.

"Estamos oferecendo à indústria internacional a continuidade dos negócios a longo prazo e a custo baixo", analisa Sevá. "O governo brasileiro libera as licenças, mesmo que se destruam o meio ambiente e a vida das populações locais. Depois, garante o custo baixo da mão-de-obra e, principalmente, do dinheiro necessário às obras, porque coloca as empresas estatais, os fundos de pensão e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para alavancar o negócio."

A usina de Belo Monte é o exemplo mais bem acabado desse fenômeno. Só o grupo Eletrobras e os fundos de pensão dos funcionários da Petrobras (Petros) e da Caixa Econômica Federal (Funcef) respondem, atualmente, por 70% da composição acionária do consórcio construtor da barragem. Em outras palavras, os riscos e os altíssimos investimentos inerentes à obra fizeram a iniciativa privada passar longe.

Para bancar o prejuízo, o governo tem aberto as torneiras do BNDES. Na última semana de novembro de 2012, o banco anunciou o maior financiamento de toda a sua história para a conclusão das obras da usina: R$ 22,5 bilhões a serem pagos em três décadas. Antes dessa operação, porém, o BNDES já havia feito empréstimos-ponte (de curto prazo) de R$ 2,9 bilhões para o consórcio construtor da hidrelétrica.

"O custo de produzir hidrelétrica na Amazônia é muito alto e incerto", afirma Wilson Cabral, do ITA. "Todos os projetos geraram aditivos contratuais da ordem de pelo menos 25%", alerta. No caso do Tapajós, a engenharia financeira para viabilizar a obra ainda não está traçada – até porque os R$ 23 bilhões previstos para as usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá no orçamento do PAC 2 não passam de estimativas. Mas, assim como aconteceu nas usinas dos rios Madeira e Xingu, não há dúvidas de que o tripé formado por empresas estatais, fundos de pensão e BNDES deve entrar na jogada.

Tampouco está decidido o futuro da eletricidade a ser gerada. Na página 80 do Plano Decenal de Expansão de Energia 2020, é possível ler com todas as letras que ela servirá integralmente para alimentar a demanda das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Porém, não é demais lembrar que o Pará concentra a maior província mineral do planeta. Além do ouro, que hoje é explorado em mais de 2 mil garimpos ao longo do rio Tapajós, as novas usinas devem consolidar o estado como um grande polo de alumínio.

Atualmente, existem quatro grandes projetos de extração e beneficiamento de bauxita no Pará, envolvendo gigantes como as brasileiras Vale e Votorantim, a norteamericana Alcoa e a norueguesa Hydro. Uma das principais reclamações dessas indústrias – chamadas de eletrointensivas, por consumirem eletricidade em larga escala – é o preço da energia. O complexo hidrelétrico do Tapajós é uma dos caminhos para baratear os custos. “Os grupos que estão por trás, apoiando inclusive financeiramente a construção das usinas, são empresas de exploração de commodities minerais. Então, esses empreendimentos não vão equalizar a demanda de energia para o Sudeste. Eles são para empresas que estão se assentando na região Norte”, finaliza Cabral.

F2: A discórdia do desenvolvimento[27]

Nas comunidades a serem afetadas pelas usinas no rio Tapajós, entre angústia e anseios, a desinformação impera, enquanto avançam os planos para as obras

Por Carlos Juliano Barros

"Morrer na lama, debaixo d'água, é que é triste, né? Mas, achando um lugar onde a gente escape para morrer sossegado, quem me acompanha é Deus e meus filhos". É humanamente impossível deixar de prestar atenção às palavras que pausadamente saem da boca de Maria Bibiana da Silva, apelidada de Gabriela em homenagem ao pai, José Gabriel. Do alto de seus 104 anos, comprovados pelo rosto profundamente enrugado e pelas pernas arqueadas em forma de alicate, a profética anciã responde de bate-pronto quando questionada sobre o que o rio Tapajós representa para ela: "o sossego".

No longínquo ano de 1917, Gabriela partiu do Ceará rumo aos seringais do Acre. No meio do caminho, porém, a família resolveu fincar raízes em Pimental, uma vila de pescadores erguida na beira das águas esverdeadas do Tapajós, numa área que hoje pertence ao município de Trairão, no oeste do Pará. E de lá jamais saíram. Desde aquela remota época, os dias no modesto povoado onde atualmente vivem cerca de 800 pessoas nunca foram tão agitados.

Fotografia 4- Maria Bibiana da Silva, a "Gabriela", matriarca da Vila Pimental, Trairão (PA)

Fonte: Fernanda Ligabue

[27] Disponível em: < http://www.apublica.org/amazoniapublica/tapajos/a-discordia-do-desenvolvimento/>. Acesso em: 12 jan. 2016.

Pimental tem uma inegável atmosfera de Macondo, a mítica aldeia ribeirinha que Gabriel García Márquez construiu na sua obra-prima “Cem anos de Solidão”. Mas, nesse isolado trecho do Pará, a discórdia não é provocada pela chegada de uma companhia bananeira, como no livro do premiado escritor colombiano, e sim pela construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, que pode mandar Pimental inteiro para baixo d’água. “Por mim, não tenho gosto que essa barragem saia, mas uma andorinha só não faz verão”, alerta Gabriela, a matriarca da comunidade.

Se de fato vingar, São Luiz do Tapajós será capaz de gerar até 6.133 Megawatts. No papel, é a quarta maior hidrelétrica do país, atrás apenas da binacional Itaipu – na fronteira entre Brasil e Paraguai –, de Belo Monte e de Tucuruí, construídas, respectivamente, nos rios Xingu e Tocantins, também em território paraense. A usina é a maior de um complexo de até sete hidrelétricas que o governo federal planeja construir no Tapajós e no seu afluente Jamanxim. Até o final desta década, duas usinas devem de fato ser construídas.

Segundo dados preliminares que constam do inventário do potencial hidrelétrico da bacia do Tapajós, exatas 2.352 pessoas de 32 povoados ribeirinhos diferentes serão diretamente atingidas caso as sete hidrelétricas previstas saiam do papel. O estudo foi feito em 2008 pela Eletronorte, subsidiária da estatal Eletrobras, estatal oficialmente responsável pelas obras complexo de usinas. Movimentos sociais e entidades que assessoram essas comunidades acham que o número é subestimado.

Fotografia 5- C.A.K, presidente da associação comunitária da Vila Pimental: povoado em discórdia

Fonte: Fernanda Ligabue

Prevista para entrar em operação em dezembro de 2018, a usina de São Luiz do Tapajós é a que está em fase mais adiantada de licenciamento ambiental. O plano do governo é licitar a construção da obra até o final de 2013. Orçado incialmente em R$ 18 bilhões, o empreendimento tem verba garantida pela segunda edição do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), vitrine do governo da presidente Dilma Rousseff.

Fundada há cerca de 120 anos, Pimental é a maior das vilas ribeirinhas que serão alagadas pelas águas represadas da usina de São Luiz do Tapajós. Além dos roçados, a maior parte das pessoas ali vive mesmo é da pesca artesanal. “Nosso freezer é bem aí”, afirma José Odair Pereira Matos, o C.A.K., presidente da associação comunitária, apontando o dedo para o Tapajós. “É o rio que mantém o nosso peixe fresco.”

Hoje, Pimental representa a principal frente de resistência ao paredão de 3.483 metros de comprimento por 39 metros de altura da barragem, que vai alagar uma área de quase 75 mil campos de futebol. Porém, à medida que avançam os estudos de viabilidade para construção da usina, cresce também a cisão entre os moradores.

“Tem uns que são a favor da usina. Principalmente aqueles que conseguem empreguinhos de vigia de máquina, de carregador de barra de ferro, de mateiro para abrir picada na floresta nas empresas que fazem os estudos. Mas aí eu pergunto: e quando essas empresas forem embora?”, questiona Edmílson Azevedo, catequista da Igreja Católica.

“Quem está trabalhando hoje não se dá conta de que isso é temporário. As empresas criam a expectativa de que as pessoas vão se empregar, mas é uma ilusão”, analisa Raione Lima, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT). “Infelizmente, estamos vivendo um momento intenso de conflitos na comunidade, ribeirinhos contra ribeirinhos.”

Falta de diálogo

Não é de hoje que o povo de Pimental ouve falar da barragem que pode inundar a vila por completo. “Aqui já chegou americano, japonês, alemão. No campo de futebol em frente à igreja já sentaram dois helicópteros”, conta C.A.K, o presidente da associação comunitária. Técnicos a mando da Eletrobras e da sua subsidiária Eletronorte rondam a vila há quase uma década. De três anos para cá, o movimento se intensificou.

“Quando a gente perguntava o que ia acontecer, para onde a gente ia, eles nunca respondiam, diziam que não era com eles. Eles queriam fazer primeiro as pesquisas e depois dizer o que ia acontecer com a gente. Até que um dia a gente falou: primeiro vocês falam o que vai acontecer com a gente, quais são os nossos direitos, e depois vocês fazem pesquisa”, conta C.A.K.

O momento mais tenso se deu em 2010. Naquele ano, uma firma de topografia entrou na comunidade sem qualquer tipo de contato prévio e instalou marcos de concreto no meio da rua, sem fornecer explicações. Indignados, os moradores de Pimental expulsaram os técnicos responsáveis pelo serviço, destruíram as instalações e passaram a controlar a entrada de pessoas estranhas.

Fotografia 5- Manifestação de ribeirinhos da Vila de Pimental contra a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós

Fonte: Fernanda Ligabue

A ELETROBRAS, porém, precisava entrar de qualquer maneira na vila para fazer os estudos de viabilidade da usina. A fim de tentar uma reaproximação, a estatal contratou, então, um grupo batizado de "Diálogo Tapajós" para cadastrar e prestar esclarecimentos aos moradores dos povoados ribeirinhos que serão diretamente impactados não só pela usina de São Luiz do Tapajós, mas também pela hidrelétrica de Jatobá – a segunda do complexo previsto pelo governo, com previsão para entrar em operação em abril de 2019.

Num domingo escaldante de outubro, a reportagem da Pública encontrou quatro profissionais do Diálogo Tapajós em um restaurante caseiro de Pimental. Na ocasião, o coordenador do grupo se mostrou disposto a conceder uma entrevista e deixou um encarte distribuído à população local com um número de celular e o e-mail "contato@dialogotapajos.com.br". Toda vez que uma mensagem é enviada para esse correio eletrônico, gera-se de forma automática um aviso de "falha permanente". Em outras palavras, o endereço de e-mail não existe ou enfrenta algum problema técnico.

Passado o encontro em Pimental, a reportagem da Pública ligou em diversas oportunidades para o representante do Diálogo Tapajós. Em algumas vezes, não obteve resposta. Em outras, ouviu a confirmação de que a entrevista estava de pé, mas que ela

deveria ser realizada em outro momento. Até o fechamento desta matéria, apesar da insistência, a conversa não foi realizada.

"O Diálogo Tapajós entrou na comunidade num momento errado e tardio. As informações tinham que ter chegado antes da entrada das empresas para fazer as pesquisas", afirma Raione. "Mas, só a partir do momento em que se criou a resistência é que chegou o Diálogo", acrescenta a agente da CPT.

O procurador do Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA) Felício Pontes revela preocupação com a possibilidade de a aproximação do Diálogo Tapajós ser usada indevidamente como uma forma de consulta prévia às comunidades afetadas pela hidrelétrica. "O problema é utilizar esse tipo de levantamento como uma espécie de concordância dos grupos indígenas e das demais populações tradicionais com o empreendimento", alerta.

O precedente foi aberto em Belo Monte, conta o procurador. "Entraram nas aldeias indígenas para fazer a comunicação do que seria a usina e como ela afetaria essas populações", explica. "Quando chegou no processo judicial, isso foi apresentando como se fosse a consulta com os povos indígenas e que essa etapa estaria cumprida. E aí foi a hora em que interviemos e dissemos que não era consulta, porque não havia nem mesmo a opinião dos índios nas atas das reuniões."

Para ganhar tempo, as empresas que fazem os serviços sondagem e perfuração para os estudos de viabilidade da barragem se instalaram nos povoados vizinhos a Pimental, onde a aceitação à hidrelétrica já é bem maior. Em um deles, chamado São Luiz, nasceu o deputado federal Dudimar Paxiúba (PSDB-PA).

Apesar de pertencer ao principal partido de oposição ao governo federal, o parlamentar defende um discurso pragmático e rejeita o radicalismo contra a obra. "A princípio, eu gostaria que a hidrelétrica não viesse. Mas tenho que pensar de forma racional. Vai prevalecer a vontade do governo, que não vai abrir mão desse projeto", discursa o deputado, encontrado pela reportagem em visita a Pimental.

Nos últimos meses, o parlamentar virou figurinha carimbada na beira do Tapajós, participando de reuniões nas comunidades para falar justamente das hidrelétricas. Na avaliação dos movimentos sociais, a intervenção direta de Paxiúba vem amainando a resistência dos moradores de São Luiz, que têm fé no ilustre filho da comunidade como mediador do conflito. "Não somos nós que vamos ter o poder de paralisar esse projeto. Se ficar no radicalismo, não teremos sequer como cobrar do governo uma contrapartida", explica o deputado.

Divergência

Em Pimental, não há como negar que a recusa à hidrelétrica está longe de ser unanimidade. E o clima esquenta a cada dia que passa. Em outubro, o bate-boca entre os que apoiam e os que se opõem à usina de São Luiz do Tapajós rendeu até ameaças de morte, registradas em um boletim de ocorrência, contra o presidente da associação de moradores e um padre da CPT que participa do movimento que resiste à barragem.

Fotografia 6- Pôr-do-sol na Vila de Pimental, município de Trairão (PA)

Fonte: Fernanda Ligabue

Os defensores da usina se apegam basicamente a três argumentos. O primeiro é exemplarmente resumido na declaração de Ângela Maria Batista, nascida e criada em Pimental: "É melhor a gente se unir com os grandes do que se juntar com os pequenos para perder". Desempregada, mãe de três filhos e viúva, sem nem ter completado 30 anos, ela engatou um namoro recentemente com um técnico de uma empresa que presta serviços para a ELETROBRAS. E espera que o novo companheiro a leve embora de Pimental.

O segundo argumento tem a ver com o inevitável – porém, temporário – incremento da economia informal trazido pelos funcionários das firmas que circulam pela vila de pescadores. Algumas famílias reforçam o orçamento lavando uniformes ou fazendo marmitas. Aquelas com a sorte de ter um de seus membros trabalhando nas empresas defendem com unhas e dentes o dinheiro certo no fim do mês. E por isso preferem não levantar a voz contra a barragem.

"Como não tinham muito apoio, as firmas contrataram algumas pessoas para trabalhar. É uma estratégia para dividir a comunidade", rebate C.A.K. Sem dúvidas, o plano de semear a discórdia tem dado resultado. "O que tem de emprego em Pimental é na escola e no posto de

saúde. A gente pede a Deus para entrar uma firma aqui porque a situação é feia", afirma Ângela.

O terceiro e último motivo de quem defende a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós diz respeito à possível indenização que a população afetada receberá. "Eu não tenho esse apego todo à comunidade. Se me pagarem um valor bacana, eu saio. Eu até gostaria de ir para a rua", afirma Elba Sales, merendeira da escola de Pimental, referindo-se à cidade de Itaituba.

Quando perguntada se já parou para pensar sobre o valor considerado justo para a indenização, Elba subitamente emudece. Rompido o silêncio, ela admite com um sorriso amarelo que ainda não refletiu sobre o assunto. Elba então conta que pagou R$ 5 mil na casa onde mora em Pimental. "Se lhe dessem R$ 5 mil, a senhora sairia daqui?", pergunta o jornalista. "Não, da minha casa, não. Porque já apareceu quem queira comprar de volta e nem por R$ 10 mil eu não dou."

O que aguarda Itaituba

Atualmente, se quisesse morar perto da orla do rio Tapajós, na parte mais agradável da cidade de Itaituba, a merendeira da escola de Pimental teria de desembolsar pelo menos R$ 1.800 de aluguel mensal num bom imóvel de três quartos. Até dois anos atrás, o custo seria praticamente a metade disso. Agora, se preferisse realizar o sonho da casa própria, comprando um terreno de 250 metros quadrados no loteamento Novo Paraíso II, localizado a 38 quarteirões de distância da avenida à beira-rio, ela teria de desembolsar R$ 16 mil. A título de comparação, as vendas do primeiro loteamento chamado Novo Paraíso foram encerradas em 2010. Cada terreno foi negociado a R$ 3 mil.

Apesar de as obras da hidrelétrica sequer terem sido licitadas, o mercado imobiliário em Itaituba está explodindo. "A minha corretora tem um ano e meio. Nesse período, já abriram mais três. E vão ser criadas outras porque o pessoal está indo para fora estudar e fazer o curso de corretagem", analisa a empresária Ana Maria Gomes do Nascimento.

Ela não tem dúvidas de que a escalada de preços está apenas começando. "Vai aumentar mais, vai ficar como Altamira, vai ficar aquele aglomerado mesmo e, daqui a pouquinho, qualquer quitinete está saindo a R$ 1 mil", avalia Ana Maria, comparando o futuro de Itaituba ao de Altamira, município que abriga a hidrelétrica de Belo Monte e que inchou da noite para o dia com as obras do maior empreendimento em curso no país.

Mas não é apenas o mercado de imóveis residenciais que se encontra em ponto de ebulição. Já antecipando o boom de demanda que se desenha com a construção das hidrelétricas, o grupo paranaense Gazin, que vende móveis e eletrodomésticos, acaba de inaugurar uma grande loja no centro da cidade. Representantes de empresas como a Sotreq, revendedora de tratores e máquinas pesadas da norteamericana Caterpillar, também já viajaram a Itaituba à procura de terrenos com ao menos 30 mil metros quadrados para futuras instalações. Os locais mais cobiçados ficam na BR 230, a rodovia Transamazônica, que corta o município.

Hoje, Itaituba conta com uma população de aproximadamente 100 mil habitantes. Segundo projeções do inventário da Eletronorte, apenas a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós deve atrair mais de 42 mil pessoas à procura de trabalho para a região que tem o município como polo. Contando todas as usinas previstas no Complexo Tapajós, a estimativa sobe para 130 mil. Levando em conta outras obras de grande porte previstas para o futuro próximo em Itaituba, como a construção de portos fluviais para escoamento de grãos vindos, sobretudo, do Mato Grosso, a perspectiva de que a população dobre nos próximos cinco anos não é nada exagerada.

"Itaituba não está preparada para atender nem as pessoas que já vivem aqui", admite Eliene Nunes, prefeita eleita nas últimas eleições para administrar o município nos próximos quatro anos. Não é preciso ser especialista em urbanismo para detectar a calamidade pública em que a cidade já se encontra. Em um rápido passeio pelos bairros da periferia é fácil cruzar com fossas de esgoto a céu aberto que, em épocas de chuva, alagam ruas e casas, causando todo tipo de doença. A rede de eletricidade que abastece as residências também é precária. "Nós não gostaríamos que Itaituba ficasse como Altamira", afirma Eliene. A prefeita eleita diz que até vem tentando estreitar o diálogo com a ELETROBRAS, mas ainda não obteve nenhuma resposta por parte da estatal.

Fotografia 7- Periferia da cidade de Itaituba: deficiências na infraestrutura básica

Fonte: Fernanda Ligabue

Em entrevistas e pronunciamentos oficiais, os representantes da ELETROBRAs têm aventado a possibilidade de construir a usina de São Luiz do Tapajós em um sistema de "plataforma", como as utilizadas pela Petrobras na extração de petróleo em alto-mar. Essa seria uma alternativa para minorar o inchamento da cidade, devido à chegada de um grande contingente de trabalhadores. "Trata-se de um conceito ainda em construção", explica nota emitida pela assessoria de imprensa da ELETROBRAS em resposta a questionamentos feitos pela Pública.

"As usinas-plataforma serão um vetor de conservação ambiental, pois se pretende que as intervenções em ambientes florestais sejam as menores possíveis e, quando for necessária a intervenção, a premissa é que esses ambientes sejam recompostos (reflorestamento). Também não haverá a construção de vilas de operários no entorno da usina como foi feito nos empreendimentos hidrelétricos do resto do país", prossegue a nota.

A assessoria de imprensa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que fiscaliza a atividade das hidrelétricas no país, também defende a iniciativa. "Essas plataformas representam um boa alternativa, pois seriam instalações provisórias durante a obra e, na fase de funcionamento, haveria acesso apenas para os operacionais, não havendo a criação das tradicionais vilas de operários e, assim, evitando a criação dos núcleos populacionais que impactam as regiões", sustenta a nota da assessoria de comunicação.

Especialistas ouvidos pela Pública duvidam do sucesso dessas plataformas para mitigar os impactos. "Estamos falando de 20 mil pessoas. Não de 20 ou 30 trabalhadores. Inicialmente, quando lançaram a ideia de usina-plataforma, disseram até que os operários seriam transportados por helicóptero, o que é um absurdo. É pirotecnia pura, é jogar uma série

de coisas para a sociedade engolir", critica Wilson Cabral, professor e pesquisador do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Para o engenheiro Arsênio Oswaldo Sevá Filho, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por trás da suposta sustentabilidade apregoada pelo conceito de usina-plataforma, camufla-se um objetivo perverso: a militarização dos canteiros de obras. "Isso já aconteceu nas hidrelétricas do Madeira. Eles cercaram as áreas com milícias privadas das empreiteiras. Em Belo Monte, já estão colocando o exército na área, além da Força Nacional, que chegou lá em 2009 para as audiências públicas e nunca mais saiu", explica.

No caso específico do Tapajós, além de intensificar o controle sobre os trabalhadores a fim de debelar possíveis greves e manifestações, a militarização se justifica por outro motivo bastante convincente: a enorme presença de ouro no entorno de Itaituba, tomado por mais de 2 mil garimpos clandestinos.

"O planejamento de construir diversas hidrelétricas numa região onde todo mundo está atrás de ouro não pode ser analisado como se a atividade-fim fosse apenas a produção de energia elétrica", sugere Sevá. Para o professor, é inevitável que, ao revolver o solo do Tapajós para fazer as fundações das hidrelétricas, as empresas também considerem a viabilidade de extrair o mais valioso dos metais.

Os indígenas que não existiam (para a ELETROBRAS)

Quando o repórter anuncia o fim da entrevista, Deusiano faz um último pedido antes de a câmera ser desligada: cantar o hino de guerra da sua etnia na língua materna munduruku. Enquanto olha fixamente a lente do equipamento do homem branco que captura sua imagem e sua voz, ele parece mandar um recado por meio da letra da canção. Em resumo, ela passa a mensagem de que os Munduruku jamais se intimidarão diante da luta.

Deusiano e seus parentes vivem na aldeia Sawré Muybu, nas margens do Tapajós. Para chegar até lá, é necessário vencer as duas horas de estrada que separam o centro de Itaituba do porto do Buburé, localizado no Parque Nacional da Amazônia, uma das mais antigas unidades de conservação ambiental da Amazônia, criada em 1974 pelo governo militar como compensação aos impactos gerados pela abertura da Transamazônica.

Os indígenas da Sawré Muybu estão encurralados. De um lado, a ameaça vem do Chapéu do Sol, um dos maiores garimpos de ouro e diamante da região, que despeja quantidade significativa de mercúrio nas águas do rio. De outro, a preocupação é com o lago de 722 quilômetros quadrados – área de quase 75 mil campos de futebol – que será formado

com a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. “Se a usina sair, nossa terra não vai ser totalmente inundada, mas vamos ficar ilhados, sem a caça e sem a pesca”, afirma Juarez, cacique da aldeia.

Há anos, os Munduruku da aldeia Sawré Muybu lutam para que a área seja demarcada. Em 2007, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) até criou um grupo de trabalho para iniciar o processo. Porém, a profissional responsável pela produção do relatório antropológico sumiu sem deixar vestígios – segundo a própria Funai. Desde então, o pleito dos indígenas estava esquecido nas gavetas da burocracia federal – até o momento em que eles entraram em rota de colisão com a usina de São Luiz do Tapajós.

Fotografia 8- Indígenas do povo mundurukus pintados para a guerra com jenipapo e carvão

Fonte: Fernanda Ligabue

Ao longo de 2012, técnicos das empresas que fazem os estudos de viabilidade da hidrelétrica entraram em diversas oportunidades – e sem qualquer tipo de comunicação prévia – na área da aldeia, abrindo picadas e colocando marcos na mata. A postura invasiva revoltou os Munduruku. “Não vamos mais deixar ninguém entrar na nossa casa”, avisa Juarez.

A Funai de Brasília foi escalada pelo governo federal para mediar o conflito e tentar convencer os Munduruku a liberar a entrada dos técnicos. Numa tensa reunião realizada em 17 de outubro, uma representante da Funai ameaçou até convocar a Força Nacional para escoltar os técnicos, caso os Munduruku resistissem. De qualquer maneira, o fato é que a pressão dos indígenas da Sawré Muybu surtiu efeito: no último dia 31 de outubro, o Diário Oficial da União publicou a portaria para a retomada dos trabalhos de identificação e delimitação da área.

Aparentemente, o governo federal parece se abrir ao diálogo com os indígenas na zona de influência da usina de São Luiz do Tapajós. Mas nem sempre foi assim. No portal do Ibama na internet, é possível acessar documentos sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos em curso em todo o país. Quando se abre a ficha que resume as informações do processo da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, lê-se o seguinte texto na penúltima das cinco páginas: "Presença de terras indígenas nas área afetadas: sem informação".

Segundo a Funai, além da Sawré Muybu, existem outras cinco terras indígenas ocupadas pelos Munduruku na área de influência direta da usina de São Luiz do Tapajós. Esse fato chegou a ser comunicado à diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama por meio de um ofício que data de 17 de fevereiro deste ano. No documento, a Funai informava inclusive que, das seis terras indígenas, duas se encontravam em processo de demarcação.

Exatamente uma semana após o envio desse ofício, o Ibama autorizou a Eletrobras a abrir picadas na mata e a coletar material da floresta para a realização do estudo impacto ambiental, inclusive na área da Sawré Muybu. E foi aí que começaram os conflitos. "Mais de cem pesquisadores estão circulando pelo Tapajós, sem levar esclarecimento às populações locais. É natural essa reação de resistência", afirma a Juliana Araújo, chefe do serviço de monitoramento territorial do escritório da Funai em Itaituba, que mantém contato direto com a aldeia Sawré Muybu.

Em novembro, a Justiça Federal suspendeu, em primeira instância, o licenciamento da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós atendendo a uma Ação Civil Pública (ACP) movida pelo gabinete do Ministério Público Federal (MPF) de Santarém (PA). Um dos principais motivos que embasa o pedido é justamente a não realização de uma consulta prévia com as populações indígenas diretamente afetadas pelo empreendimento, como mandam não só a Constituição Federal de 1988, mas também a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil.

"A ELETROBRAS e o Ibama tinham conhecimento do ofício da Funai, sabiam que havia terras indígenas na área de influência da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, mas mesmo assim passaram por cima dessa informação", acusa o procurador Fernando Antônio Oliveira Júnior, um dos autores da ação.

Ele faz questão de ressaltar que a consulta prévia não se resume a um mero aviso: é preciso explicar de forma clara e acessível, de modo que os indígenas compreendam plenamente as características do projeto. "A Convenção 169 da OIT é ainda mais cuidadosa e protetiva do que a Constituição de 1988. Ela diz que a consulta prévia tem que ser realizada

antes de qualquer tipo de autorização. É um dos primeiro passos para a construção do empreendimento", acrescenta o procurador.

O tratamento dispensado às comunidades indígenas no caso da usina de São Luiz do Tapajós é sintomático do que está por vir. O governo federal vem montando um trator jurídico para viabilizar não só o complexo hidrelétrico do Tapajós, mas outros grandes empreendimentos na Amazônia. Exemplo disso é a discussão em curso no Congresso Nacional sobre a reforma do Código de Mineração, que pretende regulamentar a atividade em territórios indígenas.

Em julho deste ano, a Advocacia Geral da União (AGU) publicou a Portaria 303. Na prática, além de dificultar a ampliação das terras indígenas no país, a medida abre brechas para que o governo e a iniciativa privada construam hidrelétricas, rodovias e outros grandes projetos "independentemente de consulta às comunidades indígenas". A portaria despertou críticas ferozes por parte dos movimentos sociais e já teve sua constitucionalidade questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo MPF. Como se vê, a indiferença com os indígenas atingidos pela usina de São Luiz do Tapajós é apenas a ponta do iceberg.